



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS**

ECOAR AFETOS

Uma Psicossociologia das *In:Visibilidades* da *Rua In:Voluntários da Pátria*

Rodrigo Maia Barbosa Lima

Rio de Janeiro / RJ
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS**

ECOAR AFETOS

Uma Psicossociologia das *In:Visibilidades da Rua In:Voluntários da Pátria*

Rodrigo Maia Barbosa Lima

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado – UFRJ
Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lucimara Rett

Rio de Janeiro / RJ
2024

CIP - Catalogação na Publicação

696e LIMA, RODRIGO MAIA BARBOSA
ECOAR AFETOS - Uma Psicossociologia das
In:Visibilidades da Rua In:Voluntários da Pátria.
/ RODRIGO MAIA BARBOSA LIMA. -- Rio de Janeiro,
2024.
205 f.

Orientador: Gustavo Carvalhaes Xavier Martins
Pontual Machado.
Coorientador: Lucimara Rett.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2024.

1. Psicossociologia e Ecologia das
Invisibilidades. 2. Cosmologias. 3. Encruzilhadas.
4. Canteiros de Subjetividade em Devir. 5. Alianças
Afetivas. I. Carvalhaes Xavier Martins Pontual
Machado, Gustavo , orient. II. Rett, Lucimara,
coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

RODRIGO MAIA BARBOSA LIMA

ECOAR AFETOS - UMA PSICOSSOCIOLOGIA DAS IN:VISIBILIDADES DA RUA
IN:VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada em 22/04/2024

Prof. Dr. Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – EICOS/UFRJ)

Prof. Dra. Lucimara Rett
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – EICOS/UFRJ)

Prof. Dr. Thiago Benedito Livramento Melicio
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – EICOS/UFRJ)

Prof. Dr. Luiz Rufino Rodrigues Júnior
(Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ)

DEDICATÓRIA

Esta pesquisa é uma pedra bruta, ingênua (ao sabor e saber das infâncias) e inacabada. Busca oferecer rasuras que desloquem afetos e se desviem para criação de alianças e mundos aos cuidados da liberdade.

Caminhos percorridos pela Prof. Dra. Erminia Silva (Mina - *In memorian*) e pelo Prof. Dr. Emerson Elias Merhy, por viverem em exercício de desaprendizagem do que se sabe e por abrirem espaços para que possamos ser guiados por confluências e nomadismos de crianças, rios, artistas, mares, usuários, montanhas, catiços, mantos, cânticos...

Caminhos de Vô Fausto (*In memorian*), Vô Elza (*In memorian*), Tia Benigna (*In memorian*), Tio Candi, Tia Nonô, Mãe Gigina e Pai Mauricio (*In memorian*), Tia Vanda (*In memorian*), Tia Nair (*In memorian*), Vô Maria (*In memorian*), Vô Joaquim (*In memorian*).

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus Guias e Orixás, por experimentarmos juntos os processos de desterritorialização; esvaziamento; ignorâncias; itinerâncias; corporeidades; nomadismos; pela firmeza nas pisadas; pelas sutilezas das plantas; por indicações entre bordas e frestas; pelo mergulho na terra; pelos cantos que giram, encruzam e ecoam; pelo resgate através das temporalidades; pelo sabor e sabedoria irrequieta das infâncias; pelas florestas, rios, montanhas, mares, ventos, kalungas e encruzilhadas.

Agradeço a Vanessa Rizzo, pela parceria, pela sempre gentil e presente co(e)laboração nessa pesquisa, pela disponibilidade e prazer dessa camponagem - essencial ao projeto - pela firmeza nos momentos de maior tensão, pela alegria e diversão, pelas comidas mais que deliciosas, as viagens restauradoras, os enfrentamentos, cuidados e estímulos, muito feliz por esse encontro e parceria. Que venham outros desafios para brincarmos juntos.

Dedico e agradeço a minha mãe e tio que auxiliaram na pesquisa relacionada às suas experiências de vida junto a meu “Vô Fausto”, na Ilha da Marambaia, e todo este percurso de difícil acesso, devido à tenra idade. Histórias que perduraram ainda escondidas ou lembradas ao longo do tempo. E agradeço a meu irmão e a minha irmã sempre presentes, pau pra toda obra, desde a martelada no dedo até a construção da casa, que ainda não chegou. Mas vai chegar! Primos e primas amados! A minha querida família que hoje se revitaliza em outras dimensões.

Agradeço ao querido amigo Richard Rigueti por compartilhar cruzamentos exusíacos e sapiências palhacescas sintetizadas na frase: “Dentro de um problema sempre tem milhões de soluções, basta se coçar ou se contorcer”. Sábios movimentos!

Ao Sr. Armando e Dna. Cristina, dirigentes da Casa de Axé, pelo amoroso compromisso na condução da casa que me alimenta em diálogos e aprendizados. E às queridas irmãs/irmãos de Axé, que fortalecem nossa caminhada.

Agradeço à Cleo Lima, pelas divertidas e sábias palavras, pela contundência de sua experiência e o ambiente prático, bagunceiro e amoroso ao sabor das infâncias. À Eliana Ribeiro, querida colega, por tantas sábias palavras vindas dessa profissão historiadora, tão importante para tantos esclarecimentos. E destaco sua capacidade de escuta e síntese que possibilitam muitos diálogos. À Tainá Antonio, por sua transgressora, sinuosa firmeza e convicção de sua base comunitária e científica, um contagiante aprendizado. À Graciela Faico, pela disponibilidade, curiosidade e carinho em partilhar experiências do ambiente universitário. À Yasmin Nasri, pela partilha de sua experiência, pelo enfrentamento a seu modo que, tão

jovem, levanta possibilidades de transformação dos lugares. À Janete Nascimento e Geraldo Bastos, por essa disponibilidade imensa, esse abraço de coração e por estarem abertos as possibilidades de encontros. À Mônica Rosa e Thaís Sânela, por suas afiadas, divertidas e rascantes palavras que abraçam firmes seus propósitos. À Samira Younes, pela generosa qualidade de escuta e reflexão que abraça e envolve. E aos inúmeros colegas com quem conversei ao longo de todo o processo, e àqueles que se disponibilizaram, mas não alcancei tempo para a prosa, fica minha gratidão por toda disponibilidade. À Paula Cerqueira, pelo acolhimento e pela disponibilidade de escuta relacionadas às inúmeras dúvidas e incertezas.

Muita Gratidão, gente!

Um agradecimento especial ao professor Luiz Antonio Simas por indicar em seu livro “Maracanã – Quando a Cidade era Terreiro” a foto de gira de umbanda no Maracanã, cujos médiuns receberam os pretos escravizados que lutaram na Guerra contra o Paraguai.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, que pela sua diversidade, abre campo para realizarmos pesquisas vinculadas às culturas comunitárias. Ao Laboratório Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis – LabMEMS/UFRJ. Ao grupo Micropolítica pelas trocas que contribuíram para a composição deste trabalho.

Agradecimento ao Ricardo e Carlos, funcionários da Secretaria do EICOS pelo incessante trabalho de formiguinha que realizam, Gratidão!

E um agradecimento especial aos orientadores Gustavo Machado e Lucimara Rett, muita gratidão por enfrentarmos juntos esta árdua experiência, sabemos de nossos esforços e de algumas durezas que enfrentamos, cada qual a sua. Muita gratidão por acompanharem este processo e por todo o trabalho que tiveram. A ideia de orientação a contra pelo, tão preciosa para mim, é confluyente, passa pelo redescobrir-se, nos serve como um grande espelho que nos mostra quem somos, quem precisamos ser ou quem estamos sendo, dependendo da força e direção da correnteza. E que dos nossos encontros, possamos guardar e levar essa qualidade de respeito, carinho e a compreensão de valores, que, cada vez mais, inspirados nas cosmologias ameríndias e afrodiáspóricas, precisamos experimentar: como o Axé, a Força Vital, Abya Yala, e, para tanto, é necessário mergulhar juntos em rios de ignorância, o saber recuar, abrir espaços, o afeto, a resiliência, a escuta, a liberdade criativa, outras temporalidades, as corporeidades restaurativas. E que possamos acolher, cada vez mais, essas crianças feridas em nós, espalhadas pelas ruas.

Deixo aqui meu agradecimento e carinho!

LIMA, Rodrigo Maia Barbosa. **ECOAR AFETOS - Uma Psicossociologia das In:Visibilidades da Rua In:Voluntários da Pátria**. Dissertação Orientador: Prof. Dr. Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado. Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Lucimara Rett Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa foi orientada por uma perspectiva ética-estética-política amparada pelas cosmologias indígenas e afrodiáspóricas, em seus processos de resistências e resiliências. Foram tecidas reflexões a respeito das experiências vindas da História, das ruas, encruzilhadas e instituições, em tensão com o processo de invisibilização social. Teve como objetivo buscar modos de pesquisar mais sensíveis e implicados às experiências de pessoas que vivem nas ruas. O campo de pesquisa tornou-se um campo teórico-metodológico que evocou um breve levantamento histórico sobre o nome da Rua Voluntários da Pátria (Botafogo, Rio de Janeiro) tensionado de forma estética ao termo: *Rua In:Voluntários da Pátria*. O foco da pesquisa foi centrado nos canteiros de plantas desta rua e nas dinâmicas relacionais ao seu redor, compreendidas como um ambiente construído histórica, social e simbolicamente. A partir dos movimentos ao redor dos canteiros, foram narradas sete experiências vindas de encontros fortuitos, conceito atrelado à Estética Relacional (BORRIAUD, 2009), flexionadas com conceitos disparadores: Saber de Experiência (BONDÍA, 2002); Pesquisador Cambono (SIMAS; RUFINO, 2018) e Encontro (MERHY, GOMES, 2014) como método de pesquisa. Por fim, foram traçadas considerações envolvendo a invisibilidade social e as experiências de viventes e não viventes nas ruas a partir dos conceitos: Vence-Demanda (RUFINO, 2021); Aliança Afetiva (KRENAK, 2020, 2022); Devir Imperceptível (DELEUZE; GUATTARI, 2012) e Encantamento (SIMAS, 2019). Considerações direcionadas para estratégias que proporcionaram maior qualidade nas relações afetivas entre seres humanos e não humanos, entre viventes e não viventes que sugerem possíveis soluções de problemas de ordem cotidiana. Experiências de resistência e resiliência em perspectiva de conquistas, celebrações e visibilizações representadas, neste trabalho, pela palavra *In:Visibilidade*. Reverenciou ainda a qualidade do modo de viver mundos que passam, antes de tudo, pela relação de respeito ao ambiente, ao território e à natureza da qual fazemos parte.

Palavras-Chave: Psicossociologia das Invisibilidades; Cosmologias; Encruzilhadas; Devir Imperceptível; Alianças Afetivas.

LIMA, Rodrigo Maia Barbosa. **ECOAR AFETOS - Uma Psicossociologia das *In:Visibilidades da Rua In:Voluntários da Pátria***. Dissertação Orientador: Prof. Dr. Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado. Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Lucimara Rett Rio de Janeiro, 2022. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

ABSTRACT

This research was guided by an ethical-aesthetic-political perspective supported by indigenous and Afro-diasporic cosmologies, in their processes of resistance and resilience. Reflections were made regarding experiences from History, the streets, crossroads and institutions in tension with the process of social invisibilization. The objective was to seek ways of research that were more sensitive and involved in the experiences of people living on the streets. The research field became a theoretical-methodological field that brought a brief historical survey of the name of Rua Voluntários da Pátria (Botafogo, Rio de Janeiro) aesthetically linked to the term: *Rua In:Voluntários da Pátria*. The focus of the research was centered on the plant beds on this street and the relational dynamics around it, understood as a historically, socially and symbolically constructed environment. Based on the movements around the construction sites, seven experiences arising from chance encounters were narrated, a concept linked to Relational Aesthetics (BORRIAUD, 2009), inflected with triggering concepts: Knowledge from Experience (BONDÍA, 2002); Researcher Cambono (SIMAS; RUFINO, 2018) and Encounter (MERHY, GOMES, 2014) as a research method. Finally, considerations were outlined involving social invisibility and the experiences of living and non-living people on the streets based on the concepts: Vence-Demanda (RUFINO, 2021); Affective Alliance (KRENAK, 2020, 2022); Imperceptible Becoming (DELEUZE; GUATTARI, 2012) and Enchantment (SIMAS, 2019). Considerations directed towards strategies that provide greater quality in affective relationships between human and non-human beings, between living and non-living people that suggest possible solutions to everyday problems. Experiences of resistance and resilience in the perspective of achievements, celebrations and visualizations represented in this work by the word *In:Visibility*. This research also revered the quality of the way of living in worlds that involves, above all, a relationship of respect for the environment, the territory and the nature of which we are part.

Keywords: Psychosociology of Invisibilities; Cosmologies; Crossroads; Imperceptible Becoming; Affective Alliances.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Manto Tupinambá. Museu Nacional da Dinamarca.....	p. 23
Figura 2: Cacique Babau e Célia Tupinambá.....	p. 25
Figura 3: Cacique Babau com o manto tupinambá, Aldeia da Serra do Padeiro (BA).....	p. 25
Figura 4: Manto da Majé, Exposição na Festa Literária de Mucugê (BA).....	p. 27
Figura 5: Valorização da cultura dos povos originários a partir da mudança de imagem....	p. 36
Figura 6: Desnutrição Infantil, Garimpo e Covid-19.....	p. 38
Figura 7: Fogo em casa de reza, povo Kaiowá /Guarani – Tekoha Taajasu (MS).....	p. 40
Figura 8: Novo mapeamento da desertificação inclui áreas áridas.....	p. 44
Figura 9: Em roxo núcleo de desertificação.....	p. 44
Figura 10: Pôr do sol na Praia do Sino.....	p. 48
Figura 11: Árvore da “Tia Beá” – Símbolo de resistência da Marambaia.....	p. 49
Figura 12: Roda de Jongô - Ruínas da Senzala – Foi local de “engorda”.....	p. 50
Figura 13: Roda de Jongô – Dia da Consciência Negra – 2023.....	p. 51
Figura 14: Tradicional feijoada preparada no fogão de lenha.....	p. 51
Figura 15: Rotas Atlânticas – Rumo as Fazendas de Engorda.....	p. 53
Figura 16: Exércitos tinham batalhões formados exclusivamente por negros.....	p. 56
Figura 17: Camila e Rafael.....	p. 56
Figura 18: Matriarcas do Tempo giram e reafirmam lembranças de vozes.....	p. 58
Figura 19: Comitiva do presidente Getúlio Vargas na Ilha da Marambaia.....	p. 61
Figura 20: Primeira turma de formados pela EPDV.....	p. 62
Figura 21: Alunos da EPDV reparando redes de pesca.....	p. 62
Figura 22: Aluno da EPDV limpando sardinhas sob as vistas de Vargas.....	p. 63
Figura 23: <i>Banner</i> Levy Miranda na festa da Consciência Negra.....	p. 64
Figura 24: Alunos da EPDV aprendem a construir e consertar barcos.....	p. 65
Figura 25: Igreja – Capelão com um grupo de alunos da EPDV.....	p. 66
Figura 26: Quitandeiras – Rio de Janeiro, RJ, 1875.....	p. 71
Figura 27: Colheita de café, Vale do Paraíba, 1882.....	p. 73
Figura 28: Crianças alforriadas em Porto Alegre.....	p. 76
Figura 29: Herói – Marcílio Dias.....	p. 78
Figura 30: Grumete – Marcílio Dias.....	p. 78
Figura 31: Mamoeiro cheio de mamão na <i>Rua In:Voluntários da Pátria</i>	p. 87
Figura 32: Filtro.....	p. 101

Figura 33: Três momentos de Esmeralda Ortiz.....	p. 103
Figura 34: Área do projeto na Fundação Progresso: (a) antes da intervenção.....	p. 106
Figura 35: Área do projeto na Fundação Progresso: (b) depois da execução.....	p. 106
Figura 36: Canteiro de Drenagem ou Jardim de Chuva, Copacabana, RJ.....	p. 107
Figura 37: Roberto no sorriso das histórias.....	p. 108
Figura 38: Tranças popularmente conhecidas como Nagô.....	p. 114
Figura 39: CAPSad III - Dona Ivone Lara, Cascadura, Zona Norte, RJ.....	p. 128
Figura 40: Gira no Maracanã.....	p. 132
Figura 41: Rua Voluntários da Pátria, Botafogo, Rio de Janeiro.....	p. 136
Figura 42: Zoom da Rua Voluntários da Pátria.....	p. 136
Figura 43: Rua de São Joaquim (1865).....	p. 137
Figura 44: Membros do Batalhão de Voluntários da Pátria, Ceará (1867 - 1868).....	p. 138
Figura 45: Saci Urbano (SP) – Artista Thiago Vaz.....	p. 145
Figura 46: Saci Urbano (SP) – Artista Thiago Vaz.....	p. 145
Figura 47: Saci Urbano (SP) – Artista Thiago Vaz.....	p. 145
Figura 48: Curupira Karióka Regendo Pássaros ao Vento.....	p. 145
Figura 49: Canteiros Amendoeira e Mamoeiro.....	p. 153
Figura 50: Mamão - Voluntários da Pátria.....	p. 154
Figura 51: Placa Rua Voluntários da Pátria.....	p. 154
Figura 52: Detalhe Cacho de Mamão.....	p. 154
Figura 53: Banco Garrafas <i>Pet</i>	p. 157
Figura 54: Composição Objetos.....	p. 158
Figura 55: Construção de Banco.....	p. 159
Figura 56: Colchão no Canteiro.....	p. 160
Figura 57: Canteiro Quebrado.....	p. 161
Figura 58: Canteiro Customizado.....	p. 162
Figura 59: Encruzilhada Banco.....	p. 163
Figura 60: Encruzilhada Empatia.....	p. 164
Figura 61: Curupira <i>Karioka</i> em <i>Umbigagem</i>	p. 166
Figura 62: Saci Urbano (SP) – Artista Thiago Vaz.....	p. 168
Figura 63: Vórtex Temporal – Imagem-Sensação.....	p. 177
Figura 64: Cão na Encruza.....	p. 182
Figura 65: Cosme Damião e Doum.....	p. 186
Figura 66: Marielle Franco	p. 198

QUADROS

Quadro 1: Maioria dos africanos vinham da África Centro-Ocidental.	p. 53
Quadro 2: Notas sobre o saber da experiência e o saber da ciência/informação	p. 91
Quadro 3: Canto das Três Raças	p. 173

TABELAS

Tabela 1: Número de pessoas vivendo nas ruas no Brasil	p. 115
Tabela 2: Número de pessoas vivendo nas ruas por Grande Região (2012-2022)	p. 116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COVID	Corona Virus Disease
EPDV	Escola de Pesca Darcy Vargas
LAPIS	Laboratório de Processamento de Imagens de Satélite
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	p. 14
• Desterritorialização e o encontro com o campo de pesquisa	p. 14
INTRODUÇÃO	p. 20
1 PSICOSSOCIOLOGIA DAS INVISIBILIDADES	p. 23
1.1 Devir Pele Batuque De Pássaros Aos Ventos	p. 23
1.1.1 Manto e Nau – Pássaros que andam e a posse do corpo da terra	p. 23
1.1.2 Ruas – Diaspóricas Encruzilhadas levam à Ilha da Marambaia	p. 47
2 EXPERIÊNCIAS E INVISIBILIDADES NAS RUAS	p. 81
2.1 Saber de Experiência – In-Mundo – Cambono	p. 81
2.2 Experiências da Rua	p. 95
a) ”Ela” e “Senhor”	p. 96
b) Esmeralda e Roberto	p. 102
c) Ronaldo e a Liberdade	p. 109
2.3 IPEA e IBASE	p. 112
3 ENCONTROS METODOLÓGICOS – RUA CORPO CAMPO	p. 130
3.1 – Rua In: Voluntários da Pátria	p. 135
3.2 – Desterritorialização – Caminhos Possíveis	p. 138
3.3 – Vazio e as Corporeidades – Estados de Presença	p. 144
3.4 – Encontros Fortuitos Exusíacos – Sinais Da Rua	p. 147
a) Andarilho e a Pisada de Caboclo	p. 147
<i>a.1) Estética Relacional – Encontro Fortuito</i>	<i>p. 148</i>
b) Amendoeira	p. 151
c) Canteiros Bordas de Bancos	p. 156
d) Umbigagem	p. 165
e) Canto na rua gira encruza	p. 172
f) Cão na Encruza e o Vórtex Temporal	p. 175
g) Idowu ou Doum	p. 185
4 CONSIDERAÇÕES AO COSMOS	p. 191
REFERÊNCIAS	p. 201

APRESENTAÇÃO

Desterritorialização e o encontro com o campo de pesquisa

Esta pesquisa buscou evidenciar através de caminhos, fatos e afetos possíveis alianças que compuseram a trajetória deste pesquisador. Formação que provém de atividades formais e principalmente não formais, reunidas através dos modos de experimentar mundos em diversos ambientes comunitários.

Pedimos licença para que esta apresentação seja escrita na primeira pessoa do singular. Atitude que também foi em direção à escuta das singularidades, presentes no cotidiano dos encontros que aconteceram na rua pesquisada.

Para compor este trabalho arrisquei alianças entre as artes, educação, psicossociologia e a macumba. Provavelmente o mergulho foi menos vertical na composição da relação destas áreas, e mais horizontal na articulação das perspectivas que cada área aborda.

Busquei compor uma trama de múltiplas visões e, portanto, assumi a postura de que não houve a menor possibilidade de separação destas distintas e complementares áreas, por acreditar na partilha intrínseca de suas *práxis*. Calcada numa orientação que migrou em sentido não de um modelo de compreensão de mundo ocidental, que separa os conhecimentos, mas sim, em direção aos ensinamentos dos povos originários e afrodiaspóricos ou afroconfluentes cuja contribuição abriu caminhos para outros modos de viver, acolher, cuidar e celebrar o mundo.

Entendi este trabalho como uma matéria ainda bruta, ingênua (amparada pelo mundo criativo das infâncias) e inacabada, qualidades em que acreditei ser como uma espécie de rasura, e que caberia investir ainda mais na realização de um trabalho efetivo junto a comunidades. Fato que não foi possível para esta pesquisa de mestrado, devido às circunstâncias que serão explicitadas. Houve inúmeros atravessamentos que mobilizaram meu corpo para a realização desta pesquisa, o que abriu perspectivas que orientaram toda a trajetória.

Trouxe para esta apresentação uma breve narrativa sobre a chegada ao mestrado, assim como os processos de desterritorialização vividos e de recomposição do campo de pesquisa.

Em 2014, na qualidade de artista/psicólogo/educador, fui convidado a realizar intervenção em uma escola pública¹ no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Educação do Município – Rio de Janeiro (RJ), cujo objetivo era diluir a violência na relação aluno-professor. O projeto foi intitulado *Escuta Corpo Espaço* e contabilizou 200 horas de

¹ Escola Pública – Não citaremos nome nem local por questões de segurança e ética.

trabalho, transformado em monografia intitulada **Virgula-Gatilho: Um escuta outro fronteiras**, feita para conclusão do curso de Especialização em Artes Visuais (UERJ/EAV - Parque Lage - 2016). Trabalhei os conceitos: Estética Relacional, (BOURRIAUD, 2009) e Devir Imperceptível, (DELEUZE, 2012). O título da monografia surgiu de uma conversa no PÁTIO da escola com aluno atuante no tráfico de drogas. Mesmo aluno visto pela equipe jogando seus livros e cadernos na lata de lixo.

Buscando acolher o jovem, através de dispositivo ou objeto relacional – neste caso, através de palavras e diálogos – este foi indagado sobre as possíveis relações que se poderia estabelecer entre: **Vírgula e Gatilho**. Inicialmente falamos da forma de uma e de outra. Expliquei a função da vírgula. Após uma conversa entremeada de silêncios e vazios, chega aos meus ouvidos, vindo do jovem, uma ideia relacionada a: **O gatilho a gente faz ponto final nas pessoas! A vírgula a gente dá continuidade!** Frase que se transformou no coração da monografia.

Outro fato que preencheu de afetos veio através do reconhecimento de uma das coordenadoras da mesma escola, que no início do projeto se colocava agressivamente contrária às nossas atividades. Ao final de nossa intervenção e sensibilizada pela relação que estabelecemos com os jovens, não sem conflitos, mas aprendendo a driblá-los, a coordenadora nos agradeceu muito e revelou uma ideia que não havíamos percebido até então, a de que **trabalhávamos de forma invisível e tudo acontecia**. Pensamento que traduziu a sutil possibilidade de melhora das relações entre alunos, de alunos para professores, técnicos e entre os trabalhadores da escola por um certo período, uma vez que todos se mobilizaram para as atividades. Mas claro que, assim como o projeto, tudo foi passageiro.

A conclusão do projeto na escola trouxe uma questão: Segundo Masschelein e Simons (2014), se um dos significados da palavra **ESCOLA** é Tempo livre; e se a palavra **PÁTIO** significa aberto, amplo, visível, lançamos uma pergunta: **O que há de invisível ou imperceptível nos pátios das escolas?** No pátio daquela escola, em função dos eternos tempos vagos – fruto de ausências, violências e do desgaste na relação professor-aluno –, havia uma sensação de **PRAÇA PÚBLICA**, onde as crianças e jovens iam e vinham, pulavam os muros saindo e entrando da escola, vagavam ociosas, porém, sempre entre muros de concreto e cimento.

Muito concreto, nenhuma vegetação! Retrato do bairro e da escola, e de tantas outras localidades. Pátio sem circularidades, feito de cimento e linhas retas, concretando as relações – cada vez mais corrosivas, violentas e violentadas – que corroíam suas subjetividades, salvo um

tanto de duras conquistas feitas por alguns professores, verdadeiras heroínas e heróis, e alunos obstinados, cuja resiliência já se fazia em seus corpos, impregnada em sua subjetividade.

Porém, através de nichos de alunos que se agrupavam em suas empatias pelos cantos do pátio, ainda habitava algo daquelas infâncias relacionadas ao **tempo livre - tempo de criação**. Reconhecer e respeitar estes nichos possibilitou aproximar-me dessa qualidade de ambiente, e junto a eles o projeto se desenrolou em um expressivo varal de livros feitos por eles, dentre outras experiências. Tornou-se clara a necessidade de transformar: Pátio - **Espaço Aberto** e Escola - **Tempo Livre em PRAÇA PÚBLICA** – composta por terra, árvores, plantas, bons ambientes, circularidades, boas relações e espaços de criação.

Assim nasce o desejo de reconhecer, respeitar e quem sabe regenerar através do verde, da terra, da colaboração mútua, da presença de natureza e a potente convocação que as praças públicas podem nos proporcionar, convocando sujeito e natureza a ser um só corpo.

Desta forma me liguei à praça pública e, em 2019 com intensão de realizar o mestrado, fiz contato com o líder do grupo de 16 pessoas que habitavam a Praça Pública Guilherme Figueiredo, no bairro carioca da Urca, em frente à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para saber do interesse na regeneração da praça e produção de alimentos, já que havia um pequeno canteiro de cebolinhas plantadas por eles.

Ao perguntar se desejariam realizar plantações e outras atividades na praça, com sorriso em sua face e um forte aperto de mãos, a resposta foi positiva se disponibilizando para o que fosse preciso. Comentou ainda que haviam tentado plantar algumas coisas: cebolinha, abóbora, tomate, mas não havia dado certo. E mostrou o pequeno canteiro em que ainda havia cebolinha, mas o tomate e abóbora não resistiram, segundo o líder do grupo de moradores da praça.

Em abril de 2021 ingressei no mestrado do EICOS levando as questões do projeto: Praça Pública, Tempo Livre e a Cooperação Através de Plantio. Com a questão: O que há de imperceptível na Praça Pública e na Universidade? Como a invisibilidade social opera?

Porém, a pandemia de COVID-19 havia chegado ao Brasil em março de 2020, e em progressão geométrica ceifou milhares de pessoas deixando a praça completamente vazia de moradores. Em dezembro de 2021, já não havia mais as 16 pessoas que viviam na praça há 10 anos. E como o objetivo era realizar plantio e pesquisar as invisibilidades na cooperação através do plantio com as pessoas que viviam na praça, ficou claro que o campo de pesquisa havia se desfeito.

Ao longo da realização das disciplinas do mestrado tentei investir em outras três possibilidades de campo de pesquisa, sem ter êxito em nenhuma delas:

- **Projeto Fronteiras:** Projeto artístico social internacional que trabalha com crianças e jovens em situação de risco social, do qual participei de 2009 a 2014.
- **Projeto Croatã:** Mogi das Cruzes (SP) – Treinamento para Formação de Escola em Agricultura Sintrópica, do qual participei de 2017 a 2021.
- **Reserva Volta Velha (SC):** formada por 830 hectares de áreas protegidas e com um dos maiores acervos de pesquisas de Florestas Atlântica de Terras Baixas. Trabalharíamos a relação da Reserva com o Porto de Itajaí, antigos parceiros atualmente em conflito de território.

Assim, foram 4 tentativas de investir em um campo de pesquisa, todas fracassadas. Acrescento ainda a partida de familiares, questões importantes de saúde e a perda do computador que influenciaram nesta desterritorialização. Fui coberto por um profundo sentimento de insucesso, que chegou à beira da desistência na continuidade do mestrado.

Os consecutivos fracassos me faziam questionar “o que poderia fazer?” E colocava meu corpo a andarilhar sem rumo, sem intenção, apenas observando a rua, impregnado por um sentimento de desistência e esvaziamento, típico de quem se abre ao mundo para talvez receber algo, seja lá o que for. Foi então na gira de umbanda que frequento, que Exu disse: “Se eu quiser te levar, você vem”. Surpreso, entendi como uma chamada para a vida. Ao menos saí daquele encontro com o corpo mais erguido, mais presente.

Na mesma semana, ainda sendo levado pela sensação de esvaziamento, caminhava pelas ruas observando o que estava no entre, no ao redor, nas frestas e gretas. Comecei a observar os canteiros de plantas rachados pelas raízes, com a ideia de arte relacional, o que pressuporia esvaziar-me para abrir espaço a outras qualidades de relação. E neste exercício, por mais contraditório que pareça, fui retirando do meu olhar a obrigação de ter que encontrar algo. E deixei o olhar receber os acontecimentos abrindo minhas sensações e percepções às situações e acontecimentos. Passei a observar, então, como os corpos de pessoas que vivem nas ruas experimentavam suas corporeidades, como lidavam com o ambiente e com os canteiros de plantas.

Foi se delimitando e reavivando o tema: Vazios e corporeidades como estados de presença. Frase que assuntava minhas caminhadas. Comecei a reparar também em trabalhos vinculados às artes de rua como o Saci Urbano do artista Thiago Vaz, que me fez ‘encontrar’,

ao longo das caminhadas, um Curupira *Karióka*²: uma pessoa deitada em um canteiro de plantas que observava os vazios do tempo e a sinfonia de pássaros que cantavam ao seu redor.

E logo surgiu a convocação: numa dessas caminhadas na rua Voluntários da Pátria, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, aconteceram os dois primeiros encontros que, mais tarde, fui entender como encontros fortuitos, conceito pertencente à Estética Relacional (BORRIAUD, 2009) e trabalhado nesta pesquisa. Os encontros foram uma convocação para trabalhar naquela rua. Convocação feita por andarilhos e, talvez, por uma “encantada” segundo Simas (2020, p.47): uma árvore amendoeira. Por isso, recorri às cosmologias indígenas e afrodiaspóricas, assim como aos estudiosos apaixonados por estas culturas.

Outro fato que corroborou com a decisão da escolha da rua foi a disciplina “Estudos em Memória Social”³, que fez parte do programa deste mestrado. O exercício de memória, proposto pela disciplina, me levou à rua Voluntários da Pátria, exatamente na bifurcação com a rua Humaitá, local onde nasci. E, na memória, o contato com a história de meu corpo junto à capoeira e aos trabalhos artístico-sociais, dentre eles, um que versava sobre 5 crianças feridas em nós. O contato com esta corporeidade também me levou à trajetória de meus parentes e ao trabalho de suas vidas, sempre relacionados ao âmbito da saúde, social e espiritual: meu tio que dedicou parte da sua vida aos jovens infratores, e meu avô “Vô Fausto” e sua história na Ilha da Marambaia, que tem como símbolo conectivo a música “Canto das três Raças”, dos compositores Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro.

Retomando ao processo da dissertação, entendi que fui convocado pela rua, por seus andarilhos e encantados para que pudesse compor uma pesquisa junto a eles na rua Voluntários da Pátria. Os movimentos da rua e uma certa sensação de pertencimento a ela, devolveram minha própria imagem redimensionada, agora como um tríptico: corpo campo rua. Nesta imagem encontrei-me como pesquisador observando experiências. Surgiu então a ideia de relacionar – de forma ética/estética – a história de meu avô, vinculada à Ilha da Marambaia no contexto de um processo de reparação histórica, à história do nome da rua Voluntários da Pátria. Ambas me levaram para a história do processo de colonização, como uma possível origem do processo de invisibilização social de indígenas e pessoas escravizadas. Mentalidade ainda hoje perpetuada pela lógica colonial.

² Trabalhamos na ideia de um curupira descendente dos Kariókas, grafado desta forma segundo Silva (2021), antes da cidade do Rio de Janeiro se formar, eram os indígenas, tupinambás, suas aldeias e seus caminhos.

³ “Estudos em Memória Social” - foi uma disciplina realizada no segundo semestre (2021) no mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, ministrada pelas Professoras Doutoras Claudia Reinoso Araujo de Carvalho e Samira Lima da Costa. Onde na ementa constava os estudos de comunidades e dos processos de produção e emergência da memória social.

Nasceu então uma nova pesquisa e um novo corpo de pesquisador, uma corporeidade que se permitia ser atravessada a qualquer momento, por qualquer elemento, um outro modo de pesquisar o campo, guiado pelos encontros, pelos sinais da rua, pelos catiços e encantados. Fato que se tornou uma experiência e levou à adaptação da questão que me afligia desde o projeto inicial: O que há de imperceptível nos canteiros de plantas da rua? E nas instituições? Como a invisibilidade social opera nestes locais? De que forma nós (como sociedade) perpetuamos este processo de invisibilidade social que muitas vezes é imperceptível?

Nesta relação corpo campo rua, foi necessário entender quem e como, na história desta nação, andarilhava inicialmente pelas trilhas, caminhos e posteriormente ruas. Quais corporeidades, que potências, resistências e resiliências, agiam através de fugas, embates e alianças como modos de, mais que sobreviver ao processo colonizador, reinventar seu modo de ser e sua cultura? Que as infâncias nos ajudem a recriar mundos.

Acredito que a invisibilização social vem desde os primeiros contatos com a cultura ocidental. E por dentro desta invisibilização as qualidades de resistência e resiliência, que são experiências de mundo, foram capazes de atravessar séculos até chegar nas ruas atuais. Foi na relação entre as experiências de mundo dos povos originários e afrodiáspóricos, e as experiências vindas da rua, que busquei receber, talvez aprender, para proporcionar diálogos entre o campo de pesquisa e a universidade.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi uma convocação feita pelo próprio campo pesquisado.

Orientada pela perspectiva ética/estética, nos amparamos na história indígena e afrodiaspórica em seus processos de resistências e resiliências – Fuga Embate Aliança – para tecer reflexões a respeito do processo de invisibilização social intrínseco a todos nós e, de forma mais contundente, às pessoas que vivem nas ruas.

O **capítulo um**, intitulado “Psicossociologia das In:Visibilidades na(s) Rua(s)”, foi destinado a uma reflexão que relaciona o processo de invisibilização social à história indígena e de pessoas escravizadas, cujo modelo de pensamento é perpetuado ainda hoje no cotidiano das ruas.

Buscamos evidenciar uma relação intrínseca a respeito da invisibilidade social (que vem desde o processo da história colonial) com as experiências de pessoas que vivem e viveram nas ruas e as experiências institucionais.

Começamos por apresentar que o legado de destruição vem desde o processo colonial, que se perpetua em pequenos gestos, movimentos, atitudes e comportamentos, e chega em políticas públicas que esbarram na distância entre o que propõe e o que querem e conseguem realizar com sucesso.

Traçamos uma perspectiva que buscou, principalmente, celebrar as conquistas e reverenciar a força de um modo de experimentar o mundo que passa, antes de tudo, por uma relação de respeito com o ambiente, o território e a natureza da qual fazemos parte. E nesta ótica, reverenciamos estes povos que nos ensinam que os biomas não são meras fontes de energias inesgotáveis. Com a cosmologia, aprendemos a interagir para criar mundos confluentes (BISPO, 2021) com uma parte esgotada da própria natureza que somos. Mentalidade propagada pela transmissão de seus saberes e conhecimentos na relação com os ambientes em que vivem.

Por outro lado, a mentalidade usurpadora ocidental, que age de forma violenta e direta, destruindo culturas e biomas, também age de forma indireta e imperceptível. Há os que deliberadamente agem através da cultura de expropriação, utilitarista e usurpadora, violentando tudo e a todos. E há os que, como muitos de nós, agem perpetuando o processo de colonização sem nem saber e ou perceber que o fazem. Como olhar para este fato?

Utilizamos alguns conceitos e estabelecemos conexões entre eles para alimentar esta reflexão. Conceitos que trazem em seu bojo a experiência como modo de orientação. São eles: O Saber de Experiência (BONDÍA, 2002); Pesquisador In-Mundo/Implicado (MERHY;

GOMES, 2013); Pesquisador Cambono (SIMAS; RUFINO, 2018). Conceitos que foram tensionados com as experiências de pessoas que vivem e viveram nas ruas e com a experiência de instituições como IPEA e IBASE. Reflexões que vão em direção ao que tensionamos ser uma Psicossociologia das Invisibilidades na(s) Rua(s), como uma relação perpetuada através dos séculos por sistemas de empreendimentos exploratórios, tais como: as navegações, o extrativismo exploratório, o tráfico escravocrata, a mineração, as monoculturas, os empreendimentos territoriais e imobiliários, dentro de uma cultura de usurpação e extermínio de populações.

A partir de então tecemos algumas questões já evidenciadas na apresentação: O que há de imperceptível nos canteiros de plantas das ruas? E nas instituições e estabelecimentos? Como a invisibilidade social opera nestes locais? De que forma nós perpetuamos este processo de invisibilidade social que muitas vezes é imperceptível?

Com a compreensão desse panorama, trouxemos à tona questões/reflexões vinculadas às formas de acolhimento, e à concepção de acolhimento, que instituições e estabelecimentos trabalham junto às pessoas que vivem nas ruas. O que nos ajudou a encontrar nossos objetivos.

Objetivo Geral

Pensar uma perspectiva ética-estética-política que tensione modos de pesquisar mais sensíveis e implicados às experiências de pessoas que vivem nas ruas, tomando como referência cosmologias dos povos indígenas e afrodiaspóricos ou afroconfluentes.

Objetivos Específicos

- Colocar-se em disponibilidade para a alteração de paradigmas que não sejam totalizadores, deixando-se afetar pelas emergências da rua;
- Experimentar uma condição de escuta atenta para um pensar psicossociológico, ecológico e pedagógico que estabeleça uma relação responsável com outras presenças, enunciações, corpos, que comunguem diferentes vibrações dos saberes do mundo;
- Absorver e captar gestos, movimentos, situações e acontecimentos relacionados às possibilidades de acolhimento ou à falta dele nas ruas;
- Refletir sobre formas de acolhimento de pessoas que vivem nas ruas que são atravessadas pela Invisibilidades Social;
- Tensionar o conceito Invisibilidade Social e o termo In:Visibilidade criado por esta pesquisa.

No **capítulo dois**, dedicado ao campo de pesquisa e intitulado “Encontros metodológicos – Rua Corpo Campo”, foi realizado um breve levantamento histórico do nome

da Rua Voluntários da Pátria, Botafogo (Rio de Janeiro), que tensionado de forma estética a partir do próprio nome “*Rua In:Voluntários da Pátria*” – escrita para evidenciar de forma simbólica os involuntários (povos indígenas e afrodiáspóricos) que lutaram na Guerra da Tríplice Aliança –, nos trouxe a composição para a construção do campo de pesquisa. Nele foram narradas sete experiências vindas de encontros fortuitos, conceito atrelado à Estética Relacional (BORRIAUD, 2009), tensionadas com a perspectiva do Pesquisador Cambono (SIMAS; RUFINO, 2029), que atravessou de maneira encruzada esta pesquisa.

Para encerrar, no **capítulo três**, intitulado “Considerações ao Cosmos”, alinhavamos as perspectivas sobre a *In:Visibilidade*, que passa pelo nome da rua – campo desta pesquisa – e pelas experiências vivenciadas nela. Buscamos entrelaçar os conceitos Vence-Demanda (RUFINO, 2021), Aliança Afetiva (KRENAK, 2020, 2022), Devir imperceptível (DELEUZE; GUATTARI, 2012) e Encantamento (SIMAS, 2019).

O que nos fez levantar a questão: O que há de imperceptível na invisibilidade social?

1 PSICOSSOCIOLOGIA DAS INVISIBILIDADES

1.1 Devir Pele Batuque de Pássaros aos Ventos

1.1.1 Manto e Nau – Pássaros que andam e a posse do corpo da terra

Nós somos pássaros que andam!
Célia Tupinambá

Figura 1: Manto Tupinambá. Museu Nacional da Dinamarca.



Fonte: Os primeiros brasileiros/UFRJ

“Mantos Tupinambá: a retomada de territórios invisíveis.”⁴

A retomada do território Tupinambá da Serra do Padeiro e a retomada dos mantos Tupinambá – objetos históricos ritualísticos (usurpados por europeus há 384 anos) – estão entrelaçadas. Assim escreve Gabriela Amorim, da revista virtual, “BrasildeFato”: Glicéria de Jesus da Silva ou Célia Tupinambá, artista e uma das lideranças do povo Tupinambá, diz que com a comunidade organizada, e sentindo-se segura no território retomado em 2005, surge a

⁴ Mantos Tupinambá: a retomada de territórios invisíveis - Os mantos Tupinambá foram levados do Brasil durante o período colonial e estão sendo recriados por Célia Tupinambá. Gabriela Amorim - Salvador | 24 de abril de 2023 - <https://www.brasildefatoba.com.br/2023/04/24/mantos-tupinamba-a-retomada-de-territorios-invisiveis>.

ideia de fazer o primeiro manto e começa a tecer com indicações de seu pai, Pajé Liro, terminando-o em 2006. Célia conta que precisava agradecer aos Encantados pela retomada, pois só conheciam os mantos através dos cantos que sobreviveram na memória coletiva do povo Tupinambá. “O índio subiu a serra todo coberto de pena. Ele foi, mas ele é. É o rei da jurema”. Ecoa o cântico pela serra retomada!

Em aula de antropologia na aldeia, Célia viu os mantos pela primeira vez, projetados na parede, e junto de seus colegas brincaram de vestir-se no manto projetado em seus corpos. Diziam que era para o corpo absorver a imagem. Mantos usurpados em período colonial.

Com o passar do tempo, resolve fazer um manto e pede aos encantados que lhe abram a mente e mostrem os caminhos para tecer novos mantos. A resposta que recebe, como um balde de água fria, foi “tudo a seu tempo, que deveria se aquietar”. Muito jovem, querendo tudo para agora, realiza um manto, mas acaba desistindo de botar energia nisso. E reflete que, mesmo sendo indígena, ainda lida com a ideia de pensamento a priori. No entanto, em um breve espaço de tempo, recebe convite para expor o manto em Fortaleza (CE). Em consulta aos Encantados sobre a possibilidade de expor seu manto, lhe é revelado que poderia expor, com a condição de que teria que fazer mais três.

Em 2019, é convidada a ministrar palestra sobre os encantados na França, onde visita um dos mantos Tupinambá, que se encontrava na reserva técnica do Museu *Quai Branly*. Quando entra no lugar, diz que vai para outra dimensão e percebe que o manto lhe aguardava. Entra em estado de “cosmoagonia”, como gosta de dizer. Na presença do manto, vê imagens trazidas por ele, sente a areia nos seus pés, a textura da pena nas mãos, sente o ambiente, ao mesmo tempo que mantém atenção no presente, na tecitura da malha que compõe o manto e tenta apreender o máximo sobre nós, amarrações, formatos, etc. Sente a energia feminina do manto, que lembra sua madrinha, e se lembra das mulheres que tecem o cordão do algodão. Sente e afirma que o manto é feminino, feito por mãos de mulher. O manto lhe mostra o lugar de onde saiu, de uma vida antes do contato com os europeus. Que viveu em rituais.

Com as informações sobre o manto guardadas na memória, ainda sim, durante anos não conseguiu tecê-los. Até que seu irmão, Cacique Babau, recebe o título de Doutor Honoris Causa na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E para a cerimônia resolve fazer o manto. Na primeira tentativa de tecer a malha que receberia as penas, seu filho picotou o que já havia sido feito. Ao questioná-lo, responde que a tesoura havia falado com ele. Célia entende que estava tecendo errado o manto. E consegue recriá-lo, “um manto vivo”, nas palavras da artista, tecido com algodão encerado pela cera das abelhas tíuba e penas de aves da comunidade, entre elas galinhas, gaviões, o canário-da-mata dentre outros. E acrescenta que seu povo lutou pela

revitalização do meio ambiente, da mata, pela volta dos animais. A força da conquista de recuperação do território e do manto somente passa a existir devido ao equilíbrio na natureza do território da Serra do Padeiro. Faltava o manto, que chega no momento em que o Brasil está numa terrível crise, contra os povos indígenas, contra a demarcação das terras indígenas. E diz que o manto vem quando é preciso que ele exista. O manto ritualístico está na aldeia e foi vestido pelo cacique Babau durante a cerimônia em que recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UNEB, em junho de 2023.

Figura 2: Cacique Babau e Célia Tupinambá



Fonte: Uneb - Fligê

Figura 3: Cacique Babau com manto tupinambá, Aldeia da Serra do Padeiro (BA).



Fonte: Glicéria Tupinambá/Cortesia

Em 2020, é convidada pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) a dar palestra sobre artefatos Tupinambá e conhece, através de imagens, 11 mantos que se encontram na Europa. E comenta que precisa ouvir esses mantos. Ao olhar a imagem reconhece o ponto do jereré. Lembra que sua madrinha sabe fazer o ponto, e que está guardado na memória das mulheres. Célia pede a sua madrinha que lhe ensine esse ponto de tecitura. A madrinha pergunta se ela já sonhou, responde que sim. A madrinha diz que então já está dentro dela, e que voltasse para casa para fazer o ponto. Logo a comunidade se mobiliza: os passarinhos doaram as penas, as crianças, jovens e idosos catavam e o manto foi construído com todo o território.

No processo de retomada do território e dos mantos, percebeu que, ao fazer o manto, possibilitou a recuperação da língua, das memórias, de outros saberes silenciados ao longo da história da colonização. Em suas pesquisas, encontra uma xilogravura de 1555 onde havia uma mulher com um manto sobre as costas, amamentando um bebê e recebendo uma pena de uma outra criança pequena. Diz que as mulheres usavam os mantos, faziam os partos e a iniciação da menina moça para virar mulher.

Através das imagens associou a existência de uma majé, ao ver as mulheres indígenas que são cuidadoras, conhecedoras das ervas medicinais, da parteria, benzedeadas e curandeiras. Então passou pelo processo de cuidadosa espera para que o manto se apresentasse na feitura do manto da majé. A partir da retomada do manto como um símbolo feminino, feito por mãos de mulheres, entende e assume a liderança dessa retomada dos mantos que também são feitos e utilizados pelas majé, uma “pajé mulher”. Toda essa ação, esse reencantamento, traz a linguagem do despertar da mulher indígena. Por isso, a importância de trazer a majé, porque ela foi invisibilizada, foi apagada da história, diz Célia.

Pois, com a escuta aos encantados mais aberta, compreende que não é ela quem faz o manto, é ele quem se faz. O manto é a própria entidade. É um encantado.

Sabendo da existência de vários mantos espalhados pela Europa, consegue visitar um deles em Copenhague (Dinamarca). Ao pisar nas terras dinamarquesas ela diz ouvir a flauta e, mesmo sem saber, tinha certeza que elas estavam naquela terra. O som lhe acompanhava por onde ia e ficava cada vez mais forte, conforme se aproximava do museu, onde, de fato, estão guardadas flautas feitas de ossos das pernas dos inimigos abatidos e utilizadas em rituais Tupinambá. Hoje sente muita felicidade por acessar estudos que comprovam o que o gavião, o canário-da-mata e o tururim e outros pássaros já lhe haviam contado.

Figura 4: Manto da Majé, Exposição na Festa Literária de Mucugê (BA)



Fonte: Divulgação/Fligê, no *website* Brasil de Fato (2023)

Diz que quem a orientava e guiava era o manto. Relata que o colonizador tira o manto e a população fica descoberta, porém, o manto sempre volta para casa. E voltou de outra forma, mesmo sem o repatriamento devido. Célia aponta que a feitura dos novos mantos é um processo longo e cheio de intervenções dos encantados, pois é a forma possível de reviver os mantos para o povo Tupinambá.

Em 2023, participou do Programa de Estudos:

“Saberes em convívio: O que eu não vejo também existe”⁵.

Estamos aqui falando de um processo histórico de invisibilização que acontece desde o período colonial, que não para de acontecer. E por isto a celebração! Desde já, celebramos a retomada dos territórios visível e invisível, a Serra e o Manto, sagrados ao povo Tupinambá.

A narrativa Tupinambá, dentre outras orientações, é orientadora do processo desta pesquisa. Por sua forma de compreender o mundo, com a qualidade de escuta aos invisíveis, com a qualidade de conexão ao ambiente. É com este poder de aliança que nos inspiramos para aprender a ser pesquisador. Essa conexão é teia potencializadora, é rede viva, com sinais vindos de vozes, cantos, penas, pássaros e que ainda hoje presentificam-se como sinais das ruas.

⁵ A artista e liderança indígena Célia Tupinambá, em 2023, participa do Programa de Estudos “Saberes em convívio: o que eu não vejo também existe” da Pivô Pesquisa e também da exposição Entre Nós: dez anos da Bolsa Zum/Instituto Moreira Salles. <https://www.brasildefatoba.com.br/2023/04/24/mantos-tupinamba-a-retomada-de-territorios-invisiveis>

É preciso abrir espaços, escutas para o encantado! Pois, o que não se vê, também existe!

Pedimos licença aos caboclos que nos guiam, aos povos originários que nos ensinam a caminhar. Pois, segundo Célia Tupinambá: Os Tupinambás são pássaros que andam.

Assim buscamos caminhar em nosso campo de pesquisa. Neste capítulo buscamos um arco que vem de uma História de invasões e sequestros, passa por experiências de vida nas ruas, evidencia um problema e se lança em reflexão a partir destas relações.

NAU – A posse do corpo da terra

Fuga, embate e alianças. Pelas entranhas das Naus, os corpos, o oceano, que por dentro, a kalunga⁶ maior. Embaixo do cimento e do asfalto das ruas, os biomas, os territórios, corpos, elementos da natureza, terreiros, a kalunga menor. O bem viver, o sagrado e o cosmos. Seres que ainda migram, singram, sangram, caminham, dançam, cantam em nossos ouvidos. O sangue escorrido e o canto ecoado, a terra recebe. Em resistências, fertilizam, alimentam e ensinam. E sob o manto da invisibilidade, em aliança e escuta o Ecoarafetos!

CANTO DAS TRÊS RAÇAS⁷

Ninguém ouviu
Um soluçar de dor
No canto do Brasil
Um lamento triste
Sempre ecoou
Desde que o índio guerreiro
Foi pro cativo
E de lá cantou

Negro entoou
Um canto de revolta pelos ares
Do Quilombo dos Palmares
Onde se refugiou
Fora a luta dos infidentes
Pela quebra das correntes
Nada adiantou
E de guerra em paz
De paz em guerra
Todo o povo dessa terra
Quando pode cantar
Canta de dor
Ô, ô, ô, ô, ô, ô

⁶ A palavra kalunga (de origem bantu) dentre vários significados, pode ser "espaço oco" e pode estar associado ao luto, ao vazio que se sente pela partida de parentes. No sistema escravocrata, a partir do século XVI, famílias africanas testemunharam seus parentes zarparem mar a dentro. Kalunga grande torna-se o grande cemitério marinho. (VAZ, 2023). Enquanto que kalunga pequena é a terra que recebe os corpos escravizados e acaba por transformá-los em semente. (MOURA. 2000).

⁷ Canto das Três Raças – Composição de Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro, Lançado em 1976, nos últimos anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1984), pela voz da cantora Clara Nunes.

E ecoa noite e dia
 É ensurdecedor
 Ai, mas que agonia
 O canto do trabalhador
 Esse canto que devia
 Ser um canto de alegria
 Soa apenas como um soluçar de dor
 Ô, ô, ô, ô, ô, ô
 Fonte: [LyricFind](#)
 Compositores: Mauro Duarte / Paulo Pinheiro

Por um devir pele, pena, manto, cantos...

E pela potência de vida, historicamente usurpada dos povos nativos desta terra, ecoem.

É em contextos drásticos que se faz necessário o ecoar de cânticos em alegria, como gesto de resiliência aos gritos do soluçar de dor que reverberam em corpos aviltados ontem e hoje, na história deste continente. É preciso cantar, dançar e suspender o céu à maneira daqueles que não se deixaram cindir dos demais seres que pertencem à terra, ao céu, ao cosmos. Sonhar novas conexões, gestos que possam trabalhar para a saúde da Terra e de todos os seres. Reencantar.

Krenak explica como seu povo observa o movimento do céu e a relação dele com a terra, percebendo **quando o povo está dissociado dos demais seres**. Quando sentem a pressão de que o céu está muito perto da terra, sentem que é o momento de realizarem o ritual de canto e dança, com a finalidade de suspender o céu. Esse ritual é realizado na entrada da primavera. “Então, é preciso dançar e cantar para suspendê-lo [o céu], para que as mudanças referentes à saúde da Terra e de todos os seres aconteçam nessa passagem. Quando fazemos o *taru andé*, esse ritual, é a comunhão com a **teia da vida que nos dá potência**” (KRENAK, 2020, p. 46) [Grifo nosso]

Essa pesquisa, mais que agenciar ou agir, está em devir. Busca receber ensinamentos de quem absorve o mundo por outras qualidades de presença. Nativos e descendentes pindorâmicos e afrobrasileiros, seus gestos, suas presenças, nos ensinam e inspiram.

Há, porém, um outro tipo de gesto de caráter utilitarista, econômico, histórico, religioso e social baseado na ideia de posse, destruição e fim, que parece estar no cerne da invisibilização social. São gestos, atitudes, ações e situações que estão presentes das Naus, nos campos agrícolas, nas ruas de cidades brasileiras. Esbarrar na história é acreditar que estes gestos vêm desde as primeiras décadas de invasão no processo colonizador e, até onde foi possível refletir, tem como ponto de partida as feitorias, sesmarias, capitanias hereditárias e governo geral. Mentalidade que se estende ao império e república. Um legado de pensamento econômico exploratório, saqueador, sequestrador, usurpador, desterritorializante e genocida.

Não se pretende vasculhar a fundo a história colonial, mas apenas ressaltar fragmentos dessa história como rasura, gesto tal qual um transeunte risca e arrisca suas caminhadas nas ruas, desde o período colonial. Gestos que por um lado denunciam a violência histórica, e por

outro, infelizmente, ainda perduram aviltando o cotidiano de pessoas que vivem nas ruas. Pois, entre as feitorias e sesmarias, foram milhares de indígenas – e mais tarde, na história colonial, povos afrodiáspóricos –, que sobre seus corpos, à base de humilhações e violações, ergueram a estrutura colonial ainda vigente.

No entanto, segundo Célia Tupinambá⁸ em palestra na Festa Literária das Periferias (FLUP, 2023), o processo de colonização para seus parentes pode ser sintetizado em três gestos ou atitudes básicas: Fuga (migrações e nomadismos); Embate (entre indígenas e com europeus); Aliança (por sobrevivência, interesse, afetos e afecções⁹). É através do legado desta experiência, em que souberam atravessar e transformar, que hoje orientam caminhadas epistêmicas.

Hoje uma pessoa indígena ou afro-brasileira – considerando o processo de miscigenação que amplia esse espectro – que foi privada de sua cidadania e vive nas ruas por questões as mais variadas, ou, mesmo uma cidadã domiciliada, que se recusa a fazer contato com sua origem (com a cultura de seus antepassados), faz crer que é a consequência de um legado de humilhação, apagamento e invisibilização histórico ao qual esta pesquisa buscou escutar. Mais além do que os gestos de apagamento, a pesquisa investiga gestos invisíveis que resistem pelas frestas de relações que acontecem nas ruas, que serão destacadas ao longo da escrita.

O tempo é uma divindade sagrada que mantém a lei dos ciclos da terra e do céu, segundo Jecupê (2020). Kaká Werá Jecupê relata que com a chegada das grandes canoas dos ventos, as caravelas portuguesas, buscaram banir o espírito do tempo, algemando-o sob o pulso dos homens de civilização, que contaram sua história a partir de um tempo inventado por eles. Algemar o tempo sob o pulso dos homens possivelmente dá início ao processo de invisibilização social que acontece desde 1501, com as primeiras feitorias portuguesas

⁸ Glicéria Tupinambá (1982, Terra indígena Tupinambá de Olivença, Serra do Padeiro, BA) – Também conhecida como Célia Tupinambá - Primeira indígena em 400 anos a fazer o Manto Tupinambá. É artista e professora. realizou o documentário *Voz Das Mulheres Indígenas* (2015). Desde então, continua trabalhando na área audiovisual, realizando vídeos junto com o grupo jovem da comunidade. Realizou a exposição *Kwá Yepé Turusú Yuriri Assojaba Tupinambá / Esta é a Grande Volta do Manto Tupinambá*, em Brasília (2021). Mestranda e pesquisadora em antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (@ufrj.official / <https://revistazum.com.br/celia-tupinamba/>).

⁹ [...] o acontecimento do encontro como produção permanente de uma multidão de ‘eus’, no sentido de que cada encontro promove o acontecimento de um novo eu, já que na relação com o outro algo novo se faz, e essas produções individuais, a partir dos encontros, criam uma relação de agenciamento que tem base na noção espinosista de afecção-afeto. Merhy segue dizendo que, antes da pessoa virar corpo, é uma espécie de receptáculo de forças, então, o corpo vai se formando à medida em que as afecções que essas forças produzem vão constituindo a pessoa, enquanto organização dos afetos, e nessa produção rizomática, antes que haja o corpo, há uma superfície que ainda não aconteceu. Essas forças (sociais e culturais) compõem o processo de formação da pessoa como sujeito, processo que produz e modula subjetividade – que não é apenas individual ou psicológico, mas, também, coletiva – através de um vasto leque de práticas socioculturais como a linguagem, a mídia, a publicidade, a cultura, a história e as relações de poder. Essas práticas, a que Deleuze e Guattari (2011a) denominam como “máquinas de subjetivação”, são mecanismos sociais e culturais que produzem e fazem circular as subjetividades, processos que moldam as formas como as pessoas experienciam as relações, os encontros e as afetações, e como entendem a si mesmas. (RIZZO, 2023, p. 43).

instaladas (Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco) para o tráfico de pau-brasil e de escravas(os) indígenas. E para além dos escambos, uma enormidade de sequestro de objetos rituais, como os mantos sagrados tupinambá, e ainda mais minerais, vegetais, aves e animais, elementos saqueados ao longo da história e que compõem os biomas pindorâmicos. Processo que operou agenciando uma desterritorialização de subjetividades e de seus devires. Portanto, um breve retorno histórico se faz necessário a começar pelas feitorias, inicialmente sob o olhar de um descendente dos povos originários.

Segundo Jecupê (2020), toda a costa pindorâmica do Pará ao Rio Grande do Sul era ocupada pelos Tupinikim, da família tupinambá (tronco tupi-guarani) e, em 1511, a Nau Bretoa aporta em Cabo Frio (RJ) onde embarcam 35 indígenas escravizadas(os) rumo à metrópole portuguesa. Bueno¹⁰ (1998) confirma tal informação, com número muito próximo: 36 indígenas escravizadas para Lisboa. Constava de 26 mulheres e dez homens, quase o triplo de "moças" do que de homens. Fato que levou historiadores a considerar a possibilidade de as indígenas escravizadas serem utilizadas como objetos sexuais. Bueno acrescenta que o regimento da Nau Bretoa era extremamente rígido como tentativa de coibir as infrações cometidas pelos marujos vindos de Portugal, e revela que o navio funcionava como uma espécie de quartel flutuante, onde a única missão, ou objetivo maior, era obter o máximo de lucro no menor tempo possível. A carga traficada chegou a 5.008 toras, cujo peso ultrapassava 100 toneladas. Aos marujos, praticamente tudo era vetado. Portanto, as infrações, deserções e fugas de marinheiros e grumetes (menores de idade com funções específicas na Nau) aconteciam com certa recorrência, e com isso a conseqüente permanência de portugueses em terras pindorâmicas. Um número significativo de marinheiros que fugia das Naus procurava abrigo junto aos indígenas. Escapavam das Naus, do julgamento português que variava de pagamentos até a prisão ao chegar no continente português. Qualquer demora inexplicada ou mudança na escala custaria ao capitão o seu ordenado e alguns dias na prisão, como verificado no trecho do regimento:

Vos lembrareis de terdes grande vigia na gente que vos acompanha, de maneira que não se possa na dita terra se lançar nem ficar nenhum deles, como algumas vezes já fizeram, o que é coisa muito odiosa ao comércio e ao serviço do dito Rei (BUENO, 1998. p. 81-6).

Situação que favorecia as fugas e deserções, alimentadas por uma ideia de terra

¹⁰ Eduardo Romulo Bueno (POA, 1958), é jornalista, escritor, tradutor e youtuber brasileiro. Dentre suas obras livros sobre História do Brasil voltada para público leigo: A Viagem do Descobrimento (1998); Naufragos, Traficantes e Degredados (1998); Capitães do Brasil (1999); A Coroa, a Cruz e a Espada (2006). Tradutor de "On the Road", de Jack Keruac, um clássico da cultura beatnik da década de 1950. Título em português: "Pé na Estrada". Mesmo considerado polêmico em sua atuação midiática, e mesmo não sendo historiador, traz questão contundente em sua forma de narrar fatos da história do país. (<https://sextante.com.br/autores/eduardo-bueno/>)

paradisíaca no Novo Mundo. As feitorias, estabelecidas desde 1501, visavam a exploração do trabalho indígena para a derrubada de pau-brasil, árvore valiosa pela resina vermelha que sua madeira possuía, utilizada no tingimento de tecidos. Exploração inicialmente feita por escambo e rapidamente substituída pelo sequestro, violação e usurpação de pessoas, para trabalho forçado, como verificado quanto ao número de indígenas e toras de madeira embarcados no período da Nau Bretoa em 1511.

Segundo Hermann (2000), as feitorias geralmente eram locais fortificados próximo a um porto, que funcionava como entreposto comercial nas colônias europeias, administrada por um feitor de escolha do rei de Portugal, preferencialmente um nobre. A função das feitorias era gerenciar o comércio, os mercadores, fiscalizar escravos. Garantiam a segurança e questões jurídicas do país que representavam, além de monopolizar a cobrança de taxas de navegação e impostos sobre os navios e sobre as mercadorias. Algumas eram também mercado, armazém, alfândega, defesa, além de ponto de apoio às navegações e explorações. Outras ainda serviam como sede do governo das comunidades do local.

Com a decadência do comércio de especiarias no continente asiático e a presença de franceses, que negociavam com indígenas em terras americanas na década de 1530, houve a necessidade de os portugueses criarem mecanismos que garantissem a posse sobre as terras/corpos na América. Foi então criado um sistema de divisão administrativa por ordem do rei português, D. João III, em 1532, e sua implantação a partir de 1534. A “América Portuguesa” era assim dividida em 15 capitanias hereditárias distribuídas entre 13 donatários, e cada uma subdividida em lotes de sesmarias a serem doadas aos sesmeiros vindos de Portugal, que tinham como objetivo, aumentar a produção de alimentos a serem enviados para Portugal. Quem recebia as sesmarias, que funcionavam como uma espécie de licença para ocupação e utilização das terras, tinha a obrigação de torná-las produtivas em determinado prazo de tempo.

Os capitães donatários, segundo Silva (1990), em geral eram fidalgos da pequena nobreza e funcionários da burocracia monárquica, com estreitas ligações com cristãos-novos, ganhavam da Coroa Portuguesa a posse contínua das capitanias, e recebiam também títulos de capitão e governador. Eram donatários sem ser donos da terra, não podiam vendê-las já que eram pertencentes ao rei de Portugal. Os donatários administravam as capitanias hereditárias e tinham direito ao uso de 20% destas terras, sendo os outros 80% divididas e doadas em forma de sesmarias. Era um modelo de negócios direcionado à distribuição de terras férteis a serem ocupadas e cultivadas. As capitanias hereditárias, como o nome diz, podiam ser transferidas para o filho mais velho. Esse processo envolveu inúmeras batalhas, dentre as mais famosas a Batalha de Uruçumirim, e a que foi decisiva ao destino da Guanabara, a Batalha de Paranapucu,

onde os Tupinambás se renderam e se tornaram cativos, segundo Silva (2021). Origem da cidade do Rio de Janeiro, onde hoje é o Otero da Glória, (Glória - RJ), carrega nos corpos descendentes e no próprio território, a memória e o legado que os Tupinambás deixaram. Pois, além do conhecimento da natureza, as mulheres Tupinambás escravizadas foram as mães dos primeiros cariocas, que deixaram como herança o gesto guerreiro daqueles que lutaram por sua liberdade. Gesto presente ainda hoje no cotidiano das ruas, como mostra Silva em seu livro “Rio antes do Rio (2021)”.

O Karióka natural, antes da cidade do Rio, era apenas o índio, o tupinambá, e a cidade, suas aldeias e seus caminhos. A forma como eles viveram por milênios acabou deixando um conhecimento da terra e do ambiente que foi de extrema valia aos conquistadores, assim como também deixaram de legado uma natureza exuberante e praticamente intacta a qual eles tanto cultuavam e de que tanto se beneficiaram os primeiros moradores europeus. Foram as mulheres tupinambás escravizadas as mães dos primeiros cariocas mamelucos que em pouco tempo povoariam a futura cidade em desenvolvimento. Os tupinambás desapareceram enquanto povo constituído, mas **seu DNA guerreiro, daqueles que lutaram até a morte por sua própria liberdade, ainda permanece no sangue daqueles que não gostam de sinal vermelho.** Definitivamente, a história da cidade do Rio de Janeiro não começou em 1565 (SILVA, 2021, p.459). [Grifo nosso]

Abaixo, seguem duas outras citações de diferentes autores que oferecem grande contraste em suas perspectivas. A primeira do historiador Boris Fausto¹¹:

[...] entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtida principalmente mediante **troca com os índios**. [...] à medida que a madeira foi-se esgotando no litoral, os europeus passaram a **recorrer aos índios** para obtê-la. [...] os **índios forneciam** a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, **objetos de pouco valor para os portugueses**. (FAUSTO, 2009, p. 42 apud ZAMARIAM et al, 2018, p. 72) [Grifo nosso].

E a segunda do ambientalista do povo Tapuia, Kaká Werá Jecupê¹², que em seu livro A “Terra dos Mil Povos” (2020) faz uma cronologia da história pindorâmicas, e dela destaca algumas datas e acontecimentos que evidenciam sua perspectiva:

¹¹ Boris Fausto, (SP, 1930-2023). Nascido em uma família de imigrantes judeus. Foi Professor Titular, do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo e colunista semanal do jornal “Folha de São Paulo”. Foi membro da Academia Brasileira de Ciências. Uma de suas obras mais populares é História do Brasil, onde analisa os 500 anos de história brasileira com foco para o ensino médio. principal obra é: A Revolução de 1930 - historiografia e história. (<https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/boris-fausto>).

¹² Kaká Werá Jecupê, (SP, 1964). Filho de pais tapuias, que migraram nos anos 1960 do norte de Minas Gerais para São Paulo, na capital, indo morar próximos à última aldeia guarani na região sul da cidade, onde nasceu, em 1964. Foi nomeado Werá Jecupê, pelo pajé e cacique Alcebíades Werá no período em que morou entre os guarani nos anos de 1980. É escritor, educador, terapeuta, empreendedor social e conferencista. Precursor da literatura indígena no Brasil, autor de 12 livros, entre os quais os premiados: A Terra dos Mil Povos e Menino-Trovão. Fundou a 30 anos atrás o Instituto Arapoty que desenvolveu projetos no Brasil e na França com o foco na valorização dos saberes tradicionais dos povos originários. <https://www.kakawera.com/about-8>.

1534 – Implantação do regime de capitânicas hereditárias. Aumenta a imigração de colonos, atentando contra a mulher indígena, a posse da terra e a liberdade dos índios. **1540** – Reações dos Tupy à conquista: 12 mil índios emigram pela Bahia ou por Pernambuco; somente trezentos chegam a Chachapoya, no Peru. Sessenta mil Tupinambás fogem da opressão portuguesa, exaurindo-se pelo caminho, até atingir a foz do Madeira (1530 – 1612). **1547** – Os Carijós, grupo guarani da capitania de São Vicente, são assaltados por predadores de escravos e vendidos em várias capitânicas. Para escapar da escravização, tribos guerreiam entre si, arrebanhando escravos para a indústria canavieira. **1549** - Chega a primeira missão jesuíta, chefiada por Manoel da Nobrega, com oito missionários, entre os quais José de Anchieta. Dissolve-se o regime de Capitânicas. É estabelecido o governo geral. **1568** – **Provável início do tráfico regular de escravos negros ao Brasil** (JECUPE, 2020, p. 76,77) [Grifo nosso].

Nesta breve cronologia, e nas duas citações anteriores, apresentam-se como gesto a fuga e seus nomadismos, os embates aniquiladores e possíveis alianças, como forma de sobrevivência. Uma marca tanto do projeto de apagamento, quanto da resistência cultural expressa através de elementos invisíveis, gestos e atitudes em resiliências.

Da citação de Fausto, que compreende o período de 1500 a 1535, por um lado destaca-se os verbos: trocar, recorrer, fornecer, que parecem se eximir das múltiplas formas de como as relações parecem ter ocorrido segundo parentes dos povos originários. E, por outro lado, evidencia o pouco valor atribuído aos objetos de europeus destinados às trocas.

Além da referência de Jecupê, datada de 1501 com a instalação das primeiras feitorias, e em 1511 com o sequestro de 35 indígenas escravizadas(os), destaca-se em 1534 o atentado contra mulheres, terras e liberdade, a fuga da opressão portuguesa e migração dos povos originários: 12 mil partiram e 300 chegaram, acarretando perda populacional de 97,5%. Além dos Carijós assaltados e vendidos nas capitânicas, e dos indígenas sequestrados tanto por europeus, quanto por indígenas aliados aos europeus.

Com o fim das capitânicas e o início dos governos gerais de 1549 e 1553, os fatos narrados por Jecupê (2020) só pioram em escala e aumentam em termos de números e proporções em direção à dizimação populacional originária. Como exemplo, Jecupê (2020) relata que em 1562 para conseguir escravos “legítimos”, Mem de Sá promove a “guerra justa” aos Caeté, sob a alegação de serem pagãos e terem trucidado o primeiro bispo do Brasil em 1556. A consequência da guerra aos Caeté foi a fome e epidemias de varíola que dizimaram 70 mil indígenas da Bahia. Ao mesmo tempo, nas décadas entre 1550 e 1560 estimam um provável início do violento tráfico de pessoas escravizadas vindas de África.

Este é um breve exemplo de dois pontos de vista que contrastam em seus modos e intensidades de relações, onde são evidenciadas formas narrativas em que por um lado parece haver o apagamento de fatos importantes que contribuem ao processo de invisibilização

(agenciado como uma máquina desterritorializando pessoas, corpos e biomas), e por outro a visibilidade e elucidação dos mesmos fatos por outra narrativa, esse, por si só, como processo de resistência e resiliência que ainda perdura.

Trazer à tona acontecimentos da história deste continente serve para revelar o que, provavelmente, foi uma das primeiras notas registradas sobre o processo de invisibilização. Uma carta-manifesto escrita de próprio punho em 1561 por uma indígena miscigenada, fruto deste processo de apagamento e múltiplas violências colonizadoras. O livro didático, “Paraguaçu – Madalena Paraguaçu”, do professor e jornalista Fabiano Ormaneze, conta a história de Madalena Paraguaçu, ou Caramuru, líder indígena considerada a primeira brasileira “alfabetizada” da história. Filha de um “náufrago português”, Diogo Álvares Correia, o Caramuru, com a indígena Tupinambá, Moema Paraguaçu. A família torna-se residente do povoado de Salvador, Bahia (por volta do século XVI, havia o domínio dos Tupinambás em toda a costa pindorâmica, do Recôncavo Baiano até o atual Rio de Janeiro).

Os relatos sobre a história de Madalena são contados por historiadores do Brasil colônia, e forma romantizada para exaltar o “mito das 3 raças”: uma nação originada da miscigenação. Por outro modo de olhar, é resultado de um modelo de dominação, em que povos originários foram dizimados por colonizadores.

Hoje, essa romantização é compreendida como um grande projeto de aniquilação da cultura originária, e o mesmo acontece com a cultura afrodiaspórica ou afroconfluente (BISPO, 2023), em nome do embranquecimento do continente pelos europeus. Em certa medida, falência de projeto, segundo o historiador Luiz Antonio Simas, pois “Ao mesmo tempo, nas frestas dos projetos de aniquilação e morte, foram reconstruídos modos de vida e redes de sociabilidades, deglutidas e regurgitadas referências diversas, reencantados os territórios em terreiros, às margens, contra as instâncias do poder ou negociando com elas” (SIMAS, 2023, p.13).

Em 1534, Madalena Paraguaçu se casa com o português Alfonso Rodrigues, que a alfabetizou. O acesso a livros e leituras permitiu à Madalena manifestar em registro escrito a preocupação com seu povo, devido à forma como eram tratados pelos portugueses. Ormaneze (2023) relata que, na época, a educação dos povos nativos era de responsabilidade principalmente dos missionários jesuítas, entre os anos de 1549 e 1759. Em 26 de março de 1561, é atribuída à Madalena a carta entregue ao chefe da primeira missão jesuíta, padre Manuel da Nóbrega, enviada ao Brasil. Na carta, solicitava: fim dos maus-tratos às crianças indígenas, em sua maioria escravizadas, e que fossem tratadas com dignidade; que mulheres indígenas também fossem alfabetizadas; o fim da escravidão; a convivência pacífica entre os povos, dentre outros assuntos. Oferece, junto à carta, ajuda financeira para que isso acontecesse.

Inspirado nas ideias de Madalena, de integrar mais o povo da colônia, Padre Manuel da Nóbrega teria recorrido à rainha de Portugal (Dona Catarina), em busca de autorização para a implementação destas mudanças. A inclusão feminina na educação formal foi vista com maus olhos pela rainha portuguesa, considerando-a ousada e perigosa. Somente em 1827 houve a abertura de escolas públicas femininas, com a promulgação da Lei Geral.

Abaixo, na figura 5, segue um mosaico contendo três imagens de:

- A – Celo;
- B – Livro;
- C – Divulgação de Projeto.

Imagens que podem refletir o processo de retomada da própria história indígena, fato que contribui para o enfraquecimento do processo colonizador de invisibilização histórica de povos originários.

Imagem A – Um celo do ano de 2021, com a imagem de Madalena Paraguaçu vestida com roupas portuguesas e carregando uma pena, objeto de escrita, evidenciando a miscigenação entre europeus e indígenas, da qual Madalena era fruto.

Imagem B – O livro didático de Fabiano Ormaneze, com imagem semelhante ao celo, mas já contando a história de Madalena. Ambos, em certo grau, podem evidenciar o domínio, o silenciamento, o apagamento da cultura, frutos da violência sofrida, presente no processo colonizador.

Imagem C – “Retrato” de Madalena Paraguaçu ou Caramuru, imagem criada pela artista Sophia Pinheiro e Design gráfico de Bia Menezes para o Projeto Madalena Caramuru.

Figura 5: Valorização da cultura dos povos originários a partir da mudança de imagem.



Fonte A: <https://nordestinadosaler.com.br/2021/12/madalena-caramuru-a-primeira-mulher-alfabetizada-no-brasil/>

Fonte B: <https://www.editoramostarda.com.br/produto/braille-paraguacu-madalena-paraguacu/>

Fonte C: Projeto Madalena Caramuru: e-centrica.org

A relação das três imagens mostra o caminhar da autonomia frente ao processo colonizador. O intuito é evidenciar o Projeto Madalena Caramuru, que foi inspirado na coragem, na dignidade e no protagonismo da indígena. O projeto promoveu ações para o fortalecimento da leitura, da escrita e do mercado livreiro como estratégia de transformação social, de acordo com a visão de e-centrica.¹³ Na imagem C (figura 5) acima, Madalena traz consigo os objetos de poder: Maracá, Livro e Manto. Na descrição da imagem, a indígena está protegida pela mata, adornada pelas aves, guarás vermelhos, e veste o emblemático Manto Tupinambá, que fora utilizado em cerimônias sagradas, hoje exibido em museus europeus, fruto de saque colonial. Para este retrato de Madalena, Sophia Pinheiro propõe, como representação de tantas mulheres indígenas protagonistas da atualidade, uma imagem que é a invenção de um corpo atualizado da mulher que viveu no Brasil Colônia. Na figura é Madalena, também é Glicéria ou Célia Tupinambá, liderança que discursou na 40ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2019, denunciando a violência contra a mulher indígena, além de ameaças constantes e crimes cometidos na disputa pelo território pertencente aos povos originários. Mulheres indígenas, seus corpos território como devires mulher, animal, criança, vegetal, mineral, imperceptível, em devir pele pena manto cantos indígenas.

Diante dos apontamentos apresentados até aqui, foram evidenciados elementos que podem ser flexionados a respeito de genocídios, apagamentos da memória, invisibilização da cultura dos povos originários, a tomada de seus territórios, os casamentos entre portugueses e indígenas e a violência subjacente em todo este processo. No entanto, destacaram-se alguns dados relevantes à esta pesquisa: maltrato às crianças (feridas abertas em nós) e escravidão indígena e a desterritorialização dos povos originários, ainda hoje evidenciada por nomes de ruas em que circulamos (como a *Rua In:Voluntários da Pátria*, campo desta pesquisa). Memórias inseridas em nosso cotidiano que camuflam o processo de desterritorialização dos povos originários e afrodiaspóricos. Nomes de ruas que escondem ou invisibilizam aqueles que lutaram de fato na guerra contra o Paraguai: indígenas e povos afrodiaspóricos ou afroconfluentes. Uma história de usurpação de pessoas, objetos, biomas e territórios. Rebatida à base de resistências e resiliências entre fuga, embate e alianças e que hoje se reflete nas ruas e nas pessoas que vivem nas ruas, de variadas formas: da mais indireta à mais concreta.

¹³ E-centrica.org – Sob a coordenação da Casa da Cultura Digital (GO) e com o apoio da Lei Goyazes, a e-cêntrica propõe a conexão entre agentes estratégicos (autores/autoras, coletivos criativos e pequenas editoras), em todo o Brasil, para a construção coletiva de alternativas para a difusão e comercialização da produção gráfica e literária de todas as regiões do País. Ao mesmo tempo, esta ação se propõe a colaborar com iniciativas que buscam amenizar a invisibilidade histórica da produção gráfica e literária das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do território nacional, sem a exclusão do trabalho que é feito no Sudeste e no Sul (<https://e-centrica.org/sobre-nos/>).

O ano de 2023 pertence ao quinto século de conflitos e exploração vinculados aos povos nativos, aos biomas brasileiros, a seus objetos históricos e sagrados, a seus corpos territórios, aviltados e profanados. As chamadas “guerras justas”, existentes desde o período colonial contra os povos originários, não pararam de acontecer ao longo dos séculos. Cada período dizimando uma nação diferente: Tupinambás, Caeté, Guarani, Botocudo e tantos mais. Sempre provocando escravização, migração, apagamento, fome, dizimação por doenças contagiosas, incêndios criminosos, sempre criando meios de invisibilização. Há um sem fim de casos bárbaros de assassinatos, queimadas, isolamento, fome, mineração, prostituição, desmatamentos, dentre tantos outros, como se verificou com os *Yanomami* no último governo brasileiro (2018-2022). Na realidade, desde as feitorias, sesmarias e governo geral, processos que acompanharam inúmeras pandemias sendo este último, a pandemia da Covid-19.

São variados os problemas que afligem a Terra Indígena Yanomami: “Estudo do Unicef (braço da Organização das Nações Unidas para a infância) e a Fiocruz apontam que oito em cada dez crianças menores de 5 anos têm desnutrição crônica dentro da Terra Indígena Yanomami” (OLIVEIRA, DAMA, 2021).

Figura 6: Desnutrição Infantil, Garimpo e Covid-19:



Fonte: G1 (OLIVEIRA, DAMA, 2021)

Em todo território brasileiro as violências se fazem cada vez mais presentes. O gesto de invisibilização e apagamento é um problema nacional, um câncer neste país de dimensão continental, que vai carcomendo toda a estrutura nativa. A invisibilização é sistêmica. Não se trata de uma rua, um bairro, uma cidade como o Rio de Janeiro. Trata-se do desprezo às culturas

de florestas, o aniquilamento de cosmologias, trata-se de um pensamento em contágios.

Uma máquina de guerra, modo de ser civilizatório, utilitarista, desenvolvimentista, que opera por contágios liderados por governos e particulares do mundo dos negócios (*business*). Esse modelo branco homem devir pele de papel, que se preenche de “guerras justas” desde o período colonial, até as atuais “máquinas de guerra” (DELEUZE, GUATTARI, 2012) do mundo ocidental moderno, essas que não param de proliferar em contágios aliciadores que destroem processos educacionais e culturais, produzindo alienações e manipulando multidões. Máquinas de igrejas (seitas), máquinas de governos, máquinas institucionais, máquinas empresariais, só para falar das maiores que impregnam outras máquinas de moer vida.

A máquina de caça, a **máquina de guerra**, a máquina de crime acarretam toda espécie de devires-animais que não se enunciam no mito e *ainda menos no totemismo*. Dumézil mostrou como tais devires pertenciam essencialmente ao homem de guerra, mas à medida que era exterior às famílias e aos Estados, à medida que conturbava as filiações e as classificações. A máquina de guerra é sempre exterior ao Estado, mesmo quando o Estado se serve dela, e dela se apropria. O homem de guerra tem todo um devir que implica multiplicidade, celeridade, ubiquidade, metamorfose e traição, potência de afecto. Os homens-lobos, os homens ursos, os homens-feras, os homens de toda animalidade, confrarias secretas, animam os campos de batalha. Mas também as matilhas animais, que servem os homens na batalha, ou que a seguem e dela tiram proveito. **E todos juntos espalham o contágio**. Há um conjunto complexo, devir-animal do homem, matilhas de animais, elefantes e ratos ventos e tempestades, bactérias que semeiam o contágio. Um só e mesmo *Furor*. A guerra comportou seqüências zoológicas, antes de se fazer bacteriológica. **É aqui que os lobisomens proliferam, e os vampiros, com a guerra, a fome e a epidemia**. (DELEUZE, GUATTARI, 2012, p.25). [Grifo nosso]

É uma força poderosa o pensamento utilitarista que vê o mundo como uma mercadoria e tem em seus modos de organização a ferramenta necessária para a usurpação: a visão empobrecedora de que o planeta está aí como objeto a ser extraído. É o fim em si mesmo. “Os Estados não deixarão de apropriar-se da máquina de guerra, sob forma de exércitos nacionais que limitam estritamente os devires do guerreiro” (DELEUZE, GUATTARI, 2012, p.32).

Todo o território dos povos originários apagado e invisibilizado por estas máquinas de transformar vida em morte, árvores em madeira e papel, dentre tantos outros seres e elementos aviltados. Um devir pele de papel colonizador que utiliza a máquina de guerra desterritorializante e destruidora. E se multiplica por contágios, é serialista e categorizador, um modo de pensamento monocultural, que se preenche de “guerras justas”, como as do período colonial, e das “máquinas de guerra” (DELEUZE, GUATTARI, 2012) do mundo ocidental moderno, essas que não param de proliferar e contaminar. Dissemina destruições em cada

esquina, em cada casa de reza de culturas que primam por policulturas de cuidados e afetos.

Triste e drástico o exemplo destes homens pele de papel colonizadores que continuam a queimar sonhos em todo território pindorâmico, conforme imagem que segue.

Figura 7: Fogo em casa de reza, povo Kaiowá /Guarani – Tekoha Taajasu (MS).



Fonte: Aty Guasu, no website Instagram (2023)

Além de incendiarem a Floresta Amazônica, o Pantanal e o Cerrado para retirada de “produtos” – mineração – para a venda e ampliação do território para o gado, violam e apagam a cultura indígena, como exemplo dos Tekoha Taajasu (MS). Foto acima retirada de vídeo divulgado em 10 de novembro de 2023, na página *@atiguasu* da plataforma *Instagram*. Página que contém vídeo, evidenciando o desesperado choro de ancião Kaiowá por ver em chamas sua casa de reza. Muitos comentários foram tecidos nesta página, que fizeram refletir sobre os possíveis atuais “Capitães do Mato” repaginados sobre as guerras de narrativas (e ações) vindas de evangélicos – neopentecostais. E ainda refletindo sobre os comentários, a importância de apoio urgente ao povo Kaiowá-Guarani.

Visibilizar é também usar toda possibilidade para manifestar! Visibilizar traz à tona as violências, apagamentos e invisibilizações que perduram até os dias atuais. Mas é também falar da força e do poder, não só de resistência, resiliência e principalmente de suas sabedorias.

É preciso aprender com os povos indígenas. Suas guerreiras (os), majés e pajés, xamãs, sábias(os), caciques, curumins e cunhatãs que aprendem com a FLORESTA, com os biomas que os conecta: AMAZÔNIA, CERRADO, CAATINGA, MATA ATLÂNTICA, PANTANAL, PAMPA:

Como eu disse, o pensamento dos *xamã* se **estende por toda parte, debaixo da terra e das águas, para além do céu e nas regiões mais distantes da FLORESTA** e além dela. Eles conhecem as inúmeras palavras desses lugares e as de todos os seres do primeiro tempo. É por isso que amam a **FLORESTA** e querem tanto defendê-la. A mente dos grandes homens dos brancos, ao contrário, contém **apenas o traçado das palavras emaranhadas para as quais olham sem parar em suas peles de papel**. Com isso, seus pensamentos não podem ir muito longe (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p.468). [Grifo nosso]

Essa qualidade de conexão natural que aponta Kopenawa e não o artificial emaranhado como as que vivemos entre quatro paredes, entre “as quatro linhas” de um contrato ou das leis. Kopenawa ainda nos possibilita caminhos para caminhar, abre a possibilidade de um caminho de conexão: “Acho que vocês deveriam sonhar a terra, pois ela tem coração e respira” (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p.468). Uma convocação para fazer contato com o pensamento do *Xamã Yanomami*, esse que se estende por debaixo da terra, das águas, das regiões mais distantes da FLORESTA e, além dela, do CÉU.

Importante relembrar e destacar que esta pesquisa acredita que a primeira carta/manifesto escrita por uma nativa – Madalena Paraguaçu –, é também um dos primeiros registros em modelo pele de papel (KOPENAWA, 2015) ocidental colonizador, como a primeira tentativa de combater o processo de invisibilização social que a indígena mestiça teria enviado em forma de carta, no ano de 1561, à rainha Catarina de Portugal. A carta não existe, o que existem são relatos de historiadores a partir de documentos do período colonial que narram o gesto. Um gesto que busca aliança contra o devir Pele de Papel colonizador especialista em “Guerras Justas”, “Máquina de Guerra”; Máquina extrativista” Máquina Utilitarista que roubam a organicidade e a vida.

O envio (da carta) se dá em período aproximado ao início do Governo Geral (1549), cujo principal objetivo era a implantação de engenhos, o agrupamento em paróquias indígenas, e seguida catequização, e a distribuição de terras para a formação de pastos, segundo Zamariam (2018), caracterizando uma colônia mais sistemática e organizada. Período próximo a regularização do tráfico de pessoas negras escravizadas (1568), segundo Jecupê (2020).

Entre os desafios impostos ao recém-criado governo estava a resolução de vários conflitos, especialmente contra os índios tupinambás, piratas (sobretudo franceses) e entre os próprios colonos. A ideia do governo-geral era, principalmente, **transformar os colonos em moradores**, incentivando a implantação de engenhos e o aldeamento de indígenas e chegando mesmo a distribuir gado bovino, vindo de Cabo Verde, para incentivar a distribuição de terras para a formação de pastos (SILVA, 1990 apud ZAMARIAM et al, 2018, p. 72). [Grifo nosso]

Representadas na citação acima, está toda a cultura utilitarista e de exploração dos europeus que chegam em terras pindorâmicas e percebem nela sua fonte de riquezas,

atravessando diversos ciclos de exploração: pau-brasil, indígenas escravizados, ouro, gado. E, somando a presença dos afrodescendentes escravizados e os “libertos”, a intensa produção de cana de açúcar, algodão, café. Avançando no tempo: borracha, e todo material vindo de grandes minerações e a extração de madeiras nobres ao longo de cinco séculos. Somam-se ainda milhares de queimadas criminosas, como meio de facilitação desta forma de “comer a terra”, como menciona Krenak (2020).

O discurso que se tornou jargão: “deixar a boiada passar”, proferido pelo, até então, ministro do meio ambiente (2018-2022). Jargão símbolo de dizimação da floresta amazônica e do cerrado brasileiro e seus povos. Acarretando na desapropriação, desterritorialização de nativos de suas regiões históricas e sagradas, para interesses comerciais utilitaristas e a ganância da acumulação financeira e de poder, mentalidade símbolo do processo de invisibilização que ocorre desde a invasão europeia em terras pindorâmica.

Por outro lado, a preocupação de guardiões como os Yanomami, nos ensinam e alertam.

Preocupamo-nos com a floresta e pensamos que desbastá-la sem medida só vai matá-la. A imagem de *Omana* nos diz, ao contrário: “Abram suas roças sem avançar longe demais. Com a madeira dos troncos já caídos façam lenha para as fogueiras que os aquecem e cozinhem seus alimentos. Não maltratem as árvores só para comer seus frutos. Não estraguem a floresta à toa. Se for destruída, nenhuma outra vira tomar seu lugar! Sua riqueza irá embora para sempre e vocês não poderão mais viver nela!” Já os grandes homens dos brancos pensam diferente: “A floresta está aqui sem razão, então podemos estragá-la o quanto quisermos! Ela pertence ao governo! Contudo, não foram eles que a plantaram e, se a deixarmos nas mãos deles, farão apenas coisas ruins. Vão derrubar suas árvores grandes e vendê-las nas cidades. Vão queimar as que sobrarem e sujaram todas as águas. **A terra logo ficará nua e ardente. Seu valor de fertilidade irá deixá-la para sempre.** (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p.469). [Grifo nosso]

A terra nua e ardente e seu valor de fertilidade acabará. Fato que compreende destruição e promove a aceleração das mudanças climáticas e da aridez dos solos, cada vez mais severas.

Esse modelo utilitarista, extrativista alcança extremos. É a Máquina de Guerra se autodestraindo.

[...] a instauração de um agenciamento, máquina de guerra ou máquina criminosa, podendo **ir até a autodestruição**; uma **circulação de afectos impessoais**, uma corrente alternativa, que tumultua os projetos significantes, tanto quanto os sentimentos subjetivos, (DELEUZE, GUATTARI, 2012, p.12).

Segundo Buriti (2022)¹⁴, o cientista Humberto Barbosa, líder do LAPIS (Laboratório de Processamento de Imagens de Satélite) na UFAL (Universidade Federal de Alagoas), indica o avanço da aridez no nordeste brasileiro.

¹⁴ Buriti (2022): /<https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/EGRR2022/EGRR-2022-22.pdf>

Em 2023, Buriti¹⁵ marca que Barbosa constatou que, pela primeira, vez o Brasil possui áreas com clima árido, similar ao de desertos. Ao analisar informações de satélite dos últimos 18 anos, Barbosa observou que a causa está nas mudanças climáticas que aumentaram a temperatura da terra, associada à degradação do solo e dos biomas. Áreas áridas severamente degradadas na região do semiárido brasileiro, provocam aumento da radiação de ondas longas e redução na quantidade de nuvens na atmosfera, que ocasiona redução de chuvas e aumento da temperatura e da aridez na região.

No período 2004-2022, analisado na pesquisa, esses eventos extremos de seca exerceram impactos dramáticos nos ecossistemas áridos e semiáridos do Nordeste, com redução na quantidade de água no solo e aumento da degradação da cobertura vegetal. A análise da cobertura vegetal foi feita com base no Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), usando dados diários de satélite. (BURITI, 2023)

O índice de aridez aumenta de maneira nunca vista, aumentando áreas e reforçando riscos da desertificação para as populações humanas. O aquecimento do planeta leva a uma evaporação mais rápida da água, acarretando em queda na quantidade de nuvens no céu. Fato que está associado a degradação do solo, ocasionado por desmatamentos e queimadas. As regiões mais afetadas são o norte da Bahia, e em menor escala Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba. A questão que agrava este quadro é que a aridez não se limita somente ao fator climático, mas também atmosférico, atinge áreas degradadas, que enfrentaram uma redução nas chuvas ao longo dos últimos anos.

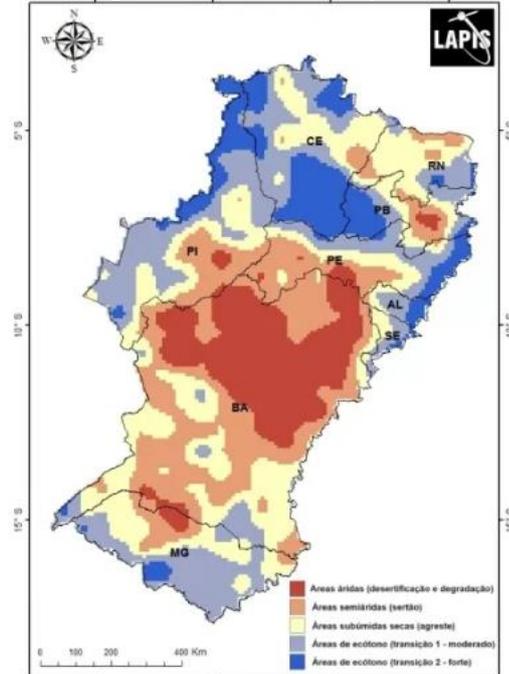
E repetimos: Esse modelo utilitarista, extrativista, alcança extremos. É a Máquina de Guerra se autodestraindo.

Os processos de degradação quase sempre se iniciam com o desmatamento e com a substituição da vegetação nativa por outra, cultivada e de porte ou ciclo de vida diferente. A vegetação arbustiva e arbórea da caatinga, predominante no semiárido, é substituída por pastos herbáceos ou culturas de ciclo curto. A gravidade do processo de desertificação decorre da geração de impactos ambientais que acarretam, além da perda da biodiversidade, a degradação dos solos através da erosão, resultando em perda de fertilidade química e física. Relembremos Kopenawa (2015): A terra logo ficará nua e ardente. Seu valor de fertilidade irá deixá-la para sempre. Fato que corrobora com o deslocamento incessante de populações, causando cada vez mais inchaço nos centros urbanos.

¹⁵ BURITI, C. Pesquisa identifica pela primeira vez regiões áridas no Nordeste brasileiro. colaboradora Lapis/Ufal. Atualizado em 21/11/2023. Acesso em 25/11/2023. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/noticias/2023/11/pesquisa-identifica-pela-primeira-vez-regioes-aridas-no-nordeste-brasileiro>

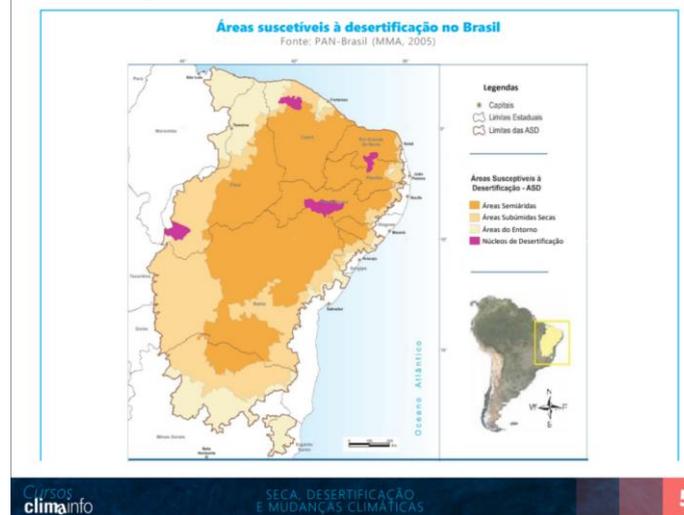
Essa perda de patrimônio nacional (o solo: fértil, úmido, protegido pelas florestas) aumenta as condições de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, aprofunda a pobreza no meio rural e urbano, particularmente quando associada aos ciclos de secas prolongadas, pela exaustão da capacidade produtiva dos recursos ambientais.

Figura 8: Novo mapeamento da desertificação inclui áreas áridas.



Fonte: Lapis/Ufal.

Figura 9: Em roxo núcleo de desertificação.



Fonte: climainfo.org.br¹⁶

¹⁶ Humberto Alves Barbosa e Catarina de Oliveira Buriti autores do Artigo: BARBOSA, H. A. e BURITI, C. O. SECA, DESERTIFICAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS.

No ciclo de estudos *Selvagem*¹⁷, Ailton Krenak (2023) – ao som da maraca manipulada por ele – refere-se aos brancos, esses homens desde o período colonial até os dias atuais, que estão interessados na contabilidade do mundo. No quanto tem para comer o mundo com suas maquinárias. Para Krenak, enquanto os brancos estão preocupados em comer o mundo, os povos indígenas estão interessados em quantos mundos eles podem criar. Da mesma forma que os brancos encaram a morte, como um fim, vão esperar acabar com esse mundo que vivemos para fazer surgir outro.

Segundo Ailton, é preciso caminhar para uma “cosmopolítica”, em um mundo em que o mito, a ciência e a política são indissociáveis porque primam pelas relações, o diálogo, as negociações, onde os outros mundos também agenciam, tem intensão, ação e reação, formam alianças. A ideia de que só o ser humano pode fazer qualquer coisa e que a natureza é inerte não tem voz, não tem representação política. Sem vida respondente, faz com que os humanos se utilizem dela, sem o devido respeito de sua cosmologia. É preciso alimentar a ideia de que os seres vivos e não vivos, a natureza, tudo é política. Política não é coisa somente de gente com gente.

O pensamento selvagem é produzir outros mundos, outros mundos, outros mundos, mas não tem materialidade, não é para comer, é um mundo para fruição, pode experimentar a existência sem corpo, é um mundo imaterial. É preciso expandir a nossa subjetividade ao ponto da gente habitar esses mundos, de onde a gente pode saltar de paraquedas coloridos. Um convite a uma expansão da ideia material da vida (KRENAK, 2023).

Acreditamos que uma possibilidade de alimentar as subjetividades das pessoas é a Aliança Afetiva (KRENAK, 2022), que pressupõe afetos entre diferentes mundos ou entre mundos não iguais. Aliança que possibilita reconhecer a intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser. É que põe em questão a desigualdade radical imposta pela cultura ocidental. E sigamos os convites sobre a “expansão da ideia material da vida” (KRENAK, 2023), para isso, é necessária uma pausa reflexiva, que o autor também nos propõe, que tiremos nossas sandálias, pois não se pode entrar calçado. Que possamos nos despir de nossos supostos saberes, para esvaziarmos e nos abirmos aos outros mundos.

Absorvemos ainda as reflexões de Krenak (2022) a partir da Aliança dos Povos da

¹⁷ *Selvagem* – ciclo de estudos sobre a vida é uma experiência de articular conhecimentos a partir de perspectivas indígenas, acadêmicas, científicas, tradicionais e de outras espécies. *Selvagem* inclui rodas de conversas, publicação de cadernos e livros, ciclos de leituras e conteúdos audiovisuais (conversas online, vídeos e bate-papos). Concebido por Anna Dantes, orientado por Ailton Krenak, produzido por Madeleine Deschamps e realizado por um coletivo que envolve parceiros, apoiadores, participantes e público. Terceiro episódio de *Conversa na Rede – Partículas Particulares* - Ailton Krenak e Eduardo Viveiro de Castro se encontram no ateliê de Carlos Vergara, no Rio de Janeiro. À sombra de uma mangueira, conversam sobre temas como as convergências entre a ciência moderna e a sabedoria indígena, os impactos ambientais do capitalismo e a possibilidade de criar novos mundos a partir das ruínas do que conhecemos. Estreou em 16 de ago. de 2023.

Floresta, criada para reivindicar a demarcação de territórios indígenas e a criação de reservas extrativistas, que giram em torno do tensionamento sobre a efetividade na relação com as leis do branco urbano ocidental, fato corroborado pelo termo “peles de papel” (Kopenawa, 2015). Tensionamento que ruma em direção à dança das Alianças Afetivas, que envolve um reposicionamento de Krenak, junto a uma constelação de pessoas e seres, na qual ele próprio desaparece, deixando de ser uma entidade política, e passando a ser uma pessoa dentro de um fluxo capaz de produzir afetos e sentidos.

Essa qualidade de transformação, a saída da pólis/política para um retorno e permanência ao selvagem em suas confluências, é fruto da desistência em querer perseguir a igualdade, há tanto tempo prometida pelo Estado, que na grande maioria das vezes não é efetivada ou são destituídas pelo próprio. Há, portanto, a desistência de um modo de lutar por uma suposta igualdade na experiência política branca ocidental, a qual nunca chegará, devido à distância de compreensão de mundos.

Dito de outra forma, mas com compreensão semelhante, Kaka Werá Jecupê (2020) uma das lideranças dos povos originários, em seu livro “Terra de mil Povos” evidencia a aliança entre a essência-espírito indígena:

Ao contar sua história, um índio, um clã, uma tribo parte do momento em que **sua essência-espírito permeou a terra e relata a passagem dessa essência espírito pelos reinos vegetal, mineral e animal**. Há tribos que começam a sua história desde quando o clã eram seres dos espíritos das águas. Outras trazem a sua memória animal como início da história, assim como há aquelas que iniciam a sua história a partir da árvore que foram. (JECUPÊ, 2020, p.20) [Grifo nosso]

Não seriam devires imperceptíveis, em permeabilidades, em puro movimento e intensidades esses caminhos narrativos que atravessam os reinos?

Escolher a aliança, tal qual fizeram Madalena Paraguaçu com sua carta-manifesto e, atualmente, Célia Tupinambá, com a revitalização de Manto e Território. Entre as três palavras que definem a saga épica dos povos originários: FUGA EMBATE ALIANÇA, é permanecer numa resiliente e renovadora condição de luta visibilizadora.

Um devir aliança pele pena manto tupinambá, esse é – O Levante Tupinambá – onde compor o manto é também reaver seu território. Um devir aliança afetiva, um vir a ser em alianças com povos distintos.

Dessa forma, seguem os ensinamentos que o manto oferece. Glicéria ou Célia Tupinambá, pertencente ao Clã da onça encantada – que teve a mãe comida por onça – que segue ecoando a voz do manto, ensina que o território se comunica, é preciso aprender a escutar os pássaros, o vento, a mata, o rio, dessa forma aprendeu a escutar o manto. O manto fala com

Célia. E, se quando a indígena pede ensinamentos de como se faz o ponto *Jererê* à sua tia, a recomendação é “vá sonhar e você aprenderá”, Kopenawa diria o mesmo. Então, Célia pula na rede para sonhar e receber o ponto do *Jererê*. A comunicação através dos sonhos é uma tônica na cultura indígena e os Tupinambás recebem seus ensinamentos também através deles.

Para trazer um pouco mais a cultura dos tupinambás, retornemos no tempo a partir da palavra carioca. Nós, cariocas, não sabemos como e nem o que herdamos dos habitantes originais. Infelizmente, não conhecemos as camadas em que nossas raízes culturais estão assentadas. Silva (2021) registra que a origem do nome carioca está no povo tupinambá, presente na palavra *Kariókas* – Kariós (Carijós) mais casa (ok). Usar a grafia desta forma é uma forma de homenageá-los. Carregamos, portanto, as origens ancestrais do povo tupinambá – uma nação presente em toda a extensão do litoral brasileiro –, desde os nomes dos lugares, ruas e bairros, pelos quais passamos, até o jeito *karióka* de ser. Jeito que é um legado cultural muito aproximado aos tupinambás: guerreiros e brincalhões, adoravam festas que podiam durar dias, celebravam a vida, se embebedavam com cauim e se ornamentavam com penas. Dançavam, cantavam e tocavam vários instrumentos. Adoravam a arara-canindé, de peito amarelo, parecendo ouro, de asas e caudas azuis. Aves que viviam em liberdade, mas eram aprisionadas para retirada de suas penas a fim de ornar cocares, armas, braceletes, mantos, depois eram devolvidas à natureza. O carnaval *Karióka* parece ser de origem tupinambá, destaca Silva (ibidem), que também pontua o sincretismo cultural que se estabelece com a musicalidade africana e o cortejo europeu das festas da realeza. Culturas “invisibilizadas” - Experiências do cotidiano.

1.1.2 Ruas - Diaspóricas Encruzilhadas levam à Ilha da Marambaia

Marambaia foi terra de Manto Tupinambá, celebremos! É momento de aprender a escutar, envolver, reparar, resgatar, regenerar, encantar, semear e cuidar. Conhecer é abrir campo sensorial ao cosmos. Experimentar. Parar, ouvir... *Yá Yá Massemba*¹⁸ e tantas mais. Na Praia do Sino, no período mais severo do tráfico ilegal de pessoas escravizadas (1831 e 1889), os badalos anunciavam as embarcações vindas da África para a ilha.

¹⁸ *Yá Yá Massemba* - Composição de Capinam e Roberto Mendes.

<https://www.youtube.com/watch?v=9DrTUoAyOFI> / <https://www.youtube.com/watch?v=j3MLNFPGEpw>

Figura 10: Pôr do sol na Praia do Sino



Fonte: QUILOMBO DA MARAMBAIA (2023), no *website Instagram*.

Que noite mais funda calunga
 No porão de um navio negreiro
 Que viagem mais longa candonga
 Ouvindo o batuque das ondas
 Compasso de um coração de pássaro

No fundo do cativoiro
 É o semba do mundo calunga
 Batendo samba em meu peito
 Kawo Kabiécile Kawo
 Okê arô okê

Quem me pariu foi o ventre de um navio
 Quem me ouviu foi o vento no vazio
 Do ventre escuro de um porão
 Vou baixar no seu terreiro
 Epa raio, machado, trovão
 Epa justiça de guerreiro
 Ê semba ê - Samba á
 O Batuque das ondas
 Nas noites mais longas
 Me ensinou a cantar

Ê semba ê - Samba á
 Dor é o lugar mais fundo
 É o umbigo do mundo
 É o fundo do mar
 Ê semba ê Samba á
 No balanço das ondas
 Okê aro
 Me ensinou a bater seu tambor
 Ê semba ê - Samba á
 No escuro porão eu vi o clarão
 Do giro do mundo

Que noite mais funda calunga
 No porão de um navio negreiro
 Que viagem mais longa candonga
 Ouvindo o batuque das ondas
 Compasso de um coração de pássaro
 No fundo do cativeiro
 É o semba do mundo calunga
 Batendo samba em meu peito
 Kawo Kabiecile Kawo
 Okê arô okê

Figura 11: Árvore da “Tia Beá” – Símbolo de resistência da Marambaia



Fonte: QUILOMBO DA MARAMBAIA, (2022) Foto: p.atymuiniz, no *website Instagram*.

Quem me pariu foi o ventre de um navio
 Quem me ouviu foi o vento no vazio
 Do ventre escuro de um porão
 Vou baixar no seu terreiro
 Epa raio, machado, trovão
 Epa justiça de guerreiro
 Ê semba ê - Samba á

É o céu que cobriu nas noites de frio minha solidão
 Ê semba ê - Samba á

É oceano sem fim, sem amor, sem irmão
 É kaô quero ser seu tambor
 Ê semba ê - Samba á

Eu faço a lua brilhar o esplendor e clarão
 Luar de Luanda em meu coração

Umbigo da cor
 Abrigo da dor
 Primeira umbigada Massemba Yáyá
 Yáyá Massemba é o samba que dá

Vou aprender a ler
 Pra ensinar meus camaradas
 Vou aprender a ler
 Pra ensinar meus camaradas
 'Prender a ler
 Pra ensinar meus camaradas
 'Prender a ler

Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas
'Prender a ler

Fonte: [Musixmatch](#)

Compositores: Joao Roberto Caribe Mendes / Capinan

De uma encruzilhada da *Rua In:Voluntários da Pátria*, às ruínas da senzala na Marambaia. O Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, é a data mais esperada, quando quilombolas festejam oferecendo feijoada nas ruínas da senzala da Praia da Armação.

Figura 12: Roda de Jongo - Ruínas da Senzala – Foi local de “engorda”



Fonte: QUILOMBO DA MARAMBAIA (2013), no *website Instagram*. Foto: Daniela Yabeta – novembro, 2013

Os Filhos da Marambaia fazem roda de jongo e celebram a ancestralidade nesse espaço que é tão significativo para a comunidade. Lembram da força que juntos têm, e de quando começaram as festas nas ruínas. Rodas de jongo com muito afeto, respeito, tradição com samba feito pela jogueira Sônia Maria Machado¹⁹.

¹⁹ Sônia Maria Machado – *Website* - @sôniariamachado6 (*Instagram*, 20/11/2023)!

Figura 13: Roda de Jongo – Dia da Consciência Negra – 2023



Fonte: QUILOMBO DA MARAMBAIA (2023), no *website Instagram*

Figura 14: – Tradicional feijoada preparada no fogão de lenha



Fone: <https://jornalatual.com.br>

Celebra e se reencanta o Quilombo da Marambaia, a cada dia, e, cada vez mais, pois que do ano de 2015, depois de uma disputa judicial com a Marinha que se estendeu por mais de dez anos, acarretando em inúmeros despejos, as famílias quilombolas receberam a titulação de uma área de 53 hectares na região, na época, reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Hoje, quem certifica comunidades quilombolas é a Fundação Cultural Palmares.

O oito de outubro foi histórico para o Quilombo da Marambaia, na região da Costa Verde (RJ), e para a causa quilombola no Brasil. Após mais de uma década de luta, a comunidade recebeu das mãos do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, de representantes do comando da Marinha e do Incra o título de posse coletiva do território ocupado por quilombolas há cerca de dois séculos, segundo moradores. O documento foi assinado pelo presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQUIMAR), Nilson Carlos Alves e por autoridades presentes numa cerimônia que começou militar e terminou quilombola. (KOINOMIA, 2015).

E do balanço das ondas (*Okê Aro*) que ensinou a cantar e a bater tambor, faz ecoar a quem puder e quiser ouvir, o vento no vazio. Ventos que da Costa Verde²⁰ chegam às encruzilhadas diaspóricas e aos ouvidos deste autor, que faz lembrar de “Vô Fausto”: Fausto Maia²¹, médico-dentista, que sai da cidade de São Fidélis, norte fluminense, década de 1940, para trabalhar na Escola de Pesca Darcy Vargas na Ilha da Marambaia. “Vô Fausto” escutou encantados dizerem que receberia convite de trabalho, e que era para aceitar. Trabalharia em sentido de reparação histórica, devido a nossos antecedentes familiares que estiveram envolvidos no tráfico negreiro. E assim parte com a família para Marambaia (BRASIL, 1944).

Há uma estreita e elíptica relação entre a Ilha da Marambaia e a *Rua In:Voluntários da Pátria* nesta pesquisa, em suas entranhas, fuga e embates contra processos de invisibilizações. As palavras/ideias que se aliançaram na construção desta pesquisa foram:

Avô
Escuta os ventos encantados
Reparação de Tráfico Negreiro
Reside e trabalha na Marambaia
Escola de Pesca
Canteiros alimentícios
Crianças, jovens e adultos invisibilizados
Velha Camila e o Velho Estanislau - o In:Voluntário da Pátria da Guerra do Paraguai
Bifurcação lugar de nascimento Rua In:Voluntários da Pátria
Na Pisada de Caboclo
Escuta a Rua que ginga suas encruzilhadas
Caboclos, Preto de Angola e Preta do Congo
Exus, Malandras(os), Pombo Gira e Exu Mirim
Aquilombar o pensamento
Experiências
Giram nas Encruzilhadas

E pelos caminhos de fuga, embate e alianças, Luiz Antônio Simas (2023) lança uma ideia de que nestas terras, principalmente – *kariókas*²² – talvez tenha ocorrido uma das maiores

²⁰ Costa Verde - Faixa de terra que vai do litoral sul do estado brasileiro do Rio de Janeiro até o norte do litoral do estado de São Paulo. Inclui os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, e Paraty no estado do Rio de Janeiro. e no estado de São Paulo: Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Abrange mais de duas mil praias e uma infinidade de ilhas, sendo protegida pela Restinga de Marambaia e por imensos paredões recobertos pela Mata Atlântica.

²¹ Fausto Lusitano Maia - Avô materno de Rodrigo Maia Barbosa Lima, autor desta pesquisa.

²² *Karióka* - *kariós* (*carijós*) + *ók* (*oca* - *casa*). A *Karió-oca*, foi uma das aldeias mais importantes da comunidade indígena originária do Rio de Janeiro. Também chamada *Carijó-oca*, responsável pela primeira defesa, em

encruzilhadas dos povos de África. Por entre peles descendentes que, mesmo em África, por suas distâncias geográficas, acredita-se que nações, provavelmente nunca se encontraram. E por aqui, nas terras pindorâmicas, fruto de sequestros, acabaram compondo alianças junto aos povos originários e seus remanescentes. Recriaram através de pedaços de memória ‘ajuntadas²³’, e principalmente, da conexão jamais perdida com seus ancestrs, que puderam aquilombar-se em resiliências e sabedoria formando, então, a maior encruzilhada afrodescendente, que nem em África talvez tenha existido. A maior confluência, poderia dizer Nego Bispo (2023).

Para melhor entender os caminhos dessa diaspórica encruzilhada, seguem abaixo um quadro e um figura das rotas Atlânticas. Em números aproximados, no Brasil aportaram 4 milhões de pessoas escravizadas, sendo entre Rio de Janeiro e São Paulo mais de 2 milhões, e em torno de 700.00 encantaram-se no Atlântico. Talvez algumas tenham se manifestado em encontros com ilhéus da Marambaia, (referências na tabela e mapa).

Quadro 1: Maioria dos africanos vinham da África Centro-Occidental.

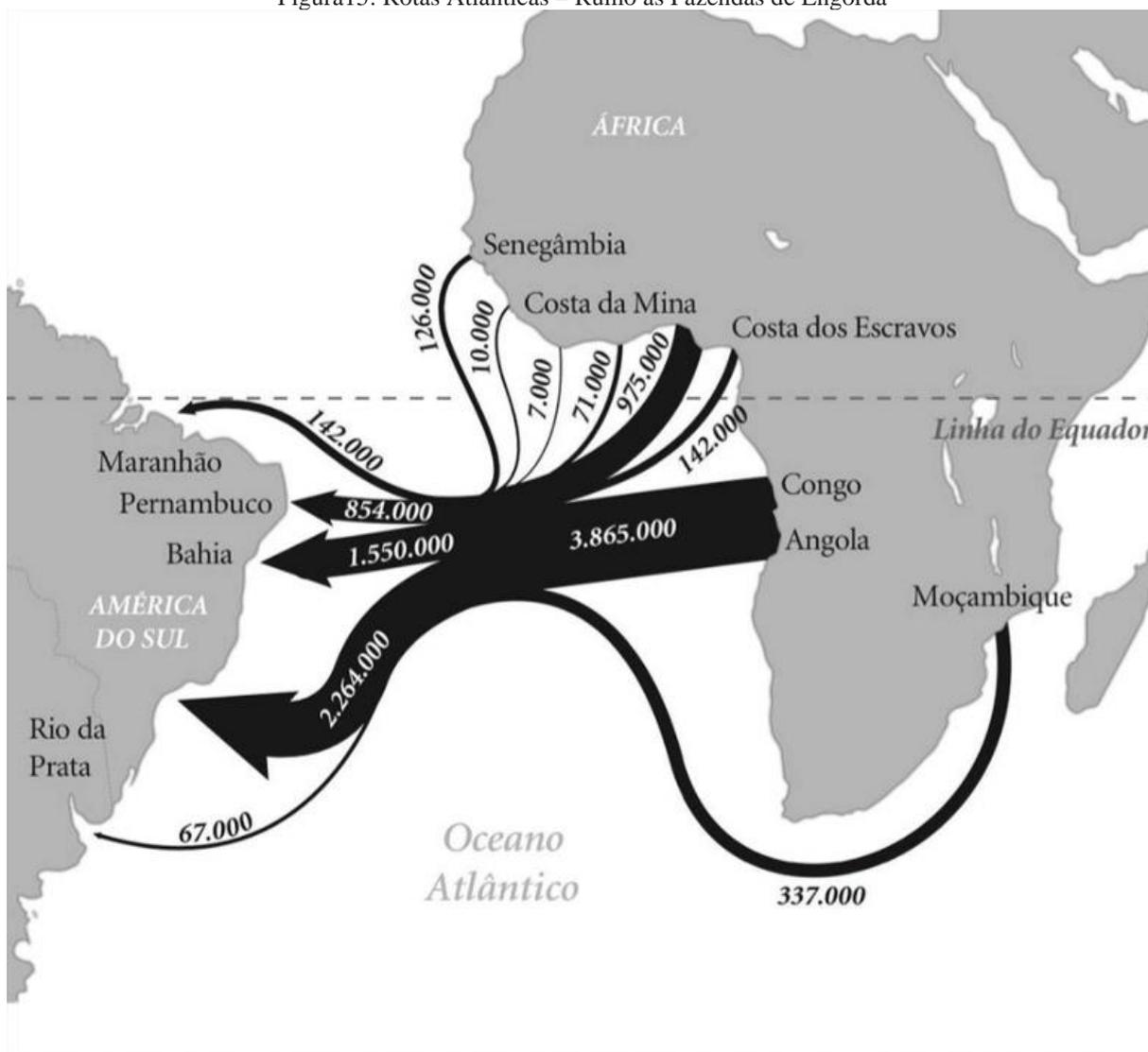
SUDANESES			GUINENOS-SUDANESES				BANTUS	
Yorubás	Jejes	Fanti-Ashantis	Fula	Mandinga	Haussás	Tapas	Angola-Congolezes	Moçambiques
Destino Principal			Destino				Destino	
Bahia			Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas Rio de Janeiro, São Paulo				Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas Rio de Janeiro e São Paulo	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas pesquisas realizadas para composição dessa dissertação.

qualquer sinal de perigo ou invasão da baía, partiam guerreiros correndo pelas trilhas para comunicar aos parentes situados em outras localidades da baía e em seu interior. (SILVA, 2021).

²³ Termo que remete Nego Bispo (2023), das pessoas que não foram totalmente colonizadas. Valorizando assim sua forma de vida e comunicação.

Figura15: Rotas Atlânticas – Rumo as Fazendas de Engorda



Fonte: GOMES (2018). no website Instagram

Pedimos licença sempre, a cada passo em novo ambiente, para rascunharmos um Devir Pele Batuque de Pássaros aos Ventos. E dessa forma, aprender a escutar as vozes que nos encaminham.

Embaixo das naus, os corpos, o oceano, que por dentro, a kalunga maior. Embaixo do cimento e do asfalto das ruas, Valongo, territórios sagrados, biomas, terreiros, a kalunga menor. Força Vital²⁴ e o cosmos nutrem. Seres que ainda singram, sangram, caminham, dançam,

²⁴ Força Vital – Segundo Lopes e Simas (2020), presente na filosofia africana, é o fenômeno responsável pela vida existente no universo visível e invisível e pela sua manutenção. Quanto maior a força vital maior a possibilidade de felicidade e bem estar. E quanto menor esta força, mais propenso às mazelas estamos. Quanto maior a possibilidade de reforçar essa energia vital, maior a possibilidade de cura temos. As forças que revigoram sua própria força individual, são as energias das divindades e dos espíritos dos antepassados. Podemos acessá-la através dos cultos e rituais. Em síntese, reside em cada um, na coletividade, em elementos da natureza, objetos sagrados, alimentos, no diálogo dos corpos com o tambor, que deve ser constantemente potencializada, restituída e partilhada evitando sua dispersão.

cantam, encantam. O sangue escorrido e o canto ecoado, a terra recebe e renova. Em resistências, fertilizam, alimentam e ensinam. E sob o manto e o canto da invisibilidade em alianças e escutas, nosso ‘Ecoarafetos’!

São as ruas que fazem este giro acontecer. Ora a rua aquilomba-se, por vezes em canteiros de planta com seus encantados, e através de encruzilhadas que nos enviam por meio de uma espécie de vórtex temporal para lugares de afeto e de fatos (como as três encruzilhadas que falaremos). Ora são os ventos que sopram e nos levam ao território pindorâmico, que antes dos colonizadores foi terra Tupinambá, como mostra nossa herança *Karióka* e festiva dos carnavais (SILVA, 2021). E como Exu Tranca Rua anunciou em sonho: “Essa terra já foi boa. Já foi ruim. Agora é dividida!”. Como exemplo os inúmeros embates na Ilha da Marambaia.

A Marambaia aos poucos vai revelando suas histórias. Dentre elas, o recrutamento de pessoas escravizadas para lutar na Guerra contra o Paraguai (1864 a 1970). Fato que nos remete a nossa *Rua In:Voluntários da Pátria*. Aqueles milhares invisibilizados pela história colonizadora. Mas que possamos ao menos lembrar do “Velho Estanislau”, pai de Camila e bisavô do “Seu Joel”, morador da Marambaia, entrevistado por Yabeta (2014). A pesquisadora encontrou a foto de Camila, avó de “Seu Joel”, em “[...] notícia publicada no jornal *Diário da Noite* de 16 de outubro de 1943 que diz: Camila e Rafael. A mais velha e o mais novo cidadão da Ilha da Marambaia, onde consta uma foto dos dois juntos” (YABETA, 2014, p. 92).

“Seu Joel” fala que seu bisavô (“Velho Estanislau”) foi capturado no “tempo do pega-pega” para lutar na Guerra do Paraguai e nunca mais voltou para a Marambaia. Na época, catavam negros no mato para lutar na guerra, e o incentivo de tal sequestro era o pagamento de indenização aos proprietários dos escravos. Para os escravizados, ofereciam terras e alforria, sem necessariamente entregá-las. “Soldados negros, ex-escravos ou não, lutaram nos quatro exércitos dos países envolvidos da Guerra da Tríplice Aliança. Como exemplo, na figura que segue, podemos verificar o Corpo dos Zuavos da Bahia e o batalhão uruguaio Florida” (AÇÃO POPULAR, 2022).

Figura 16: Exércitos tinham batalhões formados exclusivamente por negros



Fonte: Revista Ação Popular (2022).

Na imagem abaixo, matéria que consagra Camila, a mais velha da Ilha da Marambaia. Tanto a matéria quanto os ilhéus dizem que a senhora tinha aproximados 135/140 anos. Em seu colo o mais novo recém-nascido, Rafael. Através de Camila, tornemos visíveis quem partiu para guerra.

Figura 17: Camila e Rafael



Fonte: Yabeta (2014)

A Ilha da Marambaia também faz parte da história de “Vô Fausto” que a *Rua In: Voluntários da Pátria* devorou, cuspiu e, em sua encruzilhada, soprou ventos, ecoou canto, até podermos escutar e afirmar em outras instâncias, com ventos a favor de uma contra-colonização (BISPO, 2023). Esta passagem foi melhor desenvolvida no capítulo dois, destinado aos encontros no campo de pesquisa.

Relembremos do “Pôr do sol na Praia do Sino” (figura 10), de onde partiremos com esse gesto fotográfico, de uma filha da Marambaia (Majú Guerra, no site *Instagram*²⁵), com sua presença registrando a natureza, gesto de reencantamento das histórias da praia. Local em que moradores dizem ser mal assombrado. A foto ilustra tanto um novembro de 2023, quanto poderia dizer de alguma data entre (1831 e 1889), período mais severo do tráfico ilegal de pessoas escravizadas. Aonde chegavam, aos milhares, vindos pelas rotas marítimas e, do Sino, eram levados direto para a senzala existente à época, na Praia da Armação, com objetivo de “engorda”. Lugar em ruínas, onde hoje a comunidade celebra junto em “Força Vital” e alegria de jongo e do Quilombo.

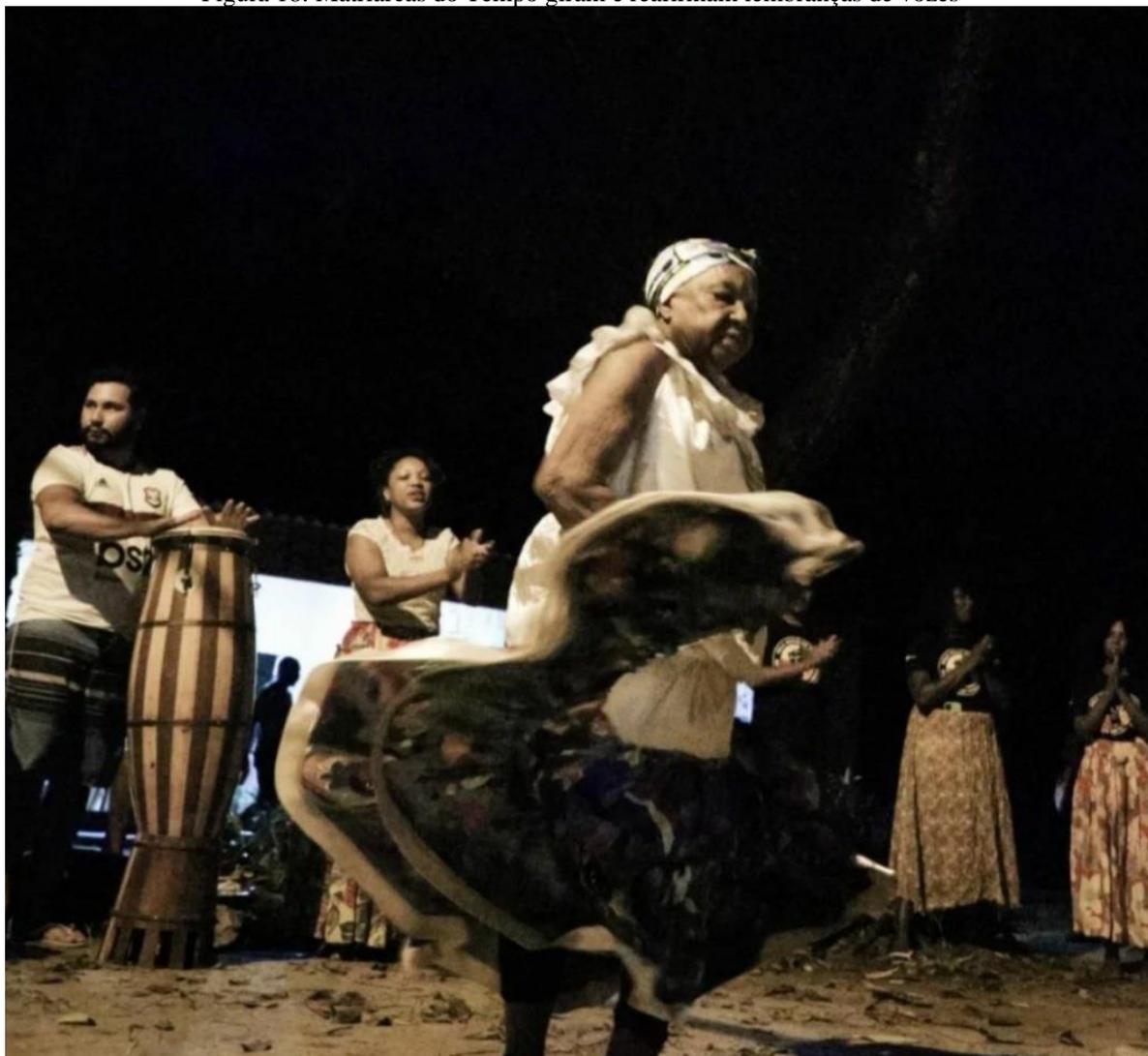
Das mais de setecentas mil pessoas encantadas no Atlântico, dizem os ilhéus pela lente de Yabeta (2014), que alguns corpos encalhavam na mesma praia em que havia uma carcaça de navio negreiro avistada em suas histórias contadas. Por este motivo, a praia do Sino foi também chamada de praia do Fim. Onde “Os moradores da Pescaria velha, uma praia próxima a do Sino, costumam contar experiências sobrenaturais na localidade. Dizem que por ter sido uma área de desembarque ilegal, é um local ‘muito pesado’” (YABETA, 2014, p.85).

Das várias fazendas da Marambaia, havia as chamadas fazendas de “engorda”. Locais de alimentação das pessoas enfraquecidas pela saga Atlântica, para melhor comercialização escravista. Hoje, em suas ruínas, giram as matriarcas do tempo, aquelas que jogam para reafirmar, curar e cuidar, junto às noites boas de jogar. O jongo, legado de amor, resistências e resiliências, festeja e celebra as crianças feridas em nós. Em cada momento, é sempre “Dia de Consciência Negra”, que oferece feijoada, cantos, danças e ritmos aos visitantes. Gesto que reencanta lugares e toda a gente. Os Tupinambás devem estar por perto dos festejos.

São dessas saias ‘enrodadas’ e ‘acirandadas’, desfazendo conflitos de terra, que buscam sua vitalidade e afirmam potências de vida por serem “Filhas da Marambaia” que, desde 2015, celebram a posse de suas terras, essas que descendem dos Remanescentes de Quilombolas do período escravocrata e pós-abolicionista. Todos que lutaram e lutam por seus direitos vilipendiados na história da ilha. E que girem as matriarcas do tempo criando vórtex temporais!

²⁵ Majú Guerra - @guerra.maju – website - Instagram

Figura 18: Matriarcas do Tempo giram e reafirmam lembranças de vozes



Fonte: QUILOMBO DA MARAMBAIA (2023), no *website Instagram*.

Gostaríamos de registrar três períodos que os próprios ilhéus entendem como períodos que marcam a trajetória de resistências da história da ilha, que também foram processos de invisibilização, tentativas de apagamento e despejos. Yabeta (2014) destaca: o Tempo do Cativo, a Escola de Pesca e a Chegada da Marinha. Levantaremos algumas informações pertinentes a esta pesquisa porque tangenciam os processos de invisibilização, que só mudam de lugar. Sendo as práticas muito semelhantes no decorrer dos séculos. Deslocamentos causados por despejos e abandono de milhares de pessoas às ruas. Evidenciamos um breve histórico das formas de invisibilizações (apagamento, silenciamento, sequestros, violação dos direitos, aniquilamento de culturas e autonomias) que ilhéus vivenciaram desde meados do séc. XIX.

O contexto das fazendas de “engorda” está situado no período da “Lei de 7 de novembro de 1831 [que] Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos” (BRASIL, 1831, [Grifo nosso]). E na sequência: “Lei

Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850, que estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império” (ARQUIVO NACIONAL, 2023). O pesquisador Thiago Pessoa (2011) indica que, entre a década de 1830 e o início dos anos de 1850, as propriedades litorâneas da ilha, que pertenciam aos Souza Breves, suprimiram ilegalmente a desarticulação do mercado do Valongo e demais estruturas envolvidas com os navios negreiros que aportavam no Brasil. “O Valongo não foi o local de chegada, mas o ponto de distribuição dos cativos para outros cais na baía da Guanabara, antes de seguirem para o interior” (TAVARES et al, 2020, apud ZORZETTO, 2021, p.90), rumo às fazendas cafeicultoras.

Com as tais leis vigorando, inicia o **Tempo do Cativo** na Ilha da Marambaia, entre os anos de 1847 e 1889, período mais severo e cruel de tráfico ilegal de escravos, tendo como um dos protagonistas, o comendador Joaquim José de Souza Breves. Breves foi um dos maiores traficantes de escravos, principalmente no período após a lei Eusébio de Queiroz de 1850, período em que se tornou proprietário da Ilha da Marambaia. “Joaquim Breves estaria ao lado de grandes traficantes, como Manoel Pinto da Fonseca e José Bernardino de Sá” (YABETA, 2014, p.128) estes, na época, considerados os maiores traficantes de pessoas escravizadas do Rio de Janeiro. No ano de 1889 Breves, doente, abandona a Ilha da Marambaia doando-a, verbalmente, às famílias escravizadas e aos compadres (capatazes europeus) que lá moravam.

Portanto, a praia do Sino foi o principal local de desembarque de pessoas escravizadas, causando o sofrimento de milhares de pessoas. Hoje, devido aos descendentes quilombolas, a praia é marca da beleza regenerativa de sua potência, resistência e alegria. E que a força da beleza natural e atitudinal de seus ilhéus, e da resiliente sabedoria de seus moradores, possam reencantar cada vez mais este lugar e a quem chegar.

O segundo período retrata a **Escola de Pesca Darcy Vargas (EPDV)**. Nela, marcamos a presença de “Vô Fausto” através do Relatório da Fundação Abrigo Cristo Redentor do ano de 1943, que registra a presença e o trabalho realizado pela equipe médica: “Os Drs. José da Silva Guerra, Pedro Jorge Verner e Fausto Lusitano Maia mantiveram uma assistência médica e odontológica perfeita e digna de louvores” (BRASIL 1944, p.17). Relata ainda o caráter de seus afazeres.

Só agora os nossos serviços médicos se aproximam da plenitude necessária. Muito sacrifício exigiu e muito devotamento impõe no seu cabal desempenho. Desde a primeira hora, foi compreendido o alcance que no Abrigo atingiria a assistência médica. Primeiro, porque **a população mendiga é quase 100% integrada por enfermos de toda espécie**; segundo, porque aos médicos, além de suas obrigações clínicas, cumpre a elevada tarefa de traçar as normas da recuperação dos abrigados ainda recuperáveis pela redenção físico-espiritual à custa da heróica e milagrosa medicação ocupacional; aos filhos de Esculápio, **toca ainda sanear a peçonhada dos**

nossos institutos, que nos vem em lastimáveis condições, pondo-as em forma saudável para a divina benção de uma profissão, colaborando assim com os psicotécnicos no importante diagnóstico dos pendores vocacionais, assunto nevrálgico e vital em estabelecimentos que se propõem a dar educação profissional. (BRASIL 1944, p.17) [Grifo nosso]

Aguçando nosso olhar, teceremos reflexões, mas sem querer ir contra o sentimento de admiração e alegria que os ilhéus tem pela EPDV e principalmente por seu idealizador, Raphael Levy Miranda, o presidente da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Levy consegue a concessão da ilha com objetivo de criar a EPDV, operando entre os anos de 1939 a 1971, do início de sua construção ao fim. Após a década de 1971, deixou os ilhéus abandonados abrindo espaço para a Marinha ocupar.

O projeto pôde oferecer qualidade de vida à população local ao longo das três décadas. Yabeta (2014) relata alguns exemplos de gratidão por parte dos ilhéus, que dizem, em sua maioria, que aquele foi o melhor período de suas vidas. Mas, no entanto, ao longo de três décadas, não lhes proporcionou autonomia. Torna-se vital questionar e/ou clarear as intenções do projeto, uma vez que era subvencionado pela política de Getúlio Vargas. Conforme Oliveira (2015), o Estado Novo implementa uma política de massas com objetivo de legitimar seu regime através de adesão maciça da classe trabalhadora. “O Estado Novo negou a pluralidade da vida social em prol da proposta de construção de uma sociedade homogênea, una e harmônica” (ibidem, p.17). E como instrumentos norteadores, utilizava elementos de controle/coerção, doutrinação social e a propaganda política destinadas às massas como ferramenta populista inspirada no fascismo. Segundo Pondé (1977, p. 68, apud YABETA, 2014, p. 159), a Fundação Abrigo Cristo Redentor, mantenedora da EPDV, surgiu com o objetivo de abrigar pessoas que viviam em situação de rua. O empreendedor Levy Miranda tinha muita influência política e adesão social de grandes empresários. Cria então o “Abrigo do Salvador”, no Estado da Bahia, feito de sucesso que chegou aos ouvidos do Presidente da República, Getúlio Vargas. Este solicita a transferência de Levy Miranda para o Rio de Janeiro, com a ideia de construir na capital um abrigo nos moldes de Salvador.

Foi criada em 1936 a Fundação Abrigo Cristo Redentor – Obra de assistência as pessoas desamparadas. A fundação tinha como propósito a recuperação de pessoas desvalidas através do trabalho. Em 1939, foi considerada por Getúlio Vargas como de utilidade pública. E nesse mesmo período a Fundação Abrigo Cristo Redentor fundou os seguintes estabelecimentos no Estado do Rio de Janeiro:

- 1) Instituto Profissional Getúlio Vargas, localizado em Manginhos;
- 2) Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas, localizada em Santa Cruz;

- 3) Aprendizado Agrícola de Sacra-Família, localizado em Vassouras;
- 4) Instituto Natalina Janot, localizado no Jacarezinho;
- 5) Escola de Pesca Darcy Vargas (EPDV), localizada na Ilha da Marambaia.

Vejamos algumas fotos da EPDV na Ilha da Marambaia. Abaixo, a Comitiva do presidente Getúlio Vargas na Ilha da Marambaia, sendo puxado em bonde por meninos uniformizados, e recebido pela população, em 1940. Vemos uma foto que parece cena de filme.

Figura 19: Comitiva do presidente Getúlio Vargas na Ilha da Marambaia.



Fonte: (Agência Nacional, 23 jun. 1940)

Sobre a EPDV, Yabeta (2014) relata que a construção se inicia em 1939 e no segundo semestre de 1941 chegam os primeiros alunos. Em janeiro de 1945 forma a primeira turma. Tinha como objetivo dar formação de pesca em nível primário e profissional, aos filhos de pescadores tradicionais vindos das mais variadas regiões do Brasil. Seu objetivo é de fato atingir as massas e, implícita, a mentalidade de modernização econômica e desenvolvimentista pela integração política e social. Abaixo, segue imagem com a primeira turma de formados pela EPDV e o trabalho manual com as redes de pesca, visando a pescaria industrial.

Figura 20: Primeira turma de formados pela EPDV.



Fonte: (Agência Nacional, jan. 1945)

Figura 21: Alunos da EPDV reparando redes de pesca



Fonte: (Agência Nacional, jan. 1944)

Entre crianças e adolescentes que estudaram na escola, também estavam presentes os descendentes de ex-escravos que moravam na ilha, já que também eram filhos de pescadores. Parece uma constatação óbvia, mas não é. Aos poucos, fomos apontando elementos do projeto político do Estado Novo de Vargas. Yabeta (2014) destaca que a escola não foi construída para os ilhéus, mas que estes também foram beneficiados. Diz ainda que, segundo morador da ilha que estudou na escola e trabalhou contratado como pescador pelo abrigo, a maior parte das pessoas não sabia ler nem escrever e todos eram muito pobres. Em quase todas as entrevistas

realizadas por Yabeta (2014), pudemos observar a mesma questão: Levy foi o homem que fez a Marambaia, construiu a escola onde nunca houve escola, tudo que é construção foi feito por Levy (ibdem, p.161).

Figura 22: Aluno da EPDV limpando sardinhas sob as vistas de Vargas



Fonte: (Agência Nacional, 13 jan. 1945)

Yabeta (2014) ressalta ainda que a exposição do retrato de Levy Miranda nas festas da comunidade é um ato de afirmação, que simboliza a presença e participação dos ilhéus desde o início da construção da Escola. Pois, como já dito, veem Levy, como idealizador e realizador de toda a estrutura que existe ainda hoje na ilha. Enquanto a Marinha, na década de 1970, apenas se apropriou daquilo que já estava pronto. Portanto, a exposição da imagem de Levy é uma forma de dizer aos militares que os ilhéus já estavam na Marambaia quando eles chegaram. Mostrando, portanto, que a Marinha chegou depois. Segundo os ilhéus, a Marinha aumentou as casas e o único prédio que foi levantado até agora é um estande de tiros.

Figura 23: *Banner* Levy Miranda na festa da Consciência Negra



Fonte: (YABETA, 2014), Foto: Diogo Yabeta, (2013)

Segundo Yabeta (2014) “Falar sobre o “Tempo da Escola” – como é chamado o período da escola de pesca pelos ilhéus – faz Seu Naná sorrir, faz a gente sorrir com ele” (p. 168). E segue, ao narrar sobre estes fatos, que a emoção transborda ao afirmar ter sido o melhor período de suas vidas. Para “Seu Naná”, não faltava nada aos moradores, pois tinham moradia, educação, trabalho, saúde, lazer.

A foto que segue é de alunos aprendendo a construir barcos e consertar peças das embarcações nos estaleiros da escola. A imagem parece de jovens saudáveis e felizes com seu novo aprendizado. Também parece corroborar com a emoção dos moradores relacionada à narrativa sobre o período da EPDV.

Figura 24: Alunos da EPDV aprendem a construir e consertar barcos.



Fonte: Agência Nacional, 2 jan. 1944

Sobre a rotina da escola, Yabeta (2014) traz o depoimento de “Seu Naná”, que nos atravessou com imagens, a simplicidade e paixão de sua experiência:

Olha, agora você chegou num ponto muito legal mesmo! Olha aqui, eu como aluno, o meu período, por exemplo, na parte da manhã, tinha uma turma que trabalhava na parte da manhã e **ia pra horta**, entendeu? Era rural. Tinha um pessoal que ia pra oficina, carpintaria, laticínio, sardinha! Aqui enlatava sardinha! Você sabe, não é? Tinha laticínio, sardinha! Outros iam pra fábrica de gelo. E esta turma da manhã, ia trabalhar. E chegava a tarde, esse pessoal que trabalhou de manhã, ia pra aula. E o pessoal que foi pra aula de manhã cobria a gente no serviço lá a tarde. Entendeu? É, **eu tinha meu canteiro, meu canteiro mesmo de horta**, tudo! **Eu tomava conta de vários canteiros! O mestre nos ensinava como é que plantava, como é que regava, como é que estrumava**, que botava estrume! Essas coisas todas! A gente fazia muita coisa aqui na Ilha da Marambaia! (YABETA, 2014, p.167) [Grifo nosso]

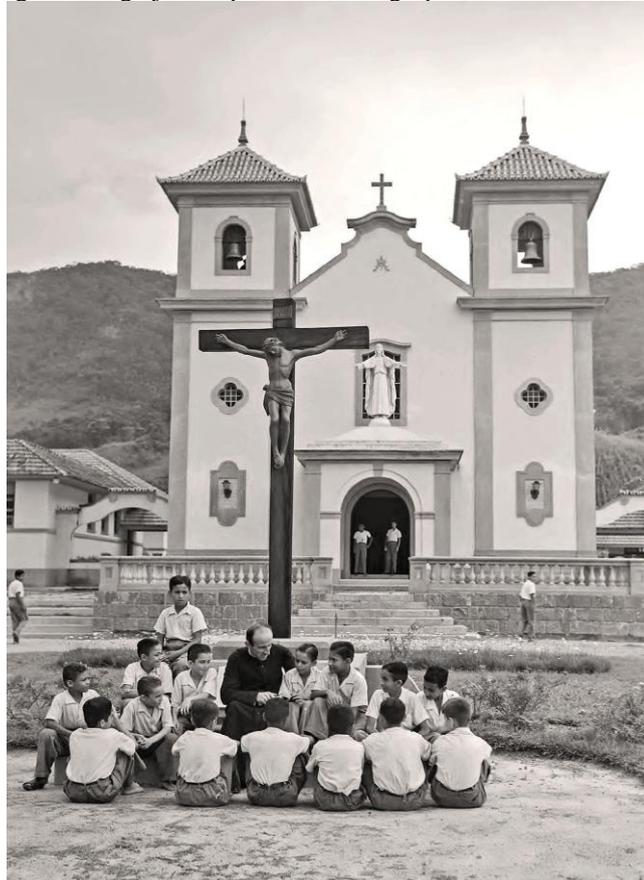
Relato que nos conectou aos canteiros da *Rua In: Voluntários da Pátria*. Diferente dos canteiros de “Seu Naná”, na rua não existe um cuidador específico, ficando a cargo de funcionários da prefeitura, que trabalham limpando e preservando a relação paisagística e higienista. Mas há pessoas, transeuntes, que subvertem essa ordem e vêm plantando alimentos nos canteiros de plantas. Acreditamos que seja uma forma de aproximação aos canteiros promovendo relações mais saudáveis, um gesto de resistência agindo invisível na concretude

da vida moderna, imposta pela cultura do cimento e da aceleração. Também existem as pessoas que vivem nas ruas, são elas que mais se aproximam destes canteiros-umbigos de floresta, seja jogando, ou catando o lixo jogado neles, seja deitando-se para se acomodar. E nessa aproximação ambos reivindicam a qualidade que “Seu Naná” experimenta e nos narra com tanta paixão, ao modo de contagiar os outros.

Neste ponto, lembraremos da importância de alimentar as subjetividades das pessoas, estas que Ailton Krenak traz em conversa com Suely Rolnik: “Se a gente tem uma humanidade girando em torno dela mesma e que não consegue criar outras perspectivas de mundo é porque a subjetividade das pessoas, que é o único canteiro de produção de mundos, está esgotada” (KRENAK, 2019). O que provoca este esgotamento? A relação dos canteiros de plantas com os canteiros de produção de mundo, produção de subjetividades, é um dos temas que moveu esta pesquisa.

A seguir, uma fotografia da Igreja, na Ilha da Marambaia, com capelão e jovens estudantes da EPDV. A imagem bem poderia ser dos séculos XVII ou XVIII, com o processo de invisibilização jesuítica aos povos originários, mas é uma imagem do século XX. Queremos apontar que a história se repete em sua essência e por formatos um pouco diferenciados.

Figura 25: Igreja – Capelão com um grupo de alunos da EPDV



Fonte: Agência Nacional, jan. 1944

Retornando ao cotidiano da escola de pesca, também havia as polícias internas e os monitores, que eram alunos mais velhos que ministravam aulas, que, para Yabeta (2014), esses alunos seriam os responsáveis por desenvolver entre seus colegas a “educação moral e cívica”, e se refere à educação como um verdadeiro sentido de subordinação. Fato que remete à falta de autonomia deflagrada ao final do projeto da EPDV em 1971. Uma vez que o regime interno implantado por Levy e sua equipe faziam jus ao período do Estado Novo, a intenção era um projeto de modernização econômica e desenvolvimentista que, no fundo, atendia ao caráter utilitarista, desenvolvimentista e cristão (evangélico devido a crença de Levy Miranda), que Nego Bispo (2014) crítica ao defender a cultura politeísta dos quilombos.

Identificamos um gesto utilitarista e não produtor de autonomias na cultura implementada na EPDV. Gesto, porém, que, segundo moradores, foi o melhor período de suas vidas. O que significa olhar e refletir sobre o lugar de onde vieram os ilhéus. Como estavam suas vidas antes da chegada da escola. Saíram de um período de cultura pós cativo, para certa autonomia/abandono, uma vez que falam da grande pobreza em que viviam, até chegar uma real produção assistida e controlada pela orquestração da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Claro que houve melhoria na qualidade de vida, mas sempre subordinada ao Estado como podemos perceber. A comprovação da falta de autonomia é que, após a década de 1971, com a morte de seu idealizador (Levy Miranda), secaram os recursos vindos do Estado, gerando outro processo de pauperização da comunidade, acrescentando a violação de direitos que a Marinha passou a operar desde a década de 1971 até 2015, quando os ilhéus conseguem o título de seu território.

Vejamos o terceiro período, destacado por Yabeta: **A Chegada da Marinha.**

Yabeta (2014) narra que foram vários os territórios cedidos aos militares, no período da ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1969 e 1980, que por sua vez, deram início a um projeto de expulsão compulsória dessas comunidades e a negação do acesso a direitos básicos de moradia, trabalho, educação, saúde, transporte e emprego. As famílias que resistiram e permaneceram foram vítimas de ações de reintegração de posse, ações de desapropriação e ações reivindicatórias. Diante de tanto conflito e despejo, surge a importância da comunidade recuperar a memória da história de ocupação que remonta o tempo das experiências vinculadas ao tráfico ilegal de pessoas escravizadas. Ao se autodeclararem como remanescentes de quilombo, fundarem associação quilombola, puderam ser certificadas pela Fundação Cultural Palmares e assim iniciaram o processo de titulação no INCRA. O mais drástico desta situação, é que apesar da “Constituição Federal de 1988 garantir, através do Art. 68 ADTC a titulação dos territórios remanescentes de quilombo, a União Federal não reconhece essas comunidades

como quilombolas e acusa os mesmos de serem “invasores do território” (YABETA, 2014, p.196).

A Marinha na Marambaia da década de 1970 inaugurou um projeto de expulsão dos moradores. Colocado em prática de forma direta como, por exemplo, a demissão de grande parte dos funcionários da Fundação Abrigo Cristo Redentor que trabalhavam na escola de pesca. E, de forma indireta, limitavam os acessos como já mencionamos: à educação, saúde, transporte e sobretudo em relação aos direitos sobre suas casas, promovendo a desagregação de núcleos familiares. Utilizavam argumentos preservacionistas para proibir os ilhéus de realizarem qualquer obra em suas residências, acarretando dificuldades severas quanto ao crescimento das famílias e a lotação nas residências.

Os conflitos foram num crescente ao ponto de, na década de 1990, chegar ao judiciário através das tais ações de reintegração de posse ajuizadas pela União Federal, contra os quilombolas, afirmando que eram invasores das terras. Os relatórios da Marinha silenciavam a utilização da Marambaia como porto clandestino para desembarque de africanos, que foram comprovados pela própria polícia da época, que havia detido 199 pessoas escravizadas ilegalmente na ilha, segundo Yabeta (2014).

Durante a pesquisa, identifiquei dois processos de apreensão de africanos suspeitos de serem recém-desembarcados na ilha: 1) 199 africanos apreendidos durante diligência coordenada pelo chefe de polícia interino da corte Bernardo Azambuja, em janeiro de 1851; 2) a apreensão do patacho *Actividade* com 455 africanos desembarcados, em fevereiro de 1851 (YABETA, 2014, p.39).

Com amplas dificuldades, e restrições ao acesso a serviços, a dificuldade de conseguir emprego faz com que as pessoas deixem a Marambaia em busca de trabalho e acabam por nunca mais voltar. Houve muitos relatos de pessoas que não aguentaram viver fora da ilha e sucumbiram ao abandono pelas ruas, ou chegando ao ponto de falecimentos. Manipulações como estas invisibilizam a cultura de gerações como podemos verificar abaixo.

Lino tinha sete anos quando perdeu sua vó **Dorotéa**. Ela estava com 82 anos, sendo assim, **nasceu na ilha em 1884**. Filha de escravos, é “**do tempo dos ventre-livre**”. Sua vó também foi enterrada no cemitério da ilha. Já sua mãe, foi sepultada no Caju. Ele também se **lembra das histórias que sua mãe contava**. Especialmente as de assombração. Seguindo o costume que passou para os filhos, ele também ia até a casa de sua avó limpar peixe. Na volta **costumava ver brincando entre as bromélias, crianças encantadas**. Outras vezes, também durante esse mesmo caminho, **encontrava com um “velho que fumava cachimbo, puxava fumaça e soltava fogo”**. Dona Sebastiana nasceu em 1918, sua mãe deve ser nascida no final do século XIX. Quem seria sua avó? Nascida na ilha? Uma africana desembarcada ilegalmente? Tantas **gerações vivendo no mesmo território, tornaram-se invisíveis** diante da justiça (YABETA, 2014, p.232). [Grifo nosso]

No entanto, a partir de 2015, como relatamos anteriormente, o quadro mudou. Portanto, a retomada da cultura faz a manutenção das famílias quilombolas. O Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, data mais esperada, quando os quilombolas festejam oferecendo feijoada nas ruínas da senzala da praia da Armação. Datas como essa a comunidade gosta de comemorar, mas, nem sempre foi possível. Nessas festas, o jongo se faz vibrante e presente. Os anciões dizem, que na Marambaia, o jongo foi dançado nos quintais das casas até pelo menos a década de 1950. Depois, foi deixando de ser praticado por conta da morte dos mais velhos, responsáveis por organizarem as reuniões. Parece um relato contundente, que faz aproximar nosso pensamento quanto ao período de presença da Escola de Pesca Darcy Vargas quando a ilha recebe as atividades da EPDV (1939 – 1971), incluindo missas evangélicas. A chegada da Marinha na década de 1970, e os conflitos que se instauraram na ilha devido a várias práticas de proibições, acabaram deixando de vez o jongo apenas na lembrança.

No final da década de 1990, com a organização da comunidade que buscava garantir seu território como remanescentes de quilombo, nasceu o grupo de jongo “Filhos da Marambaia”. A memória dos mais velhos foi transmitida aos mais jovens. É com a qualidade dos encontros que o jongo emerge e reafirma a história do grupo, legitimando sua autenticidade étnica e ganhando visibilidade política, conforme Yabeta (2014).

Identificamos neste caso a importância do território, os ambientes e biomas, o sagrado, as partilhas e as histórias vinculadas à memória do lugar. Suas alianças criam o corpo comunitário.

Mas, como ficam as pessoas que perderam seus vínculos? Ou que nunca vivenciaram um território como este? E quando o território é a própria rua? E as pessoas que vivem nelas há gerações? O vínculo seria feito com as dinâmicas da rua? O que podemos pensar, e como podemos agir com estas pessoas que vivem nas ruas? Ou, como podemos aprender com estas pessoas que sabem o que é viver nas ruas, que tem a experiência das ruas?

Acreditamos que é pela retomada dos territórios invisíveis (os canteiros-umbigos de florestas, mantos, cantos, danças, gingas e batuques), e pela escuta aos ambientes, que se tornará possível experimentar alianças a fim de criarmos/executarmos projetos, programas de governo, de organizações e/ou particulares, que fossem contínuos. No entanto, seria essa uma forma de pensar tão utilitarista quanto, por exemplo, a EPDV? Não adianta mudar o conteúdo se estamos mantendo a mesma forma. E onde está o interesse real nessa mudança?

RUAS

Canta um ponto bem bonito
 Que o corpo quer dançar
 E a dança dessa moça
 Faz a rua se encantar
 Ponto de d. Maria Molambo
 (SIMAS, 2020 p.47)

Com licença para vadiar...

É nas frestas e festas que acontece a cultura de rua, a mandinga e, segundo os professores Simas e Rufino que comungam com esta cultura: “As Ruas são de Exu em dias de festa e feira, dos malandros e pombagiras quando os homens e mulheres vadeiam e dos Ibêgis quando as crianças brincam” (SIMAS, 2020 p.9).

Celebremos a cultura *Afro-Karióka!* Essas pessoas descendentes de africanos na taba tupinambá e tantas outras culturas originárias. Acreditamos nessa aliança cultural como modo de cuidar. Cuidar das ruas. Ao cuidar das ruas, cuidaremos de quem vive nelas. Preferencialmente nos cuidando mutuamente, em processo de reconstrução de canteiros, da rua, em suas estruturas materiais e imateriais, em nossa subjetividade. Para que as ruas se reencantem. Para que os corpos se encantem junto a elas, em partilhas entre transeuntes e viventes nas ruas em equilíbrios dinâmicos.

Os noticiários e a nossa experiência de transeunte constatam que as ruas se inundam de pessoas vindas de processos de violências múltiplas, deslocamentos forçados, explorações, despejos, abandonos, frutos de monocultura desenvolvimentista, ganância extrativista e aceleração utilitarista. Inundadas nesse imbróglcio de cultura de desrespeito, desperdícios e competitividades enfurecidas, marcadas por elitismos, classismos, ecocídios, feminicídios e genocídios. Autores como Krenak, Bispo, Cristine Takuá, Kopenawa, Ana Mumbuca, Munduruku, Simas, Geni Núñez, Rufino, tem clareado nossa miopia sobre as questões. Haveria algum vestígio do início deste processo? Algum lugar de onde partir para sanar, ou minimamente diluir tanto conflito? Não sabemos responder, mas, visitemos um pouco da História.

História em busca de liberdades e autonomias.

Na primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro tinha a maior população escrava urbana das Américas. Caminhavam pelas ruas majoritariamente os escravos ao ganho, escravos libertos, possivelmente alguns fugidos, pessoas com muita vitalidade e articulando variadas ações por um lado. Por outro, aqueles que não suportavam as duras cargas de trabalho, geralmente os mais velhos, adoentados, que quando não eram mais úteis à “máquina de guerra” colonizadora, se não os eliminava, eram despejados, jogados às ruas da cidade, à própria sorte.

Descartados pelo sistema colonizador. Alguns deles, talvez, tenham sido os primeiros vendedores ambulantes. Mas seriam os outros, os despejados, os primeiros andarilhos viventes nas ruas, seriam os primeiros pedintes nas ruas? Esse movimento do século XIX nos soa bem aproximado aos acontecimentos da Ilha da Marambaia.

Vejamos imagem das escravas ao ganho que, segundo Miranda (2019), podem ser lavadeiras, engomadeiras, quitadeiras que vendiam uma variedade de alimentos hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas ou louças como vemos na imagem, elas dominavam o pequeno comércio de rua nas cidades. Atividade que era o principal meio dessas mulheres garantirem o próprio sustento e de suas famílias, e/ou de seus senhores, como escrava de ganho. Havia outras atividades feitas por homens como artesãos, ferreiros e outros.

Figura 26: Quitadeiras – Rio de Janeiro, RJ, 1875



Fonte: Acervo - Instituto Moreira Salles Foto: Marc Ferrez

Sobre a cultura pedinte podemos inferir, a partir de Karasch (2010), que nas terras pindorâmicas, desde o século XVI, irmandades eram favorecidas pela Coroa Portuguesa e pela Igreja Católica como um instrumento de conversão dos africanos escravizados. Jesuítas estabeleciam confrarias dedicadas a santos e santas de acordo com a localidade e procedência de africanos convertidos; dos crioulos, que são os nascidos em terra pindorâmica e, por vezes,

também criadas para indígenas. Esta prática já vinha da colônia portuguesa, e os dízimos coletados tinham algumas procedências, dentre elas a própria igreja dos africanos e as irmandades. Utilizavam o recurso também para a construção das capelas, vindos de doações das lideranças da irmandade, doações decorrentes de morte dos membros da irmandade: os libertos que deixavam casas, ouro em troca de missas ou funerais e de doações vindas através de esmolas. Descendentes indígenas e africanos dedicavam um bom tempo pedindo esmolas a serem destinadas ao apoio das atividades. Um dos requisitos de aceitação na irmandade era não frequentar “feiticeiros”. Irmandades eram compostas por pessoas de procedência de Benim, Nigéria, Congo, Angola, Costa do Marfim, cada uma com uma santidade específica, dentre tantas outras nações. Além da coleta de esmolas, as irmandades indígenas e africanas, ou como a autora se refere, pardas e pretas, organizavam variadas atividades sociais e religiosas, como procissões, beneficiando as comunidades locais. Andavam em procissões vestindo longos mantos de seda branca, carregavam imagens de santos, adornadas de seda, ouro, prata, diamantes. A autora estabelece o momento da virada que tanto nos interessa:

A união de santos negros e seus devotos em determinados dias sagrados possibilitou às nações africanas lembrarem sua terra e suas tradições culturais [...] utilizavam os dias dos santos para propósitos africanos. **No pátio das igrejas** católicas negras do Rio de Janeiro **“feiticeiros” africanos lideravam seguidores** não cristãos em adoração, enquanto dançavam ao som de tambores feitos em estilo africano. Posteriormente, outras danças ocorreram nas praças, muitas vezes noite a dentro. Em Salvador, **o culto aos orixás yorubas ocorria “disfarçado” nas igrejas negras**, enquanto os **muçulmanos ocultavam sua adoração sem se converterem ao catolicismo**. Já adentrando o século XX, os **membros Nagô da irmandade** de Nossa Senhora da Boa Morte, na igreja de Barroquinha em Salvador, normalmente **celebravam rituais de Candomblé às escondidas da igreja**. [...] pesquisas recentes sugerem que algumas irmandades desempenharam um papel histórico significativo na evolução das religiões afro-brasileiras, como o Candomblé em Salvador (KARASCH, 1987, p. 247- 9; REIS, 2003, p. 333; NISHIDA, 1998, p. 332, 335 apud KARASCH, 2000, p.269). [Grifo nosso]

Neste trecho, encontram-se as frestas e festas que Simas e Rufino (2020) salientam. É aprendendo a escutá-las que seguimos buscando pistas, vestígios, rastros de uma possível aliança entre transeuntes e pessoas que vivem nas ruas. E nesses encontros todo o sistema de insurgências, revoltas, relações quilombolas, é alimentado a partir dos encontros e do investimento e comunicação das irmandades junto aos quilombos.

Acreditamos que sejam indícios de como se criou a rica cultura *Afro-Karióka* resistente, resiliente, viva até hoje. Karasch (2000) revela que quase toda a população escravizada no Brasil tinha origem de distintas nações de África, como verificamos no mapa Rotas Atlânticas (p.43), onde muitos foram levados para o nordeste do Brasil, enquanto que no Sudeste houve a esmagadora presença da África Centro Ocidental, de cultura Bantu, vindos de Congo, Angola,

Moçambique, aportando entre Rio de Janeiro e São Paulo, visando produções de monoculturas de cana de açúcar, café e a extração de madeira e pedras preciosas, considerando o processo colonizador como um todo. Mais de três séculos de escravidão barbarizaram pessoas vindas de Angola, Benguela, Cabinda, Cassange, Congo, Rebolo, Inhambane, Moçambique, Quilimane, Mina, dentre tantas outras nações, segundo Gomes e Santo (2020). Na foto, o evidente constrangimento, desconforto, mal-estar, de quem provavelmente foi obrigado a realizar a foto. Este ímpeto, acreditamos ser determinante ao caminho de fugas, embates e alianças.

Figura 27: Colheita de café, Vale do Paraíba, 1882



Fonte: Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles).

A “Encruzilhada” tinha o Valongo como polo central da comercialização de escravos do Rio de Janeiro até 1831, principalmente dos chamados africanos novos, recém desembarcados, com pessoas vindas de distintas nações, com línguas e culturas distintas que eram misturadas para evitar a comunicação. E, como vimos anteriormente, a partir da segunda metade do século para o final, diríamos que o êxodo forçado de pessoas ilegalmente traficadas

gerou uma outra “encruzilhada” na Ilha da Marambaia, onde passaram a aportar e comercializar as pessoas enviando-as às fazendas do ciclo do café.

Esse caldo cultural em todo o país, se reorganizando a partir das revoltas, aquilombamentos e das irmandades, chama atenção para a “Força Vital” (LOPES, SIMAS, 2020) daqueles que, mesmo despidos e carcomidos pelo colonizador, através da força de sua energia, sua potência de existir, suas resistências, estratégias reinventaram-se através das fugas e embates destinados à autolibertação. Também chama atenção para a possibilidade de “Aliança Afetiva” Krenak (2022) que possivelmente estabeleciam devido a aproximação e partilha junto aos povos nativos conhecedores de ambientes e biomas.

A concepção metodológica, que veremos no capítulo sobre o campo de pesquisa, foi feita de saltos no tempo, uma vez que não existe uma história linear, mas sim, a reinvenção a partir de elementos fragmentados pelo apagamento e invisibilização que, ao longo dos séculos, foram dinamizados a partir das diaspóricas encruzilhadas como um vir a ser, um devir peles, devir feiticeiro, devir ancestral, os devires imperceptíveis (DELEUZE, GUATTARI, 2012) que barreiam, alicerçam, encorajam e orientam para as fugas, embates e alianças. Como diria Merhy (2014), através das “redes vivas”, dos “sinais da rua” e possivelmente sinais de ambientes e biomas. E como diriam Simas e Rufino (2018), “Os caminhos retos são os limites a serem transgredidos. Assim a malandragem pratica o cruzo, o malandro é errante, o corpo, suporte de sabedorias, é propulsor de outras textualidades, pulsa no transe, o malandro transita, é fluxo contínuo” (p.83).

Para o escritor Alberto Mussa (2023), em entrevista ao documentário “Línguas da Nossa Língua²⁶”, existe uma questão afro-indígena no Brasil que se percebe, ou os olhares ainda não estão atentos para o lado indígena do afro. Como exemplo, cita que, na umbanda, as entidades espirituais relacionadas a questão são os caboclos. Outro exemplo são os terreiros de candomblé, pois é a própria ideia de terreiro que não se vê em África, um terreiro organizado. Porém, o terreiro já existia nas aldeias indígenas, e por vezes, tem até a casa cerimonial no centro. Mussa relata que existem descrições a respeito, desde o século XVI, na costa do Brasil, que foi frequentado pelos europeus. Para o escritor, não se trata de desqualificar a contribuição africana no Brasil, sugere que se estude melhor este assunto, que se comece a desenterrar as presenças indígenas no que se considera hoje como cultura popular brasileira, afro-brasileira, afro-indígena. E traz outro exemplo: uma personagem fundamental no “Panteão” da umbanda

²⁶ Documentário - “Línguas da Nossa Língua” T1 E3 – Línguas de Resistência - Por Estêvão Ciavatta. Brasil, 2023.

é Seu Zé Pilintra, que é um afro-indígena, juremeiro, vindo do catimbó das Alagoas, chegando ao Rio de Janeiro. Pode descer na linha do Malandro, de Exu ou do catimbó. É um malandro que tem fundamento com a jurema, é um juremeiro. É um afro-indígena. Sarava seu Zé Pelintra!

As fugas surgiam como processo de autolibertação, segundo Nascimento²⁷ (2019), e assim surgiam os quilombos, esses que se reorganizaram em suas culturas, famílias, comunidades. Os embates eram levantes, insurreições e revoltas, ativadas contra o sistema monocultor e monoteísta (BISPO, 2023).

E retomando o pensamento de Karasch (2010), as pessoas escravizadas em fazendas recebiam auxílios dos quilombolas e de algumas irmandades no caminhar das ruas. O processo de aquilombamento gradativamente vai ganhando força ao longo dos séculos. Com um exemplo entre centenas, as insurreições de escravos em Santa Cruz, Rio de Janeiro, que se intensificaram através de ataques aos feitores, roubos de carne e gado, fugas e o aumento das relações com quilombos da região. Em toda terra pindorâmica as revoltas insuflam, dezenas de ações emergem, fruto das inúmeras taxações de imposto e opressão na tentativa de manutenção das relações escravocratas. Os anos de 1851 e 1852 foi marcada por distúrbios e revoltas em todo o Império. As marcas das insurgências revelam a vitalidade da cultura, como podemos verificar na citação abaixo.

A Igreja e o Estado tentaram manipular as irmandades para seus próprios fins, ou seja, para a **conversão e controle de uma população negra potencialmente perigosa**, entretanto os irmãos e irmãs negros adaptaram as irmandades aos seus próprios objetivos: o contato com o mundo espiritual, a construção de comunidades e formação de uma nova identidade, pois na medida em que abandonavam a condição de Angolanos, Congos, ou Minas e se transformavam em forros, cujos filhos seriam pretos livres e pardos livres. Os **afro-descendentes continuam celebrando seus ancestrais como pretos velhos e a dançar em sua homenagem** em rituais religiosos e congadas. (KARASCH, 2000, p.277). [Grifo nosso]

Em diversas vilas e cidades do Nordeste, centenas de pessoas se aglomeraram em frente a prédios públicos para protestar - muitas delas, armadas. Em 1852 acontece a revolta popular armada que barrou o primeiro censo no Brasil. Manifestantes temiam que seus filhos fossem escravizados devido à ausência de mão de obra escrava gerada pelo fim do tráfico africano. A “chapa estava quente”, como diríamos hoje, todo território manifestava-se gerando uma atmosfera em sentido de “panela de pressão”. Na foto que segue, duas lindas crianças alforriadas, que podem representar uma expectativa de futuro em liberdade, com melhor

²⁷ Abdias Nascimento (1914-2011) já foi descrito como o mais completo intelectual e homem de cultura do mundo africano do século XX. Poeta, escritor, dramaturgo, artista visual e ativista pan-africanista, ele fundou o Teatro Experimental do Negro e o projeto Museu de Arte Negra. Suas pinturas, largamente exibidas dentro e fora do Brasil, exploram o legado cultural africano no contexto do combate ao racismo. Professor Emérito da Universidade do Estado de Nova York, ele foi deputado federal, senador da República e secretário do governo do Estado do Rio de Janeiro. (<https://ipeafro.org.br/personalidades/abdias-nascimento/>).

qualidade de experiência de vida e, ao mesmo tempo, a denúncia de condições severas em que viviam as pessoas escravizadas. A figura registra um dos veementes motivos para as revoltas acontecerem: a defesa da liberdade de seus familiares, sua prole, contra ao que parece, na imagem, uma montanha de algodão coletado, serviço de escravizados, neste caso em Porto Alegre, que foi grande produtor e exportador do insumo.

Figura 28: Crianças alforriadas em Porto Alegre.



Fonte: Acervo do museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

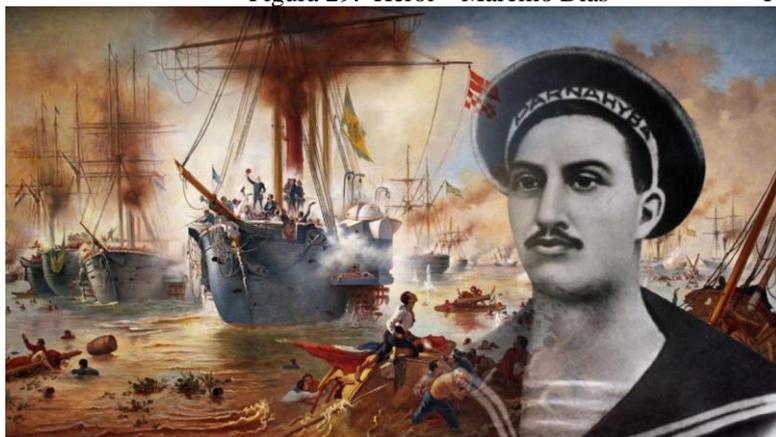
Giremos em direção ao período que concerne a independência do 7 de setembro de 1822, momento de muita controvérsia entre o Império e a República, entre os interesses da aristocracia rural, de políticos e de cortesãos brancos. Enquanto a oposição dos escravos tornou-se ainda mais tensa, evidenciando um momento em que muitos aproveitavam para fugir para as florestas vizinhas, outros, na expectativa de ganhar sua liberdade, se aliavam às tropas independentistas. Outros, submissos a seus senhores, lutavam ao lado das tropas portuguesas e no fim das lutas ainda eram castigados, segundo Nascimento (2019).

Esta característica de aproveitamento de escravizados em busca de liberdade e de terras torna-se uma característica importante também para a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864 -1870), como nos parece o caso de “[...] Marcílio Dias, marinheiro da esquadra imperialista brasileira, colaborando na guerra e invasão do Paraguai” (NASCIMENTO, 2019, p.84). Segundo a Agência Marinha de Notícias²⁸, a mãe de Marcílio, que era negra e lavadeira, havia sido presa injustamente em 1855. Durante o período de cárcere, preocupada com o mau comportamento do filho, pediu a seu compadre que o entregasse à Escola de Grumetes no Rio de Janeiro (RJ). Marcílio ingressa na Armada Imperial como grumete (recruta) em 1855, aos dezessete anos de idade. Entra para o Corpo de Imperiais Marinheiros e na Batalha do Riachuelo, e torna-se herói em 11 de junho 1865, aos 27 anos, falecendo no dia seguinte devido a graves ferimentos, no início da Guerra contra o Paraguai (Guerra da Tríplice Aliança). Exemplo que faz pensar no nosso campo de pesquisa, a **Rua In:Voluntários da Pátria**, onde em sua grande maioria foram indígenas e escravos “livres” que lutaram na guerra.

Trouxemos o caso de Marcílio Dias para seguir o argumento do professor Abdias Nascimento (2019): a cultura de invisibilização é muito ágil, sutil, consistente e, por vezes, ambígua. É reconhecido aquele que luta em favor da cultura colonizadora, imperialista, republicana neoliberal, enfim, a cultura dominante da época. No caso de Marcílio, houve reconhecimento por ter sido soldado que lutou, matou, que defendia seu próprio território, e morreu como “herói” ao invadir o território Paraguai. A homenagem não veio por ter libertado seu povo (escravizado) ou por ter aliviado de algum modo a carga que vem suportando as culturas afrodiaspóricas e/ou pindorâmicas ao longo dos séculos. Este não foi exatamente um **In:Voluntários da Pátria** ao qual nos referimos em nossa pesquisa, ou será que foi? Por falta de opção, pela manipulação política? O fato é que hoje temos uma homenagem em seu nome: Hospital Naval Marcílio Dias, Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro. Vejamos sua imagem.

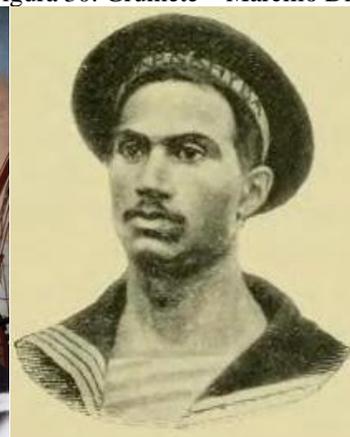
²⁸ Acesse: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/> injustamente.

Figura 29: Herói – Marcílio Dias



Fonte: Agência Marinha de Notícias

Figura 30: Grumete – Marcílio Dias



Fonte: Wikipédia

O Herói e o marinheiro. O retrato de Marcílio, e a utilização de sua imagem pela Marinha Brasileira, nos lança para a terceira parte da música “Canto das Três Raças”, especificamente o canto do trabalhador que deveria ser de alegria, mas que soa como a continuidade de um projeto político.

E ecoa noite e dia
 É ensurdecador
 Ai, mas que agonia
 O canto do trabalhador
 Esse canto que devia
 Ser um canto de alegria
 Soa apenas como um soluçar de dor
 Ô, ô, ô, ô, ô, ô
 Fonte: [LyricFind](#)

Continuidade que também verificamos na Escola de Pesca Darcy Vargas, cujo projeto do Estado Novo está intrínseco à Escola, como podemos ver em Mota (2001): “Urgia a voz da modernidade, símbolo maior dos entusiastas do Estado Novo. Buscava-se “civilizar e domesticar” os trabalhadores para a indústria e comércio, ainda incipientes no Brasil” (p.113).

E no artigo de Meireles Junior (2018) que confirma o que trouxemos anteriormente, sobre autonomia e liberdade, pois questiona o sentido de liberdade.

[...] a construção, por meio do discurso, da concepção de uma cidadania atrelada ao trabalhador, mas sem exercício de liberdades políticas, o que, por si só, não significaria que o regime varguista seria antidemocrático, conforme a própria fala de Vargas. O governo estado novista reivindicou para si o caráter de democrático, não de uma democracia liberal, mas sim de uma espécie de democracia social (MEIRELES JUNIOR, 2018, p.231).

E para finalizar, destacamos a dissertação “A repressão policial às religiões de matriz afro-brasileiras no estado novo (1937-1945)” de Nathália F. Oliveira, que chama atenção para

a ideia de Velloso (1987) sobre a ambígua e simbiótica relação entre intelectuais e políticos, que acontecia no período da ditadura Vargas. Segundo Velloso (1987), a política torna-se a madrasta da intelectualidade e o Estado o Tutor, o pai da intelectualidade. Argumenta a historiadora que:

[...] a partir do momento em que o Estado marca a sua presença em todos os domínios da vida social, não há por que o intelectual manter a sua antiga posição de opositor ou insistir na marginalidade. De inimigo do Estado, o intelectual deve se converter em seu fiel colaborador, ou seja, ele passa a ter um dever para com a Pátria. [...] De acordo com a historiadora, refletir sobre essa relação no contexto do Estado Novo é refletir, também, sobre a relação entre propaganda política e educação. Tendo em vista que uma vez inseridos na lógica do regime, os intelectuais passam a ser compreendidos como o grupo mais esclarecido da sociedade e que teria como sua **função principal “educar” a coletividade de acordo com ideais doutrinários do regime** (OLIVEIRA, 2015, p.29) [Grifo nosso]

Então, lembremos das imagens dos jovens da Escola de Pesca Darcy Vargas, que estavam em idade para se tornar grumetes (recruta). Na escola aprendiam a consertar barcos, enlatar sardinhas, se ocupavam de uma série de atividades e de ensino de educação moral e cívica, e até “aprendiam a ser pescadores”. Todo um programa orientado pela cultura militar.

Segundo Fabio Mota, a Escola de Pesca Darcy Vargas

[...] criada no âmbito de uma política mais ampla no período do Presidente Vargas, cujo objetivo era restituir o controle dos “sem grilhões”, como nas palavras de Chateaubriand, de modo a restituir-lhes a “civildade perdida” após a abolição da escravatura. [...] **Portanto, as escolas neste período tinham marcadamente um caráter civilizatório** [...] As políticas públicas, nesse âmbito, tinham como propósito de “desenvolver” e transformar os pescadores em espécies de “proletários do mar”. (MOTA, 2001, p.111), [Grifo nosso]

Portanto, uma Escola que não promoveu liberdades e autonomias, apenas subordinações, conforme Yabeta (2014).

São inumeráveis os casos de heróis e mártires indígenas e negros tanto no processo colonizador quanto de independência do Brasil que, sistematicamente, são esquecidos, silenciados, exterminados e manipulados pela sociedade brasileira, dita “oficial”. Por essa história, o reconhecimento somente chega aqueles que são brancos, mesmo que mártires, como Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira, que lutou por causas semelhantes, e que também tinha escravos, segundo Nascimento (2019).

A produção de apagamentos, branqueamentos e invisibilizações age escondendo guerreiros, heróis e mártires. Pessoas que foram e são verdadeiras guerreiras e guerreiros, sábias e sábios, que não foram reconhecidas(os), muito menos louvadas(os). A cada uma destas pessoas, que seja possível prestar sua devida homenagem e visibilidade.

[...] exemplos heroicos até hoje não suficientemente ensinados em nossas escolas, nem convenientemente inscritos em toda sua significação e importância na História do Brasil: a República dos Palmares, a Revolta dos Alfaiates, a Balaiada, as Revoltas Malês, o Quilombo de Campo Grande, a figura de um Isidro, o mártir, do Pedro Cosme, do Preto Pio, de Manuel Congo, de João Cândido, de Carocango, Luísa Mahin e de centenas de milhares de outros que os seguiram resultou de fato na proscrição não legalizada da escravidão; constituíram as expressões incontestáveis da recusa dos africanos em se submeter à desumanização e à humilhação do regime escravocrata. O sangue que derramaram resgatou para sempre a dignidade e o orgulho dos povos africanos (NASCIMENTO, 2019, p. 88).

E continuando a reverência a tantas sábias, guerreiras, professoras: Rainha Nzinga Mbandi de Angola (Rainha da Ginga), Tereza de Benguela, Antonieta de Barros, Maria Carolina de Jesus, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Inaicyrá Falcão dos Santos, Conceição Evaristo, Amina Traoré, Leda Maria Martins, Flavia Oliveira, Djamila Ribeiro. E para dizer de alguns homens sábios guerreiros também de nosso tempo: Milton Santos, Joel Rufino dos Santos, Abdias do Nascimento, Luciano Baniwa, Silvio Almeida, Renato Nogueira, dentre outros tantos. A estes, e tantas mais, e a população predominante negra assentada neste território, esta pesquisa prestou homenagem - e que a capacidade de transformação e alianças que foram capazes de produzir possam vigorar por muitos séculos.

As ruas afrodescendentes se territorializam e terreirizam através de inúmeros levantes como a “noite da garrafada” dos Malês em 1935. Pelas ruas caminham os libertos do sistema escravagista. Movimentos de insurreições, levantes e revoltas em todo país aconteciam principalmente nas regiões de Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, onde havia grande presença de pessoas escravizadas. Fuga e reorganização em comunidades quilombolas, criadas por africanos fugidos e livres, orgulhosos de sua liberdade “que se recusaram a submeter-se aos grilhões e à chibata” (NASCIMENTO, 2019, p.74), embates através de levantes contra o modelo escravista, alianças as mais variadas de acordo com a possibilidade de existência e resistência de cada indivíduo e grupo.

Aos andarilhos, aos povos nômades, aos nordestinos, ciganos, a esses micro-diaspóricos, milhões de afropindorâmicos, aos “*CuruminsEres*²⁹” todo o afeto e alianças que esta pesquisa puder abraçar – aos *In:Voluntários da Pátria* encantados na guerra contra o Paraguai e tantos mais.

Ao longo de séculos foram e são crianças, jovens, mulheres, velhas e velhos, sábias e guerreiros, e tantos mais “condenados à morte por desejar a liberdade” (NASCIMENTO, 2019, p. 76), por desejar reparação, justiça e por quererem a retomada dos territórios de seus povos,

²⁹ Aglutinação inventada pelo autor desta pesquisa para designar crianças indígenas e pretas representadas pela palavra – CuruminsEres.

retomarem suas culturas.

Enquanto que a cultura afrodiaspórica buscava criar lugares de afeto e viver com seus conterrâneos, suas novas famílias fugidas do processo escravocrata – encontrando terras para resgatar suas culturas, sua liberdade –, a cultura colonizadora branca euro-centrada, que passou a viver nestas terras, buscava eliminar aqueles que já não serviam mais, já não tinham mais utilidade às suas lavouras, não tinham mais serventia.

O desejo de liberdade é um sentimento que atravessa séculos, muda seu contexto e situações, mas não muda a cor da pele. Descendentes dos povos originários e dos povos afrodiaspóricos lutam, ainda hoje, por seus direitos, pelo respeito individual, coletivo e, principalmente, respeito pelas terras que viveram seus antepassados.

Lançamos uma semente a ser plantada, com objetivo de tensionar as distintas formas de relação com o mundo, com o cosmos, através de um provérbio antigo:

“Nós não herdamos a Terra de nossos antecessores,
nós a pegamos emprestada de nossas crianças”

Quênia, África

2 EXPERIÊNCIAS E INVISIBILIDADES NAS RUAS

2.1 Saber de Experiências – In-Mundo – Cambono

Por uma pesquisa, uma experiência de cambonagem, in-mundo porque são implicadas, e envolvidas em alianças. Experiências que vem das ruas, do encanto, que nos ensinou.

Experiência é o fazer/saber e é a palavra em comum, cada qual com seu modo, seu mundo peculiar, entre os autores: Bondía (2002); Simas e Rufino (2018); Merhy e Gomes (2014). Nossa escrita será realizada saltando de um autor para outro buscando elementos aproximados que podem se alimentar de confluências (Bispo, 2023).

Convoquemos a qualidade de um olhar que escuta, daquele que recebe as infâncias nas ruas, e mais especificamente as infâncias perdidas em nós. Acreditamos que ver qualquer pessoa e receber sua criança ferida nos abrirá caminhos para novos encontros, principalmente de si mesmo, e, quem sabe, partilhar criações de mundos: outros mundos.

Reivindicamos a rua porque fomos convocados por ela. Por seus movimentos nômades, de campo relacional, como uma espécie de escola, fuga no tempo, lugar de encontros, terreiro que transborda afetos em combate às inúmeras violências. Rua de passagens, refeita nas paragens em seus canteiros de plantas, de gente, para que a orientação venha do fazer/saber de

experiência, das redes vivas / sinais da rua / implicada³⁰ e dos saberes encantados, intensos, sutis, ligeiros, ambivalentes, contundentes e efêmeros que por entre as ruas do cotidiano movem, bailam, escapam e gargalham. Pois é nas encruzilhadas, morada de Exu, lugar de encantamentos³¹, que nos perdemos para encontrar e encontramos para perder e reencontrar, como um “início meio início” (BISPO, [sd]).

A convocação veio de um encontro, de uma partilha intensiva de olhar que balbuciou algo como “pise firme, abra seus olhos”. Mergulhados no ritmo frenético da rua e dos afazeres, de súbito houve esta interrupção quebrando a lógica cotidiana, como uma síncope que nos lança ao vazio e ao inesperado. Um caminho por dentro da caminhada na rua, que se transformou em nosso campo de pesquisa. Por suas encruzilhadas, agradecemos e pedimos licença a: “*Elegbara* (Senhor do poder mágico) princípio e potência de imprevisibilidade, dinamismo e possibilidade, que dá o tom dos sincopados que quebram as instâncias normativas e nos propõe outros caminhos” (SIMAS, RUFINO, 2018, p.22).

A rua, campo desta pesquisa, foi melhor detalhada no capítulo dois, capítulo destinado ao “campo de pesquisa, batalhas e metodologia”, onde fizemos as devidas relações. No entanto, vale ressaltar uma breve apresentação.

Para esta pesquisa, a Rua Voluntários da Pátria situada em Botafogo (Rio de Janeiro, RJ), se tornou o campo de pesquisa, onde ocorreram inúmeros encontros. Esta qualidade de encontro pode ocorrer em qualquer hora e em vários momentos do dia. Pode variar o local, a pessoa, pode ser com a mesma pessoa em locais diferentes, também pode ser com os canteiros de plantas, seres viventes e não viventes. Assim, a dinâmica de encontros nesta rua se fez e se faz, como em boa parte das ruas brasileiras. Por curiosa vocação de uma história colonial, a Rua Voluntários da Pátria também existe em vários outros Estados brasileiros como nos bairros de Ipiranga (Belo Horizonte, MG), Centro (São Paulo, SP), Centro (Curitiba, PR), Centro (Fortaleza, CE), Vila da Prata (Manaus, AM) etc. Nossa Rua em Botafogo (Rio de Janeiro, RJ), sofre uma ligeira transformação ética, estética e política para esta pesquisa. Portanto, chamaremos de *Rua In: Voluntários da Pátria*, e aparecerá grifada desta forma.

Abriremos, portanto, um ambiente de encontros em que as experiências foram aquelas que nos atravessaram e aconteceram por ambivalências. Pois encontrar é também partilhar e

³⁰ Redes Vivas Sinais da Rua – Ver – Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações (MERHY, E. E. et al. 2014).

para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde

³¹ Encruzilhada lugar de encantamentos ver: “Fogo no mato – a ciência encantada das macumbas” de Simas e Rufino, 2018, p. 17.

traçar fugas, embates e alianças ao mergulhar em saberes que nos fazem transformar, a fim de nos reposicionarmos juntos, a fim de criarmos outros mundos

É *Igbá Ketá* (Senhor da terceira cabaça), que nos chama atenção para as dúvidas que ofuscam a luz de determinados regimes de verdade. É o seu poder que ressalta o caráter das **ambivalências** e nos aponta a perspectiva que se inscreve na transgressão das dicotomias. (SIMAS, RUFINO, 2018, p.22). [Grifo nosso]

Quem vive nas ruas, sabe o que é viver nas ruas.

Quem vive nas ruas pode querer continuar nas ruas.

E quem vive nas ruas, emerge e vocifera por liberdades e respeito.

Essas vozes são e carregam experiências das mais variadas. É necessário, cada vez mais, aprender a escutá-las, a ler seus movimentos: de pessoas, encantados e redes vivas/sinais da rua que vivem e circulam pelas ruas. É a partir desta perspectiva que buscamos oferecer uma escuta, um olhar para as *In:Visibilidades*, pois que, enquanto aprendiz de pesquisador em processo de cambonagem, estamos abertos aos rodopios e cruzos, que possam haver transformações pelo encantamento dos saberes uma vez que “[...] em nossas vozes há a presença do outro que nos interpela” (SIMAS, RUFINO, 2018, p. 36).

Contudo, se faz necessário evidenciar, por um lado, o que é experiência e, por outro, a experiência do ato de pesquisar para assim estabelecermos tensões com pesquisas vinculadas às políticas públicas e programas de desenvolvimento, como o caso do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) que buscam construir democraticamente paradigmas biocivilizatórios de cuidado, compartilhamento e convivência entre todas, todos e todes.

É pelas linhas históricas que os rabiscos foram esboçados, estes que nos lançaram para a história que criou e continua a produzir o projeto de invisibilização social.

Para os autores Simas e Rufino (2018, p.16), “O ponto está riscado: há que se ler a poética para se entender a política, há que se ler o encanto para se entender a ciência”. E dessa forma buscaremos a complementaridade que inicia nas ruas e busca dialogar com os paradigmas acadêmicos.

Tensionamos uma espécie de aliança, uma composição reflexiva a partir da palavra experiência, de como os autores Bondía (2009), Merhy e Gomes (2013) e Simas e Rufino (2018), entendem/vivenciam as qualidades de experiências em suas pesquisas. Mais especificamente os termos: experiência, por Bondía; pesquisador in-mundo (implicado), por Merhy e Gomes; pesquisador cambono, por Simas e Rufino. Estes últimos caminharam pelas

frestas rompendo previsibilidades e revelando possibilidades outras de vazios, presenças e mundos.

Em seguida, trouxemos as experiências da rua vividas por ‘Ela’, ‘Senhor’, Esmeralda, Roberto Carlos e Ronaldo. As duas primeiras são ligeiras narrativas vindas dos encontros no campo de nossa pesquisa, que confirmam as experiências das ruas, pois que seus gestos nos fizeram refletir sobre o que há de imperceptível nos movimentos de quem ainda vive nas ruas, que ainda vivencia o processo de invisibilização social. Esmeralda e Roberto não fizeram parte de nosso campo, no entanto, suas falas são essenciais a esta pesquisa, são exemplos de encontros, vínculos e alianças, e de um tipo de superação, uma em São Paulo e outro de Belo Horizonte respectivamente. Ambos vivenciaram suas infâncias nas ruas e conquistaram um lugar no mundo cidadão, cada qual com sua profissão, saindo das ruas. Já Ronaldo é uma experiência narrada em artigo por Costa e Carvalho (2011), que fez questionar a ideia de “melhorar de vida”, pois permanece nas ruas em diálogo com sua liberdade. A partir de então, entramos com dados do IPEA e do IBASE finalizando este capítulo sob o ponto de vista da história.

Acreditamos ter sido necessário abrir espaços para receber as experiências de quem viveu e de quem vive nas ruas, para que seus movimentos, gestos, atitudes e vozes preenchessem este ambiente de pesquisa. Dessa forma acreditamos ter proporcionado o exercício de escutar os saberes de experiência (BONDIA, 2002) daqueles que são mais atingidos na pele pela invisibilidade social. E que, no entanto, sabem nos orientar através de seus movimentos, seus nomadismos e de seus gestos imperceptíveis, gestos do por vir, gestos no limiar de um vir a ser – um devir imperceptível (DELEUZE, GUATTARI, 2012). Mas para nos aproximarmos é importante entender as relações de movimento que vivemos nas ruas.

O movimento está numa relação essencial com o imperceptível, ele é por natureza imperceptível. E que a percepção só pode captar o movimento como uma translação de um móvel ou o desenvolvimento de uma forma. **Os movimentos e os devires, isto é, as puras relações de velocidade e lentidão, os puros afectos,** estão abaixo ou acima do limiar de percepção. Sem dúvida, os limiares de percepção são relativos, havendo sempre, portanto, alguém capaz de captar o que escapa a outro: o olho da águia... Mas o limiar adequado, por sua vez, só poderá proceder em função de uma forma perceptível e de um sujeito percebido, notado. (DELEUZE, GUATTARI, Vol.4, 2012, p.78). [Grifo nosso]

Nesta pesquisa estivemos o tempo todo nos exercitando na possibilidade e capacidade de captar aquilo que escapa, essa qualidade de movimento que está essencialmente relacionada ao imperceptível, as fugas que se esvaem pelas frestas.

O processo de invisibilização social nas ruas insiste em calar, atingir e humilhar de variadas formas. Porém, é através da força vital que estes seres nos mostram caminhos, orientam, movem, gingam, mandingam e furam as barreiras impostas pela mentalidade colonialista, que tanto insiste em produzir pobreza e invisibilizações. Barreiras que, muitas vezes, nos foram introjetadas e acabamos carregando, sem sequer percebermos. Esta pesquisa também correu esse risco.

Com isso, nos arriscamos investigando sobre o **que há de imperceptível na invisibilidade social** ao redor dos canteiros de plantas de nosso campo de pesquisa, considerando reflexões sobre o ato de pesquisar.

E, para apreciarmos de forma mais apurada, foi necessária a atitude de pesquisador cambono, aquele que nos lança entre a “condição do não saber e da emergência do ato de praticar [...] condição necessária para o que virá a ser praticado. [...] O conhecimento é compreendido não como acúmulo de informação, mas de experiência” (SIMAS, RUFINO, 2018, p.37, p.38).

Tivemos a intensão de evidenciar os acontecimentos, a fim de aproximá-los aos dados mais objetivos da pesquisa. Aos poucos, mergulhados nas incertezas, fomos rabiscando nossas alianças entre a práxis e os conceitos. Tomando como referência, a partir de Simas e Rufino (2018), onde a rasura, aquela que invoca o inacabamento e a imprevisibilidade, produz efeitos de encantamento. Pois são os encantos que potencializam mobilidades capazes de designar possibilidades de caminhos, através da arte do cruço como um enlace de saberes praticados. Uma perspectiva teórico-metodológica assentada no saber das macumbas, em permanente diálogo com os ritos, onde ser gente, rio, bicho, planta, barro, mar, pedreira, ou várias formas ao mesmo tempo, nenhuma exclui a outra. Tal qual um “bloco de devir assimétrico, um zigue-zague, instantâneo” como referem Deleuze e Guattari (2012, p.74).

Nessa perspectiva, acreditamos que as pessoas que vivem nas ruas, enfrentam uma qualidade muito aproximada ao saber de experiência que Jorge Larrosa Bondía (2002) reflete em seu artigo “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”. Qualidade que acontece em nossos encontros fortuitos³² (BORRIAUD, 2009). Encontros que se deram sob o ponto de vista da travessia, do risco e rabisco, da abertura, do perigo, da exposição, da receptividade,

³² Encontro Fortuito – Intrinsecamente ligado a vacuidade (possibilidade de espaço vazio) e ao interstício social (obra, objeto e ou lugar de troca/compartilhamento), o Encontro fortuito (experiência que acontece) é um dos principais aspectos dos procedimentos relacionais pertencentes ao conceito Estética Relacional de Borriaud (2009). O encontro torna-se um ambiente para estar juntos de forma intensiva, mesmo que efêmera, que estimula relações atípicas dos envolvidos com o mundo proporcionando outras formas de pensamento e criação de mundos. É balizada por três pontos de vista, o estético como representação material, o histórico que é direcionado aos diálogos de seu contexto e o social, que atenta à qualidade das relações que o compreendem. Dedicaremos um capítulo sobre este conceito no campo de pesquisa.

transformação, paixão, ação e reflexão. Experiências que, a cada encontro, trouxeram seu diferencial. Aconteceram em nosso campo de pesquisa *Rua In: Voluntários da Pátria*, que está íntima e colonialmente relacionada aos *In: Visíveis* da Rua Voluntários da Pátria, considerada como rua de passagem, mesma rua nomeada em homenagem aos que lutaram (povos originários e afrodiáspóricos, escravizados) na guerra da Triple Aliança contra o Paraguai (1864 – 1870).

De acordo com Simas e Rufino (2018), as experiências são únicas, inesgotáveis e intransferíveis que alinhavam uma complexa trama de conhecimentos. Nesse cruzo, as ações buscam questões vinculadas às justiça cognitivas e sociais. Buscam deslocar a dominância racionalista fundada numa política racista e colonial, que ainda vemos acontecer em diversas situações ao longo do cotidiano nas ruas.

Segundo Bondía (2002), experiência é aquilo que nos passa, que nos acontece, o que nos toca em sentido de transformação. Diferente de como o sujeito moderno ocidental se estabelece na relação com o excesso de informação em termos da atitude de uma busca frenética, da quantidade e acúmulo do conhecimento e da forma de processá-las. Logo, o sujeito moderno, muito informado, é aquele que tem muita opinião, muitas certezas, confiante de seus títulos, que está obsessivamente atualizado, inserido no mercado de trabalho, cujo objetivo, de forma em geral, está na relação com o produto de olho no mercado, na possibilidade de moldar o que seja em mercadoria. Encontramos o mesmo pensamento no mestre quilombola Nego Bispo.

[...] Por que a acadêmica usa a palavra ecologia? Por que não usa a palavra cura quilombola ou roça quilombola, roça indígena? Porque isso não é mercadoria. A universidade é a fábrica de transformar os saberes em mercadoria. Só o saber que vale na universidade, é só o saber que é mercadoria. Se não é mercadoria não vale. Não existe ecologia não, rapaz! Existe é roça de quilombo, existe é roça de aldeia, existe é roça de ribeirinho, existe é roça de marisqueiro, de pescador, de quebradeira de coco. Foi nós que inventamos isso! Aí as universidades mudam o nome e depois vão vender pra nós. Ficam nos oferecendo curso de agroecologia. Pô! Pra nós pagar neném! Como assim? (BISPO, 2023) - @roçadequilombo

Inspirados nas roças quilombolas e tantas mais, será que poderíamos transformar nossos canteiros de plantas em canteiros de alimentos ou em canteiros de drenagem feitos por vadios, “ociosos” e “arrueiros”? Esses que são os guardiões e jardineiros que semeiam gestos que nos orientam, que nos fazem enxergar. Esses que hoje são tão invisibilizados quanto os invisíveis mamões, bananas, jambos, amêndoas, mangas, jerivás e jamelões que existem completamente descuidados na rua de nosso campo de pesquisa?

O exemplo que Bispo traz sobre as palavras ecologia e agroecologia denunciam uma forma sutil e silenciosa de invisibilização social, que desconsideram os saberes das roças

quilombolas, ribeirinhas, indígenas e tradicionais, como uma herança do processo histórico que aniquila culturas locais em nome da exploração de um território, que sobrepõe práticas e conceitos em detrimento de uns e interesse de outros. Outro exemplo mais direto e violento é a relação com os latifúndios e o agronegócio, que desterritorializam pessoas e povos, gerando êxodos que derramam inúmeras pessoas nas ruas das grandes cidades.

Procedimentos de invisibilização que acontecem em toda sociedade brasileira, em diversos setores, fruto dessa história colonizadora que perdura, baseada na cultura escravocrata criminosa, que mantém invisibilizações que se manifestam em diversos lugares, inclusive nas ruas aos olhos de todos. O olhar objetificante, aprisionado pela necessidade de ter, com mentalidade vinculada às relações e mercadorias, cega nossos olhos para as frutas que estão caindo no asfalto e apodrecendo no chão e as pessoas não se dão o direito de comê-las.

Figura 31: Mamoeiro cheio de mamão na *Rua In:Voluntários da Pátria*



Fonte: o autor

Mas, quando as pessoas que vivem nas ruas começam a colher, a prefeitura corta o pé de mamão. Fato ocorrido após a primeira colheita de mamão no canteiro da imagem acima. Os mamoeiros foram cortados na base, eliminando por completo a planta do canteiro de nosso campo de pesquisa. Mais uma forma de produção de invisibilização social e que amplia a fome nas ruas.

Para Simas e Rufino (2018), o cambono que detém muitas certezas dificulta o acesso a novas experiências. Ao cunharem o pesquisador cambono, buscam quebrar com o processo colonizador que impõe certezas, desqualifica e ignora saberes tradicionais. E convocam o pesquisador a repensar sua atitude em seu processo de campo.

Além da quantidade de informação, Bondía (2002) nos traz o excesso de opinião, que acaba por se reduzir, boa parte das vezes, em estar a favor ou contra algo ou alguém. Fato que pode distanciar ou anular a experiência. O periodismo torna-se a fabricação da informação e da opinião, suscetíveis a manipulações. Temos então um sujeito moderno informado, que opina, é voraz consumidor de informações, imerso nas excitabilidades, impiedoso e insatisfeito, cheio de certezas, porém, nada lhe acontece em termos de experiência. Torna-se completamente incapaz de conexões mais sutis com a memória, com o silêncio, os sonhos, com o vazio, com o sensorial, o perceber, aceitar e lidar com as tensões e contradições, sem possibilidade de esvaziar-se para se entregar e viver experiências.

Bondía (2002), ressalta outro fator: a falta de tempo, que distancia da experiência. Pois que tudo tem que ser produzido em curto espaço de tempo, objetivando maior quantidade, em nome da capitalização. Neste caso o acontecimento se faz pelo choque ou impacto, pela surpresa que gera adrenalina, novidade que vende fácil. Uma forma de vida pontual, fragmentária e superficial. Um mundo moderno de velocidades – sem lentidões – na obsessão das novidades que impedem conexões significativas com os acontecimentos. Opressão das velocidades relacionadas a produtibilidades que retiram a força e a beleza da memória, pois logo tem que ser substituído por outra novidade excitante que não deixa vestígios, todas elas relacionadas à ideia de consumo e descartabilidade. Da mesma forma, instituições incentivam, corroboram e cobram resultados de alta produtividade. Vivemos nesta sociedade que também lida com o tempo, como uma mercadoria, que sequestra nossas horas para o trabalho e converte a experiência em créditos. Trabalho que não é experiência. Logo, passamos a ter cada vez menos tempo para a experiência. Temos então um sujeito que se relaciona com os acontecimentos sob o ponto de vista da ação-reação, sem pausas, silêncios e reflexões. Aqueles que põe na sua existência, um eterno fazer coisas sem criticidade. Sem possibilidade e tempo para esvaziar-se. Impregnados de tanto estímulo que, moribundos, amortecidos, nada nos acontece em termos

dessa “ex-per-iência”. Dessa sílaba - per - que significa uma qualidade de atravessamentos, de travessia em risco, porque mobiliza e desloca. E nos coloca em experiência com o estranho, o que nos é estrangeiro.

Para a experiência acontecer precisamos interromper, criar gestos de interrupção, paragens, para serem preenchidos por corpos, plantas, palavras, sons, vazios para escapar desta forma subordinante de vida, de mundo. Bondía (2002) nos alerta que, para que algo nos aconteça, para que algo nos toque:

[...] requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (BONDÍA, 2002, p. 24).

Esta citação de Bondía nos fez lembrar de um pensamento, de uma frase de Nego Bispo (2023) se referindo às pessoas que seriam escravas do sistema colonialista, e que perdem a possibilidade do coletivo e da liberdade, representados pelas frases: “Eu sou é vagabundo! Eu gosto de vadiar!”. Frases que podemos contrapor à “ociosidade” com a falta de tempo e excesso de trabalho, que agem em nossas subjetividades, diluindo a qualidade da experiência, conforme Bondía (2002).

Abrir-se ao vazio nos encontros, abrir-se às relações, às diversidades, às quedas e rupturas, ao tempo dilatado, à presença intensiva, às alianças e afetos. Abrir-se ao sabor de frutas, dos ventos, as rasteiras e queda, e ao saber de experiências que nos desterritorializam, para que possamos nos reterritorializar por outros sentidos e noções, a começar pela imprevisibilidade, essa mesma de *Elegbara* (SIMAS, RUFINO, 2018, p.22), que nos propõe outros caminhos, sobre o qual nos referimos acima.

Imprevisibilidade que identificamos em Bondía (2002), no sentido do sujeito da experiência que se expõe ao atravessar um espaço indeterminado. Coloca-se em risco e pode ser tombado, o que abre a possibilidade para o saber de experiência acontecer. Saber que se dá na relação, na mediação entre o conhecimento e a vida humana presente em sujeitos receptivos aos acontecimentos. Aqueles que chegam a estar envolvidos em intrínseca relação entre morte e vida, não como um fim, mas como uma possibilidade de renascimento, transformação - paixão.

Para Simas e Rufino, (2018) o saber encantado não passa pela experiência da morte, aquela encarada como “fechamento de possibilidades, esquecimento, ausência de poder

criativo, de produção renovável e de mobilidade” (ibidem, p. 34), a esta seria o desencante, composta por universalismos e monologismos. A perspectiva do encantamento implica na possibilidade de transcender a condição de morte. Ou, como diria Bispo (2023), um “começo, meio e começo³³”.

Assim o faz o pesquisador cambono: “Ele se lança de corpo aberto para os cruzamentos e alinhava suas narrativas acerca dos conhecimentos na mesma medida em que as vive sob a lógica das encruzilhadas (SIMAS, RUFINO, 2028, p. 40). É nelas que os diálogos acontecem como vimos no capítulo dois, destinado aos encontros no campo de pesquisa.

Para Bondía (2002), é esse sujeito que se desobjetifica – diríamos também que se desterritorializa –, para subjetivar-se ao trazer em si a responsabilidade em relação ao outro, com uma alteridade empática, considerando sua liberdade e autonomia como uma força própria vital que se expressa produtivamente em forma de saber e de práxis. Desse modo, poussa uma ordem epistemológica e ética capaz de conhecimento, compromisso e ação.

Destacamos a definição de experiência a partir de citação de Heidegger (1987) por Bondía (2002), que abarca receptividade, exposição, abertura em ressonância com as dimensões de travessia e perigo.

[...] fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança; que se apodera de nós, que nos tomba e nos transforma. Quando falamos em “fazer” uma experiência, isso não significa precisamente que nós a façamos acontecer, “fazer” significa aqui: sofrer, padecer, tomar o que nos alcança receptivamente, aceitar, à medida que nos submetemos a algo. Fazer uma experiência quer dizer, portanto, deixar-nos abordar em nós próprios pelo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso. Podemos ser assim transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo (HEIDEGGER, 1987, p. 143 apud BONDÍA, 2002, p. 25).

Abaixo, deixamos mais evidente as características do saber de experiência e o sujeito de experiência, com seus graus de importâncias e dificuldades na relação com a sociedade.

³³ “Expressão, dita em diversos contextos por Antônio Bispo dos Santos, referindo-se ao ciclo de vida geracional e de conhecimento dos povos por ele chamados “de trajetória”. Começando, em suas palavras, pela “geração avó”, passando pela “geração mãe”, e começando novamente pela “geração neta”, produzindo a circularidade” (Vieira, Lôbo e Maxakali, 2021, p.1).

Quadro 2: Notas sobre o saber da experiência e o saber da ciência/informação.

Saber de Experiência e o Sujeito da experiência
<p>A experiência é singular. Uma relação com a existência, com a vida singular. É o meio desse saber que forma e transforma a vida dos homens. É o que nos acontece e também é o modo como lhes atribuímos ou não um sentido. É uma lógica que produz diferença, heterogeneidade e pluralidade. É irrepitível, sempre há algo como a primeira vez. Tem uma dimensão de incerteza que não pode ser reduzida. Não se pode antecipar o resultado. Não é o caminho até um objetivo previsto. É uma abertura para o desconhecido, para o que não se pode antecipar. É uma aprendizagem, com toda a incerteza que isso implica.</p>

Fonte: (BONDÍA, 2002).

Singularidade que as políticas públicas não atingem, não alcançam, não tem como objetivo.

As políticas públicas e seus planos de desenvolvimento pensam em ações para um grande número, pensam em generalizações para atender ao maior número possível de pessoas, muitas vezes em detrimento da complexidade e singularidade dos casos. Algumas com relativo êxito, como o caso do Sistema Único de Saúde (SUS), outras tantas ficando muito a desejar.

O fato é que esta pesquisa busca olhar para as singularidades que se apresentam nas ruas, buscando outras perspectivas relacionadas à presença nas ruas. Onde há investimento de energia nas relações com o mundo.

Conforme Merhy e Gomes (2014), o pesquisador in-mundo³⁴ é aquele que busca outras formas de investigação em saúde. Adere ao conceito de implicação (LOURAU, 2004) que consiste na produção de questionamentos sobre a própria prática do pesquisador.

Para os autores, o pesquisador implicado transita pelos territórios como pesquisador no mundo – in-mundo – junto a sujeitos, onde produz e se produz na construção do conhecimento. Torna a implicação intrínseca à produção do conhecimento, que se processa como mistura entre pesquisador e campo, dissipando a relação sujeito/objeto e distanciando da neutralidade do investigador, referente ao modo de olhar o mundo de fora.

A implicação, in-mundo, também se refere à produção do sujeito em ato: suas “afecções, pertença, referências, motivações, investimentos libidinais, as relações de saber-poder” (MERHY, GOMES, 2014, p. 156), que são produzidas nos encontros.

A experiência baseia-se no exercício de produzir conhecimento interessado, implicado na transformação de práticas e saberes por outros modos de vida, como produção e expressão

³⁴ In-Mundo - Termo utilizado por Ricardo Moebus, pesquisador-doutor da Linha de Pesquisa Micropolítica do Trabalho em Saúde da UFRJ, durante uma discussão sobre metodologia para designar a implicação do pesquisador com o objeto. 04/10/2012. Faz referência ao pesquisador implicado in-mundo (MERHY, GOMES, 2013).

de subjetividades que implicam no poder de afetar e ser afetado, numa atitude que assume caráter político por sua própria natureza vinculada à alteridade.

Em sentido aproximado, respeitando as inúmeras diferenças, Simas e Rufino (2018) trazem o cambono como pesquisador orientado pelos saberes da macumba “O cambono é aquele que se permite afetar pelo outro e atua em função do outro” (p.37).

Continuando com Merhy e Gomes (2014), quanto aos modos de vida, entende-se a palavra vida como capital em dois sentidos: o primeiro como algo indispensável, vinculado à sua força vital e criadora, pois que faz variar suas formas e reinventa modos de ser, que afirmam potências da vida. O segundo, relacionado aos atravessamentos da vida por variadas forças, que incluem o capital, aquele capaz de exercer o poder sobre a vida, cujo objetivo está no investimento da captura dos modos de vida que visam a alienação, modulação e reprodução. Mentalidades vinculadas por um lado ao ser, e por outro, ao ter. O in-mundo/implicado, é uma experiência que assume o exercício de desaprendizagem do que se sabe, e da desinstitucionalização do que foi ordenado e prescrito.

Retomando com Simas e Rufino (2018): “O pesquisador em atitude de cambono nos desloca [...] e nos lança na porteira da condição de não saber e da emergência do ato de praticar” (p.37), necessária à experiência, à vida e à arte como modo de conhecimento.

O in-mundo assume como problematização no processo de pesquisa a reinvenção de si e do mundo. As ações produzidas são de caráter político, ativo, que dão passagens a múltiplos processos de subjetivações que se abrem a outros mundos. E para isso o pesquisador envolve-se, mistura-se, afeta-se com o processo de pesquisa, porque se deixa contaminar, se lambuza de mundo por que é atravessado e inundado pelos encontros.

O pesquisador torna-se um conector (poderíamos dizer que investe em alianças) que ao buscar a transversalidade, é atravessado pelo mundo. De maneira implicada, sujeito in-mundo que produz e se produz ao construir conhecimento, que passa pela experiência. Transversalidade que, para Merhy e Gomes (2013) a partir de Guattari (1992), age como um operador que pretende romper com a dicotomia na dimensão verticalizada quanto às hierarquias institucionais, saberes/poderes, *versus*, horizontalizada nas possibilidades de conexões entre saberes e territórios identitários. Rompimento que pode estimular novos territórios existenciais, preenchidos de atravessamentos de quem os vive.

A produção do conhecimento é investigada em ato, ela se dá in-mundo, em um movimento permanente de atravessamentos, nos territórios que se formam, deformam e se transformam durante a investigação. Com a presença de intercessores, e a potencialidade de seus encontros, não em sentido de convergência, mas como Deleuze (2008) traz, aqueles que

produzem desvios que podem ser incitados, feitos por pessoas, acontecimentos, objetos inanimados, etc.

Os intercessores se constituem como interferências, artifícios que incitam a diferenciação de elementos, saberes e acontecimentos, que deslocam e desacomodam outros planos nas relações de saber-poder, desterritorializando-os, criando novos territórios e modos de existência. Ativam potências do ainda impensável, do clínico com o não clínico, da saúde com a não saúde e novos conceitos e problemas são produzidos nestes agenciamentos. Um intercessor produz movimento para a descoberta, para o não saber. Parte-se do que se tem, do que se sabe para o que não se tem, o que não se sabe, como, por exemplo, **sustentar novas formas de cuidar em liberdade** (MERHY, GOMES, 2014, p. 166). [Grifo nosso]

Utiliza a cartografia como modo da experiência do pesquisador que cruza estratégias de investigação múltiplas. Estuda os obstáculos e as possibilidades de acesso nas redes formais de cuidado como hospitais, unidades de saúde. Porém, o foco da investigação (MERHY, GOMES, 2013), foram os encontros que usuários produziram nos estabelecimentos de cuidado: tanto as instituições formais como outras redes não formais, essas que vão além dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS). O que revelou diversos atores conectados pelos usuários em seu movimento nômade pelas redes. A aproximação às redes de relações que os usuários produziam em suas itinerâncias, os modos de vida, constituíram importante fonte de informações para o estudo. O nomadismo, que também acontece, devido às dificuldades e barreiras que não são claras e não são tão visíveis ao acesso às instituições, abre possibilidade para novas redes de cuidado em sua itinerância.

Contudo, buscou-se estratégias de investigação não formais para apreender a construção dos fluxos de existências que são inerentes à produção de vida dos usuários. Vejamos onde surgiu o termo usuário guia:

“[...] metodologia vivenciada no campo da história social da cultura pela historiadora Erminia Silva (SILVA, 2007), em sua pesquisa sobre circo-teatro que, para enfrentar o nomadismo dos artistas circenses e do próprio circo, trabalhou com alguns artistas-guia que lhe permitiram mapear lugares, instituições, práticas e saberes, na construção das memórias dos seus viveres circenses” (MERHY, GOMES, 2014, p. 160).

A perspectiva de ser guiado tanto pelo artista, no caso da pesquisadora Erminia Silva, quanto pelo usuário, no caso dos pesquisadores Merhy e Gomes, trouxeram uma fonte de reflexão bastante importante para este projeto. A dissolução da relação sujeito/objeto (intrínseco à neutralidade) para se tornar um pesquisador sujeito implicado, in-mundo, que acompanha o usuário-guia em seu nomadismo, sendo este um eixo orientador dos materiais de campo.

Assim é, para Simas e Rufino (2018), o rodopio, como um giro que desloca os eixos referenciais: o que antes era subalternizado (objetos a serem identificados), torna-se potência emergente e transgressiva capaz de nos orientar.

A partir desse modo de investigar, Merhy e Gomes (2014), buscaram construir uma memória sobre o cuidado produzido como forma de aproximar ao estudo que existe na oralidade dos processos de cuidado, que acontecem fora das redes formais. Foi articulado para atender usuários de alta complexidade em situação de crise, que demandam apoio de muitas redes de cuidado porque criam os mais variados problemas para as equipes, em termos do que se refere a construção dos modos de cuidar em saúde mental. A equipe de pesquisa trabalhou com usuários indicados pela equipe de saúde mental dos CAPS, que indicavam os casos de intensa gravidade e pouca ou nenhuma adesão aos tratamentos, e que eram considerados fora de qualquer possibilidade terapêutica.

Casos que faziam o grupo se questionar sobre as formas de cuidado e a carência de ferramentas empregadas, o que evidenciava a desestabilização da equipe, a ponto de não saberem o que fazer. Trabalhavam com dinâmicas que faziam emergir e visibilizar as dificuldades e desconfortos causados pelos usuários, de maneira que a equipe se reorganizava para aprofundar as possibilidades de cuidado. Passaram a identificar e investigar as fontes, pessoas em contato com os usuários e os pontos de conexão relacionados as redes de cuidado e seus agentes institucionais. Teceram uma espécie de bricolagem de narrativas entre as fontes e os pontos de conexão, mostrando a multiplicidade dessas narrativas fragmentadas que, ao mesmo tempo, serviam como desmonte de uma narrativa hegemônica, padrão dos casos apresentados. Operavam com uma transversalização onde as equipes com suas diversas narrativas passaram a apresentar outras formas, modos de olhar para cada caso, podendo produzir uma composição em contágio entre pesquisadores e trabalhadores in-mundo.

Os encontros que operavam nesta dinâmica de montagem e desmontagem possibilitaram a apreensão das narrativas e conexões em seu processo criativo, onde puderam deixar transbordar as subjetivações que acontecem na construção das redes e territórios do cuidado. O que proporcionou o reconhecimento e até a ruptura com as repetições de padrões, favorecendo a afirmação da diferença e proporcionando mais reflexões ao invés de apenas identificação, rotulação e reprodução de atitudes ou ordens.

A compreensão passou a ser de que a rede de cuidados deve ser entendida como espaço de cuidado-compartilhado e não apenas de encaminhamentos isentos de subjetivação. A equipe passou a identificar a necessidade de supervisão, fato que alimenta o trabalho coletivo. Uma

experiência intensa de construção coletiva onde foi possível questionar os automatismos: do saber, do dizer, do cuidar.

Mapear as fontes e suas diversas narrativas abriu novas zonas de comunicação e visibilidade desconhecidas pela equipe de saúde mental. Aberturas que produziram novas formas de cuidar a partir da construção de um mapeamento dos usuários-guia em sua multiplicidade.

Trazer à tona as redes de conexão existencial do usuário-guia, a partir dos encontros, abriu possibilidade para enxergar novos caminhos e revelaram-se como ferramenta de análise das potências de produção de existências, nem sempre utilizadas no cuidado padronizado ou instituído. Um dos efeitos desse processo foi a ampliação da análise das redes de conexão existenciais do usuário.

Sobre o artigo de Merhy e Gomes (2014), para além das dificuldades e conquistas em transformar atitudes dentro dos aparelhos do Estado e fora deles, enfatizamos que a transformação se passa pela qualidade de investimento na experiência, na implicação, in-mundo que desloca uma espécie de orientação, de guiança tanto para o usuário-guia, como para a rede de conexão de seu mundo.

Essa transformação das relações é o que mais nos interessa e, inspirados na possibilidade de alianças entre estes fazeres/saberes, nos colocamos como sendo orientados pelos **Catiços-Guias**, são estes o povo das ruas e encantados que nos orientam, nos guiam, porque são a própria experiência enquanto potência transformadora que tanto o rodopio, o cruzo, o encanto e as encruzilhadas nos ensinaram. Quanto a estas, trouxemos com mais detalhes no capítulo dois, sobre o campo de pesquisa. Seguimos então com as experiências de ruas, que também nos ofereceram modos de escutar os mundos.

2.2 – Experiências da Rua

Falamos aqui de experiências da rua. Ocorreram encontros, mas não os encontros fortuitos, que se tornaram instrumentos metodológicos em nossa pesquisa. Seguimos com os encontros que nos oferecem o exercício de escuta, exercício de aprender com quem viveu as ruas.

a) ‘Ela’ e ‘Senhor’

São corpos que a rua engoliu e cuspiu. Estes e outros foram nossos guias. Os Catiços Guias.

É *Enugbarijó* (Senhor da boca coletiva) que nos propicia o arremate, já que é ele que engole de um jeito para cuspir de outro. É a boca que tudo come e o corpo que tudo dá. É ele que versa sobre as transformações radicais e sobre a necessidade constante de reinvenção da vida. São os catiços (Povo da Rua) que nos orientam a olhar o mundo de viés e a gargalhar das limitações e arrogâncias das razões que se prendem únicas (SIMAS, RUFINO, 2018, p.22).

Podemos ser, e somos, o tempo todo atravessados por inúmeras experiências nas ruas. Vai depender do quão estamos abertos a receber, sensibilizar e perceber essas sutilezas e tensões. Acreditamos que quem vive nas ruas, em situação de invisibilização, tem um saber de experiência das ruas mais intrínseco, intenso e consistente do que quem não viveu. Daquele transeunte, pessoas que lidam com a informação como nós estudantes, técnicos, profissionais, trabalhadores, agentes, colaboradores, ditos cidadãos etc.

O fenômeno de invisibilidade social é uma experiência vivenciada, sofrida, recebida literalmente na pele de quem está na condição de vivente nas ruas. A invisibilidade age em dois vetores, o de quem invisibiliza e o de quem é e ou se sente invisibilizado. E dependendo do gênero, da raça, etnia, possibilidades físicas, humor, nível de alteração psíquica, de higiene, de ambiente em que esteja, se está sozinha ou em grupo, a ação de invisibilização pode acontecer da mais sutil a mais letal.

No entanto, as pessoas que vivem nas ruas não vivem só a invisibilização, há um mundo de generosidades, partilhas, saberes ilimitados, criações de mundos para além das violências, que não conseguimos aceitar, enxergar, considerar, respeitar e ainda mais partilhar.

Evidenciamos dois encontros, porém, não são os encontros fortuitos – sobre os quais falaremos no capítulo dois – que mobilizaram, desterritorializaram e nos deixaram no vazio. Estes não foram os encontros onde há o rodopio, que Simas e Rufino trazem como:

[...] o giro que desloca os eixos referenciais [...] credibilizados como potência emergente e transgressiva. Falamos de amarrações, balaios, pontos riscados que enigmatizam e anunciam outros princípios explicativos de mundo, orientados por outras lógicas de saber que revelam experiências que emergem como outros referenciais (SIMAS, RUFINO, 2018, p.35).

Por acreditar tanto na força vital e na possibilidade de bem-estar que podem vir a ser, vir a ter, nesses encontros narramos, por agora, dois deles que ocorreram no mesmo “corre”³⁵

³⁵ Perspectivas sobre o “corre”: Fazer ou dar um corre é uma gira utilizada por inúmeras pessoas que circulam na rua Voluntários da Pátria, Botafogo (RJ). Pode significar resolver suas coisas, conseguir trabalho, dinheiro etc.

na rua, como um abre caminhos para este capítulo de experiências e informações mais objetivas. Com isso, talvez conquistemos maior aderência ao lermos os vários números estatísticos em destaque nas páginas seguintes.

‘Ela’

Este encontro aconteceu com uma mulher que chamaremos de ‘Ela’, já que não sabemos seu nome e nosso contato foi fugaz. Ao caminhar pela *Rua In:Voluntários da Pátria*, em Botafogo, avistamos uma mulher que vinha pelo meu lado esquerdo saindo de uma transversal, que é a rua Martins Ferreira, e entrando na *Rua In:Voluntários da Pátria*. ‘Ela’ dobrou a esquina um pouco a frente, e seguimos na mesma direção.

Possivelmente esta mulher faz parte dos dados estatísticos (números e porcentagens) estabelecido por instituições que buscam soluções à complexa trama de problemas sobre o assunto. Mas por de trás de cada número existe uma pessoa em estado, ora de sofrimento, ora de potência de vida, possivelmente ao mesmo tempo.

Ao longo da caminhada na rua de nossa pesquisa, apenas observamos seus gestos, uma vez que íamos na mesma direção.

Estes encontros ocorreram mais para o final do processo desta pesquisa. Sua importância marca a possibilidade de haver encontros sem ser caracterizados como um encontro fortuito (BORRIAUD, 2009) que envolve um desalojar de ideias, do conhecimento, de sensações e sentimentos, provocando um processo de desterritorialização necessário ao exercício contra-colonial (BISPO, 2023), um descolonizar do pensamento e de nossas atitudes. A função de marcar este encontro é justamente para deixar mais claro o que serão os encontros fortuitos descritos no capítulo dois: Encontros - Campo Metodológico. Mesmo estes encontros acontecendo ao final do processo, em nosso roteiro entram antes, para evidenciar e confirmar a diferença.

Ao observar ‘Ela’, ao longo da caminhada, reparamos que era uma mulher bem pequena, muito magra, ossos a mostra de uma pele ressecada, roupas bastante surradas. Pensamos em oferecer-lhe o biscoito recheado que havíamos comprado anteriormente de um menino vendedor ambulante. Colocamos a mão no bolso para pegar os biscoitos com objetivo

Fazer um corre no *Dicionário inFormal (SP)* - Fazer alguma coisa; como roubar; pegar drogas em algum ponto; etc...(<https://www.dicionarioinformal.com.br/fazer+um+corre/>). E segundo SPInvisível - "Fazer um corre" é a gíria que usam pra trabalho. Por exemplo, é muito comum ouvirmos quando vamos abordar alguém - "agora não consigo falar porque tenho que fazer um corre alí do lado e pegar uns recicláveis que deixaram pra mim". Esse é o corre das ruas, é o catador, é o vendedor de bala, é o descarregador de caminhão. A rua tem trabalho e está sempre correndo pra lá e pra cá, para não ter que "manguear" (pedir dinheiro). (<https://www.spinvisivel.org/post/dicion%C3%A1rio-das-ruas-parte-1>).

de oferecer a ela. Nesse exato momento **‘Ela’**, que andava um pouco a frente, se vira e pergunta: ‘Meu anjo será que você poderia me dar algo para comer?’ Parecia que a pergunta que pensamos em lhe fazer já havia chegado a **‘Ela’**, e que então se virou imediatamente. Seria essa uma das conexões com os movimentos da rua? A capacidade de perceber as sutilezas do ao redor? Surpresos tanto com seu movimento em conexões, quanto pela doçura de sua expressão, ‘Meu anjo’, olhamos em seus olhos e dissemos: “Tem esses dois biscoitos você gostaria?”. **‘Ela’** estendeu sua mão, onde colocamos os dois biscoitos, um de goiabinha e outro de chocolate. **‘Ela’** os olha, nos olha docemente, balança a cabeça como quem agradece, não muito contente. Pareceu agradecer muito mais ao gesto que ao produto (comida processada de baixa qualidade nutricional, que provavelmente ela já conhecia) e segue seu caminho. No “correr” da rua seguimos, numa distância bem próxima, e em questão de mais um minuto de caminhada **‘Ela’** faz contato com outra pessoa e diz algo como: ‘Com toda educação, será que você poderia [...]’ Sem concluir a frase pois a pessoa não deu a menor atenção e seguiu seu caminho. **‘Ela’** voltou a caminhar, em seus passos ligeiros, sempre lançando o olhar em suas diagonais, ou catando algo na rua. Estava ainda um pouco a nossa frente, quando olhamos mais adiante na rua, duas pessoas altas, brancas, com aspecto de classe média, se aproximavam, vindos em sentido oposto, numa distância de uns dez metros. **‘Ela’** buscou contato visual e tentou falar algo para as duas pessoas. Com gestos de ligeira repulsa, as duas pessoas viraram seus rostos para o lado oposto ao de **‘Ela’**, ignorando seu gesto de aproximação, não querendo realizar qualquer tipo de contato. As duas pessoas passaram ao nosso lado, quando reparamos o olhar de **‘Ela’** na direção das duas pessoas. Havia ódio e desprezo em seu olhar, certa repugnância, fez uma ligeira parada com seu corpo retorcido, olhando para trás, acompanhando as duas pessoas que haviam passado, como quem se mantivesse presa a elas por este sentimento, de rejeição e invisibilização. Os transeuntes deixaram claro que não queriam sequer ver, olhar para **‘Ela’**.

Reparamos na diferença dos olhares: o olhar de **‘Ela’** foi radicalmente diferente do olhar anterior, onde houve correspondência e diálogo em que **‘Ela’** trouxe à tona sua gentil frase: “Meu anjo [...]”.

Ambos seguimos, cada qual o seu caminho. Fomos para um lado e **‘Ela’** para outro.

Apesar deste encontro ser marcado por dois olhares tão díspares um em relação ao outro, e evidenciar as ligeiras e “silenciosas” (para quem não vive a experiência) invisibilizações, voltamos a repetir: não consideramos este como um encontro fortuito. Mas porquê? Vamos relemburar o conceito:

Encontro Fortuito: Intrinsecamente ligado à vacuidade (possibilidade de espaço vazio) e ao interstício social (obra, objeto e ou lugar de troca/compartilhamento), o encontro fortuito

(experiência que acontece) é um dos principais aspectos dos procedimentos relacionais pertencentes ao conceito estética relacional de Borriaud (2009). O encontro torna-se um ambiente para estar juntos de forma intensiva, mesmo que efêmera, que estimula relações atípicas dos envolvidos com o mundo proporcionando outras formas de pensamento e criação de mundos. É balizada por três pontos de vista, o estético como representação material, o histórico que é direcionado aos diálogos de seu contexto e o social, que atenta à qualidade das relações que o compreendem. Dedicamos um capítulo sobre este conceito no campo de pesquisa.

Falar dessa experiência é trazer a surpresa, evidenciada na conexão de **‘Ela’** com os movimentos da rua, sua capacidade de perceber os “sinais que vêm da rua”³⁶, o mundo ao seu redor. A capacidade de leitura de campo que **‘Ela’** produz e se conecta. Pois que somos a rua, como nos mostra Merhy (2014).

É essa rua que nos interessa. A rua que comporta alegrias, dores, dissabores, desafios. Preenchida por signos e diferentes sentidos, a rua é lugar de múltiplos sinais que acabam sendo naturalizados nos encontros com as alteridades. De muitas maneiras os sinais que vêm da rua nos invadem, porque também somos a rua. Cravados de tensões constitutivas entre produção de vida e morte, presentificam-se, no cotidiano do andar a vida de todos nós. Sentimentos como medo, compaixão, horror, desprezo, piedade, generosidade, interesse, curiosidade, todas essas afecções circulam entre nós sem pedir licença. Muitas vezes, é precisamente a partir desses sentimentos que somos levados a pensar formas de aproximação e/ou afastamento desses sinais e, conseqüentemente, da forma como entramos em conexão ou não com essas vidas. E o que nós trabalhadores da saúde temos a ver com isso? Os trabalhadores da saúde não estão livres dessas afecções, ao contrário, muitas vezes é com base nelas que a produção do cuidado é construída. (MERHY, et al, 2014).

E nestes encontros tanto com **‘Ela’**, quanto com **‘Senhor’**, encaramos os acontecimentos mais como evidências dos processos de invisibilização, e como as pessoas o sentem, do que consideramos como um encontro fortuito, aquele que atravessa as entranhas, que possibilita rasteiras e quedas, pois confirmaram que a rua procede de forma radicalmente excludente nos mínimos gestos. Vejamos o outro encontro, com **‘Senhor’**.

‘Senhor’

Com **‘Senhor’** ocorreu na mesma rua, umas horas após do acima descrito. Chamamos de **‘Senhor’** um idoso aparentando estar um pouco alcoolizado e atrapalhado com seus pertences, deixou cair uma caixa, logo a nossa frente, que estava em um carrinho de mercado

³⁶ Ver - Redes Vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do conhecimento em saúde (MERHY, et al, 2014).

que levava. Ligeiramente trôpego, pega a caixa e coloca-a de volta. Ao olhar para nós, devido à proximidade, avistou em nossas mãos uma embalagem de comida. De súbito, estende suas mãos em nossa direção, mãos com aparência de muita labuta. E, num gesto de menino faminto, pergunta se era doação. Dissemos que não poderíamos doar. E sua resposta foi simples e direta: ‘Ah, então vai tomar no cu’!

Surpresos, recebemos aquela frase com uma sensação mista de molecagem, violência, sarcasmos, vingança, coisa de criança, pois havia um certo prazer no xingamento, e ao mesmo tempo uma resposta colonial, de quem não aguenta mais e não tem nada mais a perder. Ficamos sem saber como reagir. Não reagimos. Apenas recebemos: a criança, o velho, o homem, e seguimos caminho com um misto de afetos entre o risível por receber um xingamento inesperado, a impotência por não poder partilhar algo com ele, e uma tristeza amarga pelo contraste de vidas, além de compaixão.

O xingamento ficou ecoando... e ofereceu a possibilidade de reflexão entre ser esponja e ser filtro. De como nossos corpos precisam, cada vez mais, caminhar pelas ruas e filtrar as violências, não essas de pessoas como ‘**Senhor**’, mas de uma política que conduz estas pessoas – ‘**Ela**’ e ‘**Senhor**’ - às ruas.

Vejamos na figura que segue a ilustração do desenhista argentino Szela e texto da professora, antropóloga e historiadora Lila Moritz Schwarcz [@liliaschwarcz]. Seu texto reflete sobre o tamanho das derrotas políticas sofridas nos últimos tempos, uma referência ao governo vigente na época (2019 a 2022), relacionadas a esta dominação colonizadora, que produz invisibilidades, texto que foi inserido no *Instagram* em 3 de junho de 2023.

Lembro de ter ficado primeiro impressionada com a imagem dessa menina [...] recebendo tempestade e exalando uma sinfonia de cores harmoniosa. [...] A esponja limpa, mas absorve tudo para si. Já o filtro, seleciona, mas não deixa passar tudo. [...] Ser esponja é querer lidar com tudo. Ser filtro é tomar para si, o que é devido e importa. Mais ainda, é importante aprender com essa atitude. Tomar consciência do ato de lidar com o que vem de fora de maneira pessoal e não alienada (SCHWARCZ, 2023).

Figura 32: Filtro



Fonte: Lilia Schwarcz, no *website Instagram*, 2023

A partir da imagem, **‘Ela’** e **‘Senhor’** talvez não tenham a estrutura sócio econômica que a ilustração parece ter para ser filtro, se pensarmos em termos de estrutura: alimento, abrigo, higiene e roupas, ou em termos de um pensamento que acredita em estruturas básicas para ser e ter qualidade de vida, mas, que básico é esse?

Acreditamos que **‘Ela’** e **‘Senhor’** vivem cotidianamente a ideia de ser filtro para tempestades muito mais avassaladoras. Tempestades desde os tempos coloniais que ainda reverberam, como verificamos na primeira parte desta pesquisa ao falarmos das culturas indígenas e afrodiáspóricas. E nesse caráter de resistências e resiliências, são capazes de exalar sinfonias de cores tão profundas, mesmo que traduzidas através de um xingamento que beirou o chiste, o sarcasmo e a violência, ou uma fala pedinte começada por “Meu anjo”. Eles nos ensinam a traduzir violências que sofrem em potências de relações afetivas, seja por sarcasmo ou mesmo por um doce pedido. Então, mais aproximada de **‘Ela’** e **‘Senhor’**, caminhou a nossa perspectiva.

Exemplos como estes solicitam mudanças em nossa forma de olhar, agir e receber, de ser e estar nas ruas e no mundo. Foram elas as atingidas pela invisibilidade, mas poderia ser qualquer um de nós, assim nos alertou a pandemia de Covid-19, com taxas alarmantes de pessoas vivendo nas ruas segundo o pesquisador do IPEA, Marcos Natalino (2020).

O cotidiano nos mostra que de recém nascidos até idosos, muitos vivem o fenômeno de invisibilidade social, de geração em geração e em cada rua.

Vejamos mais duas experiências de sucesso em relação à ideia de cidadania, e outra de sucesso que questiona a ideia de cidadania e liberdade.

b) Esmeralda e Roberto

Falemos agora de uma menina que saiu das ruas, “melhorou de vida”, se tornou escritora, e sua experiência transformada em livro: “Esmeralda, porque não dancei (2000)”, que foi comparado pelo jornalista Gilberto Dimenstein com o livro “Diário de Anne Frank” (O diário da menina Anne que retrata o holocausto, após passar anos escondida no sótão de uma casa em Amsterdã). Neste caso, a menina que vivia nas ruas de São Paulo passou a viver numa casa, conquistou trabalho, e hoje vive como jornalista. A cantora, escritora, jornalista, Esmeralda do Carmo Ortiz³⁷, nasceu na cidade de São Paulo em 1979, e é uma sobrevivente da “geração crack” - disseminada nos anos de 1990 em São Paulo. Esmeralda somou mais de 50 internações e fugas da FEBEM³⁸. Em seu livro relata: “Não aguentava o tratamento recebido, adorava a liberdade e precisava sair para consumir crack” (ORTIZ, 2000, p. 11). Em entrevista à jornalista Marília Gabriela, Esmeralda diz que não aguentava mais a violência que sofria em casa e com cinco anos de idade já saía para pedir esmola sozinha, atividade que fazia com a mãe desde que nasceu. Segue dizendo: “A estrutura já não tava boa, aí quando o afeto acaba, é uma coisa que você faz por onde abrir mão”. Foi adotada uma vez e fugiu após um mês de casa. E quando fala sobre as inúmeras vezes em que pessoas e instituições tentarem ajudá-la e adotá-la, ela diz:

Foi uma boa iniciativa dela, mas eu não estava preparada. [...] Aí você pega uma pessoa e você vai querer projetar aquilo na pessoa, ela vai se sentir presa. Aí vai ser outro meio dela fugir. Você sofre tudo aquilo na rua e bota ela numa casa e **durante um mês vai querer ser civilizada?** Acho que não! Muitos projetos fazia isso! Então eu não tava preparada para isso. Eu acho que antes de fazer uma pena de morte deveria, [...] **tem que fazer uma coisa para estruturar, para mudar a vida dessas pessoas.** Muitas pessoas que tá nessa vida, **quer sair dessa vida, mas não tem apoio e não tem nada**” (ORTIZ, 2022) [Grifo nosso].

Apoio que ela recebeu de médicos, psicólogos, psiquiatras, educadores, artistas, amigos vindos de parceria entre sindicatos e bancos que, em 1996, representados pela socio-educadora Rosemary R. Santos, instituíram uma fundação para desenvolver programas educativos para jovens em situação de rua em São Paulo (ORTIZ, 2000). Duas falas são bastante representativas dessas alianças e afetos: “Eu tô bem, tô estudando, tô trabalhando, acabei de escrever esse livro” diz Esmeralda Ortiz. E “O fio condutor foi a música e a literatura. Foi assim que começou todo

³⁷ Entrevista com Esmeralda do Carmo Santos na íntegra - <https://youtu.be/h7ZExhwH9Rw>

³⁸ FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - deu origem às FEBENS estaduais e foi criada a partir de um ato do presidente Marechal Castelo Branco em 01 dezembro de 1964. Menor é um termo que desqualifica a experiência da criança e do jovem. <http://www.aasptjsp.org.br/antigo/artigo/hist%C3%B3ria-da-febem-sp-uma-perspectiva-e-um-recorte>.

esse trabalho com Esmeralda” diz Rosemary R. Santos, uma das pessoas com quem mais se vinculou. Com quem fez aliança. Na figura abaixo, seguem três momentos de vida de Esmeralda, enquanto escritora, repórter e cantora.

Figura 33: Três momentos de Esmeralda Ortiz



A

B

C

Fonte: Retiradas de captura de tela do site YouTube: A - Esmeralda no Programa de Marília Gabriela; B – Esmeralda como repórter - parte 5; C – Live Esmeralda Ortiz [#FiqueEmCasa](#) e [#CanteComigo](#) Realização Instituto Favela da Paz.

Neste caso, a mudança ocorreu na menina que vivia na rua e que modificou seu ambiente indo para uma casa, conquistando trabalho, e hoje vive como profissional do jornalismo. Mesmo sendo este um exemplo vivido na cidade de São Paulo, nossas paragens por cada exemplo buscam evidenciar elementos que foram e são capazes dessa mudança.

Acreditamos que a mudança pode ocorrer também em técnicos, profissionais, agentes e seus paradigmas hegemônicos, no que se refere às abordagens, à ideia de cura, de cuidado, acolhimento. Pois uma questão nos provoca: quem está mais apto a indicar possíveis soluções? Vejamos a quantidade de questões que o tema envolve.

Falar sobre aspectos da sociedade brasileira, como a invisibilidade social, é uma tarefa bastante árdua, e, como diria o historiador Luiz Antonio Simas, “O Brasil não é para principiantes”. Este grau de complexidade se dá em todos os setores. E trazer à tona o conceito de invisibilidade social que acomete a população brasileira é uma tarefa bastante complexa, porque envolve múltiplos fatores, mesmo que seja a partir da relação com uma única rua, e como salientamos, é múltipla.

São inúmeros os temas que poderíamos abordar, como exemplo: uma mirada a partir dos povos historicamente marginalizados; as relações de controle e punição; as violentas estigmatizações; a carência, ausência, negligência das agências e estabelecimentos institucionais; a falta de técnicos e profissionais em termos quantitativos e qualitativos, as experiências e paradigmas; a velocidade dos acontecimentos da rua cada vez mais ariscos, mais vivos e dinâmicos que desestabilizam os modos de agir técnico e profissional; o viés dos

infratores (furtos, tráfico, consumo de drogas, prostituições, etc); as infâncias “perdidas”; a capacidade de alcance dos setores vinculados à assistência social; dos direitos humanos; a implementação e ou a continuidade de saúde pública; o acolhimento e a produção de cuidados; o interesse ambicioso urbanístico, racista político na manutenção e aumento deste quantitativo nas ruas; as famílias que vivem nas ruas; a relação com seus familiares e seus lugares de origem; gênero, raça, a violência contra as mulheres; e tantos temas mais que podem ocupar as pautas: social; política; econômica; educacional; direitos humanos; de trabalho; saúde, lazer, cultura e outras.

A *Rua In:Voluntários da Pátria* é nosso campo de pesquisa, encontros e batalhas, base de investigação, ponto de partida, desencontros, inundações, chegadas e novas fugas. Nosso campo de pesquisa também é de aprendizagens, move e é movediço, nos coloca em devires, como uma espécie de portal que nos leva e traz de volta. É através de seu “acelerador de partículas³⁹” chamado *maracá*, e também, das espirais presentes em suas encruzilhadas que seguimos. Tanto a *maracá* quanto as encruzilhadas, nos levam a uma espécie de vórtex que nos orienta desorientando.

Sob o efeito do cruzo e da *maracá*, entramos no primeiro vórtex. Para então falar das experiências da rua a partir de Roberto Carlos Ramos. Mas, no momento estamos inundados, em cima de um canteiro, na *Rua In:Voluntários da Pátria*, esperando escoar as águas e o pensamento, sem possibilidade de drenagens e acumulando tormentas.

Então, o momento é de sonhar... E na condição de pesquisador principiante, misturado, In-Mundo, em processo de cambonagem, sonhador, ingênuo, sem saber o que fazer neste momento de rua inundada, (re)começamos por algumas questões que nos perturbam a caminhada.

Como podemos visualizar um tema mais específico neste emaranhado de relações que escapam como água de nossas mãos? Algo que diga respeito às sutilezas dessas crianças perdidas, feridas em nós, caminhantes nas ruas. Nossa concepção está se direcionando para a ideia de abordagem. Não uma abordagem ativa. Inventemos aqui uma “abordagem receptiva”, daquela que recebe alguém para conversar, para receber seus saberes, para ensinar, falar de suas tormentas, partilhar.

Então vamos a um devir águas. Pois quando os sonhos se expressam, é sábio não os interromper.

³⁹ Acelerador de Partículas – Conversa na Rede - Krenak e Viveiro de Castro – Partículas particuladas.

E que essa “abordagem receptiva” possa acontecer em bancos bioconstruídos na borda de canteiros de plantas ou canteiros de drenagens, também conhecido como jardins de chuvas. Cada canteiro deste, podendo se encantar em umbigo de floresta, potencializadores de saberes e dissipadores de tormentas. A construção comunitária destes canteiros umbigo de florestas pode contribuir não só para o escoamento das águas de chuva nas ruas, como também poderia fortalecer vínculos entre os ditos cidadãos e os ditos vivos nas ruas.

Os canteiros de plantas podem ter múltiplas funções, as de drenagem e escoamento das águas pluviais e as de drenagem e escoamento das tormentas pessoais e, principalmente, dos que vivem nas ruas, em caso de uma “abordagem receptiva”. Mas antes de qualquer drenagem seria interessante haver a construção dos bancos e canteiros feitos por técnicos, profissionais junto às pessoas que vivem nas ruas e de preferência reavivando seus conhecimentos, sua criatividade, e que técnicos e profissionais antes de planejar possam ouvir as experiências de quem vive ou viveu nas ruas. Provavelmente podem ser um auxílio de luxo de como podemos resolver determinadas questões nas ruas, como no caso o problema de escoamento hídrico.

Este gesto, de aprender com quem vive nas ruas, talvez possa ser um processo capaz de confluências (BISPO, 2023).

Lancemos esta flecha!

Os canteiros de drenagem ou jardins de chuva despontam como uma ideia engenhosa, que busca captar as águas das chuvas em calçadas e ruas, permitindo que as mesmas se infiltrem no solo. Isso exige o cuidado de que os poluentes do asfalto não contaminem os lençóis freáticos. São então previstas camadas de brita e tecidos filtrantes que retenham tais poluentes. É importante que as plantas escolhidas para esses jardins sejam capazes de resistir a momentos de inundação do seu solo. No Rio de Janeiro, o arquiteto Pierre-André Martin e a paisagista Cecília Herzog, incansável divulgadora das SBN, foram pioneiros na introdução desse conceito. Em 2019, eles foram consultores através de oficina, junto com o grupo Organicidade para a construção de um jardim de chuva na Fundação Progresso. Desenvolvido pela equipe da Fundação Progresso e coordenado pela arquiteta Fabiana Carvalho. Em seguida, a arquiteta Claudia Grangeiro coordenou pela Prefeitura a criação do jardim de chuva da Rua Almirante Gonçalves, em Copacabana, que contou com a adesão dos moradores. E a Fundação Parques e Jardins vem incluindo esse dispositivo nos seus projetos para áreas públicas da cidade. (ANDERSON, 2021).

As imagens que seguem mostram a área do projeto (a) antes da intervenção e (b) depois da intervenção dos canteiros de drenagem ou jardins de chuvas na Fundação Progresso, bairro da Lapa Rio de Janeiro (RJ). E na última imagem o Canteiro de Drenagem ou Jardim de Chuva em Copacabana, Rio de Janeiro (RJ).

Figura 34: Área do projeto na Fundação Progresso: (a) antes da intervenção.



Fonte: (a) Fabiana Carvalho, 2019.

Figura 35: Área do projeto na Fundação Progresso: (b) depois da execução.



Fonte: (b) Fabiana Carvalho, 2019.

Figura 36: Canteiro de Drenagem ou Jardim de Chuva, Copacabana, RJ.



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021.

Relembrando a figura que traz a relação entre ser filtro e ser esponja, que os canteiros sejam esponjas e nós – pesquisadores, técnicos, trabalhadores, profissionais – sejamos filtros em aprendizagem junto às pessoas que vivem nas ruas.

Lancemos esta flecha!

É a imprevisibilidade dos acontecimentos do cotidiano que nos mostra os caminhos. E é pelo princípio exusíaco de imprevisibilidade, segundo Simas e Rufino (2018), que seguimos.

Portanto, optamos pela potência de conhecimento de vida das pessoas que vivem nas ruas! Por suas experiências! Algo que diga respeito às potências e sutilezas dessas crianças perdidas, feridas em nós, na rua.

Vamos a outra criança que foi engolida e cuspidada das ruas.

eu quero riso
quero muita alegria
onde não tem alegria
exu não pode ficar
Ponto para todos os Exus
Gira Flor da Montanha
29/10/2023

Outro caso de quem “melhorou de vida” é o de Roberto Carlos Ramos, nascido em 1965 em Belo Horizonte, e adotado em 1978, considerado irrecuperável pela FEBEM, devido as suas 132 fugas da instituição. É hoje pedagogo, contador de histórias e pai adotivo de 13 jovens que viveram nas ruas. Autor de “A arte de construir cidadãos: As 15 lições da pedagogia do amor” (2004), dentre outros livros. Destacamos a citação abaixo, de como o próprio se vê.

Meu nome é Roberto Carlos Ramos, sou negro, gosto de sorrir para as pessoas e para a vida. Mas já tive febre um dia. Não tive em muitas ocasiões comida, fiquei muitos anos longe das escolas e só fui alfabetizado aos catorze anos. Menino de rua na minha cidade, passei por vários orfanatos e internatos, dos quais fugi 132 vezes e acabei sendo **tachado de irrecuperável com apenas 9 anos. A mudança em minha vida**, à qual denomino '**um acontecimento extraordinário**', se deu graças a uma educadora francesa, **uma mulher fantástica que, como mãe, professora e fada** que era, me ensinou as 15 lições fundamentais que mudaram completamente meu destino (RAMOS, 2004) [Grifo nosso].

Figura 37: Roberto no sorriso das histórias



Fonte: Imagem retirada de captura de tela do site *YouTube* – Entrevista 3a1 - Roberto Carlos Ramos TV Brasil.

As pessoas que estabeleceram vínculo e aliança com estas crianças, na época, foram: No caso de Esmeralda, a gerente de Programa da Fundação Projeto Travessia (SP) - Rosemary Santos. E para o jovem Roberto Carlos, a educadora francesa Margherit Duva, que estava visitando a FEBEM para sua tese de doutorado e, comovida com a história de vida do menino, entrou na justiça para adotá-lo e lhe dar uma nova chance de vida. Da mesma forma Roberto Carlos, quando vai trabalhar na FEBEM, inicialmente como estagiário, adota seu primeiro de 13 filhos, como se refere aos jovens que residem, com o pedagogo, em uma casa na cidade de Belo Horizonte.

Abaixo segue outra fala de Roberto Carlos, retirada de entrevista ao apresentador Luiz Carlos Azedo, participação de Fanny Abramovich e do jornalista Bruno Paes Manso, do Estado de São Paulo, no canal TV Brasil do *site YouTube*, sobre gestos que invisibilizam pessoas nas ruas.

Gestos que ocorrem em ruas do Rio de Janeiro, e em todo território brasileiro.

Nós só damos aquilo - para as pessoas – o que transborda. Você só consegue odiar alguém se você está cheio dessa mágoa. Só consegue amar, porque tá cheio de amor. A mesma coisa é a droga, quando você tá vazio, é que você parte para a droga. Eu usava droga, embora a droga da minha época era coisa tranquila, era cola de sapateiro (*Thinner*) e era para amenizar um pouco a fome, a depressão. Que é a pior coisa cara, você tá num sinal de trânsito com fome, bate numa janela e a pessoa fecha o vidro e **finje que não tá te enxergando.** [...] Na verdade, instituição não é lugar de ser

humano. Açam que o fato de **dar cama, comida e roupa lavada**, transforma o ser humano, **não transforma! A família é a causa de todos os problemas, mas é a solução, mesmo que alternativa. O que resgata o ser humano é a troca de afeto.** As Febens no Brasil, quase todas falharam. Esses grandes abrigos, internatos, orfanatos, falharam! **O ser humano precisa de uma vitamina, que a ciência fala muito pouco, e eu falo muito, que é afeto! Se não existir essa coisa, de dar afeto para alguém, você não transforma.** Outra coisa, a instituição trabalha com tempo determinado, e não com tempo humano. **Cada criança tem seu tempo para aflorar, desenvolver.** (RAMOS, 2010) [Grifo nosso].

Roberto Carlos se refere à estrutura oferecida pelos aparelhos de Estado (cama, comida e roupa) e é enfático ao dizer que, sem afeto, a pessoa não transforma. Sentimento corroborado por Esmeralda que evidencia a impossibilidade de transformação devido ao pouco tempo de investimento no processo adaptativo. Em ambos os casos o afeto e a permanência nas relações foram capazes de modificar padrões e paradigmas. Vejamos Ronaldo.

c) Ronaldo e a Liberdade

Ronaldo – nome fictício – é uma experiência narrada em artigo por Costa e Carvalho (2011), que faz questionar a ideia de “melhorar de vida” e chama atenção para armadilhas que nós – profissionais, equipes técnicas e gestores – vivenciamos.

Atinge aqueles que comungam com uma visão mais conservadora relacionada ao destino (retirada) de pessoas que vivem nas ruas, e que fazem uma avaliação baseada na moral civilizatória (família, trabalho, saúde, consumo, finanças etc.), assim como os interesses vinculados a projetos urbanísticos e de higienização das ruas. Também atinge os que comungam com uma visão mais progressista, até romântica, de resistências contra instituições e o poder hegemônico, vinculada a liberdade de escolha das pessoas que vivem nas ruas e que querem permanecer nas ruas.

A experiência relatada no artigo utiliza narrativas de memória de vida como ferramenta interventiva, funcionando como um recurso do processo de aproximação entre estudantes e pessoas que utilizam os serviços de saúde, os viventes nas ruas. É centrada na experiência da clínica ampliada, cujos pilares são a escuta sensível, a observação atenta, o registro das memórias e o raciocínio clínico, frente a situações cotidianas a partir das experiências de narrar livremente as memórias. Trata-se de um recurso “pré-terapêutico” ou “investigativo” e não terapêutico interventivo, segundo as autoras.

O artigo relata que a equipe (estudantes, técnicos, trabalhadores) conhece Ronaldo que estava em abrigo provisório, devido a um acidente. Tinha pouco interesse em modificar sua

própria rotina, sem família na cidade e sem contato com demais familiares. Sentia-se incapaz de retomar esses contatos ou de voltar a trabalhar.

A partir das atividades com memórias de vida, aos poucos, a transformação aconteceu. A cada memória narrada novos mundos emergiam repletos de caminhos, paixões e afetações. Fez contato com família, melhorou sua condição de vida, conseguiu emprego e saiu do abrigo.

Pode-se dizer que Ronaldo “melhorou de vida?” Para alguns, sim.

No entanto, meses depois, Ronaldo larga o emprego, volta às ruas e também ao abrigo. Mas, com outro estado de humor: cheio de alegria, olhos vivos, sorriso aberto, com planos futuros, falante e afetuoso. Segundo a equipe do abrigo, parecia animado com novos movimentos, investido do desejo de continuar melhorando.

Segundo as autoras, o que o fez mudar foram os encontros e as narrativas de suas memórias, que foram continuamente citados por ele como de singular importância. Caminhava com seu diário e seu livro de memórias tanto no abrigo quanto nas ruas. Estar nas ruas ou trabalhando parecia ter menos importância que o reencontro com sua potência de agir.

E novamente a pergunta: Pode se dizer que Ronaldo “melhorou de vida” mesmo retornando às ruas e ao abrigo? Para outros, sim.

O artigo aponta que na avaliação do que é bom ou ruim encontram-se armadilhas. A tônica civilizatória acaba por definir o que é bom e fala, ou determina, pelo outro. Essa avaliação baseada na moral civilizatória perpetua inúmeros modos de violências. Acrescentam ainda os equipamentos públicos sob pressão das metas políticas e demandas que chegam das ruas diariamente, causadores de mais opressão. Tem-se aí um circuito moral que atravessa práticas e discursos e que determina que uma pessoa vivendo na rua é sinônimo de doença física e/ou social a ser tratada por especialistas. Temos aí uma fervorosa contribuição ao processo de invisibilização das pessoas.

O texto critica a análise de especialistas que trazem para si a tarefa de sentir, pensar e falar pelo outro, em nome do outro, direcionando o rumo da vida do outro, prevenindo e corrigindo suas escolhas, suas ações. E critica o especialista a partir da surdez que opera em relação ao que se produz, e também do silenciamento das vozes dos outros, intrínseco a suas ações, seja negando-as ou inventando mundos outros que lhes são estranhos.

Talvez esta pesquisa também tenha caído numa dessas armadilhas, provavelmente vinculada a uma visão mais progressista, romântica, ingênua. Mas, no entanto, optamos por dar continuidade e optamos por aguardar as críticas, que certamente servirão como balizadoras deste processo. Uma vez que nosso exercício foi aprender a abrir a escuta, e aprender a nos envolvermos.

O que mais nos importa neste artigo de Costa e Carvalho (2011) é aprender com a voz do outro. É perceber, entender e aceitar o que o outro produziu para si. No caso, as conquistas de Ronaldo que em suas palavras define seu desejo, sua possibilidade de mundo:

“Agradeço a muita gente por ter conseguido sair do ‘marasmo’, mas de tudo que fiz acho que o mais importante, e o mais marcante, foi contar minha história” (COSTA E CARVALHO, 2011, p. 71).

E como a cidade lida com essa questão? O que a rua tem a nos ensinar? Vamos trazer um especialista das ruas do Rio de Janeiro.

A adultização de meninas e meninos é acompanhada pela infantilização dos adultos, e a agonia da rua como lugar de encontro, derrotada pela **rua vista como ponto de passagem e circulação de bens**, redefine até os padrões das amizades infantis. Sem a rua para brincar, as **crianças** – quando não são as **vítimas principais do abandono**, da desigualdade social, da intolerância e da violência urbana – acabam construindo amizades circunscritas ao ambiente das famílias e escolas. A limitação das amizades de escolas é evidente: os alunos da mesma turma são submetidos ao mesmo padrão de aprendizagem. **A escola ocidental**, fundamentada no ensino seriado e na fragmentação de conteúdo, é geralmente normativa, **padroniza comportamentos e corpos**. E a diferença? **A rua poderia resolver isso**. Se a escola normatiza, **a rua deveria ser o lugar capaz de permitir o convívio entre os diferentes**. Para brincar, afinal, há que se ter a disponibilidade de **tempo e espaço e a experiência da escassez que permite a invenção**. [...] A cidade em que a criança não toca o rebu é o sanatório dos adultos. A cidade em que os adultos só trabalham é um presídio de crianças (SIMAS, 2020, p. 135,136) [Grifo nosso].

A invisibilidade circunda as relações de ‘Ela’, ‘Senhor’, Esmeralda, Roberto Carlos, Ronaldo e tantas milhares de pessoas.

Pensar na frase de Roberto Carlos sobre o que mais temos é o que transborda, e o xingamento de ‘Senhor’ nos lança para uma questão que parece ingênua, mas, no entanto, marca a falência de um sistema que quer falar pelo outro, pois: O quanto de sentimento ‘Senhor’ deve estar transbordando, para tensionar num breve encontro um xingamento em retribuição a não partilha? A convocação xingada não seria: Por que não partilhamos?

Vamos repetir a questão de Roberto Carlos que se refere à estrutura oferecida pelos aparelhos de Estado (cama, comida e roupa) e é enfático ao dizer que, sem afeto, a pessoa não transforma. Sentimento corroborado por Esmeralda que evidencia a impossibilidade de transformação devido ao pouco tempo de investimento no processo adaptativo. Nos casos citados, o afeto e a permanência nas relações de Roberto, Esmeralda e Ronaldo foram capazes de modificar padrões e paradigmas.

Como Bispo (2023) nos recorda, é preciso nos envolvermos. A ideia de envolvimento gera mais encontros e mais narrativas capazes de transformações como analisam Costa e Carvalho sobre o ato de encontrar e narrar.

O ato de **encontrar-se para contar e recontar experiências** parece **produzir uma condição facilitadora de novas invenções** para o universo particular. Invenções que trazem para sua compreensão a própria desordem como parte inerente da vida. [...] Narrar seria, então, uma oportunidade ímpar de não deixar cair no esquecimento certos acontecimentos e afetações por vezes mais intensos e constituintes que a própria individuação do narrador. Seria também uma oportunidade ímpar de lembrar de ser lembrado, de produzir a si próprio na memória do outro enquanto sujeito cognoscível e memorável. Por outro lado, há no processo de narrar a possibilidade de favorecer não só a lembrança, mas o esquecimento. Tanto esquecimento descansado de quem já lembrou e, portanto, já pode “esquecer”, quanto o esquecimento recortado de quem, ao lembrar, afastou-se de partes da lembrança, jogando-as ao esquecimento. Nos encontros que constituirão a narrativa, Ronaldo produziu, entre outras coisas, seus próprios silêncios e esquecimentos. Mais do que a negação de algo, o esquecimento pode ser pensado como a afirmação de um novo caminho, a ferramenta privilegiada para lidar com os caminhos arrastados e pesados do ressentimento (CARVALHO, COSTA, 2011, p. 68/67). [Grifo nosso]

Em outro artigo, sob o tema das pessoas que vivem nas ruas, de Andrade, Costa, Marquetti⁴⁰(2014), destacamos a citação para relacioná-la ao conteúdo explanado.

Cinco dos entrevistados dizem ter optado por ir para as ruas em função da liberdade. **A rua tem um ímã [...], acho que é a liberdade (M.S.)**. Eles vieram para as ruas em busca dessa liberdade, desligando-se de seus vínculos familiares por escolha própria. (ANDRADE, COSTA, MARQUETTI, 2014, p.1255) [Grifo nosso].

Quando juntamos elementos das citações de Simas (2020), Carvalho e Costa (2011) e Andrade, Costa, Marquetti (2014), além das experiências de ‘Ela’, ‘Senhor’, Esmeralda, Roberto Carlos e Ronaldo, indicamos uma equação: Uma rua que não seja de passagens mas, de paragens, que nela possam **‘Ecoarafetos’**, sendo lugar de re-invenções e também de reencantamentos. Capaz de permitir o convívio entre os diferentes, nela poderíamos resolver muitas questões através de encontros repletos de narrativas, de tempos, espaços e experiências de escassez, que por si, são convocadoras de invenções e afetos. As pessoas que vivem nas ruas já indicam este fenômeno, e nos orientam através do sentimento de que a rua tem um ímã que dizem ser a liberdade.

Vejam os que as instituições tem a dizer.

2.3 IPEA e IBASE - Caminhos Experiências e Ruas

IPEA

O pesquisador Marcos Natalino, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), também encontra na História evidências da forma de tratamento das pessoas que viviam nas

⁴⁰A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo (ANDRADE, COSTA, MARQUETTI, 2014).

ruas. O histórico de tratamento das pessoas que vivem nas ruas pelo Estado brasileiro é marcado pela repressão e invisibilização desse segmento. “Uma semana após a abolição da escravatura, o Ministério da Justiça enviou um projeto de repressão à ociosidade, buscando reprimir a circulação dos outrora escravizados pelo espaço urbano” (NATALINO, 2023, p.5). Chalhoub aponta que esse projeto foi votado quase que unanimemente pela Câmara, sendo saudado como “de salvação pública (...) exatamente porque tinha como objeto principal a população nacional, ou seja, o liberto” (CHALHOUB, 1983, p.55).

Tanto o Código Criminal de 1830 quanto o Código Penal de 1890 e a Lei de Contravenções Penais de 1941 estipulavam penas para a “vadiagem”. Embora essa legislação possa parecer distante no tempo, na verdade, o artigo da Lei de Contravenções Penais de 1941 que trata da mendicância “por ociosidade ou cupidez” só foi revogado em 2009, (NATALINO, 2023, p. 5).

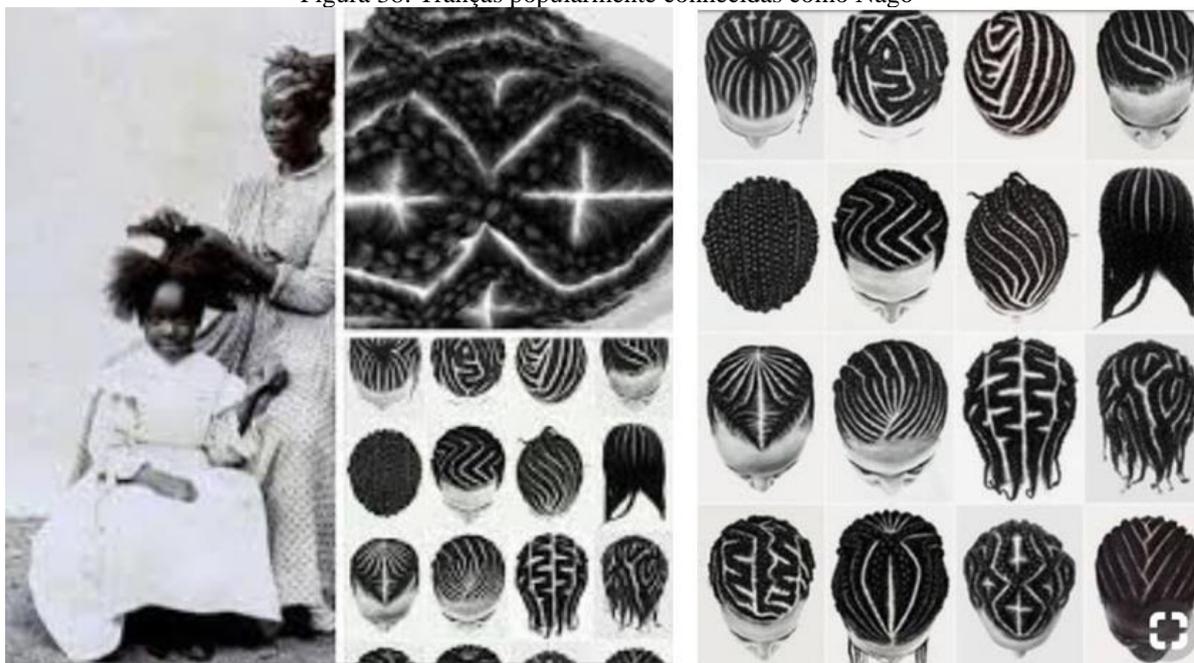
Temos aqui então um projeto de repressão à ociosidade, que buscava reprimir a circulação de pessoas escravizadas – os ditos libertos, vadios, mendigos e ociosos –, que vigorou de 1830 até 2009. A realidade brasileira de 2023 ainda parece vigorar esta tônica, se não oficial, oficiosamente, e acontece com pessoas que não usufruem do privilégio das classes dominantes. Abordagens feitas por agentes coercitivos em determinadas linhas de ônibus, inviabilizando o traslado de jovens da periferia para a zona sul do Rio de Janeiro, como é possível verificar no artigo “A democracia Brasileira não vai à praia no Rio” de Soares (2023). Essa é uma marca da herança, da constância, da continuidade, dos ciclos de repressão e pauperização social e cultural, intrínseca ao pensamento cidadão colonizador e que se estende à forma como vemos as pessoas que vivem nas ruas.

Como combater um pensamento que ainda vigora e remonta séculos atrás? Na realidade, continua a ser uma política de empobrecimento e extermínio da população – da maioria minorizada: indígenas, caboclos, afroconfluentes, ubuzeiras, ribeirinhas, quilombolas, favelados, periféricas – cujos saberes são de grande importância para a qualidade das relações afetivas e confluentes (BISPO, 2023). O que é preciso cada vez mais afirmar, no entanto, é que há séculos estas pessoas de culturas tradicionais desenvolveram e ainda desenvolvem tecnologias de resistência afirmando suas potências nos abrindo caminhos e ensinando rotas de fuga, embate e alianças.

Verifiquemos a atitude simbólica das mulheres que utilizaram a potência de sua cultura, que segundo as Negas do Ziriguidum (2018), remonta a 3.500 anos antes de Cristo. A cultura de tranças nos cabelos (tranças de raiz, que ficam rente ao couro cabeludo) eram uma forma de comunicação e expressão, usadas para identificar tribos, origens, estado civil, religião, riqueza

e posição social das pessoas. E em período de escravização as pessoas que circulavam pelas ruas, pessoas escravizadas e os ditos libertos, em sua maioria descendentes dos povos afrodiaspóricos no período de 1830, utilizavam como possibilidade de sobrevivência as tranças. Trançavam desenhos de mapas na cabeça umas das outras, tranças que indicavam mapas de orientação, caminhos de fuga para encontrar os quilombos. Caminhos de fuga, como ruas nas cidades que falam por seus movimentos. É preciso aprender a escutar e a ler, meus camaradas! Como vemos, ou não conseguimos ver ou ler, na figura que segue.

Figura 38: Tranças popularmente conhecidas como Nagô



Fonte: As Negas Do Ziriguidum (2018).

Além dos pesquisadores já citados ao longo desta pesquisa, pessoas que tem seus saberes de experiência vividos nas ruas como Esmeralda, Roberto Carlos e Ronaldo lançam pistas de como podemos modificar nossa forma de agir, nosso modo de ver e fazer. Em seus gestos, saberes e experiências, podem indicar uma possível desterritorialização do processo colonizador que habita em cada um de nós. Exercitar o desapego dos modos de relações de trocas objetais, e abrir-se para os afetos nas relações de compartilhamento em sentido de confluências (BISPO, 2023), outro gesto que vem nos ensinar por outros modos de vivenciar mundos.

Mas, as formas de ver a invisibilidade social são um fenômeno presente nas mentalidades de políticas(os), instituições, agências e estabelecimentos, em seus modos de fazer. Modos que estão intrínsecos ao pensamento colonial do cidadão brasileiro. Segundo Natalino (2023), o Brasil não conta com dados oficiais sobre o número de pessoas que vivem

nas ruas. Os dados aferidos são estimativas devido aos esforços de organizações da sociedade civil e da Defensoria Pública da União, do Censo Demográfico de 2010 e de 2022, que computaram apenas a população domiciliada, entendendo esta como pessoas em habitações coletivas e em domicílios improvisados. Realidade que prejudica uma correta avaliação para futura demanda por políticas públicas mais adequadas. Fato evidenciado pelo Ministério da Saúde para deliberar quantidade adequada de Vacina contra Covid-19 para as pessoas que vivem nas ruas. Mudanças políticas, mudanças no corpo técnico e/ou na direção de determinadas instituições podem promover a falta de investimento e/ou de compromisso com o setor, o que pode acarretar na diminuição, na falta de continuidade ou extinção de programas como o censo, mesmo que a instituição de contagem oficial esteja prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída pelo Decreto n. 7.053/2009. É um *modus operandi* que age como política que estimula a invisibilização de pessoas que vivem nas ruas.

E graças aos esforços registrados pelo pesquisador Natalino, vejamos abaixo a estimativa do número de pessoas vivendo nas ruas no Brasil, quadro referente aos anos de (2012 a 2022) de acordo com a estimativa do IPEA.

Tabela 1: Número de pessoas vivendo nas ruas no Brasil

Ano	População em situação de rua
2012	90.480
2013	96.246
2014	106.650
2015	123.104
2016	138.785
2017	160.614
2018	184.749
2019	204.660
2020	214.451
2021	232.147
2022	281.472

Fonte: (NATALINO, 2023, p.11).

Destacamos acima o ano de 2022, mesmo sendo uma estimativa, com o impressionante número de 281.472 mil pessoas vivendo nas ruas em condições das mais adversas, o que inclui fome severa dentre outros fatores. O que significa que no Brasil os dados mais do que triplicaram quanto ao número de pessoas vivendo nas ruas. Portanto, triplicaram os números de “Elas”, “Senhores”, “Esmeraldas”, “Robertos” e “Ronaldos” nas ruas, nomes de pessoas que

viveram e vivem nestes caminhos de experiência, a dura realidade das ruas. Na tabela abaixo destacamos no mesmo ano de 2022, a estimativa de 151.030 mil pessoas vivendo nas ruas na região sudeste.

Tabela 2: Número de pessoas vivendo nas ruas por Grande Região (2012-2022)

Número de pessoas em situação de rua por Grande Região (2012-2022)						
Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2012	3.147	16.088	46.702	15.928	8.615	90.480
2013	3.290	17.062	50.576	16.423	8.895	96.246
2014	3.656	17.804	57.482	17.859	9.850	106.650
2015	4.089	24.754	63.914	19.544	10.803	123.104
2016	4.622	27.698	74.197	21.957	10.313	138.785
2017	5.674	26.590	89.173	27.296	11.881	160.614
2018	7.826	29.827	99.796	32.975	14.325	184.749
2019	8.002	34.705	114.413	32.731	14.809	204.660
2020	9.404	35.721	120.104	34.809	14.413	214.451
2021	17.695	43.723	122.255	32.562	15.912	232.147
2022	18.532	53.525	151.030	39.178	19.207	281.472

Fonte: (NATALINO, 2023, p.12).

Segundo Natalino (2023), corresponde a um aumento em termos de estimativa de 38% entre 2019 e 2022. E no período de uma década (2012-2022), o crescimento chega a 211%.

Vejamos um pouco mais da complexidade de fatores que envolvem viver e estar nas ruas dentro do quadro de invisibilidade social.

Para as políticas de seguridade social – incluindo acolhimento institucional, abordagem social, atendimento socioassistencial, oferta de alimentos, espaços de convivência em Centros POP, atendimento médico e odontológico, bem como procedimentos de saúde -, o estado de coisas se configura como um grande desafio. O planejamento de ofertas de serviços públicos, incluindo as dotações orçamentárias, as alocações de recursos humanos, a construção de novos espaços de atendimento etc. acaba correndo atrás de uma realidade que segue em expansão e que demanda cada vez maior atenção, sob risco de grave violação de direitos básicos de cidadania. O mesmo vale para outras intersecções do poder público com esse segmento populacional, por exemplo, a atuação das defensorias públicas, dos órgãos emissores de documentos civis e das atividades de zeladoria urbana. Reverter tal estado de coisas, ou mesmo desacelerar a atual tendência de crescimento, é um desafio imenso, mas, também, um imperativo inescapável – **que passa necessariamente pela política habitacional.** (NATALINO, 2023, p.13).

Natalino destaca o papel imprescindível realizado pelo CadÚnico, uma espécie de passaporte para políticas sociais, que serve como entrada nos programas sociais, incluindo habitacionais. Apesar do aumento do número de pessoas cadastradas, este volume ainda é insignificante perto do número de pessoas vivendo nas ruas, o que reforça a necessidade de busca ativa destas pessoas para fins de cadastro. O CadÚnico também pode ser instrumento de diagnóstico que permite atualização contínua das características socioeconômicas:

escolaridade, localização geográfica, raça/cor etc. Ressalta ainda que há questões, no cadastro, que merecem maior atenção, por exemplo, no que se refere ao tempo em que as pessoas estão nas ruas, são questões “que podem e devem ser mais bem utilizadas pelo poder público”, segundo Natalino (2023).

Uma outra questão, que poderia ser inserida no questionário, nos vem à cabeça: trata-se do desejo de permanência nas ruas. Onde de fato a pessoa prefere viver? É possível? Não é possível? Por quê? E outra: O que é habitação para cada uma delas? Questionamentos que surgem a partir do artigo “Potências da Narrativa” (CARVALHO, COSTA, 2011), que evidencia a necessidade de Ronaldo permanecer nas ruas, abrindo mão de emprego, em nome de sua liberdade.

Natalino destaca ainda: “Dada essa realidade, faz-se necessário reforçar os esforços de busca ativa desse segmento populacional para fins de cadastro” (NATALINO, 2023, p. 13).

Natalino marca a complexidade e diversidade de questões relativas à realidade de viver nas ruas. Sinaliza que mesmo com avanços, e apesar do evidente sub-registro no CadÚnico, evidencia-se a necessidade de se realizar um novo estudo nacional de grande escopo dessa população. É preciso haver maiores esforços da sociedade civil para galgarmos outra qualidade, outra mentalidade de ações e pensamentos voltados à ideia de acolhimento. Pois, há uma multiplicidade de causas e fatores radicalmente interconectados e que tensionam qualquer possibilidade de ação (NATALINO, 2023).

Esse quadro socioeconômico e cultural é um dos que colocam as pessoas em estado de sobrevivência, como aponta o pesquisador Natalino em entrevista à Revista Virtual do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Pesquisadores do IPEA mapearam as principais medidas de assistência adotadas pelas prefeituras nas capitais do Nordeste e Sudeste, através de estudos sobre população que vive nas ruas, em contexto pandêmico⁴¹ (2020 a 2023), e destacaram em 13 capitais dessas regiões as ações mais reportadas: abrigamento (12), higiene (9) e alimentação (8). Na citação que segue grifamos uma frase que consideramos essencial para a construção deste projeto. “[...] E, mesmo que quisessem deixar as ruas, não existiria abrigo para todos, [...] é urgente buscar alternativas para o aumento temporário da capacidade de acolhimento, como o uso de escolas e de hotéis, que hoje estão ociosos, e podem ser adaptados com rapidez” (NATALINO, n° 73, 2020) [Grifo nosso].

⁴¹ Período relativo a Covid-19, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) - Dia 11 de março de 2020 à 5 de maio de 2023 - <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>

São princípios vitais para sobrevivência – Abrigo, Água (higiene) e Alimento – e a frase ressoa: “é urgente buscar alternativas para o aumento temporário da capacidade de acolhimento”.

Uma questão sem dúvida de extrema necessidade é a capacidade de acolhimento, assim como as formas de abordagens e seus objetivos. Mas será que podemos tensionar os sentidos do termo acolhimento? A questão que chamamos atenção está relacionada à preparação dos profissionais deflagrada tanto na ideia de busca ativa, com finalidade cadastral, quanto na experiência de pessoas que vivem nas ruas, ao dizerem sobre as formas de abordagem e acolhimento realizada pelos profissionais e técnicos. Suas necessidades e atitudes estão vinculadas tanto a forma que os profissionais abordam as pessoas que vivem nas ruas, quanto em certa impossibilidade de uma escuta mais qualificada por parte destes profissionais e técnicos. Arriscaríamos dizer que as abordagens poderiam ter outras qualidades, por exemplo, baseadas no modo de vida que Nego Bispo (2023) oferece como confluência, ou ainda, como Padre Julio Lancelot marca a importância de estar com essas pessoas, comer com essas pessoas, compartilhar com elas para aí, sim, saber delas.

Quando Cassiano, de 40 anos, se juntou à fila com o corpo sujo, as roupas rasgadas, machucado na testa e olhar triste, Lancellotti não hesitou em se aproximar e tocar a cabeça do homem com as duas mãos. “Nós vamos cuidar de você”, disse, com a voz suave. Quando ele já estava sentado e comendo, o padre se aproximou de novo para saber o que havia acontecido. Um abraço demorado cobriu então a cabeça do rapaz. Um carinho incomum que fez com que ele chorasse. “Não são anjos ou demônios. Eu procuro ver os olhos deles... Tem os que estão com raiva, tristes, solitários, alegres... Desses 40 anos, há quanto tempo Cassiano não recebia um afeto?”, pergunta Lancellotti (BETIM, 2020).

O que seria saber escutar as pessoas que vivem nas ruas? E se perguntássemos o que é habitar, para pessoas que vivem há gerações nas ruas? Que tipo de habitação seria importante a elas? Claro que são perguntas ingênuas, mas para esta qualidade de pesquisa a ingenuidade abre caminhos!

A falta de preparação dos profissionais é constatada pelas pessoas que vivem nas ruas em diferentes estudos, o que se explicita ao mencionarem “[...] não é um emprego qualquer [...] está lidando com gente”, “eles têm que receber a gente e escutar, não só falar de regras” (Brasil, 2008a). Na mesma direção, estudo realizado por Bulla, Nunes, Prates (2004) mostra que os sujeitos que utilizavam abrigos e albergues na ocasião da pesquisa, solicitavam mais espaços de escuta e maior proximidade dos profissionais que trabalhavam com os usuários, o que é reiterado pelo estudo realizado por Raichelis et al. (2018).

A solicitação por mais espaços de escuta e maior proximidade dos profissionais parece um questionamento de grande importância ao pensarmos na citação de Natalino, sobre a emergência em criar formas de acolhimento baseadas em espaços físicos, sem mencionar os espaços de escuta e proximidade. Este é o ponto central desta pesquisa: que espaços físicos são necessários para abrigar as qualidades de acolhimento que envolvam a escuta, o compartilhamento, para que haja maior confluência dos saberes de experiência? Acreditamos que os espaços físicos que possam abrigar tais qualidades de acolhimento possivelmente atingirá o interesse e desejo de muitas pessoas que vivem nas ruas, e também pessoas interessadas em diminuir tais tensões criadas pelo modelo dominante colonizador que vigora.

Nosso intuito buscou refletir por outras formas de acolhimento, visando uma contribuição às Equipes de Consultório na Rua que promovem uma atenção mais qualificada, e ao Serviço de Abordagem Social⁴² que tem como um dos objetivos a Busca Ativa, que atualmente está vinculada ao cadastramento das pessoas que vivem nas ruas. Como podemos descolonizar nossos modos profissionalizantes e técnicos de ser e cada vez mais nos “envolvermos” (BISPO, 2023)? Vejamos o recorte de Bispo:

Então, nós acreditamos que é possível viver de forma “en-vol-vi-da”. Nós vivemos “en-vol-vi-do”. E quanto mais envolvido nós estamos, menos nós precisamos do dinheiro. O dinheiro é um seguimento do “de-sen-vol-vi-mento”. É preciso ter muito cuidado com essa palavra: “de-sen-vol-vi-mento”. Ou seja, é desenvolver – é desconectar. É afastar das outras vidas. É tirar do cosmos. Estou colocando isso pra dizer, que nós precisamos, agora, mais do que nunca, ter muito cuidado com as palavras. Nós estamos num momento de enfraquecer as palavras coloniais e fortalecer as palavras contra-coloniais. Então, desenvolvimento é uma palavra colonial. Temos que enfraquecer essa palavra. Não ao desenvolvimento, e sim ao envolvimento. Nós temos que enfraquecer essa palavra troca. Troca não é uma palavra nossa, troca é uma palavra colonial. Não a troca, e sim ao “com-par-ti-lha-mento”. E aí compartilhamento é outra coisa (BISPO, 2023, Ciclo Muda Outras Economias)⁴³.

Algumas questões habitam nossa reflexão: Quem vive na rua quer sair das ruas? Que tipo de liberdade quer? Não se adequa aos meios e regras institucionais? Quer viver numa “residência”? Quais modos de vida são necessários às pessoas que vivem nas ruas? E que

⁴² Serviço Especializado em Abordagem Social - Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2013).

⁴³ Ciclo Outras Economias - Cosmologias do dinheiro | Nego Bispo e Ailton Krenak, publicado em: 18 de mai. de 2021. Acesso em: 03/03/2023 – Site: https://www.youtube.com/watch?v=ueQAV_4fWbY

possibilidade de compreensão a respeito destes modos os técnicos, profissionais, instituições, agências, políticos(as) estabelecimentos e sociedade civil precisam aprender e respeitar? Como se daria este compartilhamento? E o que fazer para diluir diversas tensões e violências das ruas, dentro deste âmbito? Muitas delas acreditamos ser causadas pela forma que a sociedade age e agencia baseada no modelo dominante e excludente. Precisamos repensar a ideia de agenciamentos! Esta forma de agir que terceiriza autonomias, que marginaliza e aprisiona liberdades. Estas são questões que circulam nossa esfera sem, no entanto, ter a pretensão de querer respondê-las. Apenas abrir possibilidades de reflexão para compartilhar, pensar juntos, por outros modos e formas compartilhadas. Como pensar e agir de modo a não dar continuidade aos processos de estigmatizações, fruto da colonização, que muitas situações deste âmbito promovem.

São muitos os fatores que levam as pessoas a buscar as ruas como forma de sobrevivência. Os variados motivos são decorrentes de uma pobreza estrutural gerada por uma histórica desigualdade no território brasileiro. Desigualdade marcada pela repressão e invisibilização como forma de tratamento dado pelo Estado brasileiro e seus financiadores e mantenedores da pauperização cultural, financeira, econômica e social.

Portanto, o tratamento dado às pessoas que vivem nas ruas continua sendo predominantemente de opressão e esvaziamento dos espaços públicos. No entanto, algumas vitórias foram conquistadas, às duras penas, como em 2010 quando “a população em situação de rua foi incluída como segmento específico no Cadastro Único (CadÚnico). Em 2011, estabeleceu-se o direito de acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) mesmo sem comprovante de residência” (NATALINO, 2023, p. 5). Porém, no caso do SUS, é necessário que a pessoa tenha sua identidade (RG) para se cadastrar ou dar entrada em caso de necessidade. Infelizmente são inúmeros os relatos de viventes nas ruas que dizem ter suas identidades retiradas pelos poderes coercitivos, não devolvendo-as o que lhes seria de direito. Fato que escutamos em uma caminhada em nosso campo de pesquisa, em que jovens com experiência de viver nas ruas, conversavam próximo a um dos pontos de ônibus da **Rua In:Voluntários da Pátria**. Odiosos, reclamavam da apreensão ou roubo de seus documentos, segundo eles, sem motivo, que os agentes coercitivos agenciaram. Este é apenas um dos variados fatos que ocorrem nos caminhos do cotidiano das ruas.

Segundo Hallais e Barros (2015), um dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), é assegurar cuidados de saúde, porém, os serviços assistenciais e de albergamento não têm estrutura e recursos humanos para atendimentos à saúde, além de não contar com relações bem estruturadas com a rede de atenção básica. O grande desafio da

gestão municipal seria implantar uma política intersetorial com ações entre as Secretarias: de Assistência, Saúde, Habitação, Trabalho, Renda e por que não, a de Cultura. Geralmente, as pessoas que vivem nas ruas conseguem atenção em serviços de urgência e emergência, pois a ausência da rede das secretarias dificulta a equidade dos atendimentos nas unidades básicas de saúde.

Hallais e Barros (2015) destacam que a produção de cuidado com estas pessoas é quase inexistente, por ser uma política pública recente e pela escassez na literatura científica, causando uma lacuna no conhecimento sobre o assunto. O que nos leva à discussão anterior sobre conhecimento formal e experiência – caminhos das ruas. Não seria o momento de assumir que quem mais sabe das ruas são as pessoas que vivem nas ruas? Possivelmente apresentariam soluções bastante contundentes, por exemplo, suas reivindicações sobre os espaços de acolhimento, escuta e maior proximidade. As autoras refletem sobre o desafio de fazer vigorar linhas de cuidado que atendam às necessidades das pessoas na rua. De preferência, contribuindo para a criação de vínculos entre profissionais de saúde e pessoas que vivem nas ruas, com objetivo de identificar “visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidades” (ibidem, 2015) que marcam as relações de trabalho em saúde com essas pessoas.

De forma simplificada, Hallais e Barros (2015) referem-se à visibilidade em sentido de uma visão dominante que lida com a exclusão e querem a retirada destas pessoas das ruas, não em benefício delas, mas com objetivos: coercitivos/segurança, higienistas/urbanísticos, empreendedorísticos, com grande divulgação midiática etc. São ações, agenciamentos do poder público, que deixam visíveis a violência estrutural e a herança colonial, legitimando e reforçando estigmas, o distanciamento e a desigualdade estrutural.

Esse ideário, dominante e estigmatizante, deixa invisível a condição de vulnerabilidade física e social que assola a população em situação de rua, projetando uma visibilidade negativa sobre essas pessoas e interferindo no reconhecimento desses indivíduos como sujeitos sociais de direitos constitucionais. Essa perspectiva faz com que as pessoas em situação de rua, ao invés de serem consideradas como grupo em maior vulnerabilidade, sejam identificadas como causadoras de insegurança e violência urbana. Tais condições contribuem para que esses próprios indivíduos sintam-se excluídos pela sociedade (HALLAIS, BARROS, 2015. pg.1500).

Mesmo entendendo que a vulnerabilidade abrange as inúmeras questões externas que afetam as pessoas, como condição climática, exposição a doenças, condições insalubres, violências etc., nos perguntamos se esta visão vinculada a ideia de vulnerabilidade também não carrega em si uma mentalidade colonizadora, de quem se sente pertencente e está inserida na normatividade de determinados segmentos e estruturas como cidadania, habitação,

conhecimento formal, e que talvez não tenha vivido as experiências da rua, que configuram outro lugar de experiência, outro lugar de saber. E, no entanto, não qualificam a experiência vinda das ruas, mas se qualificam para resoluções no que pertence aos saberes da rua. Em graus variados, que esbarra em todos nós, há uma hegemonia no pensamento de que o melhor é viver em residências endereçadas, possuir documentos e títulos que nos permitam a circulação e nos dão a cidadania. Acreditamos que muitas pessoas viventes nas ruas querem isso, sim, estes graus de cidadania, mas e as outras como Ronaldo, que opta por outra qualidade de liberdade? O que fazer com elas?

Quanto à invisibilidade, uma consequência do *modus operandi* descrito acima, que é um problema multifatorial – e tomando alguns aspectos que a reforçam como a falta de documentação, dificuldade no acesso aos serviços de saúde e direitos –, a perspectiva pouco crítica de estabelecer causalidade entre a relação do viver na rua com uso de drogas – e a falta de investimento do poder público em ações e políticas efetivas que promovam equidade entre os sujeitos e o acesso às oportunidades – podem indicar incapacidade do poder público em lidar com as demandas das pessoas que vivem nas ruas e reforçam a punição ao indivíduo pela sua própria situação. Portanto, ações do poder público deixam visível a violência estrutural sobre as pessoas que vivem nas ruas, ao mesmo tempo em que promovem “invisibilidades” ao negarem o pertencimento destas pessoas à sociedade, evidenciando um estigma de que são “incômodas” e que devem ser invisibilizados e silenciados em seus direitos e reivindicações.

O desafio, para Hallais e Barros (2015), vai além do cumprimento dos serviços de atenção básica e de equidade, há que haver mais investimentos na qualidade da atenção oferecida.

Quanto à hipervisibilidade, é neste caminho que as Equipes dos Consultórios na Rua buscam trabalhar.

Para sanar tais problemas e melhorar a capacidade de resposta às demandas e necessidades de saúde inerentes à população em situação de rua, o Ministério da Saúde publicou a *Portaria nº122*, de 25 de janeiro de 2012, que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua como porta de entrada deste segmento populacional nos serviços de atenção. Assim, o Consultório na Rua (CnaR) é um equipamento itinerante de saúde que integra a Rede de Atenção Básica e desenvolve ações de atenção psicossocial, devendo seguir os fundamentos e as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Atenção Básica. Por isso, trabalha em parceria com as unidades básicas de saúde e com os Centros de Atenção Psicossocial, priorizando que a assistência e o cuidado sejam realizados no próprio território de rua. (HALLAIS, BARROS, 2015, p.1498).

Segundo Hallais e Barros (2015), o Consultório na Rua (CnaR) trabalha para acolher demandas diversificadas e complexas. Sua compreensão de assistência em saúde não está centrada somente na assistência aos doentes, mas, principalmente, na promoção da saúde, no

resgate da qualidade de vida, intervindo nos fatores que a colocam em situação de risco, o que abrange atendimento para questões vinculadas a álcool e drogas. As ações realizadas pelas equipes do CnaR estão orientadas para a formação e fortalecimento de vínculos com as pessoas viventes nas ruas de modo a reduzir danos a partir de um olhar humanizador voltado à promoção, prevenção e cuidados primários em saúde em espaços não formais. As práticas de atenção proporcionam acolhimento, respeitam escolhas, autonomia, buscam diluir julgamentos e estimulam a participação de cada indivíduo quanto ao cuidado próprio, o que reafirma os direitos de cidadãos brasileiros.

Basicamente, a demanda de procedimentos de saúde na rua consiste em avaliação clínica, aplicação de teste de diábetes, curativos, aferição de pressão arterial, distribuição de água mineral e outros insumos, na orientação sobre cuidados em saúde e sobre os serviços assistenciais da Prefeitura, além, é claro, da escuta qualificada. Percorrer o centro da cidade e adentrar territórios considerados “perigosos” e “sujos” traz à tona que **a rua não é só um lugar de passagem e circulação, é também local de permanência e de moradia, de repressão e de resistência.** (HALLAIS, BARROS, 2015, p.1501). [Grifo nosso]

As autoras refletem sobre novos modos de organizar práticas vinculadas à eficácia social. Questionam: como serviços e profissionais de saúde podem atender a uma complexa e crescente condição de viventes nas ruas em suas singularidades e necessidades? Como superar a exclusão institucional da população em situação de rua? Contudo, Hallais e Barros (2015) buscam conferir hipervisibilidade à situação formal e não eficaz na relação instituições e pessoas que vivem nas ruas, que sobrevivem em condições de “não existência”.

Trata-se de assumir o **acolhimento como encontro de aprendizagem mútua**, que transcende o que está estabelecido pelas tecnociências da saúde e vai além do caráter normativo dos protocolos de atendimento, percorrendo um trajeto que viabilize os valores associados à felicidade humana por meio dos significados e sentidos não apenas à saúde, mas ao próprio projeto de vida dos indivíduos (HALLAIS, BARROS, 2015, p.1502). [Grifo nosso]

Vamos trazer Nego Bispo (2023) para confluir com Hallais e Barros (2015). Por assim dizer, segundo as autoras, “[...] é preciso desenvolver um acolhimento que potencialize o encontro e promova uma relação de troca entre usuário e profissional de saúde” (p.1502).

E refazendo esta mesma frase em exercício de aquilombamento, como sugere Bispo, em sentido de confluência: Por assim dizer, é preciso envolver um acolhimento que potencialize encontros e promova relação de compartilhamento entre viventes nas ruas e profissional de saúde.

Gostaríamos apenas de deixar ecoando em caráter de reflexão as palavras: (desenvolver / envolver); (troca / compartilhamento) e (usuários / viventes nas ruas). Fazer ecoar estas palavras sem querer explicar é também um modo de ler e viver o mundo. Quem sabe nos aproximamos da cosmologia que o quilombola Nego Bispo nos oferece, em termos de acolhimento e encontros?

Porém, o modo de pensar condicionado à “não existência” continua reforçando o apagamento. Parece ainda uma forma de quem olha de fora, olhar da Nau que invade, do olhar colonizador que persiste na História, do olhar cidadão sobre o vivente nas ruas. Por outro lado, poderíamos adentrar mais na experiência, compartilhar outras perspectivas da História pindorâmica e Afrodiaspórica, ou Afroconfluente (BISPO, 2023), de quem se envolve com as ruas, de quem está dentro do mundo das ruas. Acreditamos no trabalho de Hallais e Barros (2015), mesmo porque, a intenção está voltada para reconhecer o “paciente” como protagonista do processo de saúde vinculando o encontro como lugar de partilha mútua. Da mesma forma a nossa pesquisa, que em seu modo desterritorializante, assim nos aconteceu em todo o momento, deve vacilar em muitos olhares do ponto da Nau, mais que do ponto das peles caboclas ou exusíacas. Assim nos indica um dos catiços-guias, um Exu Mirim que nos convocou: “Como vai falar de nós, se não sabe o que nós vive? Tem que sentir o que nós sente!”⁴⁴

Para Hallais e Barros (2015), o acolhimento pode ser visto como uma ação de interculturalidade na saúde que contribui para repensar ou aprender sobre os tipos de acolhimentos prestados a diferentes situações e distintas pessoas. E por falar em interculturalidade, vejamos o que Bispo (2023) traz e nos ensina sobre sua cultura:

Nasci e fui criado em uma encruzilhada de biomas, onde se encontram o Semiárido, os Cocais, a pré-Amazônia e, vez por outra, também alguns sinais do que se chama de Mata Atlântica. [...] Quando nasci havia ali uma grande ocupação territorial de pessoas afroconfluentes. Não há indícios de que o povo desse território tenha sido escravizado. [...] As nossas relações com as pessoas não afroconfluentes e não indígenas naquele território eram relações de respeito, correlações de forças equilibradas. Quando havia algum desequilíbrio, elas eram favoráveis à nós, porque detínhamos grande confluência de saberes. Sabíamos tudo o que é necessário para viver naquele ambiente (BISPO, 2023, pg. 38/39).

Outra reflexão: Onde estão os biomas e ambientes das pessoas que vivem nas ruas? É possível resgatá-los, regenerá-los? Referimo-nos aos ambientes junto com as pessoas?

⁴⁴ Exu Mirim - Ver capítulo 2 – Encontros no Campo de Pesquisa

IBASE

Vejamos o que diz o Sociólogo e presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)⁴⁵, Cândido Grzybowski, que reflete sobre o processo de invisibilização social e o agravamento da situação neste último governo (2019-2022). Grzybowski traça características que marcam o perfil desta situação que atinge grupos que variam em número conforme os territórios que habitam, e os momentos históricos que lhes atravessam. São subjugados por processos e estruturas sociais vigentes, legitimadas e dominantes, que sistematicamente os coloca sempre à margem em estados variados de exclusão social, destituídos de seus direitos e da dignidade humana. O estigma que recebem tem por trás a mentalidade de que não são merecedoras de integração e convívio social, político e cultural, devido à situação econômica e modos de vida. Por isso, são desprezados, reprimidos e em muitos casos desterritorializados e assassinados, como vemos acontecer na história dos povos originários e afrodiáspóricos, ou afroconfluentes.

Grzybowski (2019) acredita no quão estrutural é para o capitalismo, o eurocentrismo e a colonialidade, o efetivo trabalho de dominação e exploração do patriarcalismo e racismo. Traz à tona alguns tópicos como sistematização desta política: negação do direito à diversidade, a invisibilidade da desigualdade das relações raciais e de gênero, a exploração do trabalho e a acumulação em escalas exorbitantes e internacionais, que funcionam como pilares do sistema capitalista. Há, portanto, uma produção política de invisibilidades, tanto no Brasil como no mundo que, segundo Grzybowski (2019), se fazem através do avanço do trabalho cada vez mais precarizado, da destruição dos direitos humanos, desmonte de políticas públicas, do sufocamento da democracia e consequente perda de sua vitalidade, do crescimento de formas autoritárias beirando o fascismo, fundamentalismos que exacerbam racismos, xenofobia, violências, destruição dos biomas brasileiros que influenciam tanto ambientes familiares e comunitários, quanto mudanças climáticas. Ideias que podem ser sintetizadas na palavra: cosmofobia, segundo Nego Bispo (2023). São elementos que possibilitam uma barbárie de exclusões e invisibilizações chegando ao grau máximo que é a extinção de povos, culturas e biomas, em decorrência destas condições.

Por outra perspectiva, vejamos por este punhado de terra que Bispo nos ajuda ao semear, nos canteiros de seu quintal, e oferecer seus frutos:

⁴⁵ IBASE - É uma organização de cidadania ativa, sem fins lucrativos. Efetiva a partir de 1981, foi fundada após anistia política por Herbert de Souza, o Betinho, e os companheiros de exílio Carlos Afonso e Marcos Arruda. <https://ibase.br/quem-somos-2/>

Nós pescamos no rio apenas o necessário por que confiamos no rio. Não temos medo do rio, sabemos que o rio vai dar peixe sempre, por que coletamos apenas os frutos necessários [...] Por que coletamos apenas os frutos necessários? Porque sabemos que vai haver fruto sempre. Quando não for certo fruto, vai ser outro. Quando não for umbu, vai ser juá, vai ser carnaúba. Quando não for carnaúba, vai ser caruá. [...] São coisas da caatinga que alimenta os humanos e os não humanos. Há coisas da caatinga que não são os humanos que consomem. Mas os não humanos consomem e depois compartilham com os humanos. Como sabemos que tem de tudo para todos, não temos medo e não precisamos armazenar. Só precisa armazenar quem não confia, quem tem medo da natureza não fornecer, medo da natureza castigar. A cosmofofia é responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação, e de extração desnecessária. A cosmofofia também é responsável pelo lixo. Por que existe tanto lixo? Por que as pessoas acumulam mais do que o necessário, e o tempo passa. Elas precisam de certa quantidade de frutos, mas compram mais que o necessário. O desperdício é um resultado da cosmofofia. A cosmofofia é a necessidade de desenvolver, de desconectar, de afastar-se da originalidade. A cosmofofia é a mesma coisa que o pecado original. E tudo o que é original assusta o eurocristão monoteísta (BISPO, 2023, p.26).

Retomando com Grzybowski (2019), o legado de negação à cidadania é histórico, e tem como ferramenta ações e narrativas que alimentam a invisibilidade social. Configuram-se como prática política dos menos de 1% que detém o poder financeiro e político, contra 99% da população. O que determina, portanto, políticas autoritárias de exclusão, invisibilização, guerra e morte de grande contingente populacional – sendo mais específico de pessoas indígenas, negras, periféricas e pauperizada –, fator intrínseco à continuidade de um sistema de acumulação de riquezas às custas da exclusão social e da destruição da dignidade humana e da integridade do planeta. Grzybowski nos lança algumas reflexões sobre o processo de resistência.

Temos diante de nós uma tarefa urgente, difícil e longa, mas não podemos esperar. **Precisamos nos reinventar como cidadania ativa, construir imaginários agregadores e mobilizadores, disputar sentidos e rumos no interior da sociedade civil**, nosso terreno estratégico. As políticas de invisibilização se imporão se nossas resistências e propostas não avançarem no aqui e agora (GRZYBOWSKLI, 2019). [Grifo nosso]

Enquanto Grzybowski provoca uma reflexão, Nego Bispo (2020, 2023), através de sua experiência, age e afeta em confluências ao longo de sua jornada, provocando ainda mais setores como o acadêmico.

Uma pergunta que não quer calar: alguém que trabalha no IPEA e IBASE, já viveu, experimentou as realidades das ruas? Qual o alcance da voz dessa pessoa na instituição? Qual o alcance da escuta das instituições a estas pessoas? Quais cargo elas ocupam? Pessoas como Esmeralda, Roberto e Ronaldo que conquistaram a dita cidadania são consultados por estas instituições? Perguntamos, por que de fato não sabemos. Esta seria possivelmente uma nova pesquisa para quem puder e quiser mergulhar nestas questões.

“Analisar e propor, debater e agir” verbos que constam como missão do IBASE. Em rápida e superficial leitura, nos parece uma atitude de quem pensa, propõe, debate com seu riquíssimo conhecimento e vocabulário, e age. Mas onde está a escuta? E, anterior a escuta, onde está a experiência nas ruas? Talvez suas prioridades no que tange as necessidades de pessoas que vivem nas ruas pudessem ser: aproximar, escutar atentamente, experimentar juntos, afetar, compartilhar, agir, debater, propor e por último analisar para crescer e ampliar. Novamente como diria Nego Bispo: confluência. E são cada vez mais necessários institutos como estes, mas sob que parâmetros? Vejamos o IBASE por ele mesmo:

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma organização de cidadania ativa, sem fins lucrativos. Efetiva a partir de 1981, foi fundada após anistia política por Herbert de Souza, o Betinho, e os companheiros de exílio Carlos Afonso e Marcos Arruda. O Ibase, tem uma história institucional muito ligada à democratização do Brasil, em particular às lutas que permeiam a emergência da cidadania e a constituição da diversificada sociedade civil brasileira das três últimas décadas. Os grandes movimentos e campanhas cívicas deste período, foram também compromissos do Ibase e, por isto, foram momentos históricos de adaptação da sua agenda e das formas de atuação. Este legado está no *ethos* do Ibase. O Ibase se pensa mais como ator na sociedade civil, autônomo e público, do que como instituição. Seu **compromisso intelectual e prático fundante** e sempre renovado é pela radicalização da democracia como modo de vida em sociedade. Define sua missão como de uma organização de cidadania ativa, que produz e formula conhecimentos, análises, questões e propostas como argumentos para a ação democrática transformadora. Seu campo prioritário de ação é o espaço público. **Analisar e propor, debater e agir**, trabalhar em rede e construir fóruns coletivos, tudo visando movimentos políticos e culturais irresistíveis, que tenham os direitos, a cidadania, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como suas agendas, é o rumo que orienta o Ibase desde a sua fundação (IBASE, Página Oficial. Disponível em: <https://ibase.br/>). [Grifo nosso]

Tensionamos a confluência entre institutos como IBASE e o mestre Bispo uma vez que o IBASE almeja “Construir democraticamente paradigmas biocivilizatórios de cuidado, compartilhamento e convivência entre todas e todos, como alternativas ao predatório e excludente modelo capitalista de sociedade, individualista, machista, mercantilista, produtivista e consumista” (IBASE, Página Oficial. Disponível em: <https://ibase.br/>).

Encontramos uma iniciativa que parece concretizar um punhado de assuntos abordados neste capítulo. Em homenagens múltiplas, encantando o espírito do lugar, ela, uma das grandes vozes da cultura popular brasileira: a dama do samba, Dona Ivone Lara que, além de cantora, foi enfermeira e trabalhou com a psiquiatra Nise da Silveira no antigo hospital psiquiátrico que hoje leva o nome da médica. Dona Ivone ajudou a criar rotina terapêutica e tratamento mais humanizado com a musicoterapia, também percorria os bairros do Rio em busca dos familiares de pacientes assistidos.

Figura 39: CAPSad III - Dona Ivone Lara, Cascadura, Zona Norte, RJ.



Fonte: (RIO DE JANEIRO, 2023, *website* oficial)

Informa a reportagem no site oficial da prefeitura do Rio de Janeiro, que foi inaugurado em 23/12/2023, pela prefeitura do RJ, a RUA SONHO MEU (Residência e Unidade de Acolhimento) e o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Outras Drogas (CAPSad III - Dona Ivone Lara), em Cascadura, na Zona Norte:

As unidades integradas fazem parte do programa Seguir em Frente, lançado nesta semana, com uma série de medidas de acolhimento, assistência social e saúde, para o cuidado e diagnóstico da população em situação de rua. **O objetivo é criar condições para a ressocialização, promovendo a reinserção no mercado de trabalho e resgatando a cidadania dessas pessoas.** (RIO DE JANEIRO, 2023, *website* oficial)

A música “Sonho meu”, composta por ela, teve como inspiração os anos de trabalho em saúde mental. Música que se encanta em RUA SONHO MEU, situada no complexo de oito prédios do antigo Hospital Nossa Senhora das Dores, em Cascadura. É a primeira unidade de acolhimento da Secretaria Municipal de Saúde neste modelo que conta com dormitórios, banheiros, lavanderia, armários com cadeados e refeitório. Diz a matéria que a ideia é abrir outras unidades para atender a população e ampliar a capacidade de abrigamento do município. Relata ainda que o local:

O local é um centro médico com equipes multiprofissionais e oferece atividades físicas, de lazer e culturais, programas de capacitação ocupacional e geração de trabalho e renda. Tem áreas abertas de convivência, sala de informática, serviço para emissão de documentos. Os abrigados recebem kits de higiene e vestuário e poderão ter apoio para inclusão em programas de educação para adultos. O complexo terá horta comunitária, onde os próprios abrigados poderão trabalhar e receber um pagamento proporcional pelas horas de execução das atividades. Eles também poderão executar outros serviços de interesse público, recebendo remuneração para isso. Esse é um programa integrado, com várias faces. [...] Não haverá distinções em relação à identidade de gênero, orientação sexual, vestimentas, raça/etnia, nacionalidade, religião e idade para receber essas pessoas em nossas unidades. [...] Vai ser permitida a entrada e permanência dos animais de estimação na RUA SONHO MEU. [...] A proposta é que, com a documentação em dia, o cuidado médico e de saúde mental e as novas ocupações aprendidas, essas pessoas possam **ser encaminhadas para o trabalho formal, para a inserção produtiva por meio do empreendedorismo ou integradas em programas estaduais ou federais de emprego**, criando assim condições para se manterem com autonomia e reintegradas à sociedade. (RIO DE JANEIRO, 2023, *website* oficial) [Grifo nosso]

Seria um programa-piloto exemplar? Os caminhos ofertados parecem ser o empreendedorismo e a empregabilidade como solução civilizatória. Uma mentalidade ainda utilitarista, com aparência de vínculos, mas por que alianças? E os investimentos permanecerão, ou serão sucateados num breve espaço de tempo como em boa parte do território nacional?

Deixemos então que o tempo diga sobre esta iniciativa, sobre a atitude da Prefeitura.

E para falar de atitude vamos trazer um pouco da cisma da rua, já que é dela e nela que estamos:

A atitude do pesquisador cambono equilibra-se entre a desconfiança das certezas que lhe são apresentadas e dos caminhos que se reivindicam como formas alternativas. É, em suma, um saber cismado, aquele que é aliado da dúvida. A atitude do pesquisador cambono é um ato de praticar a cisma como arte de inacabamento. Ele se lança de corpo aberto para os cruzamentos e alinhava suas narrativas acerca dos conhecimentos na mesma medida em que as vive sobre a lógica das encruzilhadas. O cambono prática. É na encruza que ele acende a vela e vela a vida, brindada com um gole de marafo que será cuspidado para reinventá-la. Gargalhemos (SIMAS, RUFINO, 2018, p.40).

Acreditamos que, com estas exposições, abrimos caminhos para reflexões sobre a psicossociologia das invisibilidades nas ruas, na relação com o que resta de biomas, a partir dos canteiros da rua. E para evidenciar de onde vem toda esta inquietação entramos no campo de pesquisa que também se transformou em nossa metodologia.

Ao observar o fenômeno que consiste na plantação de alimentos nos canteiros da *Rua InVoluntários da Pátria*, este fato chamou nossa atenção para observar o que acontecia ao seu redor. Foram inúmeros acontecimentos que marcaram e mobilizaram a forma de olhar a rua, os canteiros e as pessoas.

E foi o campo, foram os catiços guias, que nos levaram a escutar, e aprender a ler, meus camaradas!

3 ENCONTROS METODOLÓGICOS – RUA CORPO CAMPO

Neste capítulo falamos sobre os encontros que se tornaram a metodologia do projeto.

Distribuídos em quatro subtópicos que falam sobre: a *Rua In: Voluntários da Pátria*; o processo de desterritorialização do pesquisador; a compreensão de vazio e de estado de presença do pesquisador na rua e, por último, os encontros fortuitos exusíacos. Em locais onde a rua foi se revelando de variadas formas, e que sintetizamos em sete encontros distribuídos entre as letras (a) até (g). A rua convoca o corpo e ambos se tornam campo de pesquisa.

Chamamos a Rua Voluntários da Pátria, Botafogo, Rio de Janeiro (RJ) de *Rua In: Voluntários da Pátria*, grifada desta forma como modo de visibilizar o processo de pesquisa que nela experimentamos na qualidade de pesquisador cambono, pesquisador implicado e pesquisador orientado pelos viventes nas ruas, pelos encantados e pelos catiços-guias.

Este é um capítulo de caráter teórico-metodológico, apoiado no modo de estar e perceber a rua, modo de olhar e receber a rua, a partir dos autores Simas e Rufino (2018 e 2019), Rufino (2020 e 2021) e Simas (2020, 2021).

Lemos a história do Rio de Janeiro como enigma de amarração [...] Nossa episteme é o cruzo entre o que se passa pela universidade e é curtido em terreiros de macumba. [...] No horizonte da invenção da sobrevivência, o Rio é terreiro.” (SIMAS, RUFINO, 2019, p.77).

Modo que é corroborado por Merhy e Lima (2016), que trazem a importância do encontro como método a partir dos sinais que vem da rua, e de Bourriaud (2009), que a partir do conceito estética relacional, nos oferece o encontro fortuito, aquele que acontece sem premeditação, aquele que precisa de uma qualidade de presença, que se permite os espaços vazios internos e externos, para que possa perceber e receber quando o encontro acontece.

É também corroborado por Krenak (2022) que ressalta narrativas de valorização dos encontros com encantados como uma experiência dos corpos em comunhão com a natureza. Uma forma de experimentar o mundo, cantar o mundo, dançar o mundo. São forças de resistência e resiliências contra a forma de viver o mundo através do capital que silencia e invisibiliza outros modos de viver mundos, e que transforma nossa subjetividade em desertos utilitaristas cada vez mais violentados, violentos e objetificantes.

Foram utilizados instrumentos metodológicos como diário de campo, desenhos, fotografias, desenho sobre fotografias, cantos e trabalhos de artistas que auxiliaram na organização e composição deste capítulo.

Todo este material foi apresentado de maneira imbricada junto com a narrativa que expressa, ao longo da escrita, o modo não linear dos acontecimentos.

Contudo, pedimos licença para vadiar pela rua.

Vadiar nesse ‘campo de batalha’ (RUFINO, 2021, p.77), campo de nossa pesquisa - ***Rua In:Voluntários da Pátria*** - é esvaziar para receber e brincar das mais variadas formas ‘munidos de mandinga’ (ibidem, p.77). Vadiar e brincar para reinventar, reencantar. Receber e acolher mutuamente o olhar e a escuta às pessoas viventes nas ruas, assim como não viventes e encantados. Seguimos tanto nas múltiplas direções que os pés de curupira indicam, quanto rodopiamos nos giros vertiginosos de Saci. Pois, como Rufino (2021) nos lembra, é na beira das noites que escutaremos as gargalhadas de curumins que descem estrelas à plantar brincadeiras e, que ao longo do dia, as crianças darão continuidade a este modo trabalhador de ser.

Uma das formas de brincar é escorregar o olhar por outras perspectivas, pois que, neste projeto, *Ogum* descansa quando encontra um caminho, porque sabe que nele pode brincar e vadiar ainda mais. Brincar de transformar a rua de passagem em rua de paragens, cantos, prosas, partilhas e curas. Nosso campo de batalha/pesquisa, assim o é: uma rua de passagem considerada pelos próprios moradores do bairro de Botafogo, RJ. E quem sabe a partir dessa pesquisa ela se torne uma rua de paragens?

Proporcionar paragens nesta rua é mergulhar nas ***In:Visibilidades*** de encontros, marcados por presenças e olhares que circulam em seus nomadismos, é absorver gestos que cuidam, que marcam presença e proporcionam atenção junto das pessoas que vivem nas ruas.

Pessoas, viventes nas ruas, que partilham gentilezas entre elas mesmas e com os demais transeuntes. Nesta rua de velocidades é uma atitude possível somente para aqueles de morada na escuta e intuição acordada. As gentilezas também estão nas ruas e muito mais nas pessoas viventes nas ruas.

As ruas do Rio de Janeiro são lugares de encontros inusitados, fortuitos, que segundo o professor Luiz Antonio Simas:

[...] sempre foram terreiros de encontros improváveis: São Sebastião, Oxóssi, Ogum, São Jorge, escrava Anastácia, Nossa Senhora da Penha, seu Zé Pelintra, d. Maria Molambo, Garrincha (é entidade e estamos conversados), Cabocla Jurema, vovó Maria Conga, São Longuinho, seu Sete Encruzilhadas, Cosme e Damião, o velho Maracanã (é entidade também), São Brás, Santa Luzia e Iemanjá dançam na mesma gira. (2020, p.47)

Um importante símbolo desta qualidade de encontros é a entidade “o velho Maracanã” que, segundo Simas (2021), foi palco da maior gira de umbanda registrada na história da religião, em que no dia 13 de maio de 1965, sediou o evento “A macumba numa noite do IV Centenário” que fazia parte das comemorações oficiais dos 400 anos de fundação da cidade do Rio de Janeiro. E Simas relata que a última programação da noite que foi reproduzida nos jornais que dizia:

20hs – Não percam a sincretização de São Jorge na umbanda, cerimônia que nos levará aos tempos idos da Guerra do Paraguai e onde se verá o terreiro de *Omolokô*, o Lamento das Lavadeiras, os arautos convocando os espíritos dos escravos que lutaram na guerra, o Tatá de Ingorosai fazendo suas preces e a vitória na Batalha do Humaitá. (SIMAS, 2021, p.160).

Preto Velho no gramado/terreiro do Maracanã, a gira encheu o estádio, reuniu médiuns de dezenas de terreiros de umbanda e candomblé. Segundo Simas, nesta gira baixaram os soldados (indígenas e escravos) os “Voluntários da Pátria” que lutaram na guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina x Paraguai). E o professor segue com mais detalhes:

Sim, o Maracanã assistiu a uma celebração umbandista reproduzindo a vitória brasileira na Guerra do Paraguai, com direito a evocação dos espíritos dos escravizados que combateram na região da fortaleza do Humaitá. (SIMAS, 2021, p.160).

Figura 40: Gira no Maracanã



Fonte: *Tweeter* - @simas_luiz

Ainda vamos detalhar um pouco mais a história desta guerra e sua relação com a rua, campo de nossa pesquisa, algumas linhas a frente.

Ainda sobre os encontros, junto à rua, assumimos um campo dentro de outro, que é o corpo que andarilha a rua e é atravessado por encontros. Houve um diferencial neste processo. Não foi o pesquisador que escolheu o campo. A rua como “entidade” manifestou-se através de encontros fortuitos, inusitados, chamando a atenção como quem diz: Abra os olhos e pise firme!

Mas como receber e entender esta qualidade de encontro?

O ato de pesquisar no campo envolve o corpo, envolve a rua. Ambos são campo, que é tanto rua, quanto corpo. Queremos dizer com isso de uma relação imbrincada com a forma de pesquisar. Estamos nos apoiando numa espécie de composição entre o pesquisador e o campo “O campo aquele que se permite afetar pelo outro e atua em função do outro” (SIMAS, RUFINO, 2018, p.37); os encontros fortuitos a partir da Estética Relacional (BORRIAUD, 2009) e o que Merhy e Lima (2016) se referem em termos de encontros: “No encontro pedir emprestado o olhar do outro para o seu olhar é o método, o resto são ferramentas” (LIMA, MERHY, 2016).

Partimos do fato de que não conhecemos, muito menos experimentamos a rua no modo como as pessoas que vivem nas ruas experimentam. Queremos dizer que nos reconhecemos neste território como um estrangeiro, e que foi preciso aprender a escutar.

Mas antes do campo nos encontrar, o que nos passou foi uma desterritorialização quanto a primeira ideia de projeto a ser trabalhado para o mestrado. Inicialmente, trabalharíamos em uma praça pública com pessoas que moravam nesta praça, mas, devido à pandemia, essas pessoas desapareceram do local. O que pôs fim ao nosso primeiro campo de pesquisa. Aceitamos a rasteira e sua conseqüente queda. Em seguida, foram desenhadas três outras pesquisas com uma nova possibilidade de campo, que também não deu certo, e nova queda.

Completamente sem saber o que fazer e com o sentimento de quem se perdeu de seu próprio território, desistido e praticamente desistindo deste processo de pesquisa, ocorre um encontro. Uma relação que se estabelece em alguns efêmeros segundos, de maneira tensa e intensa, desorientando gestos e pensamentos. Encontro que nos reencaminhou, fez perceber e repensar o próprio chão que pisamos, a pisada na rua, a forma de caminhar como processo de pesquisa.

São variadas as formas de encontro, de estar diante de alguém ou de algo. O encontro pode ser combinado, marcado, ou, surpresa. Há o encontro imprevisto, aquele que nos deparamos face a face com uma pessoa, situação ou coisa. Podem ser colisões de dois corpos, um encontro entre adversários, há o encontro das águas como uma confluência, também pode haver um abrupto encontrão, em sentido de choque com algo ou alguém. Uma amêndoa que cai de uma amendoeira em seu pé, poderia ser um encontro? Nesta pesquisa parece que sim.

Poderíamos considerá-la como um “sinal da rua”, uma vez que esta árvore é parte dinâmica dos acontecimentos da rua? Parece que sim.

O encontro que colocamos em questão, dos quais experimentamos, vai contra as narrativas de fim de mundo. Estas que servem como estímulo para desistirmos de nossos sonhos. Porém, dentro dos sonhos estão as memórias da Terra e dos ancestrais, assim nos indica Krenak (2022). E segue sua orientação, pois é urgente que mergulhemos a fundo na terra para sermos capazes de recriar outros mundos. A questão que esta pesquisa mergulha é a de que:

[...] narrativas de mundo onde só o humano age, essa centralidade silencia todas as outras presenças. Querem silenciar inclusive os encantados [...] suprimir a experiência do corpo em comunhão com a folha, com o líquen e com a água, com o vento e o fogo com tudo que ativa nossa potência transcendente [...] Os orixás, assim como os ancestrais indígenas e de outras tradições, instituíram mundos onde a gente pudesse experimentar a vida, cantar e dançar, mas parece que a vontade do capital é empobrecer a existência.” (KRENAK, 2022, p.37).

Então nos unimos a esta perspectiva de mundo através do esvaziamento, da desterritorialização, da abertura para receber outros mundos. Receber os movimentos em suas velocidades e lentidões, suas visibilidades e invisibilidades, movimentos que espiralizam em vários sentidos ou os que se dirigem para o mesmo ponto ao acaso ou ainda através de pausas e paragens. Os encontros que se deram foram efêmeros, inusitados, fortuitos, porém, acreditamos que não foram casuais.

Não há como controlar, pois o caráter desta qualidade de encontro, não é a da captura, não é a da caça. Não há como capturar ou marcar o encontro. Mas sim, há a possibilidade de receber o encontro que acontece como um gesto (movimento, ação, situação) que nos atravessa e nos convoca alguma qualidade de afecção⁴⁶, algo para além de sua objetividade, de maneira que o entendimento tanto pode ser imediato, quanto, às vezes, demoramos a entender e ou perceber o que aconteceu. Foi através destes afetos que nos mobilizaram de tal forma que se tornaram uma experiência, mesmo que tenha sido um encontro efêmero.

Entendemos o termo gesto em sentido mais amplo, que envolve a complexa subjetividade das pessoas, muito além de um simples gesticular como expressão de uma pessoa. Inseridas nesta gestualidade estão energias, movimentos, ações, situações que acontecem ao redor dos canteiros de plantas da e na *Rua In: Voluntários da Pátria*. Nossa observação partiu dos canteiros e se deixou levar pelos movimentos da rua que nos levou às encruzilhadas. E nelas opera uma espécie de vórtex que nos redimensionou em termos de tempo e espaço.

⁴⁶ Afecção – Deleuze sobre Spinoza

Fomos, portanto, orientados por **catiços-guias**, termo aglutinador dos ensinamentos de pesquisadores com os quais estamos trabalhando.

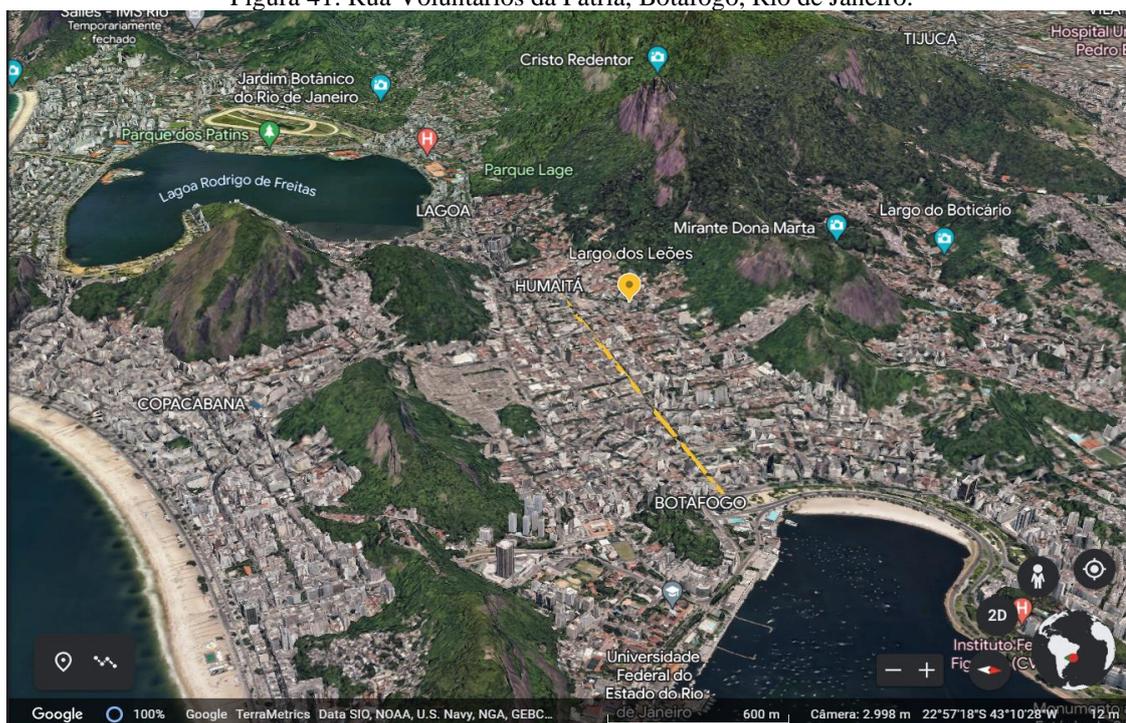
Nosso gesto não é capturar o encontro, ou o que foi encontrado. Mas sim aprender a receber, a partir dos acontecimentos, o encontro, e absorver os atravessamentos que operam, a sensação, a percepção que o gesto cotidiano produz na rua. Gesto esse realizado por pessoas que vivem nas ruas que, por variadas questões, tanto caminham na rua específica de nossa pesquisa, quanto se colocam ao redor dos canteiros da mesma rua, ou que entram e saem das transversais à rua de nossa pesquisa.

Não saímos à rua para encontrar. O encontro simplesmente acontecia em nosso cotidiano. Encontros que fomos registrando em diário de campo os tais acontecimentos, ora ‘escrevinhando’ o acontecido, ora recolhendo uma folha, ou se surpreendendo pelo impacto de um fruto, ou fotografando uma situação, com intuito de arquivar o material de experiência da pesquisa. Entendemos o encontro “como lugar de uma micropolítica que constitui encontros de sujeitos / poderes, com seus fazeres e saberes” (MERHY, 2016, p.6). E para além de sujeitos, receber a presença de outras subjetividades vindas dos ventos, da folha, dos líquens, das encruzilhadas, dos cantos, dos terreiros, da imagem, dos encantados, da chuva. Cada encontro reafirmando a experiência de corpo com cada elemento destes, inclusive o humano, e principalmente aquele que também nos orienta, que é a pessoa que vive nas ruas. Seguindo Merhy (2016), assim entendemos o encontro como método.

3.1 – *Rua In:Voluntários da Pátria*

Através de três imagens destacaremos a Rua Voluntários da Pátria, campo de nossa pesquisa. As duas primeiras retiradas da plataforma virtual *Google Earth*, com imagem aérea do bairro de Botafogo, sendo a primeira marcada por uma linha amarela evidenciando a rua em questão. Rua que inicia na Praia de Botafogo e finaliza no Bairro Humaitá.

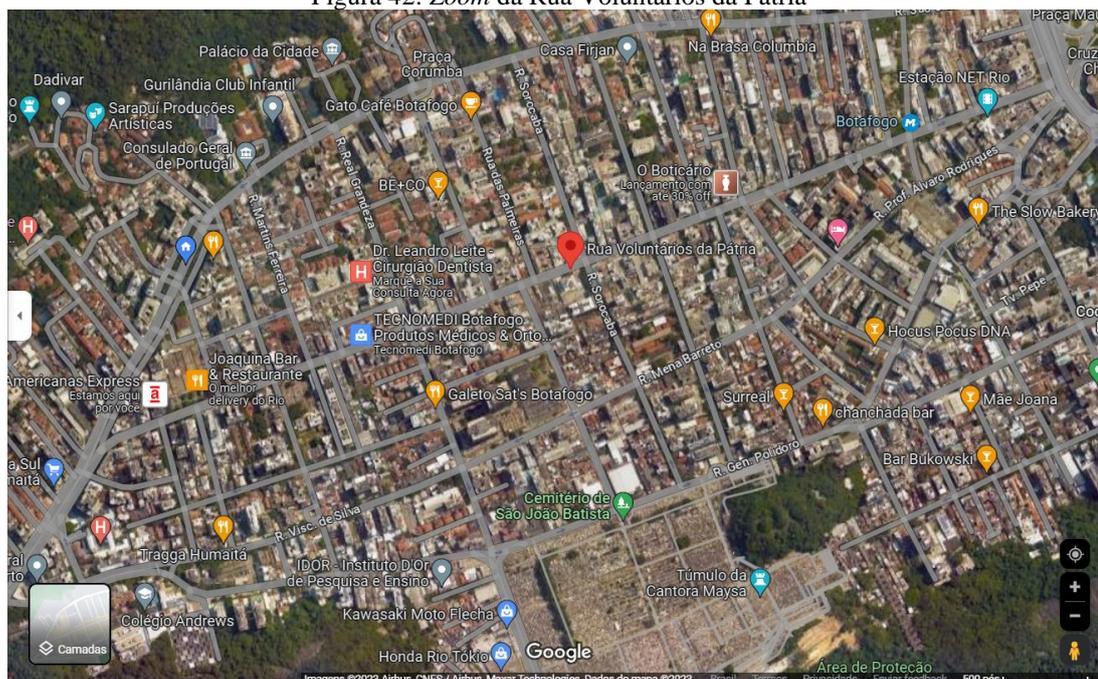
Figura 41: Rua Voluntários da Pátria, Botafogo, Rio de Janeiro.



Fonte: Google Earth

A segunda imagem com detalhe para os cruzamentos e encruzilhadas que a rua possui, ao longo de um mil e oitocentos metros de comprimento do início ao fim. Rua caracterizada por ser tanto residencial como por possuir grande número de lojas comerciais de todo tipo e endereço de centenas de empresas funcionando ao longo de suas edificações.

Figura 42: Zoom da Rua Voluntários da Pátria



Fonte: Google Earth

Na terceira imagem destacamos uma foto histórica com uma seta indicando a rua que outrora chamava-se Rua de São Joaquim, imagem feita aproximadamente no ano de 1865. Rua que passou a chamar-se Rua dos Voluntários da Pátria, em 1870, devido à Guerra da Triple Aliança (Brasil, Argentina, Uruguai x Paraguai - 1864-1870).

Figura 43: Rua de São Joaquim (1865)



Fonte: Acervo Georges-Leuzinger (Vista de Botafogo 1863 – 1866).

Os Voluntários da Pátria eram a denominação das unidades militares criadas em 1865, pelo Império do Brasil (1822-1889), para lutarem na guerra contra o Paraguai com as quais buscava-se reforçar o efetivo das forças militares do Exército Brasileiro, pois precisavam de mais soldados para dar andamento à guerra. Em troca do voluntariado, era ofertado pelo governo aos voluntários alguns prêmios: em dinheiro, lotes de terra, preferência nos empregos públicos, patentes de oficiais honorários, liberdade a escravos, assistência a órfãos, viúvas e a mutilados de guerra. Ainda no início da guerra, ano de 1865, os voluntários passaram a contar com o “recrutamento forçado” instituído pelos políticos locais e pelos oficiais da Guarda Nacional, portanto, o caráter voluntário toma outro rumo. O corpo de soldados formou-se basicamente por pessoas indígenas e afrodescendentes escravizados ou libertos, que eram vendidos ou trocados por terra para lutar na Guerra contra o Paraguai (1864 a 1970).

Abaixo, imagem com um dos batalhões de “Voluntários”.

Figura 44: Membros do Batalhão de Voluntários da Pátria, Ceará (1867 - 1868).

Fonte: História Ilustrada⁴⁷

Como já mencionado no capítulo um, a Rua Voluntários da Pátria também existe em vários outros Estados brasileiros como nos bairros de Ipiranga (Belo Horizonte, MG), Centro (São Paulo, SP), Centro (Curitiba, PR), Centro (Fortaleza, CE), Vila da Prata (Manaus, AM) etc. Nossa Rua em Botafogo (Rio de Janeiro, RJ), sofre uma ligeira transformação ética, estética e política para esta pesquisa. Portanto, chamaremos de *Rua In:Voluntários da Pátria*, que aparecerá grafada desta maneira como forma de proporcionar visibilidade tanto aos que forçadamente lutaram na Guerra contra o Paraguai, quanto aos que lutam na guerra contra os processos de invisibilização social que ocorre diariamente na mesma rua.

E para esclarecer como chegamos a esta rua, foi necessário delimitar os inúmeros processos de desterritorialização ao qual tanto pesquisador quanto pesquisa sofreram ao longo deste processo.

3.2 - Desterritorialização – Caminhos Possíveis

Começar pela aceitação de uma e outra rasteiras e aceitar suas conseqüentes quedas é bem difícil, certamente dói, mas, faz parte do jogo da vida e do movimento de cair e levantar quantas vezes acontecerem. A desistência é um fator sempre presente, seja negando-a ou

⁴⁷ https://www.historiaillustrada.com.br/2014/04/reliquias-fotografias-guerra-do-paraguai.html#google_vignette

aceitando-a. Mas, há uma diferença entre desistir e colapsar, e ‘desistir’ se entregando à queda, com uma qualidade de atenção que oferece estados de presença, capazes de redimensionar a possibilidade da queda. É um estado de presença que amplia nossa capacidade de absorver a queda transformando-a em nova possibilidade de movimento.

Quando aceitamos e mergulhamos nesse gesto, percebemos em nossa pele uma espécie de atravessamento. Como se as relações se tornassem mais porosas, favorecendo a compreensão de uma atitude resiliente. Há uma mudança em nossos poros, uma amplificação da propriocepção e conseqüente percepção ao redor. Nosso tônus se mantém mais desperto. Uma imagem que aproxima esta sensação é como se fôssemos uma trama elástica e uma antena parabólica ao mesmo tempo, uma espécie de teia da vida, capaz de receber e lidar com variadas informações. Quando estamos nessa qualidade de corporeidade, a sensação de vazio se estabelece em meio à queda. No entanto, permanecer nesse vazio é simplesmente aderir ao movimento, mergulhar na queda.

Mas, antes de negar a desistência, ou aceitar a desistência, existe um momento que se instaura que é o de não sabermos o que fazer. A angústia e a necessidade de resolver esta e aquela questão nos acelera e faz com que nos antecipemos e tomemos decisões precipitadas. Perdendo a possibilidade de nos mantermos um pouco mais nessa sensação de esvaziamento.

Resistir à queda seria pior. Entregar-se à gravidade sem, no entanto, colapsar é o segredo da arte de cair e levantar para dar continuidade. Nem sempre nosso humor e autoestima conseguem acompanhar as dinâmicas de movimento que nos afetam, atravessam. Por vezes, permanecemos por mais algum tempo em sensação de vazio, como quem perdeu tudo e não sabe mais o que fazer. Permitir-se permanecer o tempo que for necessário nesta relação, com a sensação de esvaziamento de que tudo lhe escapou das mãos, de falta de controle, é uma experiência delicada, intensa e interessante, para a qual deveríamos dar mais atenção.

Acreditamos que permanecer nesta ausência de controle traz à tona um corpo em vias de se abrir aos acontecimentos. E para retomar as qualidades de movimento e manter a ginga é questão de experiência de corpo que se aprende com quem tem urgências, quem vive as urgências das ruas. É nessa ginga que o corpo aprende a mover, viver, sobreviver. E sobreviver se aproxima de ambiências de liberdade que a cidade nega, espanta e com a qual espanca nossos corpos.

Faz parte das linhas e movimentos de um devir, perder, escapar, fugir, desterritorializar, dentre outras. Faz parte das histórias indígenas e afroconfluentes a fuga, o embate e a aliança.

Trabalhar a estética, o psicossocial e a ecologia junto às pessoas que vivem na rua, em praça pública, caracterizou o pré-projeto com o qual demos entrada ao mestrado. Projeto que,

basicamente, tinha o objetivo de bioconstruir canteiros de plantas alimentícias e herbáceas junto com as pessoas que habitavam a Praça Guilherme Figueiredo, na Urca, Rio de Janeiro, em frente à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O contexto que atravessamos no período, que envolveu múltiplas crises – política, ecológica, social, econômica, dentre outras –, teve a pandemia causada pelo COVID-19 como uma das protagonistas que acirrou fortemente tais crises. E ao final do ano de 2021, possivelmente em função da pandemia, não havia mais nenhuma pessoa vivendo na praça. Outro dado importante é que o coletivo de agricultores urbanos Agrofloresta da Urca (AFU, 2021), que vem produzindo trabalhos bem interessantes, realizou no ano de 2022, plantios na praça citada.

A pandemia de COVID-19 atingiu muitos setores e comunidades, famílias foram e continuam sendo afetadas de forma bastante severa e contundente, e, em nosso caso, levou ao falecimento de três pessoas da família, provocando importantes modificações na estrutura de nosso cotidiano, que incidiram no percurso do mestrado. E sobre o processo de desterritorialização, faz parte deste processo o desabamento de territórios onde tudo ao redor é abalado.

Dois outros fatos neste processo contribuíram para o desmanche do desenho de pesquisa inicial e, conseqüentemente, a desterritorialização do projeto. Foram a pane do computador, que levou à perda de 70% do material digital existente. E ainda uma delicada e importante série de intervenções cirúrgicas, processo que vem desde setembro de 2021 e se estende até os dias atuais. Tais situações tornaram inviável qualquer ação pretendida no campo de pesquisa idealizado inicialmente, o que provocou uma quase desistência do mestrado.

Aprender a cair e se levantar faz parte da arte da capoeira e também da “encruza” (RUFINO, 2019, p.48). Assim nos convoca Rufino, sobre a ideia de caminho linear em sentido de início, meio e fim, ideia que não reverbera com o princípio de encruzilhada, pois que, *Èsù Onã*⁴⁸, (Exu) senhor dos caminhos ou o próprio caminho, é aquele que nos oferece mobilidade, ritmo, movimento, imprevisibilidade, linguagem, trocas, dúvidas, ambivalências, inventividades, incertezas, corpos que nos lança na encruzilhada, no movimento.

Trazemos a palavra desterritorialização baseada em Deleuze e Guattari (2011a), ou a experiência deste processo, como zonas de intensidades em modo contínuo, cujos vetores nos atravessam o tempo todo, que podem se constituir em territórios e sofrem, neste contínuo movimento de velocidades e lentidões, processos de desterritorializações. E através de outras

⁴⁸ Èsù Onã, na língua yorubá é Exu. Ver Pedagogia das Encruzilhadas, RUFINO, 2019, p.47 e p.48.

ou novas composições, em função das intensidades de movimentos, também podem ser reterritorializadas.

E quando achamos que tudo estava perdido, ao caminhar na *Rua In:Voluntários da Pátria*, um transeunte que vinha na direção contrária se aproximou de maneira frontal, atravessando e interrompendo o fluxo de nossa caminhada com um olhar que parecia disparar flechas, quase agressivo. Olhar intenso que se traduziu em ruídos e palavras aparentemente desconexas. A voz que chegava aos ouvidos reivindicava como um gesto certo, para que levantássemos a cabeça, e olhássemos nos olhos. Quando nossos olhos se cruzaram, parecia haver aprovação, por parte do andarilho, como uma espécie de confirmação da mudança de atitude que experimentamos. E o andarilho através de sopros e sonoridades parecia dizer: Olho no olho. É assim que se anda! E seguiu sua trajetória.

Um encontro, quase esbarrão, saiu da invisibilidade e se configurou como um gesto veemente numa fração de segundos. Restou a mim o agradecimento pela reconexão e a convocação que o andarilho, figura conhecida da *Rua In:Voluntários da Pátria*, proporcionou. Escuta, Olhar e Pisada firme no chão. Asé!

Escolha do campo de pesquisa, dos conceitos e da metodologia confirmada pela potência e intensidade dessas linhas que chegaram ao ‘acaso’, através de narrativas gestuais performativas de um encontro na rua.

É impossível dizer qual a forma que ele escolherá para se apresentar e interagir conosco. Exu é a conexão entre tudo, é o princípio de tudo que se passa de uma coisa para outra, de um ser para outro. [...] É reservada a esse orixá a condição de princípio de conexão, interlocução e mediação (RUFINO, 2019, p.127).

Esta escolha também se deve à soma das experiências e de toda a trajetória narrada acima, escolha que reverbera como continuidade de um modo de viver. E no acaso de um encontro-escuta-olhar, um “encontro fortuito”, segundo Borriaud (2009), bem na *Rua In:Voluntários da Pátria*, onde pudemos renascer como projeto de pesquisa. As ruas do Rio de Janeiro são lugares de encontros inusitados, fortuitos, que segundo Simas (2020) “sempre foram terreiros de encontros improváveis” (p. 47).

E acrescentamos ainda algumas possibilidades de encontros improváveis nas ruas do Rio de Janeiro com os: Caboclos das matas, das cachoeiras e das ondas do mar, seu Exu Tranca Rua das Almas, a Pomba Gira Maria Padilha - Rainha do Cabaret, Exu Mirim Caveirinha, a Malandra Maria Bahiana, seu Zé Pelintra, também a amendoeira, a mangueira, a terra dos canteiros, Idowu ou Doum, o jambeiro, jamelão e o cheiro do jasmim manga e o jerivá. São relações que se manifestaram em nosso cotidiano orientando nossa caminhada.

O campo desta pesquisa é a *Rua In:Voluntários da Pátria*. Mais especificamente, as relações que a rua nos oferece e para onde ela nos leva. Iniciada a partir de encontros e destes junto aos canteiros de plantas da mesma rua e os acontecimentos ao seu redor, com seus gestos, movimentos, ações, situações e energias que acontecem, mediadas por pessoas que vivem nas ruas e que atravessam nosso caminho manifestando-se e deixando rastros mapeados em nossa pele e memória.

É através destes elementos que fomos ao encontro do processo de invisibilização social, e passamos a entender que a invisibilização pode ser tanto uma arma-veneno que atinge inúmeras pessoas, principalmente quem vive nas ruas, mas também pode ser uma defesa-antídoto que estas pessoas que vivem nas ruas desenvolveram pela necessidade de sobrevivência. Pensamento baseado no conceito de Vence-Demanda (RUFINO, 2021).

A ideia de antídoto nasce da necessidade de reação contra a opressão operada pelo modelo hegemônico do processo de colonização. Modelo que, entranhado em nossa corporeidade, perdura através de suas variadas formas de humilhações, silenciamentos, violências e apagamentos.

A ambivalência da invisibilização social ora como arma-veneno (no que diz respeito às múltiplas violências vividas e recebidas nas ruas), ora como defesa-antídoto (as resistências e resiliências dos viventes nas ruas), foi trazida com intuito de oferecer modos de olhar para o processo, e que nos fez transformar esteticamente a palavra invisibilidade em *In:Visibilidade*. De maneira que o que está *In* interno ou escondido, torne-se *Visível*. É este jogo entre o ataque e a defesa, ou o veneno e o antídoto, que buscamos observar e absorver, uma vez que acreditamos que se expressem tanto entre pessoas, como na mesma pessoa e desta na relação com o ambiente que lhe cerca, como por exemplo, os canteiros de plantas. E é através da presença, de gestos, ações, movimentos, situações, acontecimentos na rua, junto às pessoas que vivem nas ruas, em sua relação ao redor dos canteiros, que acreditamos ser um dos lugares que esta *In:Visibilidade* se manifeste. E a mola propulsora desta defesa é a criação de mundos pelas frestas e escapes.

São muitos os fatores que formam o conceito de invisibilidade social que remete às características das mais diversas como isolamento, silenciamento, humilhação, negação dos direitos civis e humanos, estigmatização, apagamento, extermínio e aniquilação. Há ainda o poder público, e os estabelecimentos institucionais, que reforçam essa estigmatização, ora sem nem saber que o fazem, ora propositalmente quando da criação de políticas de extermínio, que se articulam em sua essência com a continuidade do processo colonizador, fora nos momentos em que não se sabem dos inúmeros formatos dessa continuidade.

Imaginemos uma situação com os canteiros de plantas, de caráter higienista paisagístico, que por este modo, tornam-se uma arma que agride a possibilidade de realizarmos encontros, só nos permitindo passar por eles. Se transformarmos esses canteiros acrescentando a eles bancos onde possamos nos sentar, e também em canteiros de drenagem ou jardins de chuva (como mencionados no capítulo um), criamos um ambiente com maior possibilidade de encontros, além de diluirmos os problemas recorrentes, em função das inundações de águas pluviais que todo ano acontecem. Passamos, portanto, a ter um ambiente de paragens que, a partir de uma arma higienista paisagística, foi transformada em uma ferramenta de encontros e possibilidades de alianças afetivas, tanto como as que Krenak (2022) menciona, quanto as que Esmeralda e Roberto Carlos – descritas no capítulo um – vivenciaram com as pessoas que fizeram alianças onde, juntas, puderam transformar suas vidas.

Esta é, digamos, uma camada mais concreta, mais visível do que estamos chamando de *In:Visibilidade*. As outras camadas estão também relacionadas às cosmologias indígenas e afroconfluentes. Porque passam por um modo de manejar o mundo, um modo de interagir com os ambientes ao redor, um modo de ser, de respeitar, receber, cooperar e partilhar, radicalmente diferente da cultura ocidental.

Logo, para esta pesquisa a palavra acima grifada esteticamente é, ao mesmo tempo, a arma-ataque-veneno que diariamente atinge muitas pessoas, e principalmente o vivente na rua, e também é a possibilidade de ferramenta-defesa-antídoto do que acontece, como forma de se conectar aos ambientes que lhes ensinam modos de sobrevivência. Atitude inspirada em gestos de resistência, criatividade, configurando um modo de viver em resiliências.

Contudo, buscamos compor através da ambivalência a possibilidade desta arma-ataque-veneno tornar-se uma ferramenta-defesa-antídoto, e por isso a chamamos nesta pesquisa de: *In:Visibilidade*.

Enquanto a invisibilização social é uma arma, a *In:Visibilidade* torna-se uma ferramenta. É através desta relação que reflexionamos possíveis contribuições à prática de abordagem social. Pois em lugares de encontros, como os “bancos canteiros de plantas e de drenagem”, neles diálogos e alianças podem ocorrer. Ao invés de realizarmos buscas ativas, podemos realizar buscas receptivas. Aquelas em que recebemos e partilhamos mundos com os viventes nas ruas, com objetivo de estabelecer vínculos e alianças. O que abre a possibilidade de maior implicação nas relações cotidianas com os viventes nas ruas.

Trouxemos no capítulo um a ideia de corpo e presença, apoiado nos conceitos de experiência, pesquisador in-mundo e cambono, e do pesquisar na rua observando as ambivalências das *In:Visibilidades*. Neste capítulo dois, buscamos esclarecer como este corpo

implicado cambono foi atravessado pelos encontros junto aos “catiços-guias” ao redor dos canteiros de plantas.

Nas linhas que seguem procuramos narrar e esmiuçar tais acontecimentos e reflexões.

3.3 - Vazio e as Corporeidades - Estados de Presença

Uma coisa é escolher o campo. A outra é ser escolhido por ele que, em nosso caso, foi a rua. Abrir-se a essa experiência, a essa possibilidade de tempo livre, de outras temporalidades, de mergulhar no não saber, na corda bamba da dúvida, esvaziar-se e permanecer nessa sensação, é um ato de pesquisar por outros modos.

O campo quando te escolhe, é porque está dentro de você. Você faz parte dele, assim como ele faz parte de você. Basta aprender a escutar. Tarefa nada fácil. Ao caminhar você se torna o campo em que caminha. Há uma relação imbricada que só o tempo, suas temporalidades, movimentos e desestabilizações são capazes de compor.

O campo convoca o vazio, a buscar na presença, corporeidades. Mas como podemos encontrar corporeidades através de presenças convocadas pelo esvaziamento?

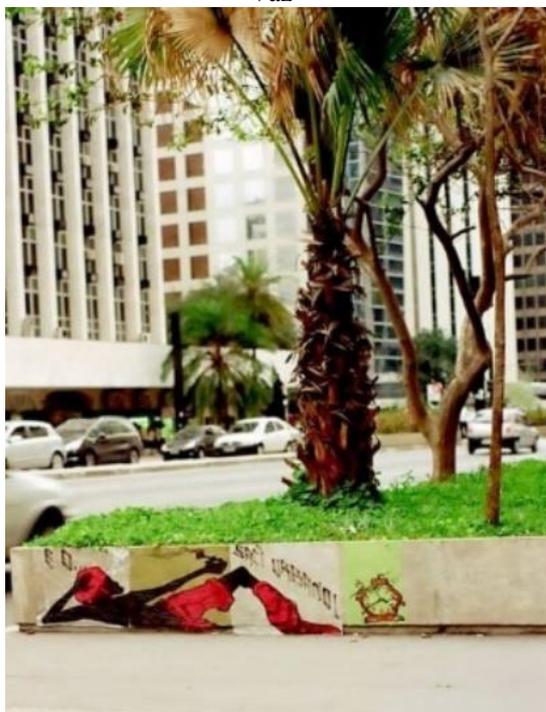
Deixar de observar para absorver o que se esvai, estar no entre e no ao redor. Passar a observar o espaço com a ideia de arte relacional, o que pressupões esvaziar-se. Retirar do olhar a obrigação de encontrar, capturar, caçar etc. Deixar o olhar receber os acontecimentos, as situações. A partir dessas atitudes, experimentar como as corporeidades lidam com ambientes.

Na imagem que segue, vemos a intervenção do grafiteiro Thiago Vaz, aparição de 2009: o “Saci Urbano” pitando seu cachimbo, com relógio ao lado todo escangalhado. Gesto de dar inveja a qualquer transeunte em plena correria da cidade de São Paulo (SP). Quem mora em São Paulo já tropeçou no pé do “Saci Urbano”, estrategicamente colocado em muros, viadutos, casas, becos, frestas da cidade que o convidam, que convocam sua presença. Suas intervenções contêm frases e situações do cotidiano investidas de crítica social, política ou uma simples e bem-humorada brincadeira.

A cidade de São Paulo não é nosso foco de trabalho, assim como também não é o artista. Mas são referências que nos inspiraram. Que fique registrado o convite para que haja aparições do “Saci Urbano” na Rua Voluntários da Pátria (SP) e quem sabe no Rio de Janeiro também, no bairro de Botafogo, nosso campo de pesquisa. Os gestos de Saci são orientadores como podemos ver na figura que segue. Tal qual o “Saci Urbano”, milhões de pessoas viventes nas ruas também nos orientam. Eles estão orientando, nós é que não sabemos ou queremos escutar.

E o alerta: Cuidado, os Sacis estão à solta!

Figura 45: Saci Urbano (SP) – Artista Thiago Vaz



Fonte: <https://eosaciurbano.art.br/> - Aparição em 2009 (SP)

Figura 46: Saci Urbano (SP) – Artista Thiago Vaz



Fonte: <https://eosaciurbano.art.br/>-Aparição em 2015 (SP)

Figura 47: Saci Urbano (SP) – Artista Thiago Vaz



Fonte: <https://eosaciurbano.art.br/>-Aparição em 2015 (SP)

E no Rio de Janeiro, em Botafogo, a caminho de nosso campo de pesquisa a **Rua In: Voluntários da Pátria**, em desenho sobre fotografia, encontramos um Curupira *karióka* que regia pássaros ao vento em revoadas lúdicas ao seu redor, enquanto o canteiro engolia suas mazelas. Parecia deleitar-se com sua orquestra de cantos voadora.

Figura 48: Curupira *Karióka* Regendo Pássaros ao Vento



Fonte: O autor

Neste gesto de quem sabe apreciar uma linda tarde outonal de céu azul profundo, ao melodioso som dos pássaros em meio ao trânsito da cidade, um Curupira *karióka* se disponibiliza, através de seus gestos, a nos ensinar sobre a importância de saber viver a vida, sobre como devemos e podemos respeitar modos de viver o mundo. Este gesto a qualquer momento pode ser interrompido, seja por um policial distribuindo cacetadas para fazê-lo circular xingando-o de vagabundo, seja por um cidadão transeunte que o vê como um indolente, vadio, seja por instituições que em nome de burocracias ou éticas mandam apagar suas imagens de Saci ou Curupiras, fundamentalmente suas presenças que denunciam e evidenciam a urgência de transformarmos nossos *modus operandi*.

Esta é uma ação silenciosa de ***In:Visibilidade***.

É trazer para a visibilidade, o mundo de conexões, que estão entre e por dentro das relações afetivas. Sua posição, sua postura, faz parecer que está deitado em algum banco canteiro de plantas.

Inspirado pelo “Saci Urbano”, o nosso Curupira *Karioka* foi um dos primeiros encontros que nos proporcionou uma mudança em nossa atitude, em nossa dinâmica temporal, por isso, entendemos como um encontro, por ter nos atravessado. Gesto que oferece presença de estado, que nos dá pistas e nos ensina, mais do que observar, a importância de absorver as relações de vazios e presenças junto aos ambientes, junto aos vivos, junto aos canteiros. Gesto que nos provocou uma parada para esvaziar, principalmente a angustiada e ansiosa necessidade de querer produzir, capturar, opinar, informar, como nos lembra Bondía (2002) em seu texto sobre a qualidade de experiências que estamos deixando de viver.

Não há como ignorar este fato. Mas há como driblar, transformar, reinventar pelas frestas. Nosso mergulho nos indica o sentido da liberdade e das potências que habitam neste modo, neste “manejar de mundo” que se reinventa pelas frestas como sementes que germinam entre as rachaduras de canteiros feitos de cimento nas ruas.

Não queremos com isso invalidar ou desqualificar o trabalho prático e conceitual de qualquer dos outros setores, queremos sim agregar, somar, incorporar como mais uma possibilidade de acolhimento em sentido de soluções possíveis para a melhoria da qualidade das relações, principalmente de quem vive nas ruas. Uma forma ingênua? Sim! Uma forma poética? Sim! Uma forma afetiva? Sim! Pois as ruas precisam ser reinventadas, reencantadas, e precisamos entender a rua como lugar de encontro (SIMAS, RUFINO, 2018) revigorar suas dinâmicas relacionais de preferência inspiradas por infâncias saudáveis, como as infâncias comunitárias. E é na rua que essa corporeidade lúdica se faz. Segundo Simas (2020), uma vez

que a escola ocidental, que submete ao mesmo padrão de aprendizagem, normatiza comportamentos e corpos, “A rua poderia resolver isso. Se a escola normatiza, a rua deveria ser o lugar capaz de permitir o convívio entre os diferentes. Para brincar, afinal, há que se ter disponibilidade de tempo e espaço e a experiência da escassez que permite a invenção” (SIMAS, 2020, p.134).

Que possamos nos inspirar a partir das imagens retiradas do arquivo do artista Thiago Vaz, o “Saci Urbano”, e da foto de uma pessoa recostada na mureta de um canteiro, o Curupira *Karioka*, que em nossa visão, era como se estivesse admirando o vento e os pássaros que arroteavam seu ambiente de paragens.

Vamos iniciar o que estamos chamando de encontros fortuitos, estes sim, criaram a estrutura de nosso campo de pesquisa.

3.4 – Encontros Fortuitos Exusíacos – Sinais da Rua

a – Andarilho e a Pisada de Caboclo

Acontece que às vezes, em determinados momentos da vida, tudo parece queda. E uma queda nunca vem sozinha, são várias ao mesmo tempo tirando nosso chão. Parece efeito cascata, que nos tira do lugar e dependendo da intensidade e gravidade chega a nos desterritorializar. Não saberíamos dizer se chegamos a tal ponto, mas pareceu bem próximo. O interessante foi experimentar essa sensação de entre lugares. Ou quase lugar nenhum ou um não lugar. A ideia de desistência esteve bem presente, soou forte.

Ao caminhar pela *Rua In: Voluntários da Pátria*, olhando para o chão, com a sensação de sucessivas quedas marcando o momento em que as coisas não estavam avançando, ao contrário, estavam se rompendo, uma atrás da outra, um sentimento forte de derrota, que beira a desistência e que estava desembocando na relação com o projeto de mestrado, onde várias questões interferiram, incluindo saúde.

Pois que, durante a caminhada, ao mesmo tempo em que o corpo sem muita iniciativa buscava reagir, parecia abrir os poros para receber algum sinal de como e por onde caminhar em relação ao projeto de mestrado. Caminhava com a frase na cabeça: O que fazer?

Sem perceber a aproximação de um andarilho, que vinha em nossa direção, numa atitude ligeira e frontal, nos fez levantar a cabeça, olhou nos olhos, não emitiu palavras, literalmente emitiu sons que não pudemos compreender. Seus olhos nos atravessaram de maneira quase violenta, nos colocamos em atitude de alerta, o corpo se expandiu em gesto de ligeira

malemolência como quem poderia receber um encontro a qualquer momento, mas, simplesmente passou, seguindo seu caminho. O corpo que havia se organizado em atitude de alerta, permaneceu e passou a olhar a rua como ela é. Com seus movimentos, velocidades e lentidões, cheiros e sons. O encontro expulsou o olhar internalizado, que se fez presente. Os pés expandiram e aderiram mais ao chão e a caminhada tornou-se mais leve e comprometida com a energia circulando pelo corpo. Ainda atônito, achamos que o andarilho poderia estar reclamando pelo fato de não olharmos para ele. Imaginamos que pudesse pensar que estávamos em atitude preconceituosa. Continuamos a caminhada, agora, com outra corporeidade, mais presente e viva. Aos poucos os sons que o andarilho balbucio, ressoavam na cabeça e foram se transformando em palavras através da força de seu olhar que parecia dizer: Acorda e olha ao seu redor! Levante a cabeça, abra os olhos e pise firme nesse chão!

De imediato reconectei com a pisada de caboclo. E lembrei do ponto: “Caboclo não tem caminho para caminhar, caminha por cima da folha, por baixo da folha, por todo lugar”.

Levei um tempinho para elaborar esta ideia, mas entendi que o recado era caminhar por aquela *Rua In: Voluntários da Pátria* com uma corporeidade presente, viva, e que caminhasse por todo lugar. Pisada de Caboclo.

Ao longo da semana as conexões começaram a se fazer. Ao nascer, a rua, o sétimo andar do prédio situado na bifurcação entre as Ruas Humaitá e Voluntários, onde fomos morar. Ainda menino o primeiro contato com a capoeira em frente ao canteiro, que fica em baixo do prédio, ao final da rua, o texto de Castro (2016) “Os Involuntários da Pátria”, que havíamos lido anos atrás. E quanto mais caminhava pela rua mais as lembranças e conexões se faziam.

Um encontro que nos reposicionou em relação entre a rua e o projeto de mestrado.

Pudemos resgatar um conceito que havíamos pensado para este projeto, fruto de muitas experiências com ele no campo das artes e do social, em projetos dos mais variados os quais vivenciamos – Estética Relacional – e nele um de seus aspectos: o encontro fortuito.

Aos poucos fomos extraindo, de cada conceito utilizado, a essência que mais se aliança a este projeto.

a.1 - Estética Relacional – Encontro Fortuito

Buscamos, como sugestão, integrar esta pesquisa ao conceito Estética Relacional (BORRIAUD, 2009) por acreditarmos que existam elementos que irão compor tanto através da linguagem simbólica, quanto pela forma de expressão que, neste caso, está dedicada à observação do movimento dos afetos que são esboçados, desenhados por gestos de transeuntes

e destes na relação com os canteiros de plantas. Portanto, traçamos algumas linhas à respeito deste conceito.

Nicolas Bourriaud, crítico e curador francês, autor do texto “Estética Relacional” (2009) analisou a produção cultural contemporânea a partir dos trabalhos de artistas da década de 1990, que de forma intensa, se dedicaram ao aspecto relacional em suas obras. Foram artistas que se dedicaram não a representar grupos ou estilos anteriores, mas sim, a observar o instante, o presente, promovendo reflexões sobre o destino de ações e atividades artísticas. Tem como postulado básico “a esfera das relações humanas como lugar da obra de arte” (BORRIAUD, 2009, p.60). E para que essa esfera de relações possa acontecer, o fator determinante está na abertura de espaços para a interação. Esta é a obra, uma qualidade de abertura que inaugura diálogos.

Um dos principais artistas analisados foi o argentino Rirkrit Tiravanija, filho de diplomatas tailandeses, criado na Tailândia, Etiópia e Canadá. Tiravanija, “[...] alinhou sua produção artística com uma ética de engajamento social, convidando os espectadores a habitar e ativar sua obra” (BUCHMAYER, 2016, p.43). Obras criadas para haver intervenção, interação, participação do público.

A relevância da obra de Borriaud (2009), de grande importância para esta pesquisa, foi transformar o sistema de representação em um sistema de experimentação da arte. Nela destaca-se a alteração dos papéis que artistas, público e obra, exerciam, borrando seus limites e desterritorializando seus lugares:

Em 1992, o artista plástico Rirkrit Tiravanija realizou uma exposição intitulada *Untitled (Free)* na *303 Gallery*, em Nova York. Essa peça é um marco da chamada **arte relacional**. O artista converteu a galeria em uma cozinha onde serviu arroz e curry de graça ao público. Todas as dependências da galeria foram esvaziadas e seu conteúdo transportado para o espaço de exposição principal. Com isso, toda a parte administrativa passou a integrar a exposição e a ter contato direto com público frequentador que podia ver como as galerias de arte trabalham. O espaço do escritório foi, então convertido em cozinha, que contava com geladeira, utensílios de cozinha, mesas e cadeiras. As portas de todos os ambientes que compunham a galeria, como depósitos, banheiros e escritório, foram retiradas, revelando recintos antes ocultos, e **transformando-os em espaços de convivência**. A comida foi preparada continuamente ao longo da exposição e **o espaço da galeria se tornou um ponto de encontro e de descanso** para vários visitantes habituais que frequentavam ou viviam na região do SoHo em Nova Iorque (BUCHMAYER, 2016, p.44). [Grifo nosso]

Segundo Buchmayer (2016), o conceito Estética Relacional, que funciona como um instrumento de análise, possibilitou identificar alguns operadores conceituais que orientam a produção da arte e arquitetura na atualidade. Buchmayer destaca três pontos essenciais do aspecto relacional no trabalho de Borriaud, considerados como “procedimentos relacionais”

presentes em diversos trabalhos de artistas. São manifestações com formatos diversificados e que escapam de categorizações, podendo ser: convites, encontros casuais, perguntas, pontos de encontros, espaços de convívio, lugares específicos, dentre outras. O que estes ambientes têm em comum são o estímulo às relações atípicas dos participantes com o mundo que proporcionam outras formas de pensamento e criação de mundos, e deve ser balizada por três pontos de vista: o estético como representação material, o histórico que é direcionado aos diálogos de seu contexto e o social, que atenta à qualidade das relações que o compreendem.

Buchmayer (2016) destaca três principais aspectos, que estão intrinsecamente ligados, que são a vacuidade, o interstício social e o encontro fortuito.

A palavra VACUIDADE, uma espécie de vazio relacionada à ausência de interdependência entre elementos, que nos aponta Buchmayer, é analisada por Borriaud:

O capitalismo integrado, que transforma os territórios existenciais em mercadorias e leva a energia subjetiva a derivar para os produtos, funciona neuroticamente: ele gera um **"imenso vazio na subjetividade"**, uma "solidão maquínica", ao se engolfar nas **áreas que ficaram vagas devido à desertificação dos espaços de trocas diretas**. Esse vazio só poderá ser preenchido forjando-se um novo contrato com o inumano, isto é, com a máquina (BORRIAUD, 2009, p. 135). [Grifo nosso]

Sendo que os dois últimos caracterizam a forma da obra relacional. E, no caso, o ENCONTRO FORTUITO, que é uma espécie de “encontro casual intensivo”, inusitado.

Na tradição filosófica materialista inaugurada por Epicuro e Lucrecio, os átomos caem paralelamente no vazio, seguindo uma leve inclinação. Se um desses átomos se desvia do curso, ele "provoca *uma colisão* [encontro fortuito] com o átomo vizinho e de colisão em colisão um engavetamento e o nascimento de um mundo"... Assim nascem as formas: **do desvio e do encontro aleatório entre dois elementos** até então paralelos. **Para criar um mundo, esse encontro fortuito tem de se tornar duradouro**: os elementos que o constituem devem se unificar numa forma, isto é, **"os elementos têm de dar liga** (assim como dizemos que alguma coisa 'deu liga') (BORRIAUD, 2009, p.25). [Grifo nosso]

A partir deste encontro fortuito, segundo Borriaud (2009), uma obra pode funcionar como dispositivo relacional, na qual as formas de arte são evidenciadas pela intersubjetividade do encontro onde o tema central é o “estar-juntos” (p. 21), mesmo que seja em dinâmica temporal efêmera ou em temporalidades como as dos caboclos, “aquele que está além da nossa concepção de vida biológica, filosófica, histórica” (SIMAS; RUFINO, 2018).

Neste projeto, fomos eliminando elementos em direção ao que é essencial. Esta pesquisa não teve como objetivo alcançar uma obra, tal qual a relatada acima. O que encaramos como obra neste projeto, é a leitura que podemos fazer do ambiente (rua, canteiros, e, ainda não sabíamos, mas também as encruzilhadas) e das pessoas, gestos e situações, acontecimentos a partir destes ambientes, e de elementos que compõe seu ao redor. Mais do que uma situação,

um gesto de vir a ser. Um vir a acontecer, que pode indicar possíveis soluções para determinadas questões. Estaria mais para um devir obra. Algo que não existe, mas que por indícios sinaliza que pode vir a ser, pode vir a acontecer. Aos poucos fomos entendendo.

Em síntese deste conceito o que é essencial é: Encontro Fortuito – Intrinsecamente ligado à vacuidade (possibilidade de espaço vazio) e ao Interstício Social (obra, objeto e ou lugar de troca). O encontro fortuito (experiência que acontece) é um dos principais aspectos dos procedimentos relacionais pertencentes ao conceito “Estética Relacional” de Borriaud (2009). O encontro torna-se um ambiente para estar juntos de forma intensiva, mesmo que efêmera, que estimula relações atípicas dos envolvidos com o mundo, proporcionando outras formas de pensamento e criação de mundos. É balizada por três pontos de vista: o estético como representação material, o histórico que é direcionado aos diálogos de seu contexto e o social, que atenta à qualidade das relações que o compreendem.

Portanto podemos traspor os três aspectos em: a experiência que acontece em algum lugar de partilha a partir da possibilidade de esvaziamento das intenções. Experiências que acontecem não necessariamente ligadas uma à outra, mas que em algum grau se esbarram e se compõe. Ainda sem saber como e o que observar, resolvemos sentar na borda do canteiro e permanecer por tempo indeterminado, para ver o que aconteceria e se aconteceria algo. Foi quando o segundo encontro se manifestou.

b – Amendoeira

A amendoeira dispersa seu fruto, que cai no pé em pesquisa, no pé que pesquisa, o pé que caminha pesquisador. A fruta destroça e parece ‘pontuar’ os movimentos da Rua. Cair no pé faz o pé parar, interrompe os movimentos. Estar com o corpo presente, aprendendo a dialogar com acontecimentos, movimentos e elementos que compõe a rua e ao redor do canteiro proporciona outras qualidades de mundo. Nos lembramos do processo de feitura do Manto Tupinambá, quando o filho de Célia Tupinambá, corta o primeiro manto dizendo que a tesoura falou com ele. E Célia entende, ao ver o Manto sagrado em fotos e depois pessoalmente, que o fato ocorrido era porque os pontos do Manto foram feitos errados. Então aprendeu como eram feitos.

Por assim dizer, a rua através da amendoeira encanta-se, nos encanta. Apresenta-se como encruzilhada ou a própria encruzilhada se apresenta como encantada, nessa rua terreiro de tantas visibilidades e invisibilidades, que aos poucos vai nos revelando e ensaiando como pesquisar e o que pesquisar. Mais que um recado dado, a amendoeira está escrevendo, compondo o trabalho conosco. E como são variadas as possibilidades de comunicação com a

rua, acreditamos ainda que pode ser uma mensagem dos guardiões da encruzilhada. É o que nos parece a partir de Simas e Rufino (2019), pois, conhecido como mensageiro em suas diretas e ao mesmo tempo complexas mensagens, nos proporciona formas múltiplas de comunicação “Exu é a resposta enquanto dúvida, questionamento e reflexão” (ibidem p.80). Assim estamos sendo guiado por estes movimentos da rua, por essa possibilidade de linguagem e comunicação infinita que vai se fazendo em nossas caminhadas, que *Exu* nos oferece. Estamos assim nos apoiando. Vejamos como foi a experiência.

Com a necessidade da presença em campo, a *Rua*, e para melhor compreender o projeto, optamos por nos sentar na borda de um canteiro, em frente a outro canteiro, onde pudéssemos simplesmente observar os movimentos e ações junto ao canteiro escolhido, local onde pessoas anônimas plantaram mamão, dentre outras alimentos.

Sentar-se no canteiro e começar a observar movimentos faz o tempo dilatar. As pessoas em seu ir e vir na rua. Em dado momento, com poucos segundos de diferença, três gestos vindos de diferentes transeuntes se pronunciaram.

A primeira pessoa, um homem, caminhou em direção ao canteiro, abriu um maço de cigarros, jogou o plástico no canteiro e seguiu sua trajetória, sendo que havia latas de lixo, uma na extremidade do canteiro e outra um pouco mais adiante.

A segunda pessoa, uma moça, subitamente interrompe sua caminhada e surpresa olhou na direção do canteiro com os mamões e fotografou algo naquele sentido – talvez o mamoeiro cheio de mamão, não podemos afirmar.

A terceira pessoa, uma pessoa vivente nas ruas, catou algo dentro do canteiro e também de dentro da lata de lixo que se situava na extremidade do canteiro, e seguiu seu destino.

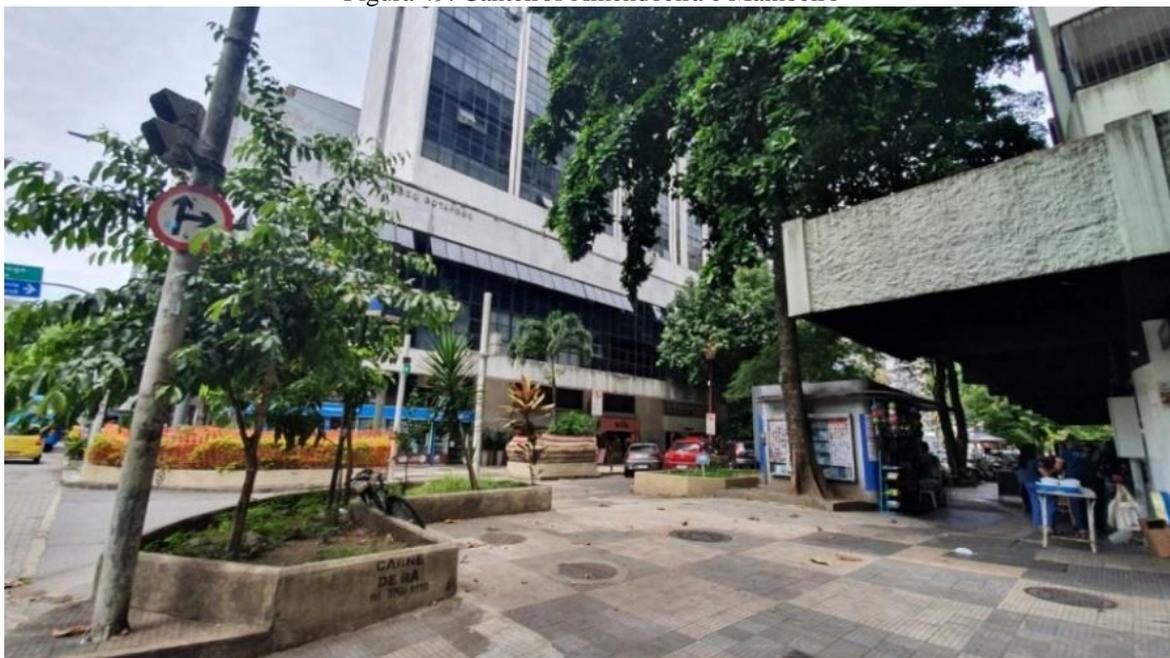
Meu olhar acompanhou a trajetória do terceiro transeunte que traçava em zigue-zague linhas diagonais. Observava sem querer capturar nada, apenas olhava os movimentos. Sem saber muito o que pensar e no instante em que o rapaz fugiu de minha visão, me perguntei: O que isso significa, a forma com que três pessoas lidaram com o mesmo canteiro? Nesse instante caiu uma amêndoa no meu pé, espatifou e lambuzou meu pé. Era o fruto da amendoeira situada ao lado do canteiro em que estávamos sentados. Olhei para a amendoeira me perguntando: Tá bom, dona Amendoeira, entendi que é algo, mas o que preciso aprender? O que posso ler, ver e escutar?

Ao formular a pergunta para a Amendoeira, de imediato entendi seu gesto. Um gesto vindo da natureza servindo como o ponto final de uma frase de movimentos de pessoas que acabara de acontecer. Da mesma forma que uma sentença termina e coloca-se o ponto final, a amêndoa pontuou a frase. Frase feita de gestos, ações, movimentos, linhas e trajetórias de três

pessoas, formando uma espécie de texto em escrita cinestésica. Assim que a frase de movimentos termina, a amêndoa caída tornou-se o ponto final desta frase. Assim tanto diálogo quanto entendimento se fizeram aos poucos.

Abaixo, na figura, temos à esquerda o canteiro observado, e à direita o canteiro onde nos sentamos para observar os movimentos da rua.

Figura 49: Canteiros Amendoeira e Mamoeiro



Fonte: O autor (2022)

Uma das fotos é de dia, porém, a ação ocorreu à noite. Esta é a *Rua In:Voluntários da Pátria*, do bairro de Botafogo, e o canteiro em específico, foi o objeto que inspirou o título desta pesquisa. As demais fotos que seguem do mesmo local são um *zoom* da imagem que mostra tanto a placa da rua quanto um cacho de mamão, quase pronto para ser colhido. Podemos observar nas fotos que ainda havia um banco de ferro, que nos chamou atenção por estar completamente quebrado, sem assento. Mesmo banco que em foto mais a frente, fora retirado. Não sabemos quem o retirou, o que é possível ver é que o chão ficou consertado.

Figura 50: Mamão - Voluntários da Pátria



Fonte: O autor (2022)

Figura 51: Placa Rua Voluntários da Pátria



Fonte: O autor (2022)

Figura 52: Detalhe Cacho de Mamão



Fonte: O autor (2022)

Ao longo do tempo de observação dos movimentos dos transeuntes, naquela noite de fevereiro de 2022, criou-se uma frase pontuada por uma amêndoa, que proporcionou uma direção para a pesquisa.

Por um lado, sugerimos este movimento como uma expressão simbólica a partir de encontros fortuitos ao qual se refere Borriaud (2009). Através das pessoas que caminhavam na rua, e ao se relacionarem com o canteiro, proporcionaram uma qualidade de diálogo entre o pesquisador e a amendoeira. Entendemos que os três aspectos da Estética Relacional (BORRIAUD, 2009) encontram-se aí: a Vacuidade, o Interstícios Social e Encontro fortuito formando a “obra de arte” como uma qualidade de abertura aos encontros que inaugura diálogos. Diálogos através do dito e do não dito. Diálogos através de movimentos, não só de seres humanos, mas de elementos que nos circundam: ventos, plantas, pássaros, chuvas, cantos, sonhos etc.

Acreditamos neste modo de encontro como nos apresenta Rufino (2019): “A pedagogia das Encruzilhadas rasura as bandas de um mundo cindido, é o corpo de Bara que vagueia no impulso da vida para ocupar os vazios com a sua presença” (p.71). É dessa forma que a amêndoa ocupa este espaço vazio pontuando a frase e nos trazendo sentidos à pesquisa.

Este encontro aproxima aspectos da Estética Relacional (vazio, lugar e encontro) com a Pedagogia da Encruzilhada (2019) e com os sinais que vem da rua aos quais Merhy (2014) se refere. Encontro como método, uma episteme teórico-metodológica da macumba. E nesta caminhada estamos aprendendo a ser pesquisador cambono nesta e desta rua:

É essa rua que nos interessa. A rua que comporta alegrias, dores, dissabores, desafios. **Preenchida por signos e diferentes sentidos, a rua é lugar de múltiplos sinais** que acabam sendo naturalizados nos encontros com as alteridades. **De muitas maneiras os sinais que vêm da rua nos invadem,** porque também **somos a rua.** [...] Muitas vezes, é precisamente a partir desses sentimentos que somos levados a pensar formas de **aproximação e/ou afastamento desses sinais** e, conseqüentemente, da **forma como entramos em conexão ou não com essas vidas** (MERHY, 2014, p.2). [Grifo nosso]

A questão é como podemos aprender a escutar, ver, ler os sinais que vêm da rua, e como diferenciá-los de nossas ideias pré-concebidas. Vamos ver se ao longo do processo conseguiremos clarear tal questão.

A rua que nos interessa é esta, dinâmica em seus sinais de rua, que indicam possibilidades de relações. A rua que nos interessa é a que podemos escutar a partir das guianças de Exus, malandros, pombogiras, mirins assim como as plantas que trabalham junto a este povo. E como diria Simas (2020) “As Ruas são de Exu, o morador das encruzilhadas, lugar em que não há fixidez”. (p.25). E lembrando também que “As Ruas abrigam malandros encantados que quase ninguém vê” (ibidem p. 17).

Na rua que nos interessa poderia haver a ideia de paragens, por exemplo. A rua Voluntários da Pátria, conhecida por seus moradores como uma rua de passagem, nos faz refletir sobre a possibilidade de haver lugares que proporcionem às pessoas uma parada para descansar, partilhar experiências, até mesmo encontrar, mesmo que seja um encontro fugaz e dinâmico. Mas como podemos apurar nossa percepção para estes sinais?

Acreditamos que esta questão está diretamente relacionada à forma como nos disponibilizamos em termos de presença e intencionalidades, no que acreditamos como modo de viver o mundo. Precisamos nos despir da necessidade de capturar, caçar, organizar, planejar, algo. Em nosso caso simplesmente nos disponibilizamos a estar e receber possibilidades, sinais. Exercício que vem de uma prática artística e nômade atenta às imprevisibilidades, pelo fato de nos colocarmos em abertura e disponíveis aos acontecimentos, com exercício de acordar a intuição e possíveis de conexões. Acreditamos neste gesto como um jogo que reaviva em nós as multiplicidades, que rumam em direção a cosmologias ameríndias e afrodiáspóricas. Para fazer frente às lógicas de reprodução de conhecimentos balizadas pelo pensamento monocultural.

Nisso, as lógicas reproduzidas na maioria dos serviços de saúde operam ainda em cima do campo das profissões, procedimentos e protocolos; uma lógica burocrática organizacional a partir do apagamento da multiplicidade das dimensões e das éticas existenciais que perfazem os sujeitos sociais. O olhar para o outro é sempre previsível, é possível prever o que vai ser encontrado. Essa previsibilidade produz certa invisibilidade da produção da multiplicidade de vidas que vazam dos sinais que vêm da rua, sobretudo (MERHY, 2014, p.3). [Grifo nosso]

Começamos a entender que estes sinais que vêm da rua em princípio são, ou estão, mais aproximados aos gestos que as pessoas – os vivos e não vivos nas ruas – produzem, uma vez que são as que mais entendem do que é viver nas ruas.

O Andarilho e a Amendoeira despertaram em nós o campo de pesquisa. Surge então outro encontro fortuito.

Podemos considerar ainda, a partir de Simas e Rufino (2019), uma aprendizagem em cruzo balizada pela experiência e referencial exusíaca. Gestos que podem indicar uma possível aliança entre as pessoas que vivem nas ruas com os transeuntes, lojistas, moradores dos edifícios e arredores da rua. E por que não construir bancos para que pudéssemos apreciar e estar junto aos canteiros.

Vamos ao terceiro encontro. Este nos despertou para olhar as bordas dos canteiros. E nos fez lembrar do projeto inicial com o qual solicitamos a entrada no mestrado. Lembrando que nossa intenção era plantar alimentos em canteiros bioconstruídos junto com as pessoas que viviam na praça.

C – Canteiros Bordas de Bancos

Com a atenção reavivada para a borda dos canteiros, uma vez que, desde o início, também foram elas que nos convocaram. As bordas dos canteiros nos ofereceram inúmeros gestos, ações e acontecimentos em seu redor. A fotografia vai se configurando como ferramenta essencial para registrar os instantes, que possivelmente, nunca mais acontecerão. Foram se tornando o fato e o afeto de registro do instante. Ainda sem tanta clareza, mas presentes nas bordas, nossos guias se manifestavam.

Abaixo seguem oito figuras e nelas os canteiros e bancos que nos moveram. Começamos a perceber a importância de olhar os canteiros e os bancos, os movimentos, energias, a vida ao seu redor, o que compreende olhar tudo o que se relaciona com eles.

Figura 53: Banco Garrafas *Pet*

Fonte: O Autor (2022)

Um dos caminhos que cotidianamente pegamos para chegar em nosso campo de pesquisa passa evidentemente por outras ruas. Na figura 53 não é possível ver, muito menos reconhecer, mas havia pessoas dormindo entre o banco e o canteiro, e estavam cobertas por sacos de lixo cheias de garrafas de plástico. Entre o banco e a grade do canteiro, de um lugar vazio em que possivelmente ninguém ocupa, um instante de morada, uma possibilidade de descanso aos que vivem nas ruas. Entre o banco e o canteiro, a fresta como possibilidade de encontro com um relativo bem-estar, uma pausa uma paragem. Corroborados pela “proteção” do saco de lixo cheio de garrafas *pet* que os tornava praticamente invisíveis.

Figura 54: Composição Objetos



Fonte: O Autor (2023)

Na figura 54, a construção/ocupação de objetos continuando a linha do canteiro, como quem faz um nicho, possivelmente organizado por uma pessoa vivente na rua utilizando seus pertences. A linha de objetos que continua em paralelo ao canteiro nos fez refletir sobre a possibilidade de reconstruir juntos ao canteiro, de maneira que pudesse dialogar com seus pertences. Retorna a ideia de construção partilhada, com pessoas que vivem nas ruas, de canteiros e bancos. Claro que é um pensamento ingênuo imaginar que poderíamos construir junto com pessoas que vivem nas ruas um canteiro/banco, onde na realidade, estaríamos aprendendo juntos a utilizar os materiais. Do que serviria uma ação destas? Haveria engajamento de pessoas que vivem nas ruas e de transeuntes preocupados com a melhoria do espaço público? Como se dariam as relações entre estas pessoas? Foram questões que os objetos em paralelo ao canteiro nos proporcionaram.

Figura 55: Construção de Banco



Fonte: O Autor (2023)

Na figura 55, a construção de banco no canteiro para atender aos clientes de restaurante em rua transversal à *Rua In:Voluntários da Pátria*, um dos caminhos que realizamos para chegar no campo de nossa pesquisa. Queremos mostrar com esta figura que as iniciativas particulares, quando lhes interessa, constroem bancos, no caso, para seus clientes fumarem um cigarro ou esperarem devido à lotação. Como podemos alimentar iniciativas que promovam possíveis alianças entre comunidade comercial e pessoas que vivem nas ruas? Como despertar o interesse neste tipo de parceria, por parte da comunidade comercial? Já que muitas vezes reclamam da presença de pessoas que vivem nas ruas, que estão nas proximidades de seus estabelecimentos, ou que reagem de forma opressora e violenta para afastar os viventes nas ruas.

Em certo grau, começamos a nos lembrar de nosso “Vô Fausto”, que trabalhou na Fundação Abrigo Cristo Redentor, na Escola de Pesca da Ilha da Marambaia como um dos médicos (dentista). E lembramos de todo o programa assistencial, que no caso dos ilhéus, foi um dos períodos mais felizes de suas vidas. Dois aspectos dessa lembrança são o trabalho com a agricultura e a relação de cuidado e saúde que “Vô Fausto” e familiares narravam. Junto a esta lembrança, a crítica que levantamos sobre a possibilidade de autonomia que o projeto não realizou. Novamente refletindo, que formato de alianças são possíveis? Haveria possibilidade de proporcionar autonomia aos viventes nas ruas com projetos vinculados à recuperação e transformação dos canteiros de rua, uma vez que seja uma construção partilhada?

E seguimos na observação e absorção dos canteiros e seu ao redor.

Figura 56: Colchão no Canteiro



Fonte: O Autor (2023)

Na figura 56, um colchão entre a banca de jornal e o canteiro, onde antes de tirarmos a foto havia uma pessoa dormindo. Mesmo canteiro em que nos sentamos para absorver os movimentos da rua quando a amêndoa caiu em nosso pé. Novamente a ideia de paragem nos convoca a refletir. Quais as possibilidades de intervenção nos canteiros, com quem e como podemos fazer?

Figura 57: Canteiro Quebrado



Fonte: O Autor (2023)

E não são somente as pessoas que agem nos canteiros, como vemos na figura 57, onde temos a força e a potência das raízes rompendo estruturas fixadas, rígidas. As raízes abrem frestas nos muros da cidade reivindicando seu lugar de mais liberdade para crescer. São as raízes da Rua Voluntários da Pátria que não param de mover e fazem o chão de cimento, asfaltos e pedras se levantarem, quebrarem, para que a terra respire e o terreiro reivindique seus lugares de memória.

Figura 58: Canteiro Customizado

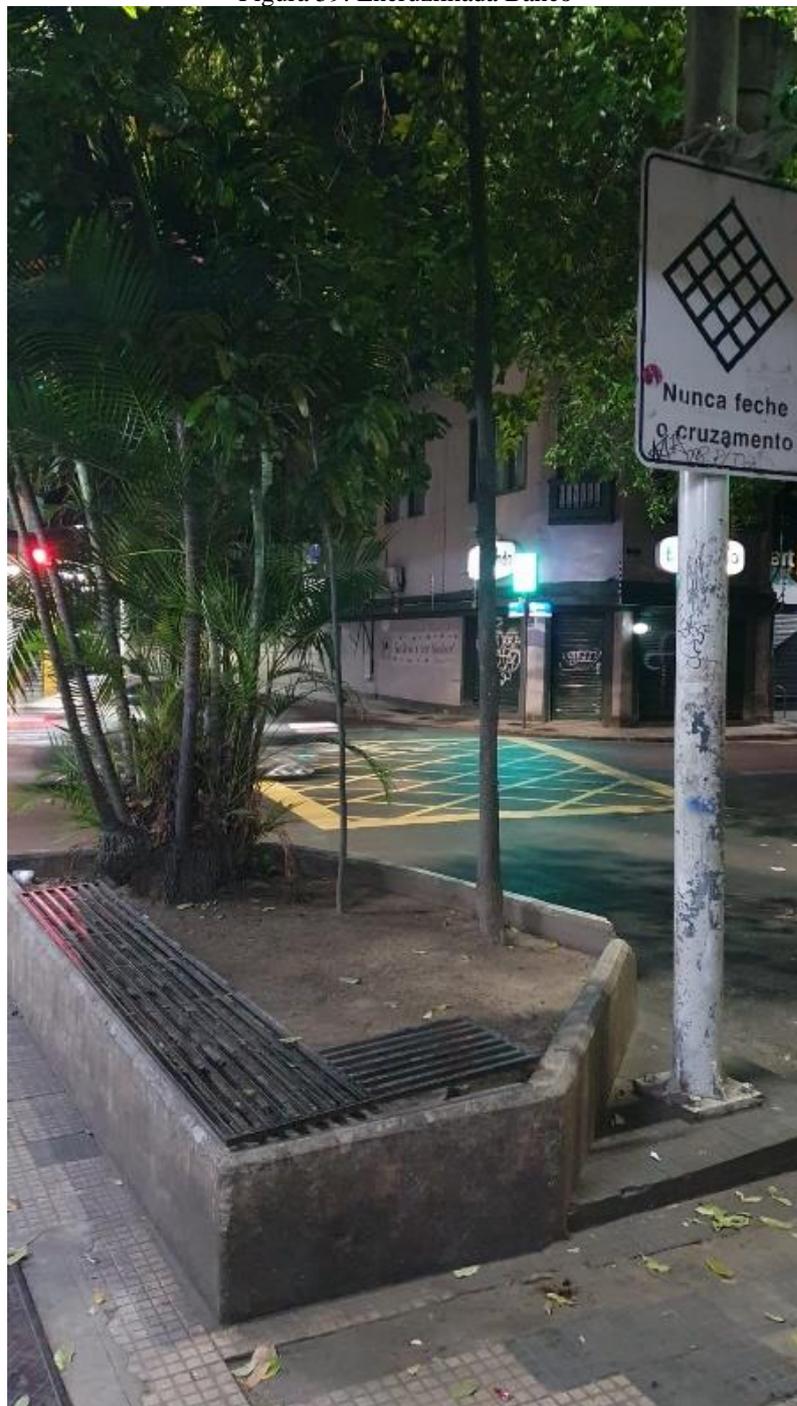


Fonte: O Autor (2023)

A figura 58 mostra que as pessoas estão atentas aos canteiros. Estão buscando uma melhora na qualidade de vida junto aos canteiros, customizando-os. Ao lado do canteiro, uma mesa de jogos de dama ou xadrez, um poste também customizado, um banco ao lado da banca de jornal. Há, portanto, iniciativas particulares que por vezes se imbuem de pequenas transformações, criando nichos ao seu redor. Haveria possibilidade de formar equipes que possam trabalhar juntas nestas iniciativas particulares, mas que envolvam as pessoas que vivem nas ruas? Quem seriam estes profissionais? Qual a atitude “profissional” mais adequada para tal evento?

A figura 59 e a figura 60 são imagens de diferentes ângulos do mesmo canteiro.

Figura 59: Encruzilhada Banco



Fonte: O Autor (2023)

A figura 59, canteiro com barras de ferro para clientes do boteco na esquina se sentarem, nos mostra que o interesse de transformar os canteiros em bancos, é assunto da rua.

Esta encruzilhada tem um diferencial que nos remete a outras camadas que podemos verificar na figura 60. Trata-se do mesmo canteiro na encruzilhada que, em sua mureta, encontra-se grafada a palavra EMPATIA.

Figura 60: Encruzilhada Empatia



Fonte: O Autor (2023)

Ter esta palavra escrita na borda de um canteiro numa encruzilhada nos faz lembrar da força vital do *Axé*, essa força que nos transporta e nos faz olhar para a rua como um terreiro, um lugar histórico de pessoas que foram e continuam sendo invisibilizadas, desde os Tupinambás no período de invasão a partir do século XVI, passando pelo período de tráfico de pessoas vindas de África e intensificado em meados do século XIX. Considerando ainda os que lutaram a “contra pelo” na Guerra contra o Paraguai, cujos batalhões foram chamados de Voluntários da Pátria, e que a história mostrou que em sua maioria foram indígenas e negros escravizados, e libertos que estavam em busca de terras ou de sua liberdade. O nome da rua representa mais um processo de invisibilização destas pessoas, por isso a chamamos de **Rua In:Voluntários da Pátria**. Como uma manifestação que convoca a visibilidade das pessoas que lutaram nesta guerra e das pessoas que continuam lutando na guerra atual contra a fome, a falta de moradia, de liberdade, pela visibilidade e principalmente por mais respeito nas ruas.

As outras camadas que esta encruzilhada compreende são: a rua que forma a encruzilhada com a **Rua In:Voluntários da Pátria**, foi lugar em que nosso pai trabalhou por mais de quarenta anos para saúde do Rio de Janeiro, tanto pública, quanto particular, antes de

falecer em 2020 por COVID-19. De maneira que, desde pequenos, caminhamos por ela. Assim que começamos este projeto, sempre que passávamos por esta encruzilhada, principalmente à noite no caminho de retorno para casa após a atividade semanal, lembrávamos da música “Canto das Três Raças”, já mencionada neste projeto e que faz lembrar de nosso avô. De imediato a música nos leva para Ilha da Marambaia no período da Escola de Pesca, não só pelo trabalho voltado à saúde que nosso avô exercia, mas por ele ter escutado dos encantados que este trabalho na Marambaia era para desfazer o envolvimento com tráfico negreiro que familiares possivelmente tiveram.

Portanto, o chão em que pisamos nesta rua, a terra que as raízes reivindicam, as pisadas que caboclos e todo povo de rua manifestam, “ecoam noite e dia”, reivindicando a retomada de seu “território invisível”. Estas palavras nos fazem lembrar de Célia Tupinambá e seus “Mantos Tupinambá: a retomada de territórios invisíveis” que falamos no primeiro capítulo desta pesquisa. E os encontros continuam a nos guiar, desta vez, em escuta e conexão com a terra.

D – Umbigagem

Ao caminhar pelo campo de nossa pesquisa, em uma das esquinas, avistamos uma pessoa deitada. Parecia aninhar-se em posição fetal dentro do canteiro repleto de folhas verdes, que o abraçavam junto a uma frondosa árvore, bem diferente do canteiro na figura 60, escrito *Empatia*, com um banco de barras de ferro onde vemos basicamente terra que carece de plantas, o que demonstra a falta de Empatia com o canteiro, e de cuidado com as plantas e outros seres que possam habitar esse espaço.

E na rua de passagem, mais uma paragem para o encontro, e antes uma deixa:

Ao mesmo tempo, a rua concebida como lugar de encontro anda perdendo de levada para a rua como lugar de passagem, marcada pela pressa e pela violência urbana. Disputa entre o território funcional – desencantado – e o terreiro, espaço praticado pelos ritos de pertencimento, como eram as ruas [...] Reencantar a cidade, subverter o território em terreiro, entender a cidade como lugar de encontro, comer pelas beiradas driblando os perrengues, malandreado entre o horror e o gozo, é seguir vivendo e sobrevivendo para fazer o gol na partida que não termina: num lance rápido e certo do contra-ataque que nos resta para salvar a rua. (SIMAS, 2020, p. 74,75).

Na paragem, pedimos licença aos da ‘rua-terreiro’ para nos sentarmos na borda do canteiro que faz esquina com nosso campo de pesquisa, numa distância de aproximados 7 metros da pessoa deitada dentro do canteiro. Permanecemos sentados por um longo tempo, apenas recebendo aquela imagem, partilhando presenças aos ventos e o que mais acontecia ao nosso redor.

O que nos mobilizou neste encontro, para além da imagem, foi a continuidade do gesto de *Umbigagem* que não foi somente estar deitado no canteiro como quem busca mais contato entre seu umbigo e a terra, conforme nossa impressão.

Figura 61: Curupira *Karioka* em *Umbigagem*



Fonte: o autor – 07 Maio 2022

Passamos a chamar o gesto de *Umbigagem* (figura 61), e que poderia ser de qualquer pessoa que vive a experiência das ruas e poderia ser de qualquer época também. Tanto a posição fetal, quanto o corpo não revelam idade, gênero, ou qualquer singularidade, mas denuncia a cor de uma ‘encruzilhada transatlântica’. Cor que carrega a experiência de seus ancestrais que perdura e cuja presença e gesto nos mobilizou a permanecer em estado de presença, partilhando momentos, movimentos, cantos, barulhos e silêncios ao nosso redor. Este foi um dos primeiros encontros que vivenciamos nesta pesquisa, até então não sabíamos o que fazer com ele.

Escrevemos parte dessa experiência que, paciente, aguardou seu momento de ‘ensinagem’ para quando nossa corporeidade pudesse escutá-la e assim reescrever. Acreditamos nesta não linearidade de acontecimentos, como nos indicam as palavras abaixo.

Exu matou o pássaro ontem com a pedra que atirou hoje! Eis a encruzilhada transatlântica e os corpos pretos como os primeiros terreiros inventados nas experiências de trânsito contínuo. Suportes de memória e sabedorias que em diásporas inventaram outros saberes, mundos, cotidianos, territórios e possibilidades de sobrevivência em forma de potência de vida: terreiros (SIMAS, RUFINO, 2018, p. 47).

O que experimentamos foi uma comunhão respeitosa a partir de nossas respirações e presenças. Começamos a compreender que passar próximo ao canteiro naquele momento e poder parar, ver, perceber, receber aquele acontecimento e optar por permanecer ao lado, criou uma porosidade entre mundos que parecia nos aproximar desta qualidade de encontro. Acreditamos que são estes gestos cotidianos de quem deita, mergulha nos canteiros, por sua própria intensidade e existência que nos orientam a cada encontro.

Porém, em dado momento refletimos sobre os nossos encontros. Serão eles encontros? Um encontro não deveria ser de mão dupla, onde ambas as pessoas se percebem? Nosso gesto de sentar ao lado seria de colonizador, caçador, predador, aquele que quer capturar algo, talvez uma foto? Por um lado, talvez sim. Por outro, acreditamos que não. Para além do sim e do não, acreditamos que é na tensão dessa ambiguidade, esse entre lugares, que mora o caráter maior de nossos encontros, porque é através do vazio que se instaura, do esvaziamento das intencionalidades, que os encontros acontecem. Não acreditamos neles como somente uma via de mão dupla, o que nos daria a impressão de um pensamento que caminha nos moldes lineares. Recebemos como encontros de múltiplas vias de acesso. Múltiplas formas de comunicabilidade tanto o dito em balbúcio do primeiro encontro, como o não dito, que vem nos proporcionando orientação. Pode até ser que não estejamos compartilhando um com o outro. Mas estamos partilhando presenças. Cada um com sua necessidade de mundo, de reinvenção e revitalização. Enquanto uma pessoa se nutre junto a terra, a outra se inspira no gesto de *Umbigagem*. Assim, nos sentimos cada vez mais guiados e convidados por estes gestos a ampliar nossa percepção, nossa possibilidade.

Passado largo tempo, pensamos em seguir caminho, quando a pessoa se movimenta dentro do canteiro e, num lampejo senta-se, olha para os lados, experimentamos uma brevíssima troca de olhares, e no segundo seguinte já de pé, bambeia e põe as mãos na árvore. Olha para ela como quem reverencia, se ergue em seu eixo, inspirando e absorvendo a verticalidade

daquela vida vegetal, se despede e para nossa surpresa, começa sua caminhada rodopiando e sambando, cheia de ginga em festa, celebrante, simplesmente celebrando, como quem tivesse saído de um bloco de carnaval. O que pensar sobre isso? Essa pessoa bem poderia ser:

Criolo... É eu!
 Mas eu sou essas ruas aqui!
 Que vim pra cá antes de ter asfalto.
 Eu sou o cara que corria aqui antes de ter essas casas, era só matão.
 Nota C né! Se for ver meus boletins tudo nota C.
 Um cidadão comum de um cantinho do planeta.
 (CRIOLO, 2012)

A citação acima, nos faz imaginar Sacis e Curupiras, Curumins que correram por essas bandas, do *Ibejis* que gingavam suas cantigas, os *Exus Mirins* com suas traquinagens. E lembramos também das famílias da Ilha da Marambaia onde suas crianças correram por gerações entre as trilhas da ilha. Gerações que se alimentaram do sentimento da terra, e que por lá, fazem ainda muita umbigada através de seus jongos, dando continuidade às histórias encruzadas transatlânticas. E abaixo o Saci dando uma umbigada, uma escuta de saberes.

Figura 62: Saci Urbano (SP) – Artista Thiago Vaz



Fonte: <https://eosaciurbano.art.br/> - Aparição em 2021 (SP).

Mas falávamos do artista Criolo. Na citação acima, Criolo se refere à Comunidade do Grajaú, São Paulo, onde sua família reside e na qual cresceu. Comunidade situada na Zona Sul de São Paulo, distante uns 31 quilômetros de uma das várias espalhadas pelo país: Rua Voluntários da Pátria, situada na Zona Norte de São Paulo, que atravessa os bairros de Santana, Alto de Santana e Mandaqui. Queremos mais uma vez evidenciar que o fenômeno que envolveu a Guerra contra o Paraguai, e mobilizou os *In:Voluntários da Pátria* a lutarem nesta guerra, foram pessoas vindas de todas as regiões do país. O que significa que em todo o país a relação de invisibilidade ainda perdura através do nome desta rua e de tantas mais.

Porém, são muitas as vozes como as de Criolo, o músico, que ecoam afirmando suas potências de mundo! Gostaríamos de marcar a importância de um artista que, por acreditar na Força Vital de suas conexões e sua escuta, foi capaz de transformar. A turnê do álbum “Nó na Orelha”, o levou a turnês pelo mundo em 2012. Para o artista, a construção do “Nó na Orelha”⁴⁹ foi um presente para tudo o que escutou em sua infância. Diz que se não houvesse a conexão com o coração das pessoas nada aconteceria. Relata que foi graças à conexão entre as pessoas, que o álbum “Nó na Orelha” foi realizado e afirma que as pessoas mudaram sua vida. Segundo o músico Daniel Ganjaman, produtor e amigo de Criolo, em entrevista⁵⁰ ao Talk Show de Ronald Rios, Criolo só queria garantir o prato de comida. Ganjaman (2012) reproduz a fala de Criolo: “Mano se esse trabalho puder me garantir três refeições diárias pra minha família, vai ser um grande lance, porque nesse momento a gente tá pensando para conseguir isso”. O músico Criolo (2012) deixa um recado dizendo que “Dependendo do CEP em que você se encontra, a vida, ela te exige mais que poesia!”

E o que isso tem a ver com invisibilidade social? Isso tem a ver com *In:Visibilidades*. Tem a ver com os encontros, afetos, potências que aprenderam a sobreviver e com as alianças capazes de transformações, as quais estamos observando.

Na imagem o gesto *Umbigagem* (figura 61: Curupira *Karioka* em *Umbigagem*), também poderia ser algum outro – *Criolo* – aquele filho escravizado nascido nestas terras pindorâmicas dos séculos XVIII e XIX, ou algum escravo de ganho, talvez algum liberto ou até algum desempregado dos tempos atuais. No entanto, não sabemos quem foi a pessoa que se deitou no

⁴⁹ Criolo - "Nó Na Orelha" International Tour 2012 - Apresentação da série de videocasts diários relatando a turnê internacional "Nó Na Orelha" 2012. - O videoreporter Rodney Suguita (também conhecido como Maníaco da Câmera) acompanhará o Criolo e sua equipe, registrando e editando em tempo real, produzindo um diário de turnê. Esse conteúdo será disponibilizado diariamente na internet, colocando os fãs em contato direto com o artista durante toda viagem. <https://www.youtube.com/watch?v=IGIjNKMrKOk> – 27 de jun. de 2012, retirado em: 19/07/2023.

⁵⁰Ganjaman: Assim oi Prpoduzir o Nó na Orelha do Criollo - Ronald Rios Talk Show - <https://www.youtube.com/watch?v=s1vjQvwuh5E> - 25 de fev. de 2022 - retirado em :19/07/2023.

canteiro, mas seu gesto nos oferece a impressão de que recorre ao canteiro para abrigar-se em afetos ancestrais que só a terra, as plantas e a árvore puderam lhe oferecer naquele momento. Talvez ao umbigar-se na terra estivesse escutando os saberes sobre resistência sobre os quais versa Kopenawa⁵¹ (2022): “A terra está sofrendo, mas é resistência. Então quando tem resistência, a terra está viva, e por isso nós povos indígenas lutamos: resistência junto com a terra e a floresta.” Claro que esta é uma das múltiplas leituras que se pode fazer da pessoa no canteiro.

Na figura 61, *Umbigagem*, o desenho sobre fotografia, a rasura que compomos, busca evidenciar a terra, o canteiro, as pedras que devoram o corpo. Uma sensação que tivemos quando estávamos na partilha de presenças. Aquela pessoa poderia ser uma adolescente, um adulto ou pessoa idosa, mas em qualquer destas pessoas imaginemos que há uma criança sonada, faminta, ferida dentro de um *Canteiro-Berço de Terreiro, Umbigo de Floresta*, que se deita para alimentar e ser alimentado de vida junto ao *Axé* e à *Força Vital* que a terra lhe oferece, que as plantas lhe abraçam, que o canteiro lhe devora em contato com a sua ancestralidade. Poderia ser Exu este canteiro, que recebe a criança ferida de um processo colonial contemporâneo. E é *Exu* a boca que tudo come, que engole de um jeito para cuspir transformado, reinventado. Devora o corpo e cospe a corporeidade gingada.

Absorção, ingestão, doação e restituição são funções primordiais do Bará, o “Senhor do Corpo”, em sua dimensão Enugbarijó (Boca Coletiva, ou A boca que tudo come). É por isso que percebemos o campo da cultura como território de Exu: o ato cultural potente é o da disponibilidade de Bará ingerir o que chega como oferenda para devolver a oferta, redimensionada, (força que inaugura a vida como vitalidade na vida como experiência física); aquela que sem a vitalidade não pode ser (SIMAS, RUFINO, 2018, p. 113).

Conforme Simas e Rufino (2018), “são os catiços (Povo da Rua) que nos orientam a olhar o mundo de viés e a gargalhar das limitações e arrogâncias das razões que se pretendem únicas. [...] De nossa parte, as encruzadas são perspectivas de mundo” (ibidem, p.23). Assim, absorvamos as qualidades de presença que habitam nessas experiências pois são elas que nos atravessam nessas encruzilhadas orientando caminhos, formas e modos de viver, sobreviver.

A partir deste encontro aos poucos fomos entendendo, junto aos Catiços (Povo da Rua), e junto de outras entidades que semanalmente partilhamos em terreiro no bairro da Lapa (RJ),

⁵¹Revista Arco Entrevista Davi Kopenawa Yanomami, 2022, Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/https://www.ufsm.br/midias/arco/resistencia-e-a-terra-nao-morrer#:~:text=Ent%C3%A3o%20quando%20tem%20resist%C3%Aancia%2C%20a,%5D%20Bom%2Chttps://www.ufsm.br/midias/arco/%20n%C3%B3s%20estamos%20ensinando>

que os Catiços podem se manifestar através de gestos feitos por pessoas que vivem nas ruas, e acreditamos que tenha sido o que ocorreu no gesto Umbigagem.

Rufino (2018) nos lembram que “em cada vibração, *Exu* está a fazer rodopio nos quatro cantos do mundo” (p.57). Cabe a nós aprender sobre essa qualidade de escuta e de conexão. Mesmo cheios de dúvidas sobre tais impressões, acreditamos que estamos sendo guiados pelo “Povo da Rua” (SIMAS, RUFINO, 2018) e cada vez mais atravessados pelos “sinais que vêm da rua” (MERHY, 2014).

A partir de então, começamos a falar dos *Catiços Guias*⁵² por acreditar que estamos sendo guiados por eles através de seus gestos, ações, situações, acontecimentos, movimentos de acelerações e lentidões, que formam essa camada delicada e inacabada por dentro e ao nosso redor. Acreditamos nestes encontros, neste vir a ser a partir das presenças compostas por fluxos e estilhaços de devires: imperceptível, criança, mulher, animal, vegetal, mineral, molecular, que movem e compõe esta pesquisa. Movimentos que parecem indicar como uma flecha lançada a alcançar o ponto a ser construído. “*Exu* é a divindade *Iorubana* que acompanha *Orunmilá* em todas as suas obras, pois o mesmo é a matriz progenitora, é a força, o dinamismo e a capacidade de realização em tudo o que existe ou está por vir” (SIMAS, RUFINO, 2019, p.51).

Estes movimentos que nos atravessam e afetam, por eles buscamos aprender junto aos instantes de encontros em nossa caminhada. Conforme Simas e Rufino em suas obras indicam, é *Exu* em seus múltiplos gestos que antecede a criação, que é o pulsar dos movimentos e dos mundos, é o inacabado, o próprio acontecimento. É ele que recodifica o mundo de nosso tempo como encruzilhada. Segundo Rufino (2019), “a potência da encruzilhada é o que chamo de *cruzo*, que é o movimento enquanto sendo o próprio *Exu*. O *cruzo* é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado, inapreensível.” (p.18). É preciso aprender a partilhar, a escutar e ler tais movimentos, por mais inapreensíveis que sejam, por mais caminhantes que pareçam.

O foco da investigação foram os encontros que os usuários produzem em algumas estações de cuidado tanto as institucionais (hospitais, unidades de saúde) como outras, que ultrapassam os muros dos centros de atenção psicossociais - CAPS, revelando assim diversos atores com os quais os usuários se conectam no movimento nômade pelas redes. Essa aproximação das redes de relações que os usuários se constituem nos seus modos de andarem a vida [...] Aqui, tomamos como referência a metodologia vivenciada no campo da história social da cultura pela historiadora Erminia Silva (SILVA, 2007), em sua pesquisa sobre circo-teatro que, para **enfrentar o nomadismo dos artistas circenses** e do próprio circo, trabalhou com alguns **artistas-guia** que lhe permitiram mapear lugares, instituições, práticas e saberes, na construção das memórias dos seus viveres circenses. Espelha-se nesse modo de investigar e, também,

⁵² *Catiços Guias* – Termo inspirado nas obras de Simas e Rufino (2018, 2019), Rufino (2019, 2021), Simas (2020) em diálogo com os artigos de Merhy (2014, 2012).

na busca. [...] Para tanto, trabalha-se como eixo ordenador dos materiais de campo esse nomadismo com a noção de usuário-guia. (MERHY, et al., 2014, p. 160) [Grifo nosso]

Pedimos licença ao povo de rua para alargar as noções de canteiro a partir das epistemologias das macumbas que Simas e Rufino (2018) convocam, onde é possível ler “[...] o mercado de *Exu* como princípio e potência circundante a toda e qualquer forma de mobilidade, comunicação e possibilidade. O mercado lido a partir de *Exu* como princípio explicado e praticado como terreiro” (ibidem, p. 44). Então, nestas terras que outrora foram pisadas por povos tupinambás – cujos caminhos foram celebrados rumo aos quilombos, e cujos braços e pernas destes descendentes ergueram esta cidade em que pisamos, acimentada, asfaltada e silenciada por nomes de ruas que apagam histórias – é justo por estas frestas que nos deparamos com *Canteiros Berço de Terreiros Umbigos de Florestas* em cujas bordas buscamos ecoar afetos. Pois acreditamos junto a Simas e Rufino (2018) que “o cruzamento das noções de terreiro com a de mercado, a partir dos efeitos de determinados saberes praticados na diáspora africana, alarga tanto a noção de terreiro como a de mercado” (p. 44). Também junto aos tupinambás, que já se reuniam em terreiros por essas bandas, conforme Silva (2021), antes da presença das peles brancas e pretas.

Contudo, indicamos a noção ampliada de canteiros. Porque quem nos orientou foi quem deitou seu corpo no canteiro, foi também o próprio canteiro, assim como a rua, os encantados, que nos possibilitaram esgarçar a imagem dentro do canteiro para abrir nossa imaginação, ampliar possibilidades de presença, comunicabilidades e possíveis alianças.

e) Canto na rua gira encruza

O “Canto das Três Raças⁵³” foi composta por Mauro Duarte (música) e Paulo César Pinheiro (letra), gravado por Clara Nunes no LP Clara, de 1976, conquistando grande projeção e sucesso. O canto traz a imagem de três raças que constituem o povo brasileiro. Vejamos um pouco da história da criação da música:

Papo vai, papo vem, [...] Com o rascunho sonoro adiantado fui pra casa devanear, buscar o motivo, procurar uma história conveniente ao que se tinha imaginado. Lembrei da formação racial do Brasil e especialmente da minha genética índia e europeia por parte de mãe, e negra do meu lado paterno. As três raças fundamentais desse país mestiço. Veio-me a mente o soneto “Canto Brasileiro”, que deu nome ao meu primeiro livro publicado. Era isso. O canto triste nascido dessa miscigenação. O

⁵³ O “Canto das Três Raças” - Acesso em: <https://redesina.com.br/historiadamusica-o-canto-das-tres-racas/>

aperto de saudade do branco colonizador, o banzo⁵⁴ africano e a indolência nativa. “Um soluçar de dor” foi a expressão que me brotou imediatamente, e dessa frase parti pro poema. Fui ajeitando a melodia aqui e ali em função da letra (PINHEIRO, 2010, p. 111).

Quadro 3: Canto das Três Raças

Ninguém ouviu Um soluçar de dor No canto do Brasil	E de guerra em paz De paz em guerra Todo o povo dessa terra Quando pode cantar Canta de dor
Um lamento triste Sempre ecoou Desde que o índio guerreiro Foi pro cativo E de lá cantou	Ô, ô, ô, ô, ô, ô (4 Bis)
Negro entoou Um canto de revolta pelos ares Do Quilombo dos Palmares Onde se refugiou	E ecoa noite e dia É ensurdecador Ai, mas que agonia O canto do trabalhador
Fora a luta dos inconfidentes Pela quebra das correntes Nada adiantou	Esse canto que devia Ser um canto de alegria Soa apenas como um soluçar de dor Ô, ô, ô, ô, ô, ô (4 Bis)

Fonte: (PINHEIRO, 2020).

Apesar do canto ecoar sentidos e vozes muito além dos motivos iniciais que o artista utilizou, e acreditamos que a maestria e o encanto das artes produzem exatamente isso, abrem janelas em nossa percepção para que possamos voar. No entanto, ainda notamos graus bastante acentuados de como nós, população brasileira, introjetamos o processo de invisibilização e agimos sem nem percebermos os graus de contaminação desse processo colonizador. Vejamos os diferentes modos de ver, representados por palavras e ideias a partir de cada pele: “Indolente” relacionada a forma de viver dos povos originários; “banzo”, palavra africana que sintetiza o sentimento de tristeza e nostalgia e “aperto de saudade do branco colonizador”, termos/ideias que mereceriam páginas de reflexão, mas infelizmente não couberam nesta pesquisa.

O canto, diferente da fotografia que pontua e registra o local e o instante do acontecimento e nos ajuda a organizar o pensamento e as possíveis sequências dos fatos, tornou-se um instrumento mais que uma ferramenta de pesquisa. Acabou por assumir uma tripla função porque nos evidenciou momentos muito específicos: através de orientações; como um

⁵⁴ **Banzo** significa estar triste, pensativo, atônito, um **sentimento de nostalgia** que os negros de África sentiam, por estar ausentes do seu país, é um termo de origem africana. Acesso em: <https://www.significados.com.br/banzo/#:~:text=O%20que%20C3%A9%20Banzo%3A,estar%20triste%2C%20pensativo%2C%20at%20C3%B4nito.>

instrumento que viabilizou comunicação; marcador de um processo entre a desterritorialização e a reterritorialização do campo/corpo/rua. Três etapas que redimensionaram a relação tempo/espaço onde o canto ecoou. Vamos evidenciá-las neste encontro, para melhor exemplificar no encontro logo a seguir (letra G).

- Orientação – Porque a partir do momento em que resgatamos a história do “Vô Fausto” sobre a Ilha da Marambaia, esta lembrança conectou ao canto que foi se abrindo como uma possibilidade de roteiro de pesquisa, o que proporcionou a função orientadora. Logo, o motivo do roteiro tornou-se: aprender a escutar o ecoar indígena, negro e trabalhador. Como podemos verificar em seus versos:

- “Desde que o índio guerreiro foi para o cativo e de lá cantou” – através do canto mergulhamos em escritas produzidas por indígenas ao ponto de chegarmos à história do Manto de Célia Tupinambá e a emblemática frase: “Mantos Tupinambá: a retomada de territórios invisíveis”, além de todo material composto nesta pesquisa;

- “Negro entoou um canto de revolta pelos ares” – segundo a Malandra Maria Bahiana que baixa no terreiro que frequentamos na Lapa, falou algo próximo a: Você e seu avô conseguiram ouvir o chamado do canto. E segue dizendo que por esse motivo a pesquisa levou o nome de Ecoarafetos. Entendemos que o canto de revolta pelos ares nos levou a estudar sobre a resistência e resiliência quilombola e, esta, nos levou aos escravos de ganho, os primeiros trabalhadores nas ruas e assim relacionamos ao processo de invisibilização.

- “O canto do trabalhador” – Nos remeteu à relação entre os escravos de ganho os trabalhadores atuais e os desempregados pelas ruas, em específico a *Rua In:Voluntários da Pátria* que carrega a história de invisibilização colonial.

- Instrumento – Porque o canto foi a voz que se manifestou em diferentes lugares: nas ruas em determinadas caminhadas observando os canteiros, na gira de Malandro que frequentamos, cantado pela curimba; e nas encruzilhadas ora como lembrança, ora cantada em bar de esquina encruzada. Veremos tais aspectos com mais detalhe no próximo encontro (letra F).

- Encontro – É quando o canto aparece na encruzilhada inesperadamente bambeando nosso pensamento com seus movimentos desterritorializantes e territorializantes. Aqui reside um dos mistérios do encantamento. As experiências acontecem através de suas

intensividades e fluxos que se manifestam em multiplicidades, chegando ao ponto de abrirem-se como um vórtex temporal.

A importância destes fatos reside numa comunicabilidade que esgarça a compreensão de mundo mais objetiva e utilitarista ocidental. Porque atravessa os poros em fluxos de devir música composto de blocos de infâncias, feminilidades, animalidades, mineralidades e desestabiliza o nosso modo ocidental de viver o mundo, nos desterritorializa.

É necessário ecoar... fazer com que um som, movimento, gesto, livro, atitude, voz sejam ouvidas ao longe. É ainda mais essencial exercitar a escuta para o que vem de longe. O ecoar das peles que somos, peles da terra indígena, peles da terra afro, peles da terra trabalhadora, peles da terra sem teto. Como uma guerrilha silenciosa que age de forma sutil e permanente atravessando e contaminando o cotidiano das ruas, ecoar! Assim já acontece com as palavras cantadas e com as palavras encantadas. As comunidades indígenas e quilombolas já o sabem desde sempre, assim como tantas outras que cantam seus saberes há gerações.

f) Cão na Encruza e o Vórtex Temporal

Subtítulo que mais parece um enigma. Sinceramente assim nos aconteceu. Como decifrá-lo?

As ruas pulsam encruzilhadas em nossos corpos. Dependendo de como escutamos, nos levam em múltiplas direções e sentidos. As composições ficam à critério do que nos atravessa e do que estamos vivendo no momento. Quanto mais aprendemos a escutar, mais os fluxos acontecem. Em nosso caso a composição se lança junto ao aprendizado vindo de leituras sobre povos indígenas e afroconfluentes a partir de nosso campo de pesquisa. Aprendizado que também vem de experiências vindas de oficinas de artes em diversas comunidades, instituições, escolas, abrigos, centros de reabilitação e mesmo nas ruas.

Foi numa das encruzilhadas de acesso à *Rua In:Voluntários da Pátria* que o vórtex temporal aconteceu.

Para falar dos encontros que não aconteceram de forma linear, buscamos uma linha narrativa para facilitar a escrita e mais ainda o entendimento. Do contrário teríamos um trabalho de carpintaria de escrita encruzada difícil de realizar. Não teríamos tempo e nem talvez possibilidade.

Conforme mencionado no encontro anterior, o ‘Canto das Três Raças’ foi escutado ao longo de toda a pesquisa em diferentes momentos: caminhando pelas ruas; entoado na curimba em gira de malandro e nas encruzilhadas ora através de lembranças, ora cantada em bar de esquina encruzada. A partir deste último canto, em roda de samba numa esquina encruzada, é que narraremos este acontecimento.

Quando uma vela não queima por completo e existem muitos motivos, mas quando não queima até o fim, existem recomendações vindas dos rituais de algumas umbandas que sugerem despacharmos seus restos em algum lugar, por exemplo, com terra e plantas. Então, resolvemos despachar num dos canteiros da rua de nosso campo de pesquisa. Ao caminhar em direção à esta rua a fim de realizar a ação, nos aproximamos de um bar situado na esquina⁵⁵ encruzada onde havia uma aglomeração típica de roda de samba, momento em que começou o ecoar: “Ninguém ouviu... um soluçar de dor no canto do Brasil.” A música começou a girar como um rodapião e pareceu abrir a encruzilhada, em nosso corpo, onde olhos, ouvidos, toda a pele se colocou em direção a ela.

Atônitos, pelos eriçados, escutávamos o canto de frente e por dentro da encruzilhada. A voz se amplificava reverberando o corpo, ela girava, rodopiava como um vórtex melodioso, denso, intenso e ao mesmo tempo produzia movimentos que atravessavam todo o ambiente. Parecia acontecer do lado de fora, na rua, na encruza, o mesmo que no corpo. A sensação por dentro do corpo era a mesma que visualizávamos na rua. Nesse vai e vem ininterrupto permanecemos um sem fim de tempo. O vento rodopiava e o olhar escorregava pelo centro da encruzilhada sem conseguir fixar em ponto algum. Os pés na beirada do meio fio abriam-se em precipício. Parecia que estávamos energeticamente dentro da encruzilhada, escutando o canto por dentro de algum canto - do corpo - da rua. Em meio a esse vórtex temporal, surgiu de maneira intensa a lembrança do abraço, da corporeidade de *Exu Mirim Caveirinha* na gira da Lapa. Sua presença, seus movimentos riscados, seu balangar, o cavucar dos pés no chão, seus gestos pareciam narrar algum evento, parecia querer nos mostrar algo. O olhar e o pensamento vagueavam juntos às velocidades e lentidões do ambiente. E permanecemos nessa qualidade de presença no precipício do meio fio, nesse giro em suspensões encruzadas até o fim da música. Após a música acabar, pensamos que seria necessário um tempo para deixar baixar as intensidades, digerir, refletir, elaborar. Claro que não houve possibilidade nenhuma de elaborar. Apenas retornamos ao estado de presença, digamos, mais cotidiano e bastante mobilizados com

⁵⁵ Optamos por não revelar a exatidão dos endereços por questões de privacidade.

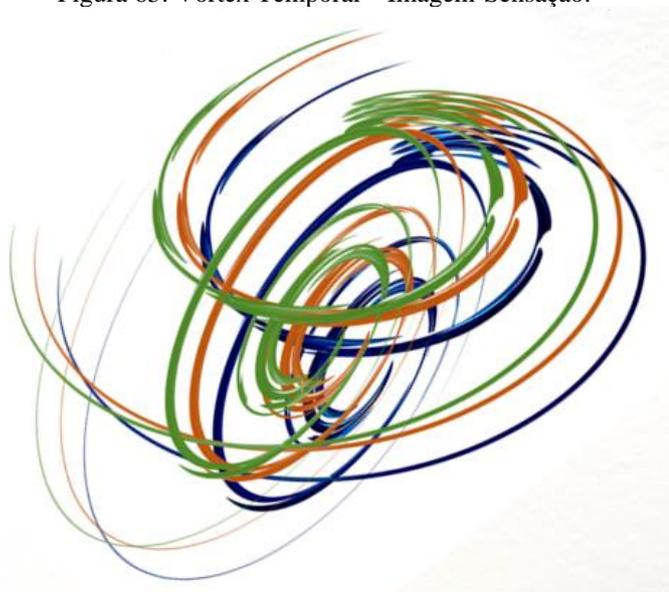
a experiência. Sabíamos naquele momento que, o que estamos chamando de encontro fortuito nesta pesquisa, havia acontecido.

Vamos suspender este momento de encruzilhada, através de uma imagem-sensação, para oferecer maior clareza na sequência dos acontecimentos, de maneira a trazer mais contorno ao que estamos nos referindo como vórtex temporal. Nosso intuito é dar linhas e movimentos mais palpáveis à subjetividade, e/ou às multiplicidades(?), desta experiência.

Voltemos no tempo, semanas antes, para narrar determinados encontros que aconteceram antes deste vórtex temporal, e logo depois retornaremos a esta imagem-sensação, mas de maneira distinta.

O que estamos chamando de vórtex temporal reúne uma série de encontros encruzados.

Figura 63: Vórtex Temporal – Imagem-Sensação.



Fonte: O autor

Em síntese apresentaremos algumas conversas que ocorreram nestes encontros com os **catiços-guias** que, além de nos orientar pelas ruas e no terreiro, foram também ‘coelaboradores’ desta pesquisa. Estamos no exercício de visibilização, que vai na contramão de correntes de pensamento monoculturais, utilitaristas, usurpatórios, de aniquilação e mortes, nos quais, através de suas políticas de silenciamento, muitos desejam a permanência da invisibilidade desta forma de compreender o mundo. Acreditamos estar no exercício de “encantamento radical das ruas” (SIMAS, 2020, p. 136), aquele que abre a escuta para o mundo criativo e o mundo das infâncias (para ouvir *Omama*) que mencionamos no capítulo um. Precisamos, como sugere Simas (2023), reencantar os territórios em terreiros, como um embate entre a morte e as

subjetivas corporeidades, o desencanto e os encantamentos, o confinamento e as ruas. E como diz o professor, o embate entre vida e morte está em cada esquina.

As conversas, ou consultas, que fizemos nas giras de umbanda que frequentamos na Lapa (Rio de Janeiro), foram com as entidades: *Malandra Maria Bahiana*, *Exu Mirim Caveirinha* e *Pombagira Maria Padilha Rainha do Cabaré*.

Em 05 junho de 2023, fomos à gira de malandro, como de costume fazemos toda semana, e aguardamos na assistência⁵⁶ até o nosso momento de entrar no terreiro. Quando entramos no terreiro, a curimba começa a tocar e cantar o ‘Canto das Três Raças’. Para além da letra, a música parecia carregar um recado que não conseguíamos entender, percebíamos sem conseguir elaborar. Desejávamos trabalhar com esta letra, mas como faríamos? Fomos conversar com a *Malandra Maria Bahiana* que, sem titubear, nos lançou um recado: “Tá ouvindo essa música? [Se referindo ao ‘Canto das Três Raças’, que a curimba entoava.] Tem que escutar e conversar com essa música. Porque o que tanto você procura, que falta no trabalho, tá ali escondido nela.”

Mais um enigma sem conseguirmos compreender. Não tínhamos ideia do que estávamos procurando. Ou ao menos não tínhamos consciência do que buscávamos. Recebemos o recado sem querer vasculhar seus sentidos. Apenas respeitamos o tempo de maturação. Guardamos o recado na lembrança e em nosso diário de campo e continuamos as caminhadas aguardando a compreensão. Diríamos que é o tempo de deixar ecoar, reverberar em nossos órgãos, em nossa pele.

Em 12 junho de 2023, na mesma casa em gira de *Exu e Pombagira*, enquanto esperávamos na assistência sentados bem próximo ao terreiro, *Exu Mirim Caveirinha*, através de sua médium, se colocou na beira do terreiro praticamente em frente de onde estávamos sentados e começou a fazer uma movimentação: Parecia riscar o ar com seus movimentos. Corpo curvado, pés como quem cavuca o chão - aquele arrastar de patas em pequenos saltos de cavalo, boi ou de cão. Mesmo espremido num espacinho do terreiro, balangava seu corpo de um lado a outro em arrasto saltitante dos pés, e rodava os braços no ar em frente ao próprio corpo como se estivesse enrolando algo nos punhos que estavam flexionados em direção ao antebraço. As mãos fechadas tensionadas como se estivesse segurando algo redondo. Por vezes, abria e fechava as mãos, marcando o espaço vazio ora com a palma das mãos e dedos bem abertos, ora com o punho serrado e flexionado como se fossem patas. Fazia movimentos ritmados parecendo uma dança, sua corporeidade fazia lembrar alguma animalidade, quase

⁵⁶ Assistência - Lugar reservado para as pessoas esperarem até chegar sua vez de entrar no terreiro a fim de receber consultas e passes feitos pelas entidades que baixam nos médiuns do terreiro.

infantil, feito por um corpo de mulher que cavucava a terra com os pés e com as mãos no ar. Dessas linhas se alimentaram as lembranças no precipício do meio-fio por dentro da encruzilhada, do corpo, da rua.

Na gira, tal movimentação nos pareceu muito familiar, parecia que conhecíamos aqueles gestos e movimentos, mesmo não reconhecendo de onde poderiam ser. Não conseguimos identificá-los. Em seguida *Exu Mirim Caveirinha* solicita trocar uma ideia conosco. E fomos receber seu recado. Sua fala corta nosso sentido: “Como é que você vai falar de nós sem sentir o que nós sente? Precisa saber o que nós sente”. E diz que deveríamos trabalhar com nosso próprio *Exu Mirim*, e também trabalhar com as crianças no craque. E pareceu repetir: “Tem que ir para rua para entender o que nós sente”. Em dado momento perguntamos: mas trabalhar como? E de imediato responde que iríamos saber. Interrompe sua fala no meio, dá uma volta no próprio eixo e afirma que: Nós já sabíamos a resposta.

Pronto, outro enigma. A sensação era de que, quanto mais perguntamos, menos entendemos. E deixamos repousar para que o tempo nos mostrasse.

Exu Mirim Caveirinha ao se despedir ofereceu a metade de sua bananada. Aceitamos, então esticou seus braços, nos abraçamos e com suas mãos fazia gestos como quem cavucava nossas costas. Depois verbalizou algo no sentido de que queria que conhecêssemos a energia deles, dos *Mirins*. Após o abraço seguiu sua caminhada pelo terreiro e de longe jogou um bombom e apontou para rua. Entendemos que era para comer na rua. Então comemos o bombom numa encruzilhada ao sair do terreiro. Em nossa compreensão havia a necessidade de que fôssemos para rua para que pudéssemos compreender o que é, e como é, estar na rua, o que as pessoas que vivem nas ruas sentem, percebem, sabem, como vivem.

Em 04 de agosto de 2023, em gira de *Exu e Pombagira*, a *Pombagira Maria Padilha Rainha do Cabaret*, nos transmite mais um recado, que resgatamos nas lembranças de nosso diário de campo, e dizia: “Tem que olhar para trás. A resposta do que você procura tá no passado. Tem que olhar para trás, porque o que passou tá dentro, tá no que te aconteceu. Você tá num rodão que tá puxando pra baixo. Você tá perdido. Olha para cima do rodão. No topo dele tá a menina”. Mas que menina? Perguntamos. Ela responde com uma gargalhada. Ficamos completamente sem entender. Mesmo assim, registramos a experiência em nosso diário de campo e mais uma vez aguardamos o tempo e seu ecoar.

Algumas semanas mais tarde, organizando a escrita da dissertação, começamos a ler o material do diário de campo. Conforme decorria a leitura e escrita, relembávamos as experiências no terreiro, até que, ao ler nossa descrição dos movimentos feitos por *Exu Mirim Caveirinha*, veio à tona a intensa conversa com *ele*, e junto a sensação de que ao cavucar nossas

costas, abriu nossa memória que nos remeteu às lembranças que envolviam: a imagem-sensação da encruzilhada, a corporeidade de *Exu Mirim Caveirinha* e um desenho criado no ano de 2000. Desenho realizado por uma jovem, vivente nas ruas, usuária de craque, em uma das oficinas que oferecemos às residentes de um dos abrigos temporários da Fundação Infância e Adolescência (FIA)⁵⁷. Este parece um fato que foge do foco de nossa pesquisa, mas tudo que foge das curvas de uma encruzilhada, é também movimento, faz parte da encruza.

O desenho foi resultado de uma oficina de artes que mesclava dança, teatro e artes visuais, e teve como um dos objetivos a dissolução de conflitos vindos de múltiplas agressões entre as meninas que residiam no abrigo, e delas com técnicos que lá trabalhavam. Em uma destas oficinas ocorreu um grande conflito de uma das jovens com as demais. O fato de termos respeitado a importância do conflito e termos administrado junto ao grupo das jovens, proporcionou a diluição das tensões e assim obtivemos tamanho êxito ao ponto de conseguirmos transformar o ambiente, e acarretou na continuidade da oficina. A jovem que tinha sido pivô do conflito, depois de se acalmar e ter outras conversas, participou da oficina e criou um desenho que ao fim do dia nos foi doado.

Acreditamos que a jovem nos ofereceu o desenho em retribuição à qualidade de ambiente que conquistamos juntos, e pela afetuosa escuta que pudemos lhe oferecer. Insistimos que ela ficasse com seu trabalho, ela nos mirou com olhar profundo e pediu para que guardássemos o desenho, pois que saberíamos cuidar muito melhor do que ela própria. Insistimos, mas ela se negou a permanecer com o desenho. Daremos o nome fictício de “*Artistaéfe*” para a jovem que criou o desenho, e que nos tornou guardiões de sua imagem. Precisamos mostrar alguns dados a mais para depois revelar o desenho.

Ao longo dos anos, como guardiões do desenho, tentamos algumas vezes o contato com a “*Artistaéfe*” junto à FIA, com intuito de devolver o desenho e ter notícias da artista. Nunca conseguimos. Soubemos apenas de seu retorno às ruas. Em dada ocasião, por volta do ano de 2006, acreditamos ter avistado, de dentro de um ônibus, a “*Artistaéfe*” sentada na **Rua In:Voluntários da Pátria**. Apesar da condução ter parado no sinal em frente onde ela estava sentada, no meio fio, não foi possível o contato, algo impediu de nos aproximar, talvez o peso

⁵⁷ Realizamos oficinas de artes ao longo de dois meses no ano de 2000, na Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) do Rio de Janeiro, é o principal aparelho público do Poder Executivo no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) atua na área da criança e do adolescente do Estado do Rio de Janeiro. Colabora na formulação de políticas públicas para garantia de direitos. Implementa e articula serviços e ações de proteção social, de natureza especial, de média e alta complexidade, voltados para crianças e adolescentes que estão com seus direitos violados e ou ameaçados. Atua em diversos eixos (programas e ações) como: Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência, que estão em Situação de Risco, ou são portadores de Deficiência, dentre outros. Acesso: <https://www.fia.rj.gov.br/node/45>

da rotina e das obrigações, se alimentando de apatia, tenham impedido qualquer movimento em direção a ela.

Aquele encontro nos mobilizou de tal forma que precisávamos colocar para fora aquela apatia, então resolvemos criar uma performance que mesclava dança, teatro e artes visuais a partir do desenho da “*Artistaéfe*” e das lembranças da oficina. O tema da performance girava em torno de cinco infâncias feridas em nós, baseada nos livros “Diário de Escola” de Daniel Pennac (2008) e “Infância, Estrangeiridade e Ignorância” de Walter Kohan (2007). Em síntese, a performance trazia à tona as crianças: soldado, prostituída, cliente, estrangeira e a criança moribunda cuja imagem ainda hoje está estampada nos *outdoors*⁵⁸ diante da apatia da sociedade, de nossa apatia. Performance realizada de 2007 à 2010 em centros culturais, escolas e abrigos entre Rio de Janeiro, São Paulo e Rosário (Argentina).

Portanto, aprender a escutar, é dar valor ao que se escuta. E saber respeitar o tempo de maturação das informações é poder transformar as relações. A partir destes encontros com os *catiços-guias* que abriram nossas lembranças e resgataram memórias, estamos em exercício de visibilidade do trabalho da “*Artistaéfe*”: a jovem artista vivente nas ruas, que imprime em seus movimentos rabiscados uma história, e dela a que nos foi possível contar. Contudo resolvemos trazer à tona e expor pela primeira vez, 24 anos depois de sua criação, o desenho que hoje intitulamos *Cão na Encruza*. Desenho que representa a possibilidade de produção criativa e de conhecimento mesmo após intenso conflito em que geralmente jovens que vivem nas ruas passam, mesmo ela dizendo que não sabia ler e escrever, ao concentrar sua potência, se mostrou capaz de rabiscar tal criação.

Na encruza o vórtex temporal começou a fazer sentido. Nos trouxe o *Cão na Encruza*. Canto, corporeidades e desenho reaparecem em vórtex temporal na encruzilhada para visibilizarmos a jovem “*Artistaéfe*” nesta pesquisa.

⁵⁸ A criança moribunda cuja imagem está estampada nos *outdoors* diante da apatia da sociedade, são as crianças registradas em alguma mídia como os *outdoors*, por onde passam milhares de pessoas que nem se quer sabem de sua existência, tornam-se apáticas diante do gesto publicitária que busca chamar atenção, no entanto, acaba por esvaziar a gravidade do problema da fome, do abandono e da negligência, um problema de larga escala no Brasil.

Figura 64: *Cão na Encruza*

Fonte: O autor. Desenho de "Artistaéfe" (2000)

Acreditamos que a partir deste ponto começamos a olhar para cima do rodaminho onde estava “*Artistaéfe*, sobre o qual nos falou a *Pombagira Maria Padilha Rainha do Cabaré*. Rodaminho que se apresentou na encruzilhada em que o “Canto das Três Raças” se abriu em frestas. Em cuja corporeidade (devir criança mulher animal) *Exu Mirim Caveirinha* nos indicou e cavucou nossa memória. Assim como o recado da *Malandra Maria Bahiana*, que anunciou que algo estava escondido: ‘na música - no canto - do corpo - da rua’.

Mas o que é o *Cão na Encruza*? Ainda continua carregado de enigma. Dizem os sábios que: Sem *Exu* não se faz nada. E sem *Exu Mirim*, nem o nada se faz.

Em 31 de agosto de 2023, na mesma casa de umbanda, em gira de firmeza com *Exu Mirim*, tivemos nova conversa com *Exu Mirim Caveirinha* e então o recado que escutamos foi:

Firma a pisada. [Entendemos que era para nos firmarmos em nossa pesquisa. E segue dizendo.] Agora *ela* tá bem. Eu fui *lá* procurar por *ela*. Achei e consegui tirar de *lá*. Eu tava na encruzilhada e ouvi seu pedido, você queria saber o que tinha acontecido com *ela*. Você sentiu que eu tava na encruzilhada e porque você sentiu que eu tava na encruza, eu consegui ir *lá* procurar por *ela*. E tirar *ela* de *lá*. (*Mirim Caveirinha*, 2023)

Vamos clarear o que significa o *lá* e quem é *ela*. Então, *ela* é a jovem desenhista das oficinas na FIA que estamos chamando de “*Artistaéfe*”.

Para explicarmos o *lá* necessitamos expandir nossa possibilidade de compreensão. Começamos por abrir as entranhas do *lá*, deste que faz função de advérbio de lugar, nesta pesquisa se torna mais que um único lugar e não necessariamente lugar físico, pode ser subjetivo. A importância de compreender essa perspectiva de mundo passa, dentre outros autores, pelo que Nêgo Bispo (2021, 2023) chama a atenção através de sua célebre frase “*Nós somos o começo, o meio e o começo*” proferida em diversas palestras. Para Bispo, nossa história não é composta por “início, meio e fim”, somos retorno, somos continuidade e para dar continuidade é preciso lembrar e enquanto houver memória estaremos vivos, escaparemos das invisibilidades e do etnocídio, estaremos em conexões com os que vieram antes e os que já partiram. Somos toda essa natureza vivente e não vivente, pertencemos aos reinos animal, mineral, vegetal e encantados.

Portanto, foi no dia em que estivemos próximo à roda de samba que tocava no bar da encruzilhada o “Canto das Três Raças”, que *Exu Mirim Caveirinha* ouviu nosso pedido, que era saber o paradeiro de *ela*, da “*Artistaéfe*”. Pedido que possivelmente ficou guardado, escondido ao longo desses anos, sem que tivéssemos clareza ou consciência de tal pedido. Pois segundo o *Mirim*, foi na encruzilhada e pelo fato de termos percebido sua presença, que ele conseguiu se conectar ir *lá* procurar por *ela*. Achou e a tirou de *lá*.

Então o *lá* que esta pesquisa se refere a partir de *Exu Mirim Caveirinha*, pode contemplar alguns significados. Vamos tencioná-los a partir de duas palavras: Limbo e Umbral.

Segundo Dicionário *Online* de Português⁵⁹, a palavra limbo possui alguns significados como: perda de memória, esquecimento; também pode ser o que foi esquecido, negligenciado, indefinido; ou ainda o que está fora, à margem, que está exterior a algo. Estes significados podem perfeitamente ocupar o lugar de invisibilidade nas relações sociais.

E umbral é o lugar através do qual se pode entrar, ir para seu interior, como um limiar entre dois planos, dimensões e pode até ser como uma ombreira da porta que separa um cômodo de outro. Ainda sobre a palavra umbral outro significado que nos contempla, a partir de correntes do espiritismo, é uma região espiritual que pode ser definida como lugar caracterizado pelo sofrimento e habitado por quem desencarnou, e ainda mantém pensamentos ou atitudes negativas ligados à vida terrena. Temos aí uma perspectiva de mundo com o qual esta pesquisa se implica, em que o pesquisador foi se descobrindo na função de camponagem, conforme explicado no capítulo um. E em relação a “*Artistaéfe*”, segundo *Exu Mirim Caveirinha*, ela está livre das dores e pode seguir seu caminho livre para onde ela quiser.

Em 29 de Janeiro de 2024, em gira do povo da malandragem, ao conversar com a *Malandra Maria Bahiana*, ela nos revela que o que estava escondido foi o que soubemos escutar. Nós escutamos a rua e a encruzilhada, enquanto nosso “Vô Fausto” escutou a kalunga grande, através de seu trabalho na Escola de Pesca Darcy Vargas na Ilha da Marambaia. Para *Maria Bahiana*, soubemos escutar o canto entoado de indígenas, quilombolas e trabalhadores. E acreditamos que é um canto que precisa ecoar ainda mais através da partilha de afetos como vivenciamos com a “*Artistaéfe*”. Quanto mais encontros como este, quanto mais frestas pudermos ocupar, acreditamos obter mais qualidade de vida compartilhada, e que consigamos furar mais o sistema e de maneira mais eficaz, o que felizmente om a “*Artistaéfe*” junto ao *Exu Mirim Caveirinha* pudemos oferecer liberdade à “*Artistaéfe*”. Mesmo que não tenhamos conseguido em vida terrena. E para finalizar esta multiplicidade de encontros, o agradecimento.

⁵⁹ Dicionário Online de Português - <https://www.dicio.com.br/limbo/>

g) Idowu⁶⁰ ou Doum

Nesse dia 27 de setembro de 2023, acreditamos ter finalizado a pesquisa em nosso campo de batalhas entregando, aos viventes na rua, doces dentro daqueles famosos saquinhos de papel de São Cosme, Damião e Doum ou *Idowu, Taiwo e Kehinde* na cultura *Iorubana*.

Não foi algo a pensado a priori em relacionar a entrega dos doces ao mestrado. Mas o cotidiano exusíaco sabe o que faz e sabe quando nos atravessar.

Uma pessoa, um vivente nas ruas, nos aborda no ponto de ônibus pedindo para trocar o dinheiro da passagem pelo cartão de passagens de ônibus *RioCard*. Solicitação negada. O rapaz insiste dizendo que não havíamos entendido a proposta, e repete dando mais detalhes de que subiria no ônibus pagaria a passagem pelo cartão e que lhe daríamos o dinheiro em troca. Sugestão negada novamente. Uma espécie de negociação dava continuidade em sua insistência, ainda acreditando que não havíamos compreendido a proposta. Talvez em sua ideia, como negar uma troca que parece ser de igual para igual? Depois da terceira tentativa dizendo que não havíamos entendido a proposta, interrompemos sua fala perguntando se ele estaria naquele local por volta das 16 horas, horário que havíamos pensado em simplesmente distribuir os doces na rua. Explicamos que, vez ou outra distribuimos quentinhas, mas que nesse dia específico distribuiríamos doces de São Cosme, Damião e Doum. Ele reflete e responde dizendo que estaria no local, se vira e sai.

A tarde chega, e, com a sacola na mão vagueávamos pelos caminhos da rua, abertos a algum encontro. Geralmente logo nos deparamos com os viventes nas ruas nas primeiras esquinas. Desta vez, demorou um pouco. Perguntávamos se os ventos e a possibilidade de chuva teriam exercido influência na ausência das pessoas. Mas antes do final da ***Rua In: Voluntários da Pátria***, as pessoas começaram a aparecer e logo nosso olhar recebia mesmo aqueles que estavam sentados ou deitados no chão, possivelmente para fazer uma paragem de suas itinerâncias, que ora acompanhavam os movimentos da rua, ora olhavam para lugar nenhum.

Havia ainda aqueles ocupados em alguma função, dessas que revira as lixeiras possivelmente procurando, dentre tantas coisas, seus sustentos. Observando essa qualidade de gestos iniciávamos a aproximação.

Em cada doce entregue, um gesto de ternura e agradecimento nos era devolvido. Uns pediam para deixar outro saquinho para alguém que conhecia e estava próximo. Outros apontavam para seu colega um pouco distante, como quem diz, entrega a ele também. Algumas pessoas eram muito surpreendentes em suas reações. Parecia que o pedido de licença que

⁶⁰ Idowo - virado em Doum, passou a ser o irmãozinho mais novo de Damião e Cosme.

fazíamos na abordagem, seguido da pergunta se aceitariam um saquinho de Cosme, Damião e Doum, atingia algo bem profundo em seus interiores. Em algumas situações a surpresa era tanta, que seus corpos deixavam o que estavam fazendo para aos poucos ganharem uma verticalidade de alguém que se monta no próprio corpo, devolvendo seu eixo a si mesmo. Uma espécie de reativação, reconexão silenciosa de algo encontrado em algum lugar interior. No recebimento dos doces, faziam questão de olhar em nossos olhos para ver quem eram as pessoas que estavam entregando e assim agradecer.

Figura 65: Cosme Damião e Doum



Fonte: Luciana Nabuco – Oriki (SIMAS, NABUCO, 2022).

Não era um simples agradecimento. Acontecia uma mudança no tônus tão veemente. Saíam de um rosto fechado, carrancudo pela aridez que o viver nas ruas produz, a ponto de sua aparência que se revelava pelos olhos, passava a emanar um agradecimento completamente adocicados. Talvez por fazer-lhes lembrar de algum bom momento em suas infâncias. Ou talvez atravessados pelo presente gesto de entregar doces às crianças feridas que habitam em cada um de nós.

De forma sutil, ligeira e efêmera, uma atmosfera gentil e curativa se instaurava.

Delegamos este gesto em cura a Doum, e aos Médicos Anárgiros Cosme Damião.

Essa capacidade de fazer para transformar, mas sem querer e pedir nada em troca.

Que assim vivamos os devires pelas, devires imperceptíveis, devir feiticeiro, mulher, criança, animal, mineral, vegetal em toda possibilidade de encontros. Precisamos vivenciar mais devires e menos agenciamentos.

E aqui encerramos com a bela imagem da colega e artista Nabuco (2022). Em sua homenagem aos Ibejis.

E também a homenagem do professor Luiz Antonio Simas aos Ibejis:

Aqui o Idowu, virado em Doum, passou a ser o irmãozinho mais novo de Damião e Cosme. O encontro entre Ibeji, o orixá iorubano que guarda os gêmeos, e os santos médicos do povo, só podia dar numa mistura lambuzada de invenções bonitas da vida. **Doum é a encruzilhada que subverte o crime da diáspora em um empreendimento de invenção do mundo transgredindo o precário. Ele é o menino de um Brasil possível, passeador encantado das esquinas suburbanas na garupa do cavalo de São Jorge.** Certo Brasil oficial, pensado como um projeto de desencantamento da vida pela domesticação dos corpos, parece querer matá-lo. Doum não existe na história oficial dos santos gêmeos. É a criança inventada pelo povo. Exatamente por isso, é a criança possível: a subversão do vazio, o arpejado do encanto nas bordas do real, a cambalhota no destino, o giro do pião, a síntese entre um lado - Cosme - e outro - Damião. É pra Doum que canto e consagro os doces: aquele que existe não porque viveu; mas porque foi a nossa maneira bonita de inventar o moleque passeador na garupa do cavalo-mundo. Doum somos nós. (SIMAS, 2023). [Grifo nosso]

Que as crianças espalhadas pelas ruas, trilhas rurais e florestas, em todos os biomas e encruzilhadas, em idade de suas infâncias naturais, ou nas infâncias perdidas e feridas por dentro de cada um de nós, possam buscar lugares de encontros de espírito comunitário como nos ensinam as culturas dos povos indígenas e afroconfluentes.

E ajudando a encerrar esta pesquisa, Krenak (2023) em 'Um rio um pássaro', que aborda a separação dos indivíduos da natureza, com a frase na contra capa do livro: “Mas nós continuamos ensinando as nossas crianças. Quando chegamos à Terra, descemos como pássaros que pousam silenciosamente, e um dia partimos de viagem ao céu, sem deixar marcas”.

Seguindo os passos de Simas (2023), que nesta encruzilhada Idowu ou Doum, Curumins, Sacis e Curupiras possam subverter os ditos empreendimentos diaspóricos, em invenções de mundo que transgridam os canteiros de nossa subjetividade precarizada.

Que as histórias se perpetuem em lugares de encontros. Lugares possíveis para abrir escutas, desaprender mundos, experimentar diálogos, estabelecer vínculos e mergulhar em alianças cujos afetos são capazes de vôos tão alados quanto profundos, na possibilidade de transformar relações: de transformar aprisionamentos em liberdades, canteiros em terreiros e florestas, seja para transformar o que as crianças feridas em nós mais precisem.

Considerando esta forma de experimentar mundos, trazemos ainda para a visibilidade e por dentro da cultura da umbanda, pessoas que viveram e morreram sob os ferrões da invisibilidade social e suas violências em diferentes períodos da história deste país. Entidades que, mais do que permitiram contar suas histórias, agradeceram pelo gesto de torná-las visíveis.

Apresentamos então histórias de vida de algumas entidades (de umbanda) que colaboraram tanto na orientação pelos caminhos desta pesquisa, quanto na composição do texto da dissertação que desencadeou no processo de liberdade da “*Artistaéfe*”. Conversas realizadas nas giras de umbanda que frequentamos semanalmente.

E, já que nos contaram suas histórias, trazemos suas ***In: Vivisibilidades:***

Malandra Maria Bahiana

Ao perguntar se poderia falar de sua história, a Malandra Maria Bahiana responde que sim e disse que finalmente passaria ser conhecida.

Maria Bahiana nasceu na caatinga, no interior de Alagoas. Teve uma infância sofrida, castigada pela seca, pela fome, e pelos abusos sexuais do padrasto. Quando juvenzinha, começou a ouvir falar sobre o bando de Lampião, e tinha em Maria Bonita o exemplo de mulher forte e guerrilheira “que não abaixava a cabeça pra macho”, como fazia sua mãe.

No dia em que o bando passava pela vizinhança, rouba a peixeira de seu padrasto, foge de casa e entra para o grupo, sendo rapidamente acolhida por Maria Bonita. Nesse momento Maria Bahiana começa a sentir alegria por estar viva, porque queria estar ali, e diz: graças à Maria Bonita estou aqui!

No bando, diz que matou muitos homens brancos com sua peixeira, além de alguns tantos policiais que perseguiam o grupo. Numa das incursões do bando, já na Bahia, presenciou um dos membros abusando de uma menina, “partiu pra cima” dele e o capou. A partir daí, precisou fugir para não ser vingada pela morte do homem. E continua sendo perseguida pelos policiais.

Na fuga, vai para Salvador e escolhe o cais para se esconder onde sabia que os homens brancos nunca iriam. Foi acolhida pelos trabalhadores do cais, e logo virou amiga e amante dos marinheiros. Para não ser identificada como cangaceira, precisou fazer mudanças, principalmente do cabelo. Começou a trabalhar na limpeza dos navios e, como era uma mulher muito bonita, recebia muita cantada dos marinheiros. Por necessidade começa a se prostituir.

Com o dinheiro que começa a ganhar, passa a morar num sobrado em uma das ladeiras do bairro do Rio Vermelho. Nessa casa, passou a receber seus clientes, principalmente os marinheiros que ela conheceu no porto. Nessa nova vida, encontra um grupo de amigos com quem se reúne em rodas de samba numa laje, também no Rio Vermelho. Aos finais de tarde, nas rodas, ela agradecia ao pai dela, Ogum Beira Mar, por tê-la protegido e dado a ela uma nova vida.

Morreu idosa e não teve filhos. Ajudou muitas mulheres com suas mandingas de ervas a engravidar, mas também para abortar. Na umbanda, pede um chapéu de cangaceira com a flor do mandacaru e um raminho de almeirão, para que finalmente possa ser reconhecida como ela é: uma mulher do cangaço guerrilheira, erveira e prostituta. Mas se reencanta como uma mulher de aproximadamente quarenta anos, pois é assim que ela quer ser vista pela médium que a recebe, para dar continuidade aos seus trabalhos espirituais.

Exu Mirim Caverinha

Nasceu no Morro da Mangueira e lá viveu até a sua adolescência, quando morreu com um tiro nas costas ao pular um muro fugindo de um policial em um dia de ocupação. Adorava os bailes funk, curtia com a rapaziada, mas foi pro tráfico porque não via muitas possibilidades de futuro. Morreu com muito ódio pelas coisas que passou, e por ter sido traído na hora de sua morte. Ao trabalhar na Umbanda, conseguiu curar o ódio que sentia. Hoje, quando desce no terreiro em dia de gira, chega feliz, acompanhado de sua baratinha de estimação (de brinquedo), e ensinando ao médium com quem trabalha, a leveza das brincadeiras, da dança, da vida.

Pombogira Maria Padilha Rainha do Cabaré

Padilha foi violentada desde a infância e, grávida, foi expulsa de casa ainda menina. Para não ficar nas ruas, bateu à porta de um Cabaré, cuja dona disse não trabalhar com meninas. Chorando, contou à senhora pelo que passou e foi acolhida com algumas condições: que estudasse, desse a criança para adoção e jamais se apaixonasse por nenhum cliente. Já crescida, virou a Rainha do Cabaré, depois que a antiga senhora faleceu, mas não se relacionava com os clientes, apenas se apresentava dançando e acolhendo as mulheres que chegavam pedindo

abrigo. Teve um único amor, que quebrou seu coração e, como feiticeira, o transformou em um gato cinza escuro muito peludo, que se transmuta em um Exu Caveira. Padilha do Cabaré ensina à médium com quem trabalha o poder da autonomia feminina, da liberdade, a firmeza para transformar dor em desejo de vida e o prazer pelo próprio corpo. Esta falange de Padilhas baixa nas coroas de médiuns que sofreram abuso sexual na infância. Muitas vezes chegam como Pombagira Menina, para trabalharem juntas (guia e médium) as dores e traumas consequentes do abuso. Ao curar as lembranças de um passado infantil marcado pela dor, assume a sua face mulher para mostrar que não há pecado na sensualidade.

4 CONSIDERAÇÕES AO COSMOS

É com a crença calcada na valorização e no respeito às experiências singulares das ruas, em intrínseca conexão, que essa pesquisa foi composta. Experiências que passam tanto pela cooperação, quanto pela coletividade, como muitas comunidades vivem, mas, que, no entanto, há por dentro desta crença uma outra, que vai mais além, em relação a esta conectividade. Crença que se aproxima da sensação de manada, de enxame, que as pessoas que vivem nas ruas experimentam, e o aprendizado junto a estes modos de viver fez ampliar nossos afetos e subjetividades.

A ideia de como as pessoas nas ruas vivem e recebem o acolhimento, que pode vir de humanos e não humanos, viventes e não viventes, tornou-se um vetor que indicou outras qualidades de experiência na e com a rua. A rua é manada, existe como manada, funciona como enxame, e estas pessoas que vivem nas ruas se aproximam, se conectam e operam muito mais com essa qualidade de sensação e percepção do que nós técnicos, profissionais, cidadãos. Nossas sandálias (KRENAK, 2022) nos distanciam dessa possibilidade de receber o mundo ao nosso redor.

A rua como uma correnteza cheia de pororocas e afluentes, escorre. E fluindo nela estão as pessoas com seus botes, barcos e salva-vidas. Mas os que vivem na rua estão de peito aberto, nadando. Logo a ação do pesquisador não foi a de capturar, digamos, um bote para navegar, mas sim captar os fluxos da correnteza, e aprender a navegar desta forma. E o corpo, ou a corporeidade, é acionada como uma espécie de imã, que por um lado atrai, por outro repele, mas que está em 360° de atenção e conexão.

Portanto, esta pesquisa, mais que observar ou capturar modos de vida de quem vive nas ruas, dedicou-se a absorver e captar gestos, movimentos, situações e acontecimentos relacionadas às possibilidades de acolhimento ou a falta dele nas ruas. Estar junto, mesmo que ao redor, das experiências de quem vive nas ruas, e abrir espaço e tempo para simplesmente estar e aguardar o que poderia vir a acontecer, e permanecer nesse fluxo, foi uma tarefa. Como um exercício de despir-se das expectativas e da necessidade de resultados, que está mais para uma prática ou forma de exercitar a qualidade de um olhar que capta, que recebe, que escuta. Está mais para captar as sensações do que capturar as informações. Esse é um modo de pesquisar a contrapelo, que age colocando uma espécie de espelho diante de nós mesmos, que faz questionar as relações entre as margens, os fluxos de correntezas, e seus variados afluentes.

Traz muito mais um modo de olhar receptivo que dialoga com seus efeitos, do que um olhar em sentido de capturar dados e informações sobre a vida das pessoas, para processar e

querer resolver algum problema. A postura foi mais de estar com, ou ao redor.

Não foi um trabalho sobre a vida das pessoas na rua e sim um olhar de alianças entre as artes, educação, psicossociologia e a macumba, como uma trama de múltiplas visões que parte do não formal para o formal. De como as pessoas se organizam, independente de instituições, para se acolher. Mas isto fala muito mais sobre a forma como olhamos do que propriamente de como vivem, de como melhor acolher essas pessoas. Não se trata de pesquisar como as pessoas vivem. É um olhar de como se pode acolher as pessoas na rua a partir do que elas já fazem. A pesquisa captou o não dito e seus movimentos. Os ensinamentos dos povos originários e afrodiáspóricos ou afroconfluentes abriu caminhos para outros modos de viver, acolher, cuidar e celebrar o mundo.

Como exemplo, trouxemos os Mantos Tupinambá em sua retomada de territórios invisíveis. A ação de recriação dos Mantos realizada pela indígena Célia Tupinambá, convocou um mergulho na história de seu povo, que só conhecia os mantos através dos cantos que, entoados por pessoas e pássaros, sobreviveram na memória coletiva, conforme suas histórias. Mantos que foram guardados em museus internacionais verificados pela indígena. Fato que se deu em função de invasões, saques, sequestros, apagamentos culturais e invisibilizações realizados séculos atrás no período colonial.

Ao longo da pesquisa foram compostas questões, reflexões e tensionamentos a respeito dos encontros fortuitos (BORRIAUD, 2009), que indicaram possibilidades de cruzo (SIMAS E RUFINO, 2018), entendendo-o como a realização de ações estratégicas, e no caso desta pesquisa, como a ideia de encontro encruzado.

Não tivemos o propósito de estabelecer um resultado final e muito menos de respondê-los, devido ao alto grau de complexidade relacionados aos modos de vida das pessoas que vivem nas ruas. Longe de querer responder, nos atrevemos a tecer reflexões partindo da cosmologia dos povos originários que têm potentes contribuições relacionadas à natureza, ecologia e cultura, trazendo rico diferencial aos debates na sociedade.

Tais experiências singulares, produzidas tanto por povos originários quanto por quilombolas, também são produzidas por pessoas que vivem e viveram nas ruas, como mostra a história escravocrata cujo reflexo ainda se faz presente na atualidade. São ações que podem abrir caminhos, através de alianças, para a formação e criação de outros mundos. Acreditamos que também podem se abrir para a resolução de problemas cotidianos que afligem a todos e principalmente aos que vivem nas ruas.

Com isso resgatamos uma das questões: **O que há de imperceptível na invisibilidade social?** Arriscaríamos a dizer que o que foi encontrando como imperceptível na invisibilidade

social de pessoas que vivem nas ruas foram gestos, movimentos, atitudes, situações de quem vive essa dura realidade. Logo quem mais sabe dessa realidade são os próprios, e, portanto, pode-se crer no fato de que podem orientar, mesmo que através de gestos, possibilidades de ações regenerativas de lugares e restaurativas de relações corroídas e corrosivas, instauradas no cotidiano. Tal reflexão tensiona a ideia ocidental que temos de subjetividade.

Pois se a subjetividade está esgotada e embotada, é necessário esvaziar e expandir, apoiada na possibilidade de expansão da ideia material da vida (KRENAK, 2023).

Nos encontros fortuitos exusíacos ou encruzados o que chamou mais atenção foram ações que direcionavam para a possibilidade de criação de lugares de encontros para pausas, acolhimentos, diálogos, reflexões e trabalhos cooperativos que pudessem alimentar a fome fisiológica e afetiva, balizadas por cosmologias ameríndias e afroconfluentes.

A partir do encontro intitulado “Curupira *Karioka* em *Umbigagem*” (Figura 61: p.166), pode-se estabelecer múltiplas relações que se direcionam à resolução de questões no cotidiano das ruas, como: falta de acolhimento, falta de alimento, enchentes que ocasionam risco de vida, dentre outras. Através da partilha de experiências vinculadas a ações de restauração do ambiente, estas também podem proporcionar a revitalização das relações pessoais.

Transformar canteiros de plantas paisagísticos em lugares de encontro para produção de mundos, e de forma objetiva, transformá-los em canteiros de acolhimento, que contenham plantas alimentícias, e sirvam ainda para drenagem ou jardins de chuva. Esta é uma forma de pensamento em sentido comunitário, que trabalha não só para as pessoas como para o ambiente ao seu redor. Levanta a ideia de que um objeto poderá ter várias funções, sendo a principal delas o encontro regenerativo e restaurativo.

Bioconstruir tais ambientes, com a utilização de técnicas indígenas e quilombolas, e com a cooperação de pessoas que vivem nas ruas, aquelas que se interessarem pelo evento, pode se tornar um lugar de encontros e partilhas de mundos. Transformar os lugares de encontros e realizar alianças de base indígena e afroconfluente, capazes de expandir subjetividades, são ações que diluem aquelas subjetividades que estão esgotadas pelo embotamento e mentalidade usurpadora. Ações que podem enriquecer os canteiros de produção de mundos. Reflexões que se encaminham a uma “cosmopolítica” onde vida, arte, educação, espiritualidades, mito, ciência e política são indissociáveis, essencialmente, porque partem do respeito às relações, diálogos, negociações, carregadas na crença de que outros mundos também são agenciadores e formam alianças.

Ao contrário disso está o pensamento monocultural, que põe o indivíduo como centro do mundo, onde suas ações podem esgotar a natureza que, inerte, é fonte de recursos, tal ideia

não compreende a “cosmopolítica”. Essa mesma ideia de que apenas o ser humano tem importância e pode fazer o que quiser da natureza, por considerá-la inerte, sem vida respondente e apenas como fonte de recursos, faz com que os indivíduos a utilizem apenas como um material, sem o devido respeito. E a ideia de que política não é só para pessoas precisa ser substituída pela ideia de que os seres vivos e não vivos, a natureza, tudo é política. E, por isso, a Aliança Afetiva (KRENAK, 2022), que possibilita reconhecer a intrínseca alteridade entre pessoas e seres, é um poderoso recurso para a melhoria das relações, que pressupõe afetos entre os diferentes mundos ou os não iguais.

Faz-se necessário, cada vez mais, criarmos ações e situações que abram possibilidades, que criem lugares de encontros para pausar em reflexões e diálogos capazes de convidar e/ou provocar mais esforços de aproximações aos parâmetros culturais dos povos originários e afroconfluentes. Foi neste esforço que esta pesquisa se envolveu.

Uma dessas ações envolve o campo desta pesquisa, que para visibilizar os involuntários – indígenas e afrodescendentes –, transforma o nome da rua em: **Rua In:Voluntários da Pátria**. E a partir dela invoca a palavra **In:Visibilidade** como vence-demanda (RUFINO, 2021) ou veneno-antídoto. Ou a possibilidade de transformar o que está invisível socialmente em uma ação **In:Visível** que compreenda as ações restauradoras de subjetividades.

Toda e qualquer possibilidade de ação que inverta, ou visibilize, a intenção colonizadora de apagamento cultural, torna-se um movimento em favor da dissolução desta força esmagadora, que oprime as diversidades, que oprime a maioria minorizada da população brasileira.

Contudo foi possível encontrar, através de gestos de pessoas que sobrevivem nas ruas, indicações de possíveis ações, caminhos de potência, mesmo que ambivalentes, capazes de produzir vidas, alianças e criar mundos, mesmo que vivenciem diariamente situações de invisibilidade social. Esta é uma referência direta ao que Simas (2023) menciona em relação às frestas do projeto de aniquilação e morte, onde foram reconstruídos modos de vida e sociabilidades de maneira a reencantar territórios colocados à margem. Quilombos, favelas e comunidades, e porque não canteiros, estão aí a ensinar.

Como exemplo o encontro em que se observou o gesto *Umbigagem* (Figura 61: p. 166), uma conquista de um pequeno território, mesmo que transitório – o canteiro de plantas encantado em terreiro – que acolheu um corpo para descansar em posição fetal, com a cabeça apoiada na árvore. A relação do corpo com a terra e a árvore, para além de um acolhimento, bem poderia ser uma transmissão de saberes para o reestabelecimento de uma corporeidade resiliente, direcionada aos enfrentamentos das ruas. Gesto que marca graus de liberdade, que

só quem vive, conhece. E cria qualidades de vínculos que, por outro exemplo, Ronaldo (p. 109) reivindicou a volta às ruas para viver sua liberdade. Viver a seu modo, recriando seu mundo.

Umbigagem, assim com tantos outros, é um gesto realizado em um dos canteiros de plantas da rua, lugar no qual muitas vezes não é permitido sentar-se. Mas um vivente nas ruas irrompeu a normatividade cotidiana e encontrou uma fresta para reclamar por um lugar de paragens, um lugar de encontros, em meio a rua de passagens. Transformou um ambiente imperceptível em uma *In:Visibilidade*. O fato de habitar nas ruas o coloca em graus de intimidade e necessidade de realizar ações e atitudes que o dito cidadão, técnico, profissional, muito provavelmente, jamais o faria. E o vivente estava naquele canteiro sendo invisibilizado por inúmeros transeuntes, mas seu gesto foi de *In:Visibilidade* para esta pesquisa. Um gesto de pausa que indica a possibilidade de transformar o canteiro paisagístico em canteiro de encontros. Esse gesto, *Umbigagem*, parece ser uma dessas pausas a que Krenak (2022) convida. E segue a reflexão: Por que este canteiro não é um lugar que, no mínimo, poderia oferecer uma possibilidade de descanso? Por que é apenas paisagístico?

São estas pessoas que com seus gestos nos ensinam, nos mostram lugares e possibilidades de encontros e alianças, que podem se transformar em possíveis soluções aos problemas de extrema gravidade, como as formas de acolher quem vive nas ruas. E que seja possível somar, aos canteiros de plantas, bancos para descansar, encontrar, compartilhar experiências. Somar os canteiros alimentícios, os canteiros de drenagem ou jardins de chuva que têm capacidade de diminuir as enchentes nas ruas.

O exercício necessário para aproximação desta perspectiva de mundo é aquele que oferece rasuras que desloquem afetos, que se desviem para a criação de alianças e mundos aos cuidados da liberdade. É viver em exercício de desaprendizagem do que se sabe e abrir-se aos espaços para ser guiado pelos nomadismos de artistas, árvores, usuários, rios, ruas, catiços, mantos, florestas, cânticos e tantos mais. Este é um exercício que merece ecoar.

Por isso, o termo *In:Visibilidade* foi tensionado: da planta que se extrai o veneno (invisibilidade social) se extrai o antídoto. Tal qual a folha vence-demanda (RUFINO, 2021), esta que traz a educação como uma força errante, que “negaceia”, e investe - inspirado em Paulo Freire - em dúvidas e perguntas que abrem caminhos em seu fazer como práticas de liberdade. Diríamos aqui que, junto a este pensamento, estamos invocando poéticas para afirmar futuras políticas transgressoras (ibidem, 2021), futuras cosmopolíticas.

Este gesto, *Umbigagem*, esse encontro encruzado, esse corpo preenchendo o vazio do canteiro, pode ser uma pausa que convoca conexões em direção à educação, à arte, à cura e também às batalhas que não cessam. São estes gestos que no cotidiano se fazem necessários

para aprender a ler, acolher, receber e, quem sabe a partir deles, contribuir para soluções que atendam necessidades mais imediatas, ou até necessidades a médio prazo.

Estes lugares experimentados e criados pelos viventes nas ruas, vindos desse cruzamento, fizeram pensar que se pode assumir cada vez mais, assim como o fazem Merhy e Gomes (2014), ao considerarem os encontros como métodos, que abrem possibilidades para perceber ainda mais os múltiplos sinais vindos das ruas. Sinais que invadem sem pedir licença, e nos atravessam o tempo todo, porque somos estas ruas cravadas de tensões entre a produção de vida e os apagamentos pela morte. São situações que cotidianamente geram afetos/afecções que circulam entre nós e nos fazem pensar formas de nos aproximarmos e/ou afastarmos desses sinais, formas de como entramos em conexão ou não com essas qualidades de vidas, com essas experiências vindas das ruas. É com base nessa qualidade de encontros que a produção do cuidado e acolhimento pode ser construída.

Esses sinais se apresentam de forma sinuosa e atravessada em nosso cotidiano, o que faz lembrar de Simas e Rufino (2018), que chamam atenção para a importância de transgredir os caminhos retos, lineares, como um gesto, uma atitude, e ter a presença como prática de cruzo feito por tantas pessoas e catiços, dentre eles o povo da malandragem. Estes errantes, que por onde andam, pulsa em seus corpos textualidades outras em fluxos contínuos, e desse modo configuram todo um suporte de sabedorias transmitidas, muitas vezes, pelas relações em transe.

Abrir-se em atitude de aprendizagem junto aos viventes nas ruas, aos não viventes, aos encantados, a partir destes encontros (fortuitos-encruzados) podem proporcionar maior qualidade de Alianças Afetivas (KRENAK, 2022), destas que pressupõem os afetos entre diferentes mundos. O exercício desta qualidade de presença, de respeito e de liberdade são essenciais ao cotidiano das ruas.

Encontros esses que compuseram a metodologia de pesquisa, e que foram essenciais para a formação do olhar do pesquisador, aberto às sutilezas, constituindo corporeidades do pesquisador cambono (SIMAS, RUFINO, 2018), que rompe previsibilidades e revela possibilidades outras de vazios, presenças e mundos. Ao nos permitir sermos afetados pelo outro, os encontros foram acontecendo e dando forma, caminho e conteúdo à pesquisa. Foi o que permitiu aos catiços-guia abrirem perspectivas outras de apreensão de mundos.

E assim nosso campo foi se compondo como encontro exusíacos ou encruzado, com: o *Andarilho* rompendo o sentimento de desterritorialização e convocando a Pisada de Caboclo; a *Amendoeira* lançando seu fruto como ponto final das linhas de movimentos que transeuntes singravam; *Os Canteiros Bordas de Bancos* que abrigam, acolhem, se rompem em frestas, são base para as artes, anunciam empatias, oferecem espaço para pausas; a *Umbigagem* que

transforma território em terreiro e em cuidado; o *Canto na rua gira encruza* que ecoa pelos caminhos marcando lugares de encontros; o *Cão na Encruza e o Vórtex Temporal* que reposicionam nossas atitudes diante da liberdade; *Idowu ou Doum* que é a encruzilhada pelas infâncias de um Brasil possível que passeia pelas esquinas montados em suas traquinagens.

Que gestos de *Umbigagem* fortaleçam ainda mais nosso estado de presença como pesquisador, cheio de porosidades em diálogos com a rua, de maneira a não pode deixar de lado eventos que rasgam e sangram o cotidiano diariamente. A presença necessita ser cada vez mais constante, vindo de forças cooperativas na luta pela dissolução de problemas estruturais.

Faz-se necessário tensionar uma comparação que marca a perpetuação do processo colonizador. A perpetuação da invisibilização e apagamento de culturas e pessoas, que não parou de acontecer ao longo desses quinhentos anos por estas terras. Surgem a todo instante notícias sobre suspeitas de crimes hediondos, organizados por um modo de pensar o empreendedorismo ligado às terras e territórios de forma usurpatória.

O que aconteceu há quase duzentos anos atrás, com os irmãos Breves na Ilha da Marambaia, continua a acontecer. Essa forma de pensar empreendimento tem início antes das Capitânicas Hereditárias, e vem se perpetuando através dos séculos. Começou na invasão do território pindorâmico, atravessou os períodos Colonial e Imperial, e hoje (na República de caráter neoliberal), é uma forma de empreender que vem se adaptando, muda de lugar, mudam as famílias e donos, mas não muda o caráter e a lógica exploratória, usurpatória, utilitarista.

No momento de finalização desta pesquisa, tem-se notícias diárias a respeito dos irmãos Brazão, relacionando-os à especulação de territórios, que compreende o universo de devastação, grilagem, regularização fundiária e especulações imobiliárias. Funcionam como *modus operandi* de desterritorializações, invisibilizações e apagamentos de histórias e pessoas.

Os Brazão ocuparam poderes legais sendo um Deputado Federal e outro Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). Por dentro de uma lógica corrupta, infiltraram os antigos “capitães do mato”, hoje delegados, possíveis predadores, que, ao invés de zelar pela segurança pública, são suspeitos de tramar assassinatos de criações de mundos mais equitativos, como no caso da mulher, preta, favelada, homossexual, socióloga, ativista e política brasileira, sempre presente - Marielle Franco. Uma guerreira afroconfluente, e talvez até pindorâmica, que viveu em fugas, embates e alianças.

O Ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida, registrado em coluna da jornalista Flavia Oliveira (2024), Jornal O Globo, chama atenção para o caso de Marielle, sobre a importância de dar ênfase às questões fundiárias, ao acesso à terra, ao território e ao direito à moradia. A população que ousa enfrentar os grupos que controlam tais questões corre risco de

vida. O ministro é enfático ao dizer que o Estado deve (re)assumir o controle.

Trazemos à tona uma aproximação geracional entre a vereadora Marielle Franco e a *Artistaéfe*”, autora do desenho *Cão na Encruza* produzido no ano 2000, (Figura 64, p.182). Mesmo ano que Marielle tinha 21 anos e a *“Artistaéfe”* 19 anos. Além da proximidade da idade foram duas mulheres muito parecidas fisicamente. Ambas mulheres pretas, cabelos cacheados, que tiveram mesmo destino, silenciadas pelo processo de invisibilização social. Uma enquanto exercia função política e a outra, negligenciada pelo Estado, vivia nas ruas. A última vez em que avistamos, em 2006, *“Artistaéfe”* estava sentada, com olhar vago, no meio fio de um ponto de ônibus na *Rua In:Voluntários da Pátria*.

Figura 66: Marielle Franco



Fonte: @institutomariellefranco @cajuartsffiti

Mesma década em que Marielle Franco (2005) começou a militar em defesa dos direitos humanos, depois de uma de suas amigas ser baleada fatalmente pela guerra entre policiais e traficantes na Maré. São essas as ações de violência e descaso, essa mentalidade que, desde o período colonial até os dias atuais, estão somente interessadas na contabilidade do mundo, no quanto tem para comer do mundo com suas maquinarias (KRENAK, 2020). E literalmente contribuem para a desertificação do clima, de biomas e da subjetividade de seus viventes.

Porém, a ênfase desta dissertação está junto aos povos indígenas que se interessam por quantos mundos podemos criar. Da mesma forma que a indígena, artista e professora - Célia Tupinambá - vem retomando territórios invisíveis, do físico ao imaterial, representados pelos Mantos Tupinambás.

São filhas, mulheres, parentes de diversas nações que curam e batalham para o reencantamento da vida nas ruas, comunidades, florestas e em diversos biomas desta grande encruzilhada pindorâmica. Mulheres, não só indígenas e quilombolas, perpetuando e alimentando subjetividades através de seus corpos territórios. A criação de mundos, esse vir a ser, esse devir pele pena mantos cantos, vindos através dos povos originários, e os devires pele batuque de pássaros aos ventos que atravessaram o Atlântico. Essa atitude ou tática encruzada de criação de mundos pode alimentar e regenerar os canteiros de subjetividade que estão esgotados pela monocultura de pensamentos.

Os processos de subjetivação não são uma questão de escolha individual ou de agenciamentos. São moldados e produzidos por sistemas culturais, e principalmente comunitários, que se envolvem em processos de vir a ser, de devires. São processos contínuos em que as pessoas operam e fortalecem as camadas de subjetivações.

São devires imperceptíveis (DELEUZE, GUATTARI, 2012) que se movimentam em composições a partir do devir mulher, feiticeira, criança, animal, vegetal, mineral, que podem escapar de predadores através das linhas de fuga e dos processos de desterritorializações. Importante pensarmos que todo devir é uma espécie de portal que precisamos aprender a atravessar, para que nele se desterritorialize essa forma homem (dominante, usurpador), que habita em muitos de nós. E se desterritorialize em modos não humanos de individuação. Que possamos nos conectar às multiplicidades. É a partir dessa travessia que nos abrimos para a criação de novos territórios e outras subjetividades. Trata-se de uma expansão que não pretende capturar o outro, mas sim convocar as liberdades para o caminhar nômade com mais companhias em direção às multiplicidades. E assim pensar uma possibilidade de continuidade de pesquisa conceitual em alianças com as cosmologias Ameríndigenas e Afrodiaspóricas ou Afroconfluentes.

O legado de Marielle(s), esse legado afro-indígena de fugas, embates e alianças – e também de curas e batalhas, alianças afetivas – se torna ainda maior com sua partida.

Esta pesquisa foi um modo de devir pele pena manto cantos afro-indígenas que por conexões mergulhou em alianças junto a “*Artistaéfe*” que produziu o desenho (Figura 64: *Cão na Encruza* - p.182), e que segundo Exu Mirim Caveirinha, ganhou sua liberdade.

Assim foi tramado um exercício de conexão com a cultura de encantamento, vinda de matrizes dos povos indígenas e afrodiaspóricos. Em um exercício de perceber a natureza que somos e que vivemos, reconhecendo o Rio Watu como avô, não uma fonte de energia. O Manto Tupinambá como um encantado e não um adereço ou uma peça de museu.

E que sejam retomadas as corporeidades que se produzem junto a terra, através de pássaros e de floresta que nos ensinam.

Nesta pesquisa, aos poucos, fomos aprendendo a escutar o eco dos cantos indígena, quilombola e trabalhador. E continuamos a aprender a escutar gestos, movimentos, atitudes de pessoas que vivem nas ruas, a receber os sinais das ruas, de catiços e encantados como as árvores, que com seu fruto, foram capazes de pontuar a frase de movimentos de pessoas ao redor dos canteiros. Foram estes seres, modos não humanos, que guiaram e trabalharam em direção às *In:Visibilidades* e às liberdades. E a continuidade deste trabalho vislumbra aprofundar diálogos entre: aliança afetiva (Krenak, 2022); cruzo/encantamento (SIMAS, RUFINO, 2018); subjetividade/multiplicidade (DELEUZE, GUATTARI, 2012) e, com foco maior em ação efetiva junto e ou a partir de culturas indígenas e quilombolas.

E inspirados em Simas e Rufino (2018) acreditar que as ruas podem ser reencantadas. Para isso, é preciso realimentar, reencantar nossos canteiros de subjetividade. Ao alimentar a capacidade de ecoar camadas de subjetividades, ao ampliar a possibilidade de perceber as inúmeras vibrações que atravessam o cotidiano, talvez seja possível ser mais capazes de viver e valorizar a cultura do ser, que a do ter. Tomando a experiência do pesquisador In-Mundo e do Cambono, que são potentes instrumentos conceituais ou propostas teórico-metodológicas, que abrem caminhos a serem trilhados.

Ao passo que uns destroem mundos e invisibilizam relações, há estes modos de criar mundos, de viver e respeitar cosmologias, estes lugares possíveis de reencantamento, como os que estão sintetizados na frase criada nesta pesquisa: **Ecoarafetos: Canteiros-Berço de Terreiros, Umbigo de Florestas**. Lugares que podem ser capazes, se construídos de forma cooperativa, de propagar mais alianças afetivas, mais encantamentos. Essa pesquisa acredita neste modo de criação de mundo como uma **Psicossociologia das In:Visibilidades na Rua In:Voluntários da Pátria**. Foi uma aliança encruzada de afetos e sinais da rua: bruta, ingênua ao saber e sabor das infâncias e inacabada.

E enquanto o malandro observava...

Pergunto a Exu: O que fazer?

Exu responde: Vai e faz!

Eu vim, e fiz!

Abya Yala

Axé

Laroyê

REFERÊNCIAS

AFU - Agrofloresta da Urca - Disponível em < <https://afuvive.com.br/carta-de-apoio-moradores-da-urca/>> Acesso em: 12 de fev de 2021 e AFU - <https://web.facebook.com/agroflorestaurca> - Retirada em 30/08/2021

ANDRADE, L. P.; COSTA, S.L.; MARQUETTI, F. C. *A rua tem um ímã, acho que é a liberdade*: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde Soc. São Paulo*, v.23, n.4, p.1248-1261, 2014.

BETIM, F. Padre Julio Lancellotti: “Não se humaniza a vida numa sociedade como a nossa sem conflito. EL PAÍS Publicado em: 20/Set/2020. Acesso em: 05/10/2023 Site: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-20/padre-julio-lancellotti-nao-se-humaniza-a-vida-numa-sociedade-como-a-nossa-sem-conflito.html>

BISPO, A.S. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.

BISPO, A.S. **Colonização, Quilombos Modos e Significados**. Ed. AYÓ, Brasília, 2021.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. *Revista Brasileira de Educação* Nº 19. Universidade de Barcelona, Espanha. Tradução de João Wanderley Geraldi Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Lingüística. 2002.

BRASIL, 1944. **Relatório do Abrigo Cristo Redentor**. Disponível em: <http://biblioteca.in.gov.br/documents/20127/0/Relat%C3%B3rio+do+Abrigo+Cristo+Redentor--Dr.+Helion+P%C3%B3voa.pdf/c3eb3f3e-dbdb-ca31-fe99-5383c215b7dc?version=1.0&t=1649775760490&download=true>. Acesso em: 05/02/2023

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Serviço Especializado em Abordagem Social - SUAS e População em Situação de Rua, Volume IV. Brasília: 2013.

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética relacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BUCHMAYER, A. L. **A arte como emuladora do espaço arquitetônico**. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

BUENO, E. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil 1500-1531**. Rio de Janeiro, Objetiva, 1998. p. 81-6.

CAMINHA, M. C. **Abrigo do Cristo Redentor: estado e assistência social no primeiro Governo Vargas (1936-1945)** / Mônica Cruz Caminha – Rio de Janeiro: [s.n.], 2012

CASTRO, Viveiros. **Os Involuntários da Pátria**, ARACÊ – Direitos Humanos em Revista | Ano 4 | Número 5 | Fevereiro 2017. Reprodução de Aula pública realizada durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, Rio de Janeiro 20/04/2016 - https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4865765/mod_resource/content/1/140-257-1-SM.pdf

COSTA, José Fernando Andrade, **“Fazer para Transformar”**: a Psicologia Política das Comunidades de Maritza Montero. *Psicologia Política*. Vol. 15. No 33. Mai. - Ago. 2015.

COSTA, S. L. e CARVALHO, E.N. **As Potências da Narrativa**. In: *Ética e as Reverberações do Fazer*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 1**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995 (Coleção TRANS).

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 4**. São Paulo: Ed. 34, 2012.

FIGUEIREDO, C. M. **Imagens do invisível: Sentidos e sentimentos do rural-urbano-rural do rio de janeiro através de retratos fotográficos compartilhados**. Rio de Janeiro: UFRJ: 2017, (Tese de Doutorado) do Instituto de Psicologia, Programa EICOS - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2017.

GOMES, F. e SANTO, S., **Sons e Quizilas: ensaios sobre africanos e diásporas no rio de janeiro atlântico, c. XIX**. Revista da ABPN • v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Africanos, escravizados, libertos biografias, imagens e experiências atlânticas” Ago. de 2020.

GRZYBOWSKI, C. **A invisibilização**. Artigos, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2019.

HALLAIS, J.A.S.; BARROS, N. F. **Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade**. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 31(7):1497-1504, jul, 2015.

HERMANN, J. **Cenário de encontro dos povos: a construção do território**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000. Site: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/capitanias-hereditarias.html>

IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Quem somos / Nossa História**. Disponível em: <https://ibase.br/>. Acesso em: 21/06/2023.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: Um Levantamento de Medidas Municipais Emergenciais**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811> Publicado em: 12 de jun de 2020. Acesso em: 12 de fev de 2021.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811> Publicado em: 12 de jun de 2020. Acesso em: 12 de fev de 2021.

JECUPÉ, K. W. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. São Paulo: Peirópolis, 2020.

KARASCH, M. C. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. Companhia das Letras, 2000. Tradução Pedro Maia Soares.

KOINOMIA, P.E.S. **Quilombo da Marambaia** (RJ) recebe o título de posse coletiva de seu território. Publicado em: 9 de outubro de 2015. Acesso em: 15/12/2023.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A Queda do Céu**. Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **Futuro Ancestral**. São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, A. **Um Rio Um Pássaro**. Ed. Dantes, Rio de Janeiro, 2023.

LARANJEIRAS, L. C. e RIBEIRO, R. S. T. **Práticas de estar com como gesto de cuidado e criação**. Mnemosine Vol.16, nº2, p. 85-106 (2020) – Artigos – Parte Especial. DOI: 10.12957/mnemosine.2020.57655

LÍNGUAS da Nossa Língua T1 E3 – Línguas de Resistência – Direção e Produção de Estêvão Ciavatta. Brasil, 2023. HBO.

LUCIANO, G. J. dos S. **Educação para manejo do mundo. Articulado e Construindo Saberes**, Goiânia, v. 4, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/59074>. Acesso em: 29 mar. 2023.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para Manejo e Domesticação do Mundo entre Escola Ideal e a Escola Real**. Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro Tese de Doutorado - Orientador: Prof. Dr. Stephen Grant Baines Brasília/DF, 2011.

MERHY, E. E. **Engravitando palavras: o caso da integralidade**. (2012). Acessado 2023 Out 22. Documento da Internet. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-06.pdf> .

MERHY, E. E., LIMA, F. **Produção de conhecimento, ciência nômade e máquinas de guerra: devires ambulantes em uma investigação no campo da saúde coletiva**. In: Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes. Rio de Janeiro: Hexis, 2016.

MERHY, E. E. et al. **Pesquisadores IN-MUNDO: um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental** / Organizadores: Maria Paula Cerqueira Gomes, Émerson Elias Merhy. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. p.176: il. - (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde).

MIGNOLO, W. D. **Desobediência Epistêmica: A Opção Descolonial e o Significado de Identidade em Política**, Tradução: Norte, Ângela Lopes, Revista Gragoatá, n. 22, p. 11-41, 1º sem. 2007.

MIRANDA, K. N. **Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX**. Epígrafe, São Paulo, v.7, n.7, pp.83-96, 2019.

MOISÉS, B. P. e SZTUTMAN, R. **Notícias de uma certa confederação tamoio**. MANA 16(2): 401-433, 2010, p.418

MORAES, M. G. B., ALVES, H. R. A. **A literatura do colonizado: Teoria e crítica pós-colonialistas na leitura de a terra dos mil povos: História indígena do Brasil contada por um índio.** Revista Porto das Letras, Vol. 7, Nº Especial. 2021. Literaturas de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa, Cultura e Política II. Universidade do Estado de Mato Grosso

MOTA, F.R. **Marambaia da terra, Marambaia do mar:** conflitos, identidades e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. Monografia apresentada para o curso de Ciências Sociais. Univerisade Federal Fluminense, 2001.

MOURA, C. E. M. **A travessia da Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o Negro no Brasil.** (1637-1899), São Paulo, Edusp, 2000, 694 pp. <https://www.scielo.br/j/ra/a/z3Pbw8kqTz7ZgZrzYmTMmKx/?lang=pt>

MUDA Outras Economias: Ciclo Outras Economias - Cosmologias do dinheiro | Nego Bispo e Ailton Krenak. Postado em: 18 de mai. de 2021. Acesso em 13 de maio 2022. <https://www.youtube.com/@MUDAOutrasEconomias> / <http://mudaoutraseconomias.com.br/ciclo>

_____ - (BISPO, 2023, Instagram). Fonte: @mudaoutraseconomias – Postado em: 04/12/2023 – Acesso em 04/12/2023. <https://www.instagram.com/reel/C0c5dcTJftC/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>

NARANJO, J. e SABATIER, L. **Casa das Estrelas.** Rio de Janeiro, Editora Foz, 1ª Ed. 2013.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo Documentos de uma Militância Pan-Africana.** Ed Perspectiva, 2019.

NATALINO, M. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil** (Setembro de 2021 a Março de 2020). No 73, DISOC, IPEA, Junho 2023.

OLIVEIRA, F. Com a Convivência do Estado. **O Globo.** 2015. [online], 29 mar 2024. Opinião. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaio/flavia-oliveira/coluna/2024/03/com-a-convivencia-do-estado.ghhtml> Acesso em: 29 mar 2024.

ORTIZ, E. C. **Esmeralda: por que não dancei.** São Paulo: SENAC Editora, 2000.

PINHEIRO, P. C. **História das minhas canções** – Editora Leya. 1ª Edição, 2010.

PRATES, J. C.; NUNES, R. S.; BULLA, L. C. **As refrações da questão social expressas nos processos de rualização no Brasil, in** População em situação de rua: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais / Organizadoras: Nilza Rogéria de Andrade Nunes, Mônica de Castro Maia Senna e Giovanna Bueno Cinacchi. Ed. Rede UNIDA. Porto Alegre, 2022.

RIZZO, V. **Dando sabor aos afetos: cartografando memórias, subjetividades e cuidado a partir da comida.** Dissertação para obtenção de título de Mestre em Psicossociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 162 páginas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2023.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo.** Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

RUFINO, L. **Vence-Demanda Educação e Descolonização**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

RUFINO, L. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Editor(a) Ayô. Brasília 2015.

SCHWARCZ, L. K. M. **Revista de Antropologia**, SÃO PAULO, USP, 2001, v. 44 n° 2. Publicação - 28 de Maio 2002. -
<https://www.scielo.br/j/ra/a/z3Pbw8kqTz7ZgZrzYmTMmKx/?lang=pt>

SICARI, A. A., ZANELLA, A. V. **Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão sistemática**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 662-679; 2018.

SILVA, F. C. T. **Conquista e colonização da América portuguesa. O Brasil colônia – 1500/1750**. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, R. F. **O Rio Antes do RIO**, Belo Horizonte. Relicário, 2021.

SIMAS, L.A. **Crônicas Exusíacas E Estilhaços Pelintras**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SIMAS, L.A. **O Corpo Encantado Das Ruas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2020.

SIMAS, L.A. e RUFINO, L. **Fogo No Mato -A Ciência Encantada das Macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS, L.A. e RUFINO, L. **Flecha No Tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SIMAS, L.A. **Maracanã Quando A Cidade Era Terreiro**. Mórula, Rio de Janeiro. 2021.

SOARES, L. E. A democracia brasileira não vai à praia no Rio. Publicada em: **Revista Forum / Opinião** 26/12/2023. Acesso e: 05/01/2024. Site: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2023/12/26/democracia-brasileira-no-vai-praia-no-rio-por-luiz-eduardo-soares-151163.html>

TAVARES, R. B. et al. **Da alfândega ao Valongo: A entrada dos cativos africanos no Rio de Janeiro no século dezenove sob uma nova perspectiva historiográfica**. *Latin American Antiquity*. v. 31, n. 2, p. 342-59. 2020.

YABETA, D. P. M. **MARAMBAIA História, Memória e Direito na luta pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro (c.1850 – tempo presente)**. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2014.

ZAMARIAM, J., LEOCÁDIO, L.C. e PEREIRA, D.M.S. **História do Brasil Colonial**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

ZORZETTO, R. **A tortuosa chegada ao Brasil. Documentos detalham a entrada de africanos escravizados no Rio de Janeiro do início do século XIX**. Edição 300, fev. 2021. Atualizado em 3 fev 2021. Publicado on-line em 11 jan 2021.